UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VANESSA MORAES PACHECO

**Miguel Luís Amunátegui
e o debate histórico no Chile do século XIX**

SÃO PAULO

2012

VANESSA MORAES PACHECO

Miguel Luís Amunátegui
e o debate histórico no Chile do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em História.

Área de concentração:
História Latino-Americana.

Orientador:
Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Pellegrino Soares.

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P116m Pacheco, Vanessa
Miguel Luís Amunátegui e o debate histórico no
Chile do século XIX / Vanessa Pacheco ; orientadora
Gabriela Soares. - São Paulo, 2012.
202 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História do Chile. 2. História do século XIX. 3.
Historiografia. I. Soares, Gabriela, orient. II.
Título.

NOME: PACHECO, Vanessa Moraes

TÍTULO: Miguel Luís Amunátegui e o debate histórico no Chile do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Para que hoje eu pudesse apresentar os resultados finais da minha pesquisa de mestrado, o apoio de algumas pessoas foi fundamental.

Em, primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos meus pais, Maurício Pacheco e Rosângela Moraes, que estiveram sempre ao meu lado, me dando ânimo para continuar, ouvindo atentamente minhas dúvidas e incertezas, acreditando no meu futuro e, oferecendo o apoio financeiro necessário para a realização da pesquisa.

Sou grata à minha irmã e melhor amiga Verusca, quem acreditou que, algum dia, todas as horas de leitura e escritas resultariam em um trabalho sobre História do Chile.

Mas sem dúvidas, chegar até aqui seria muito mais difícil se eu não tivesse contado com a persistência e os incentivos da minha orientadora. A professora Gabriela Pellegrino Soares, desde 2006 – quando entrei em sua sala para pedir, pela primeira vez, sua orientação – , tem permanecido ao meu lado, me guiando com seus conselhos, com suas leituras atentas e suas observações precisas e pertinentes. Nunca desistiu e sempre acreditou nas minhas conquistas. Obrigada, professora, por defender comigo este trabalho e por ter me incentivado sempre a fazer o melhor possível. São mais de 6 anos de trabalho e, espero que esta dissertação seja o coroamento do nosso trabalho juntas.

A leitura, proposições e explicações dos professores José Alves (Unicamp) e Modesto Florenzano (História – USP), durante o Exame de Qualificação, foram fundamentais, porque me ajudaram a seguir adiante nesta pesquisa. A eles meu sinceros agradecimentos.

Nesse caminho, alguns amigos foram essenciais, pois com eles aprendi muito sobre história e também sobre a verdadeira amizade. Meus agradecimentos a Laís Olivato, Débora Villela de Oliveira, André Navajas Madio, Vivian Krauss e também a Natalia Tammone.

Em especial, agradeço ao meu grande amigo Marcio Markendorf, quem esteve presente em todo o processo de redação desta pesquisa, lendo e fazendo importantes observações.

Durante a realização deste mestrado, tive a oportunidade de viajar duas vezes ao Chile. Nessas ocasiões, entrei em contato com alguns professores com quem pude estabelecer diálogos muito produtivos. Eles me ajudaram com sua atenção ao responder às minhas

dúvidas sobre história chilena, me fizeram preciosas sugestões bibliográficas e, principalmente, me deram a oportunidade de conhecer melhor o ofício do historiador, no Chile contemporâneo. Por essa razão, sou muitíssimo grata aos professores Rafael Sagredo, Pablo Whipple, Sergio Villalobos, Alfredo Jocelyn-Holt, Fernando Purcell e Ivan Jaksic. Em especial, me recordo da professora da *Universidad de Chile* Isabel Torres Dujisin. Muitas vezes, ela esteve disponível para me receber em seu escritório e me ajudar com muito profissionalismo e carinho, os quais eu agradeço com alegria.

Em minha segunda viagem, ao Chile, tive a oportunidade de conversar com o professor Aldo Yávar, da *Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación*, que com suas sugestões muito precisas e interessantes sobre Miguel Luís Amunátegui e o contexto político chileno do século XIX e visão do fazer historiográfico me ajudou a encontrar, definitivamente, o eixo que faltava para a escrita desta dissertação. Por isso, me recordo dele com grande respeito e gratidão.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Departamento de Pós-graduação de História da USP à bolsa concedida para a realização desta pesquisa. Aos funcionários da *Biblioteca Nacional de Chile*, do *Archivo Nacional de Chile* e da *Biblioteca del Congreso Nacional* (sede Santiago), por terem sido sempre prestativos ao me atenderem com eficiência.

RESUMO

PACHECO, V. M. **Miguel Luís Amunátegui e o debate histórico no Chile do século XIX.** 2012. 202f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

A presente dissertação de mestrado desenvolve um estudo sobre *Descubrimiento i Conquista de Chile*, *Los Precursores de la Independencia de Chile* e *La Crónica de 1810*, de Miguel Luís Amunátegui (1828-1888). Essas obras foram publicadas entre 1861 e 1889 e abrangem quase a totalidade de sua trajetória intelectual e política. Além disso, constituem contribuições pioneiras, dentro do âmbito profissional e acadêmico, de uma interpretação coerente e sistematizada sobre o passado e a independência do Chile. Este trabalho discute o contexto político e cultural em que essas obras foram escritas, investigando como seu modelo historiográfico se aproxima ou se distancia dos predominantes em seu tempo. Busca também refletir sobre a maneira pela qual Amunátegui traduziu, em suas interpretações históricas, sua luta política em prol do liberalismo. Trata-se, enfim, de lançar luz sobre um importante legado da escrita da História no Chile do século XIX.

Palavras-chave: História do Chile, Historiografia, Século XIX, Miguel Luís Amunátegui.

ABSTRACT

PACHECO, V. M. **Miguel Luís Amunátegui and the historical debate upon Chile in the 19th century.** 2012. 202f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The Master's thesis herein presented develops a study of *Descubrimiento i Conquista de Chile*, *Los Precursores de la Independencia de Chile* and *La Crónica de 1810*, by Miguel Luís Amunátegui (1828-1888). Published between 1861 and 1889, these books encompass most of his historical and political thinking. They also figure among the first contributions to the professional and academic scenario which presented a coherent, systematized interpretation of Chile's past and independence. This article approaches the cultural and political scenario in which they were written, investigating how their historiographic model relates to the predominant ones in his days. It is also an attempt to reflect upon how Amunátegui applied his liberal-oriented political struggle into his historical interpretations. Eventually, this article aims at shedding light on an important legacy for Chile's History writing in the 19th century.

Keywords: Chile's History, Historiography, 19th Century, Miguel Luís Amunátegui.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
a) Miguel Luís Amunátegui: literato, historiador e político.....	12
b) As obras histórias de Miguel Luís Amunátegui.....	17
c) Miguel Luís Amunátegui na historiografia contemporânea.....	20
d) Estrutura da dissertação.....	26
 CAPÍTULO 1: <i>DESCUBRIMIENTO I CONQUISTA DE CHILE</i>	28
a) O diálogo de Miguel Luís Amunátegui com sua época.....	32
b) Razões para a escritura de <i>Descubrimiento i Conquista de Chile</i>	36
1.2 A Conquista do Peru: Os antecedentes da conquista do Chile.....	39
1.3 O descobrimento do Chile por Diego de Almagro.....	43
1.4 A Conquista do Chile por Pedro de Valdivia.....	46
1.5 Início de Guerra de Arauco.....	52
1.6 A vida política do Chile durante o governo de Pedro de Valdivia.....	56
1.7 A crise política no Reino do Chile.....	58
1.8 O Governo interino de Don Garcia Hurtado de Mendoza.	61
 CAPÍTULO 2: <i>LOS PRECURSORES DE LA INDEPENDENCIA DE CHILE</i>	67
2.1 Os argumentos político e historiográfico presentes em <i>Los Precursores de la Independencia de Chile</i>	67
a) O contexto de conformação da historiografia chilena.....	67
b) As particularidades do trabalho histórico de Miguel Luís Amunátegui.....	73
c) As premissas históricas e políticas presentes em <i>Los Precursores</i>	76
2.2 O Dogma da Majestade Real.....	81
2.3 Os indígenas desde a colonização até a independência.....	86
a) As causas e consequências da Guerra de Arauco.....	89
b) A guerra de Arauco e o desequilíbrio político durante o período colonial.....	93
c) A guerra defensiva como estratégia de conquista.....	97

d) As invasões holandesas.....	106
e) Os heróis araucanos e a independência do Chile.....	111
2.4 Mestiços e criollos no período colonial e o papel deles na independência.....	115
2.5 As ideias reformistas da elite crioula.....	122
2.6 A colônia chilena diante da independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa.....	133
2.7 A Invasão napoleônica da Espanha e o desenvolvimento da ideia de independência no Chile colonial.....	137

CAPÍTULO 3: LA CRÓNICA DE 1810.....151

3.1 O período colonial como a antessala da revolução hispano-americana.....	152
3.2 O desenvolvimento gradual da ideia de independência no Chile entre 1808 e 1810.....	159
3.3 A crise de autoridade: <i>audiencia</i> e <i>cabildo</i> contra o governador.....	164
3.4 A deposição do governador Francisco Antonio García Carrasco.....	166
3.5 A fragmentação política no Chile colonial e o 18 de setembro.....	171
a) As primeiras dificuldades políticas após a deposição de Carrasco.....	172
b) O fim do acordo político que possibilitou a deposição de Carrasco.....	174
3.6 As teses de Amunátegui sobre a independência do Chile.....	177

BIBLIOGRAFIA.....191

1. Fontes Primárias.....	191
2. Fontes Secundárias.....	194

INTRODUÇÃO

No presente trabalho analisamos o pensamento histórico do historiador chileno Miguel Luís Amunátegui (1828-1888)¹. Como sua produção é muito extensa e variada – várias teses sobre a história nacional, alguns romances de costumes, diversas biografias e muitos artigos de jornal –, optamos por um recorte que abrangesse três de suas principais obras, cujo conjunto compõe um aporte original de interpretação sobre o passado chileno, tendo como eixo a independência do Chile e sua luta política em favor da construção da república. São elas: *Descubrimiento i Conquista de Chile*²; *Los Precursores de La Independencia de Chile*³; e, *La Crónica de 1810*⁴.

O *corpus* foi assim definido, também porque Miguel Luís Amunátegui recebeu o reconhecimento como historiador por essas publicações, sendo elogiado por muitos de seus pares, além de suscitar debates políticos e históricos com elas.

Por meio da repercussão de seu trabalho é possível estudar de que maneira Amunátegui escreveu a história e em quais aspectos inovou ou fixou a interpretação oficial do passado chileno difundida pelos intelectuais do grupo conservador nas primeiras décadas republicanas⁵.

¹ Para as informações bibliográficas sobre Miguel Luís Amunátegui utilizamos, principalmente: BARROS ARANA, Diego. *Don Miguel Luis Amunátegui*. Editado por C. Morla Vicuña. Paris: Imp. de A. Lahure, [1889?].

² A obra *Descubrimiento i Conquista de Chile* possui três edições. A primeira vez foi editada em 1862, logo após ser submetida à avaliação da Comissão da Faculdade de Humanidades da *Universidad de Chile*: AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Santiago: Imprenta Chilena, 1862. A segunda edição é uma versão corrigida e foi publicada em 1885: AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. 2ª Edição corregida. Santiago: Librerías de la República, 1885. A terceira e última edição foi publicada postumamente: AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Santiago: Imprenta Litografía i Encuadernación Barcelona, 1913.

³ Conhecemos apenas duas edições da obra, a da primeira publicação, entre 1870 e 1872, e a segunda edição, publicada após a morte do autor, respectivamente: AMUNÁTEGUI, M. L.. *Los Precursores de La Independencia de Chile*. Vol. I, II, III. Primeira edição. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1870-72. AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *Los Precursores de la Independencia de Chile*. 3 volumes. 2ª Edição. Santiago: Imprenta Litografía i Encuadernación Barcelona, 1909-1910.

⁴ Os dois volumes da obra *La Crónica de 1810* foram publicados pela primeira vez em 1876. O terceiro volume foi editado depois da morte do autor, em 1889, por seu irmão. Para a primeira edição ver: AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Crónica de 1810*. Vol. I e II. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1876. AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Crónica de 1810*. Vol. III. Santiago: Imprenta Elzeviriana de J. T. Medina: 1899. Alguns anos depois, junto com a reedição das principais obras de Miguel Luís Amunátegui, foi editada uma segunda edição dos três volumes que compõe *La Crónica de 1810*, ver: AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *La Crónica de 1810*. 3 volumes. 2ª Edição. Santiago: Imprenta Litografía i Encuadernación Barcelona, 1911-1912.

⁵ Nesse sentido, os volumes de *História* contidos na obra de Gay compõem a primeira versão sistemática sobre o Chile como república e, serviram à construção de uma visão histórica oficial e pelucona da história chilena. Gay utilizou o método histórico da história narrativa, para tanto, baseou-sena mais estrita investigação de fonte e narração dos fatos, relegando, em último lugar, qualquer síntese ou interpretação de cunho filosófico. Para consultar os volumes referentes à história e os tomos de fontes históricas reunidas por Gay, ver: GAY, Claudio.

Nesse sentido, a proposta deste estudo foi identificar quais foram os argumentos centrais e as premissas que guiaram a construção dos argumentos das três obras selecionadas para, em seguida, reconstruir criticamente a visão histórica de Amunátegui sobre o passado do Chile e os projetos e anseios nutridos acerca do futuro do país. Trata-se aqui de levar em conta o papel social do historiador, com o intuito de recuperar o lugar que ocupou o autor e suas três obras históricas, tanto na interpretação do passado nacional, quanto na formação política e intelectual do Chile do século XIX.

A intenção, portanto, foi produzir um estudo que contribuísse criticamente para a compreensão da escrita da história na América do século XIX e, assim, explorar um vazio existente nos estudos da historiografia chilena. Embora o autor tenha recebido o reconhecimento do público culto em vista do seu trabalho intelectual⁶, alcançado grande prestígio político e um lugar de destaque nas letras chilenas, as publicações históricas de Amunátegui ainda hoje são pouco estudadas.

a) Miguel Luís Amunátegui: literato, historiador e político

Em 1842, no mesmo ano em que a *Universidad de Chile* foi fundada, Miguel Luís Amunátegui – com apenas 14 anos – perdeu seu pai, José Domingo (1798-1842)⁷. Em uma época em que os valores e os laços familiares eram relevantes para a estabilidade da vida social, a orfandade representava uma importante desvantagem social e econômica. Desse modo, repentinamente, Miguel Luís Amunátegui viu sua família em difícil situação financeira, resultado tanto da pouca ambição comercial do patriarca, das dívidas e de suas

Atlas de la historia física y política de Chile: Historia. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2007. Também: GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile: Documentos*. Volumes I, II, III. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2009.

⁶ Miguel Luís Amunátegui é reconhecido também por ser o compilador das obras de Andrés Bello e como seu biógrafo, C. f.: JACKSIC, Ivan. *Andrés Bello: scholarship and nation-building in nineteenth-century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

⁷ José Domingo Amunátegui foi advogado e militou nas fileiras do grupo *Pipilolo*, vencido na Guerra Civil de 1830 pelos *Pelucones* (sobre a cronologia institucional do Chile, ver: VILLALOBOS, Sérgio R.. *Historia de Chile*. Santiago: Editorial Universitária, 2003). Como advogado, defendeu alguns de seus correligionários, acusados de conspiração pela perseguição política imposta por Diego Portales aos seus adversários políticos. Diego Portales é reconhecido, pela historiografia chilena, como o fundador da estabilidade política do país, ao liderar vitoriosamente as tropas conservadoras na batalha de Lircay, em 1830. Também é considerado o grande ideólogo por trás da organização político-administrativa dos *pelucones* no poder. Por essas razões, historiadores, como Sergio Villalobos, o consideram o verdadeiro pai da nação chilena. Sobre este tema, consultar: VILLALOBOS. *Historia...*, 2003. Para uma crítica a essa versão, ver: JOCELYN-HOLT, Alfredo. *El peso de la noche: nuestra frágil fortaleza histórica*. Santiago: Planeta Ariel, 1999.).

opções políticas⁸, quanto da desintegração financeira familiar iniciada com a perda de boa parte da fortuna dos Amunátegui durante o exílio do avô – no período da Guerra de Reconquista – Domingo de Amunátegui y Aldecoa, um realista declarado.

Na ocasião, Miguel Luís Amunátegui – cumprindo a função de filho mais velho – viu-se às voltas com a difícil tarefa de sustentar sua própria família. Conseguiu fazê-lo, recebendo ajuda de antigos clientes do escritório de advocacia do pai e aproveitando sua sólida formação intelectual para dar aulas particulares⁹.

O jovem estudou no Instituto Nacional, beneficiado pelas reformas curriculares de 1843¹⁰, onde cursou regularmente latim, gramática castelhana, francês, geografia, cosmografia, história, matemática elementar, filosofia e literatura e, portanto, prosseguiu a educação humanista adquirida em casa. Iniciou sua carreira profissional como professor de Humanidades do Instituto Nacional¹¹, vindo posteriormente a ocupar a cátedra de Literatura e História Moderna. Em 1852 foi nomeado membro da Faculdade de Filosofia e Humanidades da *Universidad de Chile* e, em 1860, foi designado secretário geral da Universidade. No ano seguinte, publicou *Descubrimiento i Conquista de Chile*.

Desse modo, é muito provável que o interesse de Miguel Luís Amunátegui pela história tenha sido adquirido pela educação recebida do pai. Isso porque José Domingo Amunátegui trabalhou no Instituto Nacional como inspetor e, mais tarde, como professor de Latinidade e de Filosofia. Era um homem bastante erudito que transmitiu o amor pela leitura aos filhos. Barros Arana recorda que o ambiente intelectual em que Miguel Luís Amunátegui viveu esteve permeado por essa herança política liberal e pelas leituras indicadas pelo pai, nas quais despontam autores como Walter Scott, Robertson e José Joaquín de Mora¹². Além do mais, segundo José Abel Rosales, a biblioteca da casa dos Amunátegui era bastante rica,

⁸ ROSALES, Justo Abel. *Bibliografía del literato D. Miguel Luis Amunátegui*. Santiago: Imprenta de la Libertad Electoral, 1888.

⁹ Entre os clientes de seu pai que ajudou a família estava o ex-presidente da república, General Freire, quem havia sido defendido por Domingo Amunátegui alguns anos antes e escapado da pena de morte graças aos serviços prestados “por puro patriotismo e sem querer receber nenhum honorário”. BARROS ARANA, Diego. *Don Miguel...*, p. 6.

¹⁰ Sobre o processo político que culminou na reforma do plano de ensino do Instituto Nacional ver: LASTARRIA, José Victorino. *Recueros Literarios: datos para la historia literaria de la América española i del progreso intelectual en Chile*. Segunda edição revista. Santiago: Librería de M. Servat. 1855. Para uma interpretação mais recente, consultar: SERRANO, Sol; JAKSIC, Ivan. “In the Service of the nation: The Establishment and Consolidation of the Universidad de Chile (1842-79)”. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v.70: 1, fev.1990. P. 140-171.

¹¹ A cátedra de Humanidades incluía em seu currículo de estudos as seguintes áreas de conhecimento: latim, gramática castelhana, história, geografia, cosmografia e matemática elementar.

¹² BARROS ARANA, *Don Miguel...*, p. 4-5.

continha obras dos principais filósofos europeus do século XVIII e era uma das mais importantes de Santiago¹³.

Igualmente decisiva, para desenvolver seu gosto pela história, foi sua trajetória educacional no Instituto Nacional, onde manteve proximidade pessoal com Andrés Bello e alimentou suas incursões literárias pelos ensaios históricos e biografias¹⁴.

No âmbito político, Miguel Luís Amunátegui ocupou, em 1864, o cargo de deputado. Posteriormente, foi eleito deputado outras vezes por diversas regiões¹⁵ e ocupou por duas vezes o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados¹⁶. Em 1868, durante os anos finais do governo do presidente José Joaquín Pérez (1861-1871), recebeu a nomeação de chefe do Ministério do Interior e Relações Exteriores, período em que conseguiu aprovar a reforma eleitoral de 1869 e a nova lei de imprensa, mesmo em meio às disputas partidárias que culminaram na dissolução do partido Fusão Liberal-Conservadora¹⁷. Voltou a ocupar titularmente o cargo de ministro em outras três oportunidades¹⁸ e interinamente por outras cinco ocasiões¹⁹. Entre os anos de 1870 e 1872, também publicou *Los Precursores de la Independencia de Chile*.

Em 1874, Miguel Luís Amunátegui foi nomeado para o Conselho de Estado e, um ano depois, se tornou pré-candidato à presidência da república pelo Partido Liberal; porém,

¹³ ROSALES, *Bibliografía del literato...*, p. 14.

¹⁴ Antes de escrever suas primeiras obras históricas, Miguel Luís Amunátegui publicou duas biografias, uma sobre o General Borgoño (militar chileno que lutou durante a Independência, entre seus feitos, está a vitória da Batalha de Maipú que decidiu, por fim, a guerra a favor dos patriotas) e outra sobre Camilo Henríquez (eclesiástico e jornalista, um dos primeiros homens a defender o ideal de emancipação política no Chile). Ambas foram publicadas na *Revista de Santiago*. (Revista de Santiago. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 1848-1855).

¹⁵ Por exemplo, em 1867, foi eleito novamente deputado por Santiago, depois em 1873, foi eleito novamente por Talca e, também em 1884, foi escolhido por Valparaíso. Para a lista completa dos deputados eleitos a cada eleição segundo ano eleitoral e por qual região foi eleito, ver: URZÚA VALENZUELA, Germán. *Historia política de Chile y su evolución electoral, desde 1810 a 1992*. Santiago: Jurídica de Chile, 1992.

¹⁶ A primeira vez entre 8 de outubro de 1867 e 8 de dezembro de 1868 e a segunda entre os anos de 6 de junho de 1871 e 4 de junho de 1872.

¹⁷ Para uma visão geral da história política chilena nesse período ver: HEISE, Julio. *Historia de Chile: Período Parlamentario*. Tomo I. Santiago: Andrés Bello, 1974-1982 e, mais recentemente: CRISTI BECKER, Renato e RUIZ-TAGLE, Pablo. *La república en Chile: teoría y práctica del constitucionalismo republicano*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

¹⁸ A primeira nomeação para o Ministério foi em 1868, a fim de ocupar o cargo de ministro do Interior e Relações Exteriores. Na segunda vez, esteve responsável pela pasta de Justiça, Culto e Instrução Pública, em 1876. Por fim, nas últimas duas vezes, ele ocupou o posto de Ministro de Relações Exteriores e Colonização, primeiro entre 20 de agosto de 1879 até julho de 1880 e depois em 28 de junho de 1887 até o dia 25 de janeiro de 1888, data da sua morte.

¹⁹ Interinamente ele teve a oportunidade de ocupar o ministério de diversas áreas. Por exemplo: entre 1877 e 1878, ele foi ministro interino do Ministério da Fazenda (16 de janeiro a fevereiro de 1877); do Ministério de Guerra e Marinha, entre 23 de janeiro a 5 de fevereiro de 1878; entre 1877 e 1878, do Ministério da Fazenda (16 de janeiro a fevereiro de 1877); do Ministério de Guerra e Marinha, entre 23 de janeiro a 5 de fevereiro de 1878; do Ministério da Justiça, Culto e Instrução Pública, de 13 de outubro até 19 de novembro de 1879.

durante as prévias eleitorais, foi suplantado pela indicação de Aníbal Pinto (1876-1881). Podemos sugerir como hipótese dessa derrota a débil condição financeira dos Amunátegui, uma vez que a camada dirigente do Chile era formada por uma elite econômica baseada nos valores sociais das camadas “oligárquicas”. A hipótese ganha evidência se contrastada com uma biografia de Miguel Luís Amunátegui, escrita por Justo Arteaga no ano de 1875, com intuito de apresentá-lo como possível candidato à presidência. Nessa obra, há algumas avaliações sobre o caráter e a trajetória pessoal do biografado feitas por um opositor político. Para este autor, Amunátegui nunca seria um homem atrevido e de ideias bem definidas, pois sua maneira de ser era “obra do seu temperamento linfático fortificado em sua tendência natural surgida das condições a que lhe submetera a batalha da vida”²⁰. Nessa situação desfavorável, teve de ir buscar na cátedra a base da sua fortuna e, tal profissão exigiria qualidades, segundo Arteaga, como “prudência, tato, correção de ideias”²¹, mas não a audácia. Essa era mais uma desvantagem para Miguel Luís Amunátegui, principalmente, na época em que iniciou sua carreira, quando “as audácias de pensamento levantavam tempestades”²².

Era, portanto, um homem que construiu um legado pessoal, após os 14 anos, graças ao seu próprio esforço (e colaboração do irmão), dos despojos restantes da herança paterna – somente um “nome rodeado de legítima estimação” – e da “alma destinada às nobres lutas da inteligência”²³. Em contrapartida, Aníbal Pinto era membro da elite política, econômica e cultural do Chile. De família tradicional, rica, filho do ex-presidente Francisco Antonio Pinto (1827-1829), era um personagem muito bem relacionado com intelectuais europeus, o que lhe conferia ainda mais prestígio social entre seus pares.

Mesmo sem a presidência, Miguel Luís Amunátegui seguiu ativo na vida pública. Durante a administração de Pinto ocupou o cargo de ministro de Justiça, Culto e Instrução Pública, em 1876. Nesse mesmo ano publicou *La Crónica de 1810*. Em 1879, quando diante das dificuldades diplomáticas entre Chile, Bolívia e Peru, foi chamado para ocupar mais uma vez o gabinete do Ministério das Relações Exteriores²⁴. Seu último cargo público foi o de

²⁰ ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos en candelero*. Santiago: Imprenta de la Librería del Mercurio, 1875, p. 8-9.

²¹ ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos*..., p. 8-9.

²² ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos*..., p. 8-9.

²³ ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos*..., p. 8-9.

²⁴ A conjuntura política de meados da década de 1870 era muito difícil. Em 1876, o país passava por uma forte crise econômica – bem como toda a Europa (ver: Hobsbawm, E. J. *A Era do Capital 1848-1875*. Trad.: Luciano Costa Neto. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010). As consequências da crise foram sentidas também pelo ministro interino da Fazenda, Miguel Luís Amunátegui, quando em 1878, a crise financeira abalou o governo e forçou a dissolução do gabinete. Por meio da literatura disponível, supomos que a crise tenha sido suscitada pelo fim do sistema monetário que permitia a conversão de peso (moeda nacional) em ouro e prata, com a finalidade

ministro de Relações Exteriores, momento em que compôs o primeiro gabinete ministerial do presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891).

Integrada à sua vida intelectual e política, Miguel Luís Amunátegui, desde 1848, também se dedicou ao jornalismo. Produziu textos para diversos jornais e revistas da época. Sua primeira colaboração foi à *Revista de Santiago*²⁵, onde publicou seus primeiros textos históricos, com o apoio de José Victorino Lastarria²⁶, professor do Instituto Nacional e reconhecido escritor chileno daquele século. Mais tarde, foi editor do jornal *El Independiente* e contribuiu ativamente com o diário *La Libertad Electoral* entre 1886 e 1888. Também ajudou a fundar o diário *La República*, no qual publicou biografias de americanos importantes para a libertação da América Hispânica. O jornal *El Mercurio* de Valparaíso teve vários de seus artigos políticos publicados, principalmente entre os anos de 1884 e 1885, quando esteve à frente de sua direção.

Com o exposto acima, propomos a interpretação de que as ideias centrais, as premissas e as motivações por detrás de sua carreira literária foram fruto da sua trajetória na carreira pública e das propostas e embates políticos nos quais esteve envolvido. Por tal razão, o argumento central de todas as três obras está, em grande medida, condicionado ao contexto político da época de sua redação.

Focando-se nesse eixo, Miguel Luís Amunátegui elaborou uma interpretação contundente sobre o passado e a independência do seu país, buscando corrigir falsas concepções históricas e ideológicas que marcavam a prática de historiador em meados do século XIX, no Chile, como por exemplo, relativizar o sucesso da Igreja em defender os indígenas. Por isso, nos capítulos dessa dissertação explanaremos melhor as questões históricas e políticas que foram motivo de discussão para o autor. Agora importa salientar que ele tratou de aliar seu trabalho acadêmico com sua luta política e, essa imbricação constitui uma chave importante para analisar suas obras.

de salvar o sistema bancário da bancarrota e dar início ao regime do papel moeda. A discussão de tal projeto e sua implementação teria levado à dissolução da bancada governista nos ministérios, incluindo Miguel Luís.

²⁵ Segundo aparece nos dados da Biblioteca Nacional do Chile, a *Revista* teve sete volumes e foi publicada entre os anos de 1848 e 1850. A *Revista* havia sido fundada por José Victorino Lastarria para incentivar o conhecimento e a produção literária entre os estudantes chilenos.

²⁶ José Victorino Lastarria (1817-1888), famoso intelectual chileno, liberal, advogado de formação, professor e político. Esteve à frente da luta pela reforma da Constituição conservadora de 1833, defendendo a ampliação dos direitos individuais, da representatividade eleitoral e da diminuição das prerrogativas presidencialistas. Sobre Lastarria, consultar: FUENZALIDA GRANDÓN, Alejandro. *Lastarria i su tiempo: su vida, obras e influencia en el desarrollo político e intelectual de Chile*. Santiago: Imprenta Cervantes, 1893 e, mais recentemente: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Cultura y sociedad liberal en el siglo XIX: Lastarria. ideología y literatura*. Santiago: Aconcagua, 1981.

Por esse motivo, nessa dissertação, optamos por estudar as obras selecionadas como um fenômeno histórico, entendendo-as como fonte em si mesma sobre o estabelecimento da república chilena, uma vez que estavam conectadas a concepções históricas e a um momento político através de um gesto consciente de luta ideológica em favor da ordem republicana²⁷.

b) As obras histórias de Miguel Luís Amunátegui

As três obras selecionadas para este estudo foram apresentadas aos membros da *Universidad de Chile* em cumprimento ao artigo 28 da Lei Orgânica daquela instituição²⁸. Os critérios de julgamento defendidos pelo primeiro reitor da universidade, Andrés Bello, buscavam satisfazer suas orientações sobre a melhor maneira de escrever a história nacional, com ênfase no uso erudito e narrativo das fontes²⁹. Tal determinação estipulava a obrigatoriedade de que anualmente uma memória histórica “sobre algum dos fatos mais importantes da história do Chile, apoiando os pormenores históricos em documentos autênticos e desenvolvendo seu caráter e consequências com imparcialidade e verdade” fosse avaliada e premiada pelo Conselho Universitário³⁰. A intenção inicial era também que todas as memórias anuais fossem publicadas sob o auspício do governo.

Se considerarmos que o valor do prêmio não pagava sequer a cópia dos documentos necessários à investigação, podemos afirmar (com alguma segurança) que os autores dessas memórias não estavam tão interessados no simbólico valor de duzentos pesos, mas que aspiravam à “satisfação de ver circular impresso um livro seu, e de saber que haviam servido ao esclarecimento de alguns fatos históricos ou à difusão de algumas ideias úteis”. Assim, esperavam que “o governo custeasse a edição da obra, como costumava fazer com todas as memórias premiadas nos eventos anteriores”³¹.

²⁷ Não é demais lembrar que muita da cultura histórica e temas do discurso historiográfico atual do Chile ainda são herdeiros das interpretações legadas pelo século XIX, pois, de fato, histórias como as de Amunátegui e Barros Arana construíram as bases discursivas da nacionalidade chilena.

²⁸ A lei orgânica pode ser encontrada em: *Anales de la Universidad de Chile*, 1843-44, p. 9. Para a bibliografia sobre as memórias históricas: GAZMURI, Cristian R.. *La Historiografía Chilena (1842-1920)*. Santiago de Chile: Aguilar Chilena de Ediciones S.A., 2006. Sobre a fundação da Universidade do Chile: SERRANO, Sol. *Universidad y Nación: Chile en Siglo XIX*. Santiago: Editorial Universitaria, 1994.

²⁹ O método defendido por Andrés Bello pode ser melhor dividido em dois artigos escritos, por ele, com a finalidade de esclarecer suas premissas em relação à prática historiográfica, a saber: *Modo de escribir la historia e Modo de estudiar la historia*, ver em: AMUNÁTEGUI, M. L. *Obras Completas de Don Andrés Bello: Opúsculos literarios i Críticos II*. Volume VII. Santiago: Imprenta de Pedro G. Ramirez: 1884.

³⁰ Sobre o papel de Andrés Bello no esforço de criar um estudo sistemático e ordenado da História chilena por meio da recém-fundada *Universidad de Chile*, ver: CRUZ, Guillermo Feliú. “Andrés Bello y la historiografía chilena”. In: *Revista Mapocho*, v. 12, n.º. 3, 1965.

³¹ BARROS ARANA, *Don Miguel...*, p. 34.

Foi aspirando receber esse reconhecimento que, na década de 1850, Miguel Luís Amunátegui e seu irmão Gregório Victor (1830-1899) escreveram³² o primeiro livro que verdadeiramente lhes abriu as portas do universo letrado chileno: *La Reconquista Española: apuntes para la Historia de Chile (1814-1817)*³³. Em 1852 e 1853, produziram mais duas memórias premiadas: *Los tres primeros años de la revolución de Chile* e *La Dictadura de O'Higgins*³⁴.

Porém, apesar da intenção inicial de publicar todas as memórias, muitas permaneceram inéditas. Por motivos políticos – leia-se, pela indisposição de políticos conservadores contra a juventude liberal, acreditando que representavam uma ameaça à ordem constituída – as expectativas de alguns autores, como as dos irmãos Amunátegui, foram frustradas. Em 1851, o ministro de Instrução Pública se recusou a financiar a impressão das obras premiadas, alegando não ter fundos públicos suficientes para custear a publicação das duas obras dos irmãos Amunátegui³⁵, pois “aqueles eram maus dias para os homens de

³² É preciso fazer uma ressalva sobre a cooperação dos irmãos Amunátegui. Miguel Luís escreveu a maior parte das suas obras em coautoria com seu irmão menor, Gregorio Victor, com quem estabeleceu sempre uma grande amizade que, frequentemente, foi traduzida em colaboração intelectual. Essa cumplicidade é tema recorrente na maioria das biografias sobre eles. Alguns biógrafos tentam encontrar a explicação de tal sentimento na infância, por se tornarem órfãos muito cedo. Mas, acreditamos que é preciso considerar também que o sucesso literário dos irmãos Amunátegui deve ser também creditado ao anseio filial de ambos em honrar a memória do pai, José Domingo, um *pipiolo* alijado das esferas de poder, após a derrota do grupo político ao qual pertencia, e o esforço continuado para recuperar o prestígio e a posição social familiar depois da derrota política de José Domingo nas primeiras décadas republicanas e, por fim, à necessidade que ambos tiveram de construir uma vida profissional pautada nos próprios méritos pessoais, uma vez que as decisões políticas de sua família haviam quitado boa parte da fortuna que possuíam e, portanto, não mais faziam parte da elite abastada da qual vieram outros historiadores, tais como Diego Barros Arana e Benjamín Vicuña Mackenna.

³³ AMUNÁTEGUI, Miguel Luís; AMUNÁTEGUI, Gregorio Víctor. *La Reconquista Española: apuntes para la Historia de Chile (1814-1817)*. Santiago: Imprenta Chilena, 1851.

Segundo Diego Barros Arana, o livro obteve sucesso porque os irmãos Amunátegui “se engalfinharam no mais prolixo dos estudos de pesquisa, devorando todos os livros e jornais em que pudessem encontrar uma só palavra sobre aquele assunto” que pretendiam tratar, além de “averiguar todas as notícias” e todos os testemunhos que pudessem recolher de personagens ainda vivos da Guerra da Reconquista. Os membros da Comissão Universitária avaliaram satisfatoriamente o trabalho de investigação e elogiaram o estilo em que fora escrito. Os comentários de Barros Arana sobre o livro reforçam a qualidade da obra por sua “minuciosa investigação, plano habilmente disposto, interesse dramático na narração, retidão e elevação nos juízos, claridade e elegância no estilo, correção e harmonia na linguagem”. Em 1868, Miguel Luís Amunátegui revisou parcialmente o livro. A tarefa foi interrompida em função do cargo de Ministro do Interior e Relações Exteriores que veio a ocupar. Aquela revisão foi publicada no volume II da coleção das memórias históricas apresentadas à Universidade, c.f.: BARROS ARANA, *Don Miguel...*, p. 29-30.

³⁴ AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *La dictadura de O'Higgins*. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1853.

³⁵ BARROS ARANA, *Don Miguel...*, p. 34-35. Entendemos que as críticas dos Amunátegui contra o passado colonial e as continuidades que eles identificavam na república-conservadora tenham sido os verdadeiros motivos da censura. Não podemos nos esquecer de que essas obras foram escritas em meio às contestações políticas contra o governo de Montt, figura política acusada pela oposição (da qual os autores faziam parte) de obstruir a liberdade e o progresso do Chile e exercer um controle autoritário à moda colonial espanhola.

letras desagradáveis aos homens de Estado, apesar de que a *Universidad* cuidava de suavizar-lhe as asperezas do caminho”³⁶.

Diante da recusa, o reitor da Universidade, Andrés Bello, determinou que a memória fosse incluída nos *Anales de la Universidad*, tratando, justamente, de suavizar o caminho dos jovens autores – não só dos Amunátegui, mas também de outros que tiveram suas obras editadas nos *Anales*. Contudo, os irmãos Amunátegui não se contentaram em ver sua primeira grande obra – *La Reconquista Española* – encerrada dentro dos *Anales*. Procurando realizar seus anseios de tornar públicos seus êxitos acadêmicos, juntaram os prêmios de duas memórias (*La reconquista española* e *Los tres primeros años de la revolución de Chile*), ou seja, quatrocentos pesos, e financiaram a edição de duzentos exemplares da primeira dessas obras³⁷. É interessante ter em vista semelhantes informações sobre os meandros da publicação, porque ilustram a importância dada pelos próprios autores quanto ao reconhecimento do público, sobretudo para uma obra que fora elogiada pelos membros da academia.

Assim, podemos supor que as memórias históricas eram a porta de entrada para aqueles que almejavam o reconhecimento fora do meio universitário e não apenas o de seus pares. Além disso, a evidente heterogeneidade dos textos, tanto em sua qualidade literária quanto em suas filiações políticas, deixa muito claro que as memórias foram um campo de batalha política, no qual estão fixados os conflitos da época em que foram escritas e, por isso, são valiosas para o historiador atual. Por meio delas torna-se visível e compreensível o processo de interpretação do passado desde a perspectiva pós-independência e, ao mesmo tempo, permitem remontar os caminhos de construção da ordem republicana chilena³⁸.

Miguel Luís Amunátegui, por exemplo, manteve uma acirrada discussão histórica com Crescente Errázuriz (1839-1931) sobre o papel da Igreja na constituição do passado chileno após este autor ter publicado a memória *Los Orígenes de la Iglesia chilena*³⁹ em resposta à publicação de *Los Precursores de la Independencia de Chile*. Nesses escritos, está

³⁶ ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos...*, p. 13.

³⁷ *Los tres primeros años de la revolución de Chile* foi editada apenas nos *Anales de la Universidad de Chile* que eram “exemplares compaginados em forma feia e inadequada para um livro que, então, tinham os *Anales de la Universidad* impressos com um tipo gráfico muito pequeno e fatigoso para a vista, foram distribuídos pelos autores entre seus amigos e conhecidos”. Desse modo, o grande público não chegou a conhecer essa obra, pois seus autores não tiveram como custear sua impressão em larga tiragem como fizeram com *La Reconquista Española*. BARROS ARANA, Don Miguel..., p.35-6. Sobre a história do mundo editorial chileno, ver: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

³⁸ VICUÑA, Manuel. *Un juez en los infiernos Benjamín Vicuña Mackenna*. Santiago: Ediciones Diego Portales, 2009, p. 87-98. Ver também: GAZMURI, La ..., 2006.

³⁹ ERRÁZURIZ, Crescente. *Los Orígenes de la Iglesia chilena*. Santiago: Imprenta de El Correo: 1873.

refletida a luta pela secularização e os debates acerca da influência da colonização sobre os costumes chilenos. As discordâncias entre Amunátegui e Errázuriz, se “estenderam por seis anos e deram origem aos dois grandes trabalhos históricos (*Los Orígenes* e *Los Precursores*) e mais de vinte artigos de jornal”⁴⁰.

Em suma, as memórias históricas da *Universidad de Chile* foram uma maneira de favorecer o desenvolvimento da história como disciplina, estimular o estudo do passado e a aquisição e ordenação das fontes documentais sobre o Estado chileno. Mesmo que tenham formado uma sucessão de obras díspares em qualidade, desconectadas entre si e dedicadas geralmente ao estudo de uma matéria ou um período muito curto, ao final, o conjunto daqueles trabalhos acabaria por representar um aporte significativo à historiografia cultural chilena⁴¹.

c) Miguel Luís Amunátegui na historiografia contemporânea

Tendo em vista a importância das memórias históricas e a relevância cultural que, por meio delas, adquiriam alguns de seus autores, não é de se estranhar que os ditos “historiadores clássicos”⁴² – a saber: Miguel Luís Amunátegui, Benjamin Vicuña Mackenna e Diego Barros Arana – tenham chamado a atenção de historiadores contemporâneos, como Allen Woll, Cristián Gazmuri, Sergio Villalobos e Manuel Vicuña. Contudo, existe uma lacuna nos estudos historiográficos em relação à contribuição de Amunátegui na construção da história nacional.

Existem apenas cinco trabalhos direta ou indiretamente relacionados a Miguel Luís Amunátegui. Dois deles são biografias. A primeira foi publicada em 1889, pelo historiador chileno Diego Barros Arana, em homenagem ao aniversário de um ano da morte de Amunátegui⁴³. A segunda é um capítulo do livro *La Historiografía Chilena (1842-1920)*⁴⁴,

⁴⁰ WOLL, Allen. “The Catholic Historian in Nineteenth Century Chile”. In: *The Americas*, Vol. 33, n. 3, p. 470-489, jan., 1977, p. 484.

⁴¹ Dando-se conta dessas irregularidades e do valor que em si carregavam aquelas obras, alguns anos após o início dos concursos, Benjamín Vicuña Mackenna reuniu, em cinco volumes, as memórias anteriores a 1866 sob o título *Historia Jeneral de la República de Chile desde su Independencia hasta nuestros días*. Santiago: Imprenta Nacional, 1866-1882.

⁴² Historiadores chilenos de varias gerações – José Toribio Medina, Guillermo Feliú Cruz, Francisco A. Encina, Julio C. Jobet, Ricardo Donoso y Sergio Villalobos - têm utilizado esse qualificativo. Talvez, o primeiro a cunhar a expressão tenha sido Francisco Antonio Encina (1874-1965) na obra intitulada “Breve bosquejo de la literatura histórica chilena”. In: *Revista Atenea*, vol.291-292, año 26, Concepción, sep.-oct. 1949, p. 27- 68.

⁴³ BARROS ARANA, Diego. *Don Miguel Luis Amunátegui*. Editado por C. Morla Vicuña. París: Imprenta de A. Lahure, [1889?].

dedicado aos irmãos Amunátegui, em que Cristian Gazmuri comenta brevemente sobre suas vidas e suas obras.

O historiador chileno Sérgio Villalobos, na introdução de *Historia del pueblo chileno*⁴⁵, reafirma o lugar de Miguel Luís Amunátegui entre os historiadores “clássicos”. Porém, sua análise se restringe a mostrar como tais autores utilizaram suas histórias somente como “panfletos” políticos em prol do ideal de liberdade, sem analisar o esforço coletivo de interpretação do passado chileno. Por ser um texto introdutório, a análise é bastante sintética e, sobre Amunátegui, é ainda mais insatisfatória, principalmente, porque abrange somente o conteúdo do prólogo de duas de suas obras, razões pelas quais não podemos averiguar as implicações e validade de tal apreciação para todo o conjunto da obra.

O historiador colombiano Germán Colmenares, em *Las Convenciones contra la cultura*⁴⁶, ao sistematizar a historiografia latino-americana do século XIX, comenta brevemente sobre o valor de *Los precursores de la Independencia de Chile*. Para ele, esse é “um dos melhores livros da historiografia hispano-americana do século XIX”, pois há um “sentido primordial do histórico”⁴⁷. Isto é, possui a capacidade de extrair sentidos intrínsecos por trás dos eventos expostos nas fontes, interpretando seus silêncios e omissões. Porém, Colmenares não menciona nenhum outro texto de Miguel Luís Amunátegui e tampouco se preocupa em realizar uma análise detalhada sobre *Los precursores*⁴⁸. Mas seu mérito está em ter afirmado (porém, sem analisar ou explicar como) que Amunátegui fazia uso das estratégias tanto da história narrativa quanto da história filosófica – métodos historiográficos

⁴⁴ GAZMURI, C. R. *La Historiografía Chilena (1842-1920)*. Santiago de Chile: Aguilar Chilena de Ediciones S.A., 2006.

⁴⁵ VILLALOBOS, S. *Historia del Pueblo Chileno*. Santiago: Instituto Chileno de Estudios Humanísticos, 1980.

⁴⁶ COLMENARES, Germán. *Las convenciones contra la cultura. Ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX*. 4ª Edición. Santafé de Bogotá: Universidad del Valle, Banco de la República, 1997.

⁴⁷ COLMENARES, *Las Convenciones...*, p. 49-50.

⁴⁸ A ideia principal de Germán Colmenares era a de que os historiadores latino-americanos do século XIX se valeram das convenções historiográficas europeias a incapacidade americana de representar, em linguagem própria, a história e a configuração de suas próprias sociedades. Contra essa visão, Sérgio Mejía argumenta que as histórias republicanas oitocentistas, em realidade, são a “coluna vertebral da cultura escrita em todos os países da região [americana] durante mais de um século... parte substantiva de nossa história cultural, e seu estudo é tão imprescindível quanto o da evolução estrutural de nossas sociedades nacionais ou de seus ciclos econômicos”. Mejía, portanto, descarta a ideia de apropriação indevida uma vez que para ele, como para nós, o Romantismo e a Ilustração também formam parte da própria história americana. Com isso, queremos chamar atenção para a relevância que tem o estudo desse conjunto de obras não como cópias europeias ou como reminiscências de um passado antigo e tendencioso, mas como obras que em suas épocas constituíram um sistema de interpretação do passado que ajudavam os homens a entender o presente e a traçar o futuro. MEJÍA, Sérgio. “¿Qué hacer con las historias latinoamericanas del siglo XIX? A la memoria del historiador Germán Colmenares”. In: *Anuario Colombiana de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá, n° 34, 2007, p. 425-458.

desenvolvidos na Europa⁴⁹ – cujos propagadores no Chile eram, respectivamente, Andrés Bello e José Victorino Lastarria. Contudo, o historiador colombiano ainda sustenta a linha tradicional de que Bello e Lastarria foram figuras completamente opostas defendendo cada qual o seu próprio método. Em outras palavras, Colmenares se restringiu a localizar Miguel Luís Amunátegui no debate histórico chileno do século XIX, período em que se debateu sobre a validade dos métodos citados.

O historiador norte-americano Allen Woll, em seu livro *A Functional Past*⁵⁰ é quem mais avança nas discussões sobre a historiografia oitocentista do Chile. Na obra, se propõe a questionar duas premissas que permeiam os estudos sobre a escrita da história chilena no século XIX: a vitória incontestável do método narrativo de Andrés Bello sobre o método filosófico de Lastarria; e chamar atenção para os usos pragmáticos⁵¹ feitos pelos historiadores chilenos de seus trabalhos históricos, apesar de declararem a objetividade intelectual como meta. Para tanto, parte da premissa, com a qual estamos de acordo, de que os historiadores chilenos dessa época combinaram seus esforços intelectuais com sua atividade política. Imbricação que foi objeto de estudo desta dissertação.

Entretanto, frequentemente, os historiadores contemporâneos analisam a obra dos historiadores clássicos como uma prova da vitória incontestável do método narrativo⁵². Essa posição atualmente é um consenso interpretativo que tenta explicar como os Amunátegui e outros historiadores do século XIX escreveram suas obras históricas. Para sustentar sua opinião, esses autores incluem os trabalhos de Miguel Luís Amunátegui como prova da vitória da história narrativa⁵³, posto que optam por estender a Amunátegui conclusões que

⁴⁹ Sobre uma interessante discussão dos métodos narrativo e filosófico, recomendo: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Entre amadorismo e profissionalismo, as tensões da prática histórica no século XIX”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, dez. 2002 e, também COLMENARES, *Las Convenciones...*, para consultar um autor chileno sobre o mesmo tema, ver: SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las Ideas y de la Cultura en Chile, Sociedad y Cultura liberal en el siglo XIX*: J. V. Lastarria. Santiago: Editorial Universitaria, 1997.

⁵⁰ WOLL, Allen. *A Functional Past: the uses of history in nineteenth-century Chile*. Baton Rouge e Londres: Louisiana State University Press, 1982.

⁵¹ Com o termo “pragmático”, Woll define que os historiadores chilenos conferiram à narração histórica do país um uso político e ideológico, tornando-a tão útil às novas nações quanto aos próprios historiadores, sobretudo quando descobertos os usos cívico-morais na transformação de jovens em cidadãos patrióticos. Guarnecidos desse conjunto de conhecimentos os historiadores poderiam também usar a história para revelar as leis gerais que governam as ações humanas e usá-las para planejar o futuro da sociedade chilena. WOLL, *The functional...*, p. 4.

⁵² ENCINA, Francisco A. *La Literatura histórica chilena y el concepto actual de la historia*. Santiago: Nascimento, 1954.

⁵³ Essas conclusões são fruto de observações muito superficiais e não levam em conta a produção completa dos irmãos Amunátegui que ainda carece de estudos. Sobre essas interpretações parciais, consultar: ALVA, Joseph D. “El debate al método historiográfico en el Chile del siglo XIX”. In: *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 28, 2002, p. 97-128. Também em: WASSERMAN, Fabio. “Estado e instituciones culturales en el desarrollo de la historiografía chilena y rioplatense (1840-1860)”. In: *Revista de Estudios Trasandinos*, San Juan, n.12, 2000, p. 17-46.

consideram ser válidas para os trabalhos de Diego Barros Arana⁵⁴ ou então se pautam na relação entre Miguel Luís e Andrés Bello para explicar a suposta preferência.

Claramente, essa perspectiva subestima as complexidades existentes entre as distintas maneiras de estabelecer o conhecimento sobre o passado⁵⁵, ao assumir que a atividade histórica apresentava no século XIX apenas duas tendências opostas ou dois polos repelentes entre si: o método filosófico e o narrativo. Ignoraram, assim, a existência de um campo intermediário e cheio de emaranhados a ser explorado entre tais opostos.

Esta zona intermédia, segundo propomos, está permeada pelas tensões políticas em torno da definição do projeto republicano chileno, baseado nos seguintes, e em outros questionamentos: qual o lugar jurídico da Igreja? Como incorporar os territórios araucanos? Como criar um estado social ordenado e equilibrado? Acreditamos, portanto, que o melhor é enfrentar de uma maneira distinta o problema das histórias nacionais do século XIX, começando por um estudo monográfico, uma descrição e análise detalhada desses textos em seus contextos sociais de concepção, escrita, publicação e leitura – tal como pretendo realizar neste estudo.

Além disso, a interpretação baseada na dualidade dos métodos representa um retrocesso em relação ao questionamento de Woll sobre a vitória do método narrativo. Ao propor tal dúvida, o autor abriu as portas para repensar a oposição entre Bello e Lastarria. Por esse motivo, nessa dissertação, optamos por entender que houve conflitos, especialmente entre o que os historiadores diziam ser seus propósitos e os objetivos que realmente queriam alcançar com seus trabalhos. Isso porque existia, por um lado, a enunciação dos próprios historiadores de que estavam comprometidos em fazer uma história destinada a dar um tratamento erudito às fontes, ordenando os arquivos nacionais, realizando a compilação de

⁵⁴ É necessário ressaltar que as análises que consideram Barros Arana o representante ideal do modelo narrativo estão desconsiderando a “filosofia” que existe por detrás de sua narrativa, supostamente, objetiva e imparcial. Sua obra está repleta de posicionamentos sobre diversos assuntos, como por exemplo, sobre a geografia do Chile, a povoação do homem americano, sobre a coragem e a selvageria dos Araucanos, sobre a necessidade da ordem e outras, ou seja, nada do que realmente está baseado apenas nas narrações dos fatos retirados dos documentos. Além disso, muitas vezes lhe faltava documentos e informações. Falta que ele preenche com conclusões associativas e proposições próprias que estão sempre guiadas por sua maneira particular de interpretar o Chile e a história.

⁵⁵ Embora as próprias fontes nos aportem os termos “método narrativo” e “método filosófico”, defendemos que foi o trabalho de Féliu Cruz o trabalho mais determinante para a compreensão da historiografia chilena. A partir de suas proposições, observamos que houve um excesso de valorização desses dois termos, de modo que tem determinado a maneira como atualmente os historiados seguem tratando as questões sobre a forma de estudar e escrever história no Chile do século XIX. FELIÚ CRUZ, Guillermo. *Andrés Bello y la historiografía chilena*. Santiago: Ediciones de la Revista Mapocho, 1965.

documentos, escrevendo crônicas e narrativas “objetivas” sobre o passado⁵⁶, e por outro, existiam os usos práticos atribuídos a essa história, uma vez que os historiadores tentavam encontrar nos eventos pretéritos um sentido para as ações humanas e um desenvolvimento racionado para o futuro. Por essas razões, entendemos também que as obras históricas do século XIX estavam marcadas por um forte sentido pragmático. Essa preocupação dos homens de letras do século XIX em conceber a história como uma tarefa científica, a partir da qual se podia pensar o futuro, é o que nos permite propor a hipótese de que o método de Amunátegui só poderia ser um método híbrido⁵⁷.

Por sustentar essa posição, nos propusemos a estudar as obras de Miguel Luís Amunátegui como um conjunto de fontes históricas em si mesmas e, portanto, um aporte original ao estudo da história nacional. Seguindo, para tanto, a hipótese de que ele optou por uma *via particular*, encontrando um modo criativo de produzir seus estudos de história, no qual mesclou diferentes matizes às distintas formas disponíveis de se estudar a história em sua época. Consequentemente, procuramos aprofundar os questionamentos sobre a vitória do método de Bello em relação ao método filosófico de Lastarria.

É possível, também, ressaltar outras características que individualizam a obra de Amunátegui. A produção histórica dele trata de assuntos monográficos, apresentando grande fôlego explicativo e aportando grande quantidade de fontes documentais. Em seus trabalhos sempre há uma introdução que, em realidade, é uma espécie de declaração de princípios-

⁵⁶ Lastarria, ao escrever suas obras, não desconsiderou o uso das fontes como parte importante do ofício do historiador. Na introdução que faz à memória histórica de 1844 (LASTARRIA, José Victorino. “Investigaciones sobre la influencia social de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile”. In: LASTARRIA, J. V.. *Miscelánea Histórica i Literaria*. Tomo III: Historia. Valparaíso: [?], 1868), ele diz estar apresentando um trabalho “apoiando os pormenores históricos em documentos autênticos e desenvolvendo seu caráter e consequências com imparcialidade e verdade”, exatamente, de acordo com o estipulado pela Lei Orgânica da *Universidad*. Em seguida, faz uma ressalva para enunciar “os princípios que me guiaram ao penetrar no santuário da ciência da humanidade”. Portanto, admite que há *a priori* uma ideia que o orienta no estudo das fontes, bem como há uma preocupação erudita com a documentação. Atualmente, podemos avaliar que seu trabalho com as fontes foi feito de uma maneira imperfeita e bastante recortada por seus posicionamentos políticos e ideológicos. Mas, nisso não há novidade alguma, pois ele está fazendo o mesmo que vários outros historiadores fizeram e continuam fazendo, uma vez que é impossível eliminar a subjetividade de dentro do trabalho científico. Mais ainda, qualquer das histórias do século XIX pode ser tachada de “imperfeita” no manejo da documentação, pois todos os intelectuais daquela época se propuseram a fazer algo novo e muitas vezes trabalharam a partir de materiais incompletos. Não obstante, a experiência deles foi necessária para que pudesse existir historiadores como José Toribio Medina (1852–1930) quem foi um bibliógrafo e historiador chileno e, o maior compilador de fontes para o estudo da história nacional. Seu legado bibliográfico e intelectual composto por 8.431 títulos está disponível para consulta no salão da Biblioteca Nacional do Chile que leva o seu nome.

⁵⁷ É necessário esclarecer que a palavra “híbrido” foi utilizada para tentar localizar a discussão que estamos nos propondo a fazer, dentro dos estudos já realizados sobre o assunto, e que insistem na dualidade dos métodos. Reconhecendo que a maneira de escrever história desenvolvida por Amunátegui respondeu a seus anseios republicanos, à sua educação humanista e ao papel político que lhe coube desempenhar, muito mais do que a correntes metodológicas pré-estabelecidas. Por tal razão, este estudo propõe outra maneira de entender as obras de Miguel Luís Amunátegui.

gerais com a qual pretende orientar a compreensão do passado e explicar o desenvolvimento dos acontecimentos considerados centrais ao tema. Nesse sentido, ele trabalha com as dimensões factuais e filosóficas das questões que pretende explicar. Primeiro, buscando no passado a origem e a causa dos fenômenos históricos e, depois, respaldando a argumentação numa quantitativa documentação: crônicas, obras inéditas, documentos oficiais, cartas e etc.

O traço bem elaborado de seu estilo e de suas reflexões contrasta, por um lado, com os trabalhos de Benjamin Vicuña Mackenna, cujos livros foram “compostos rapidamente, lançando documentos à rápida corrente de sua pluma”, o que o fazia parecer “dominado por uma febre produtiva devoradora” responsável por fazê-lo “passar com uma surpreendente rapidez de um polo ao outro do mundo intelectual”⁵⁸. Por essa razão, escreveu uma vasta obra histórica, ainda que sua intenção fosse distinta. Vicuña Mackenna, segundo avalia o historiador Manuel Vicuña, pretendia ser lido pela maioria das pessoas, de modo que a fronteira estabelecida por seus trabalhos com a literatura e a imaginação é mais fluída e obscurece “seus poderes cognitivos com relação ao passado”⁵⁹. Por outro lado, aceita contraste também com o monumental trabalho histórico realizado por Diego Barros Arana, *Historia Jeneral de Chile*, publicado entre 1884 e 1902 e que possui a intenção de narrar, de modo ordenado e completo, todos os eventos relevantes do passado nacional. Seu objetivo é totalizador, não pretende deixar de fora nenhum acontecimento ou explicação possível de ajudar a contar a história. Nesse sentido, se distancia também dos interesses de Amunátegui, que sempre se propôs a escrever obras mais circunscritas no tempo e a explicar perguntas muito mais precisas.

Apesar das diferenças apresentadas, as obras de Amunátegui pertencem a um contexto cultural de produção e pensamento histórico estimulado dentro da *Universidad de Chile* pelo reitor Andrés Bello. Elas respondem às necessidades políticas práticas da carreira pública do seu autor, ao mesmo tempo em que tenta vislumbrar, nos eventos do passado, um caminho para conduzir seguramente o Chile à consolidação da república, do progresso e da liberdade e foram produzidas com o intuito de ser uma compreensão da própria história republicana dentro da própria sociedade e cultura chilena.

Em suma, os trabalhos de Colmenares e Woll representam avanços sobre a compreensão das histórias nacionais de metade do século XIX. Principalmente, porque elas nos mostram que é necessário levar em consideração a simbiose entre história e política,

⁵⁸ VICUÑA, *Un juez...*, p. 15.

⁵⁹ VICUÑA, *Un juez...*, p. 11-20.

especialmente à medida que a importância do progresso vindouro do Chile se impôs a qualquer declaração de objetividade dos historiadores. E, também, porque esses homens eram ao mesmo tempo “pensadores” e políticos, sujeitos que tinham algo a contribuir com os estudos históricos e com a formação da república⁶⁰.

Pelas razões apresentadas, discordamos da interpretação de que tenha ocorrido, no sentido específico do termo, um embate entre dois métodos opostos e, que desse embate tenha saído vitorioso o método narrativo, ainda que tal vitória tenha sido lenta e incompleta, como sugeriu Woll. Embora houvesse influência dos métodos europeus, não havia uma prática sólida e bem definida de como deveria ser escrita a história da república chilena. Isso porque, como o fim do sistema colonial havia sido um evento sem precedentes, muitos intelectuais americanos se dedicaram a encontrar soluções – resultantes do contexto cultural e ideológico em que cada um estava submerso – para o desafio de compreender o novo horizonte de expectativas criado após 1810 e de dar sentido às experiências coloniais.

Nesse aspecto, consideramos importante ressaltar que, em lugar de uma real oposição entre Bello e Lastarria, o que realmente precisa ser considerado é o esforço que ambos (inclusive, de Miguel Luís Amunátegui, Vicuña Mackenna e Diego Barros Arana) fizeram para tentar explicar a nova ordem política e promover o desenvolvimento da república, o que deixa claro que eram mais aliados do que inimigos nesse novo caminho que se abria ao futuro. Por isso, acreditamos que, com a análise crítica das obras de Amunátegui, contribuimos ainda mais para o debate, principalmente, porque buscamos ao longo dessa dissertação expor e explicar as características da história escrita por Miguel Luís Amunátegui à luz dos debates historiográficos de sua época.

d) Estrutura da dissertação

Desde o ponto de vista do conteúdo, as três obras trazem uma interpretação consistente do que foi a revolução de independência e demonstram preocupação em compreender o legado do passado colonial. Buscando explicar criticamente quais são as premissas e argumentos centrais da visão histórica de Miguel Luís Amunátegui, optamos por desenvolver a presente dissertação em três capítulos, cada um deles dedicado ao estudo de uma das três obras e estarão dispostos na mesma ordem cronológica das publicações.

⁶⁰ VICUÑA. *Un juez...*, p. 11-20.

Assim, no primeiro capítulo, dedicado à obra *Descubrimiento i Conquista de Chile*, procuramos demonstrar como o exemplo histórico dos primeiros conquistadores serviu de inspiração para Amunátegui explicar a importância da liberdade da iniciativa individual, além de analisar como ele entendeu as origens da Guerra de Arauco e sua durabilidade. No segundo capítulo, referente aos três volumes da obra *Los Precursores*, o meu objetivo é entender como o autor contribuiu com a crença de que a histórica conduz sempre à vitória inevitável da liberdade e ao advento seguro do progresso, bem como as razões dadas para os séculos de colonização americana e para os eventos que contribuíram para sua destruição. Mostrando como, para ele, a ausência de liberdade do regime colonial espanhol – considerado injusto e desigual para com os americanos – somado ao desgaste socioeconômico da Guerra de Arauco e ao contexto político internacional da época (independência norte-americana, revolução francesa e invasão napoleônica na península ibérica) levaram à Independência chilena. O último capítulo está dedicado a *La Crónica de 1810*. Nesse capítulo, pretendemos mostrar como Amunátegui estendeu e aprofundou os argumentos contidos em *Los Precursores*, de maneira a definir quais foram as ideias de reforma política provenientes do contexto de gestação da Independência e quais as motivações por detrás dos esforços dos promotores da emancipação política chilena deviam ser perseguidos e continuados pelos chilenos de meados do século XIX. Nesse percurso, veremos de que maneira o autor estabelece uma conexão entre passado e presente, e propõe um caminho novo para o Chile, rumo ao progresso e à civilização. Explicitaremos, assim, a imbricação entre política e história reivindicada nessa introdução como eixo central da presente dissertação.

CAPÍTULO 1: DESCUBRIMIENTO I CONQUISTA DE CHILE

A obra *Descubrimiento i Conquista de Chile*¹, publicada em 1861, é um dos principais trabalhos de Miguel Luís Amunátegui. Na obra, o autor trata da fundação do Chile, período de dimensão épica no qual atuaram os grandes conquistadores: Diego de Almagro, Pedro de Valdivia, Francisco de Villagra e Don Garcia Hurtado de Mendoza. Esses homens dedicaram-se a conquistar parte do que hoje é o território chileno, antes habitado em sua fração sul pelos “indômitos araucanos”².

Cronologicamente, a obra começa no ano de 1526, quando Francisco Pizarro, Diego de Almagro e o padre Fernando de Luque firmaram um acordo comercial para financiar a segunda viagem de descobrimento ao Peru, e termina em 1561, com o final do governo interino de Don García Hurtado de Mendoza.

Inicialmente, Amunátegui recupera a conquista do Peru por Pizarro, com o relato da disputa pelas possessões peruanas entre Pizarro e Almagro. Segue-se a isso a exposição dos motivos da decisão de Almagro em descobrir o Chile e os preparativos para essa viagem. Também nos é apresentada a história da chegada dos viajantes ao Chile, a impressão causada por esse território no ânimo dos descobridores, a volta de Almagro ao Peru, para discutir a demarcação territorial concedida a ele pelo rei espanhol, e, por fim, a narração dos acontecimentos que desencadearam sua morte.

São narrados, na sequência, o início da conquista do Chile, por Pedro de Valdivia e o processo histórico conhecido como “Guerra de Arauco” que, em poucas palavras, foi o constante enfrentamento entre as tropas espanholas contra os povos mapuches. O primeiro grande confronto aconteceu no ano de 1550, quando Pedro de Valdivia empreendeu sua primeira viagem ao sul do Chile, aproximando-se do rio Malleco – primeira linha da zona de proteção indígena. A Guerra terminou apenas em 1641, com a realização de um acordo entre índios e conquistadores – o Parlamento de Quilín³ –, no qual a Coroa espanhola passou a

¹ AMUNÁTEGUI, M. L.. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Santiago: Imprenta Chilena, 1862.

² Araucano é o termo utilizado por Miguel Luís Amunátegui para se referir à população nativa que ocupava o território sul do Chile e optamos por adotar essa nomenclatura no trabalho. Todavia, os estudos mais recentes optam pela designação “mapuche”, nome que significa na língua indígena “gente da terra”. O nome araucano, embora de origem controversa, foi designado pelos espanhóis para se referir aos habitantes da região entre o vale de Aconcágua e Chiloé, razão pela qual os mapuches atualmente recusam o nome de araucano. Faremos uso, quando nos for conveniente, de ambas as nomenclaturas.

³ Os parlamentos foram a prática, comum no Chile, por meio da qual índios e brancos entravam em acordo de não-agressão, normalmente, após um período de aguda hostilidade. O primeiro parlamento, o de Quilín, foi

reconhecer como independente o território da Araucanía⁵ entre o rio Bio-Bio e Toltén. Contudo, Miguel Luís Amunátegui encerra sua obra, antes, precisamente, com a última grande vitória militar espanhola durante a Guerra de Arauco, a qual foi concretizada pelo governador Don Garcia Hurtado de Medonza, em 1561.

Na perspectiva adotada por esta dissertação, *Descubrimiento i Conquista de Chile* não adquire importância apenas pelo assunto que discute, mas, principalmente, pelo diálogo que permite estabelecer entre as reflexões históricas contidas na obra e o contexto de sua elaboração.

Em 1861, quando Miguel Luís Amunátegui publicou o texto, o Chile vivia em um ambiente convulsionado pelas discussões sobre a ocupação definitiva da Araucanía⁶, promovidas pelo Congresso Nacional desde 1859. Após o ano de 1864, ocupando o cargo de deputado, Amunátegui defendeu⁷, no âmbito político, as ideias contidas em sua obra, com o intuito de apoiar o plano de ocupação apresentado pelo Intendente de Arauco Cornélio Saavedra (1821-1891)⁸.

No ano de 1861, Saavedra iniciou uma campanha militar contra a Araucanía⁹ e ajudou a promover a fundação e povoação de várias cidades, tais como Mulchén, Negrete,

⁵ A Araucanía originalmente compreendia toda a região do Vale do Aconcagua até o rio Toltén. Com o passar do tempo, o território dos araucos foi diminuindo e, ao final do século XIX, deixou de existir.

⁶ É necessário observar que os episódios decorrentes da atividade militar e da colonização da Araucanía, durante a segunda metade do século XIX, ficaram conhecidos na historiografia chilena, como “Pacificação da Araucanía”.

⁷ Contudo, o plano não foi unânime. Os deputados José Victorino Lastarria e Angél Custodio Gallo fizeram oposição parlamentar contra o plano de Saavedra e defenderam o projeto proposto pelo coronel Pedro Godoy, apresentado em 1862 ao Congresso. O motivo da oposição era o medo de que um ataque militar resultasse numa forte resistência araucana e a empresa fracassasse. Godoy propunha deixar a fronteira do vale central intacta e fundar cidades ao longo da costa para facilitar a comunicação e, paulatinamente, permitir a colonização do interior. O deputado queria começar pela ocupação mais fácil pela costa e, sem causar grandes prejuízos, ir avançando até completar toda a área da Araucanía. Esses opositores, portanto, propunham um plano de ocupação e pacificação mais lento, porém mais seguro.

⁸ Segundo Saavedra, a colonização da região de Arauco deveria ser prioritariamente estatal e se desenvolver em três passos: 1º) o exército teria função ativa para garantir a pacificação; 2º) o Estado deveria garantir a instalação de infraestrutura de comunicação; e 3º) depois de aberta a fronteira agrícola, o governo precisaria priorizar a fundação das cidades e a imigração nacional e estrangeira. Para mais informações, sobre o processo de Pacificação, ver: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. *La formación del estado, la nación y el pueblo Mapuche*: De la inclusión a la exclusión. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados e Universidad de Santiago, 2000.

⁹ A “Pacificação da Araucanía” foi inspirada no modelo norte-americano utilizado durante as famosas Campanhas para o Oeste, ocorridas mais ou menos na mesma época. A Argentina, na mesma época em que o Chile, deu início à Pacificação da Araucanía, empreendendo a expansão de sua fronteira agrícola em direção aos pampas. Densamente povoado por índios, muitos deles eram, inclusive, araucanos e que, nos séculos de colonização, haviam cruzado a cordilheira dos Andes para fugir dos espanhóis. Durante as campanhas militares contra os territórios ocupados, colonizadores e indígenas chegaram a prestar auxílio mútuo. Uma visão mais completa sobre as Campanhas do Deserto pode ser encontrada em: PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). Tese de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

Angol e Lebu¹⁰. Durante a década 1870, as campanhas de “Pacificação” ganharam mais força na medida em que se tornaram mais eficientes com o incremento logístico propiciado pela chegada do telégrafo e do trem a vapor à região e, também com a profissionalização do exército chileno. Com isso, o avanço militar continuou com facilidade e, pôde em 1833, reconstruir a cidade de Villarrica, fundada pela primeira vez em 1552, por Pedro de Valdivia. A campanha militar contra Arauco terminou em 1881, com a ocupação da região do rio Traiguén – última linha de proteção indígena.

Tendo em vista o exposto, nossa hipótese é a de que Miguel Luís Amunátegui teria encerrado seu relato histórico no ano de 1561, porque pretendia estabelecer uma continuidade entre a Guerra de Arauco (ocorrida entre os séculos XVI/XVII) e a Pacificação de Arauco (século XIX). Isso porque se, por um lado, o governo Don García Hurtado de Mendoza permitiu que a colonização se robustecesse com a fundação de cidades, a divisão de índios-de-serviço entre os conquistadores, e o desenvolvimento das atividades mineira e comercial, por outro, a pacificação imposta por este governador não foi definitiva. Primeiro, porque logo após sua saída do Chile, os conflitos voltaram, tornando necessária a realização do Parlamento de Quilín. E, mesmo após este Parlamento, os enfrentamentos, ainda que de forma esporádica e pontual, se prolongaram até meados do século XIX¹¹. Por essa razão, desde a perspectiva de Amunátegui, os espanhóis da época colonial haviam deixado inconclusa para os chilenos, do período republicano, a missão de colonizar definitivamente a Araucanía.

¹⁰ PINTO RODRÍGUEZ, *La formación...*, p.131.

¹¹ Para melhor orientar o leitor sobre a cronologia dos conflitos bélicos entre indígenas e espanhóis, propomos uma cronologia baseada na obra do antropólogo chileno José Bengoa, c.f.: BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM Editorial, 2000. Entre 1546 e 1641, ocorreram inúmeros enfrentamentos militares entre os dois grupos. Durante esse período, os governadores espanhóis Pedro de Valdivia (1554) e Martín García Óñez de Loyola (1598) foram mortos em Arauco. Além disso, os mais afamados heróis araucanos lutaram e padeceram nesse ínterim: Lautaro, Caupolican e Galvarino. Entre 1641 e 1810, vivenciou-se um período marcado por enfrentamentos, seguidos de tréguas realizadas pelos Parlamentos. A partir de meados do século XVIII, o comércio se instalou de maneira mais contundente na região e, até 1810, o ambiente de trocas mercantis propiciou relações mais amistosas em ambos os lados. A partir da década de 1830, em geral, as regiões próximas ao norte do rio Bio-Bio viveram em relativa paz e, com isso, alguns chilenos, aos poucos, ocuparam territórios adquiridos de índios que aceitaram ceder suas terras. Os conflitos só recommençaram, em 1851, quando os indígenas enxergaram no movimento político contra Manuel Montt, um possível apoio para suas reivindicações, a saber: solução para a ocupação irregular dos seus territórios e o fim do avanço da burocracia estatal sobre a região. Isso porque, a área norte do Bio-Bio encontrava-se cada vez mais marcada pela ocupação e expropriação de terras, pela presença da burocracia, do exército, das cidades, dos caminhos, de colonos, uma vez que estas foram algumas das várias estratégias usadas para que, aos poucos, Arauco fosse se tornando parte da república do Chile. Contudo, suas reclamações não foram ouvidas e, em 1852, o Estado empreendeu a criação da província de Arauco e, assim, legitimou juridicamente sua presença na Fronteira. Em 1859, os araucanos novamente se envolveram em conflitos com os chilenos, a fim de defender os interesses internos da sua comunidade, novamente, para tentar impedir o avanço da fronteira norte do rio Bio-Bio, paulatinamente ocupada pela agricultura chilena, e também frear o fluxo migratório europeu que pressionava a fronteira sul da Araucanía, a partir da comarca de Valdivia.

a) O diálogo de Miguel Luís Amunátegui com sua época.

O interesse pela ocupação definitiva da Araucanía surgiu no final da década de 1850¹², período em que o Chile enfrentava sua maior crise econômica desde a Independência. Ao aparecerem os primeiros sintomas da crise, os jornais começaram a discutir possíveis soluções para o déficit comercial chileno. Identificavam a fonte do problema como sendo a falta de produtos para venda no exterior e, então, propuseram como saída para a crise, o aumento das exportações que possibilitaria o equilíbrio da balança comercial e a consequente reordenação da economia do país.

Para além da questão econômica, o tema da ocupação de Arauco dizia respeito também ao contexto de formação do Estado, pois estava associado à questão territorial. Isso porque, após a promulgação da Carta Constitucional de 1833, o Chile passou a entender que Araucanía era parte integrante do território nacional e, legitimamente, poderia ser ocupado pelos chilenos porque lhes pertencia. Apesar deste dispositivo legal, a região estava ocupada pelos povos mapuches que, aos olhos dos políticos e intelectuais chilenos do século XIX, constituía uma ameaça ao progresso do Chile e à unidade nacional.

É nesse ambiente que os intelectuais e políticos debateram sistematicamente a questão da Araucanía¹³. Por meio dos dois principais jornais – *El Mercurio*, de Valparaíso e *El Ferrocarril*, de Santiago –, passaram a reivindicar sua ocupação. Para tanto, construíram a imagem do território araucano como sendo um local exuberante, fonte de inesgotáveis recursos naturais e abençoado pela Divina Providência para o desenvolvimento de atividades produtivas. Também recriaram a imagem dos povos mapuches.

De um povo que havia lutado durante séculos, heroicamente, por sua liberdade e contra a usurpação espanhola, o povo mapuche passou a ser visto, em meados do século XIX, como remanescente da barbárie e empecilho ao progresso e civilização¹⁴ no Chile¹⁵. Esse

¹² PINTO RODRÍGUEZ, *La formación...*, 2000.

¹³ A ocupação da Araucanía também fez parte de um cenário político e econômico internacional. A revolução industrial havia provocado na Europa uma forte explosão demográfica nas zonas urbanas, estimulou a produção agrícola e os movimentos migratórios. Como a América foi o principal destino dessa massa populacional e era também o grande produtor de alimentos, pode-se imaginar que a pressão sobre a propriedade territorial tenha aumentado e, em consequência, áreas ainda não ocupadas, como a Araucanía, começaram a entrar no campo de preocupações dos políticos americanos. Ver: HOBBSAWM, E. J. *A Era do Capital 1848-1875*. Trad.: Luciano Costa Neto. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

¹⁴ Sobre a relação entre barbárie e civilização dominante no discurso na América Latina do século XIX, ver a introdução de Facundo. SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁵ Para o pesquisador Jorge Pinto, a *intelligentsia* chilena não apenas justificou a invasão como também a agressão ao indígena, por meio de uma “ideologia da ocupação”, de tom fortemente anti-indigenista, que afiançou e legitimou a ação do Estado, projetando para a opinião pública a ideia do índio como portador de uma

raciocínio permitiu que se criticasse a manutenção daquele grupo como parte isolada do Estado – tal como acontecia desde os parlamentos – e, ao mesmo tempo, ajudou a justificar a necessidade de sua incorporação ao povo chileno. Sobre a formação da nova imagem dos mapuches, *El Mercurio* escreveu:

Trata-se de formar das duas partes separadas da nossa república um complexo interligado, se trata de abrir um manancial inesgotável de novos recursos para a agricultura e mineração, de novos caminhos para o comércio em rios navegáveis e trilhas facilmente acessíveis pela Cordilheira dos Andes... enfim, se trata do triunfo da civilização sobre a barbárie, da humanidade sobre a bestialidade¹⁶.

Assim, o discurso sobre a crise econômica, se somado ao tema da questão da unidade territorial e civilizacional dos povos mapuches, ajudaram a justificar a ocupação dos territórios da Araucanía.

Amunátegui não permaneceu imune ao ambiente político fomentado pelos jornais. Ao contrário, no encerramento de *Descubrimiento i Conquista de Chile*, posicionou-se favoravelmente à necessidade de se ocupar Arauco, para civilizar sua população e levar o Chile ao progresso¹⁷. Por essa razão, conclui da seguinte maneira: “Permita Deus que a civilização derrame o quanto antes seus benefícios sobre essa bela comarca, pátria de um povo bárbaro, mas heroico, com menos sangue e menos desgraças possíveis”¹⁸. Posição que

barbárie incorrigível afrontadora do país e entorpecedora do seu desenvolvimento. Tal discurso, segundo esse mesmo estudioso, se contrapunha à imagem do índio como exemplo de heroísmo e patriotismo e que durante a primeira metade do século XIX fora utilizada retoricamente pelos próceres da Independência para defender a emancipação política da colônia em relação à Espanha, c.f.: PINTO RODRÍGUEZ, *La Formación...*, p. 171.

¹⁶ VALDIVIA, Pedro de. “Una cuestión de primera importancia”. *Correspondência de El Mercurio*. 5 de julho de 1859, apud PINTO RODRIGUEZ, *La Formación...*, p. 154.

¹⁷ Não podemos deixar de notar que os argumentos contra os indígenas estavam envoltos em uma forte noção etapista da História que remonta à tradição cultural do Ocidente, iniciada na Antiguidade Clássica e que encontra seu ponto alto na Modernidade. Nesse esquema explicativo, a história da civilização tem seu começo na Grécia e as demais culturas estão sujeitas a esse lugar de enunciação, a partir do qual a Europa surge como o fator determinante do que é moderno/civilizado/capitalista/superior, deixando de fora inúmeras outras sociedades postas à margem da comparação, por serem atrasadas/supersticiosas/pré-capitalistas/inferiores (MIGNOLO, Walter. *Herencias coloniales y teorías postcoloniales*. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Mignolo.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2010.) Para comprovar que os chilenos poderiam atingir o progresso, Amunátegui relacionou o povo chileno aos plebeus europeus do século XI. Segundo essa lógica, se os segundos haviam alcançado um alto grau de progresso, os primeiros também poderiam progredir, apesar de ambos terem sido visto como inferiores por suas respectivas elites. Além disso, Amunátegui ressaltou que os chilenos – por contarem com a educação, os livros, as boas leis, a ciência, o exemplo histórico e a literatura – estavam em vantagem, já que com essas ferramentas podiam acelerar o próprio progresso, c.f.: AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 22.

¹⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 536. A crença em um processo de ocupação da Araucanía pacífico e relativamente simples tem importantes difusores para além de Amunátegui. O próprio intendente de Arauco, Cornélio Saavedra, dizia que tal missão poderia ser facilmente realizada com muita música, bebida e festa e pouca pólvora. José Bengoa cita uma frase reveladora do pensamento de Saavedra: “A Pacificação da Araucanía, senhor Presidente, nos custou muito mosto, muita música e pouca pólvora”. Bengoa identifica o consenso de que a campanha militar pudesse ser breve. Mas, do nosso ponto de vista, erra ao interpretar o discurso de Saavedra. Para nós, as discussões sobre a ocupação estatal da Araucanía não tinham nenhuma pretensão em defender os interesses territoriais indígenas. Ao contrário, a questão era desocupar os territórios de uma maneira que o

reiterou em seus discursos parlamentares. No dia 13 de setembro de 1864, apresentou o seguinte argumento:

É mister que, pois, procuremos fixar naquela comarca uma imigração chilena de melhor qualidade do que agora vai, e ao mesmo tempo conseguir que vá para ela a imigração estrangeira... O único meio de conseguir este duplo objetivo é *assegurar a ordem e a segurança em Arauco*. Quando se puder viver ali sem temor, nem dos pleitos dos brancos, nem dos *malones* de índios, podemos estar certos de que Arauco deixará de ser teatro de facínoras e refúgio de réus perseguidos pela justiça... O que será que pode impedir aos chilenos honrados de ir em busca das riquezas até agora inexploradas dos campos araucanos? A falta de segurança para as pessoas e propriedade. O que será que pode impedir os estrangeiros de vir encontrar uma *segunda pátria em uma terra abundante de recursos e favorecida pelo belo clima, onde não se conhecem feras e pestes*? A falta de segurança para as pessoas e propriedade. Façamos que em Arauco gozem desses dois bens sociais e viverão aí nacionais e estrangeiros, e Arauco deixará de estar despovoada de gente civilizada e Arauco deixará de ser bárbaro.¹⁹ (grifos nossos)

Em linhas gerais, o discurso de Amunátegui apresentava o indígena, habitante da Araucanía, como um ser não civilizado²⁰. Mas não por isso deveria continuar ocupando um território independente do Estado chileno. Ao contrário, deveriam ser integrados à unidade territorial do Chile e à civilização, por meio das campanhas de “Pacificação”²¹.

Estado pudesse, ao mesmo tempo evitar grandes conflitos armados na região e, controlar o tipo de colonização, para que a missão civilizatória se concretizasse rapidamente e da forma desejada. BENGHA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM Editorial, 2000. P. 174.

¹⁹ AMUNÁTEGUI, Miguel Luis. *Obras Completas*. Santiago: Imprenta Litografía i Encuadernación Barcelona, 1906., p. 33.

²⁰ De acordo com o historiador Jorge Pinto, os primeiros historiadores nacionais se esqueceram dos indígenas e, simplesmente, os excluíram de suas histórias. Nesse sentido, argumenta que “em *Descubrimiento i Conquista de Chile*, Amunátegui mostra o século XVI como uma das épocas mais notáveis da história pelas possibilidades que abriu ao europeu para utilizar toda sua criatividade. O que teve de grandioso o descobrimento, disse Amunátegui: foi a luta dos conquistadores com a natureza gigantesca do novo mundo; mais importante que a resistência indígena, foi a da terra americana, não cultivada e selvagem, que não impediu, em todo caso, que o espanhol conseguisse seus objetivos, porque ninguém colocou trava à sua liberdade. Ainda que fale de índios agredidos e rechace a ideia da existência de raças inferiores, Amunátegui começa sigilosamente a desenvolver a convicção tão arraigada em nossa sociedade de uma heroica resistência indígena”, mas faz a ressalva de que Miguel Luis “não deixa de associá-los [ou seja, os heróis indígenas] aos povos primitivos que só podem progredir se lhes educa e transforma”, por essa razão, “ao final, Amunátegui escreve uma história sem índios e com espanhóis que mais do que lutar contra eles tiveram de se sobrepor a natureza americana”. O autor acrescenta que “colocar o índio de fora da história era uma forma elegante de provar que nada lhe devíamos...”. Contudo, como temos visto, a afirmação de que a natureza americana tenha sido o grande oponente dos conquistadores era apenas uma frase retórica, para valorizar o esforço também heroico dos espanhóis. Além disso, a Guerra de Arauco constitui, para nós, o grande tema do livro *Descubrimiento i Conquista de Chile* e, os índios tanto quanto os espanhóis protagonizaram essa história. Isso porque o autor apresentar uma preocupação constante em definir a relação entre brancos e nativos na História do Chile e, consequentemente, em estabelecer uma forma de lidar com os araucanos dentro da realidade política chilena do século XIX. Assim, dizer que não existe o elemento indígena nessa obra é um exagero. Ele pode ser secundário (ou de vencidos) em relação ao papel desempenhado pelos heróis do descobrimento, mas de forma alguma desaparecem do campo de interesse de Miguel Luis Amunátegui.

²¹ Para demarcar sua posição sobre a questão civilizacional, Amunátegui aponta que os resultados da ação colonizadora dos espanhóis tinham deixado marcas da presença humana no ambiente natural muito mais profundas do que os povos originários da América, em suas palavras: “Os aventureiros espanhóis souberam levá-la a cabo [a conquista], impuseram a lei aos indígenas, lançaram os cimentos de centenas de cidades, traçaram

Ao classificar os indígenas como uma reminiscência primitiva indesejável, em um mundo moderno e racionalizado, tanto os jornais quanto a história escrita por Amunátegui mantinham continuidade com a visão colonialista presente nas crônicas coloniais²² e reproduziam alguns lugares-comuns sobre eles: a ênfase no modo de vida dos araucanos como sendo supersticioso, um povo sem organização social e de caráter cruel e desconfiado, dentre outros. Dessa maneira, o homem branco continuava a ter um fardo para carregar, isto é: conduzir os povos indígenas, considerados bárbaros, para o caminho certo, o da civilização ocidental.

Pelos motivos apresentados acima, como deputado, Miguel Luís Amunátegui propôs um projeto para que os mapuches pudessem ser civilizados e, integrados ao Chile republicano. Para tanto, além das campanhas bélicas defendeu igualmente a fundação de cidade, a construção de igrejas, escolas, órgãos de justiça, de cárceres e mercados²³. Nesse sentido, também apoiou o projeto de expropriação dos terrenos necessários à fundação das cidades porque, para ele não se podia “civilizar os homens que estão dispersos pelos campos”²⁴.

Esses argumentos do autor coincidem com os termos da lei aprovada em 1866, a qual transformava o Estado no único comprador das propriedades indígenas e estabelecia os critérios jurídicos da ocupação da Araucanía, por meio da venda de pequenas propriedades em sistema de remate público. O objetivo era garantir que as terras se tornassem produtivas, além de estimular a ocupação e a organização da atividade rural na região, de forma rápida e sem margens para interrupções ou para a morosidade burocrática.

A campanha militar em direção à Araucanía, então, estava plenamente justificada na década de 1860, por meio de dois argumentos básicos: primeiro, pela convicção de que era necessário expandir o território, aumentar mão-de-obra e produzir mais produtos comerciáveis; segundo, pela necessidade de conduzir, definitivamente, os povos mapuches à pacificação, civilização e integração social.

com suas espadas vitoriosas em um continente que haviam tirado não só dos seus moradores, mas também da natureza, províncias e reinos a seu capricho, e deixaram por monumentos de sua glória, em vez de arcos e pirâmides que o tempo reduz a pó, rios, comarcas, cordilheiras, mares e povoações batizadas com seus nomes”, c.f.: AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 7.

²² Esse fato não é algo inusitado uma vez que as crônicas foram as principais fontes de informação sobre os índios que Amunátegui e outros intelectuais oitocentistas tiveram acesso.

²³ De fato, a historiografia tem mostrado que, nas cidades fundadas na região de Arauco, a burocracia estatal rapidamente cresceu, com o intuito, principal de manter o governo central de Santiago informado sobre o que acontecia nas novas províncias e, assim, pudesse ordenar suas ações. Os intendentess das províncias da Araucanía eram responsáveis por relatar tanto os avanços civilizatórios promovidos na região de Arauco quanto o avanço de hospitais, escolas, redes de telégrafo, trem e outros, c.f.: PINTO RODRIGUEZ. *La formación...*, 2000.

²⁴ AMUNÁTEGUI, *Obras Completas...*, p. 29.

Nas próximas seções, analisarei criticamente o conteúdo da obra em si, tentando esquadriñar os objetivos, as premissas e as linhas centrais de argumentação percorridas por seu autor.

b) Razões para a escritura de *Descubrimiento i Conquista de Chile*

O autor recorda que o botânico e naturalista francês Claudio Gay (1800-1873) em *Historia Física y Política de Chile* já havia apresentado uma narração sobre o descobrimento e conquista do Chile. Mas, se sentindo insatisfeito com essa obra, Amunátegui se propõe a refazê-la com qualidade superior. Para atingir tal objetivo, pretendia realizar uma fusão dos “escritos contemporâneos [aos eventos narrados] em uma espécie de crônica que tivesse uma forma literária moderna”²⁵, pois considerava que as fontes primárias possuíam um valor superior ao das fontes secundárias, cujos autores “nem sempre compreendem a verdade” ou, pior, “intercalam entre os fatos históricos invenções de sua fantasia”²⁶. Utilizando essa forma de escrever a história, ele desejava retificar os erros tanto de interpretação quanto de informação da obra de Claudio Gay²⁷; poder completar os vazios presentes nas outras obras; descobrir a “verdade” dos fatos por trás das crônicas coloniais; e, “pintar os conquistadores com sua fisionomia e características próprias”²⁸.

Além da necessidade de fazer uma narração mais acurada sobre o período inaugural da história do Chile, Amunátegui argumenta que esse tema era de interesse de seus concidadãos, pois apresentava uma “proveitosa lição” para o presente, isto é: fazer “refletir o estadista que deseje encontrar uma regra de bom governo”²⁹.

O momento era adequado para que o autor apresentasse tal objetivo. Em 1861, ano de publicação da obra, foi também o último do governo de Manuel Montt³⁰ e, portanto, era

²⁵ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. VII.

²⁶ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. VI.

²⁷ Quando as fontes não eram precisas e sugeriam dúvidas sobre os eventos, Amunátegui inseria notas de rodapé, nas quais apresentava outras versões sobre o mesmo evento e explicava o motivo de ter escolhido uma delas, geralmente, a que parecia, de acordo com seu julgamento, mais verossímil. Nessas ocasiões, percebemos que, com frequência, a versão de Gay estava equivocada, embora ele tratasse com muita delicadeza a obra e a pessoa de Claudio Gay, dando crédito a este por ter encontrado documentos e notícias inéditas e por ter corrigido erros sobre a história do Chile.

²⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. VII.

²⁹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 2.

³⁰ Os dez anos do governo de Manuel Montt foram também anos de mudanças econômicas e algumas mudanças sociais. As reformas pretendidas pelo governo, estavam, em certa medida, comprometidas com a modernização das estruturas econômicas e culturais. Para o autor Rafael Sagredo Baeza a modernização podia ser percebida nos avanços materiais dos meios de comunicação (em particular, o trem e a navegação a vapor), favorecedores da descentralização da economia, da promoção de maior dinamismo econômico e da diversificação social (cf.: BAEZA, Rafael Sagredo. *Vapor ao norte, Tren al sur: El viaje presidencial como práctica política en Chile*,

um ano eleitoral. Assim, cabe a nós analisar como ele procedeu para propor uma forma de atuação política que melhor correspondesse à sua ideologia política, a partir das reflexões históricas contidas em *Descubrimiento i Conquista de Chile*.

Como compreendemos esta obra, Amunátegui teria retomado o exemplo dos primeiros conquistadores espanhóis na América, porque, segundo ele, estes homens, sem travas à espontaneidade de sua inspiração pessoal e sem a morosidade da burocracia da Coroa, realizaram a façanha da conquista da América³¹. Esse argumento aparece em sua obra da seguinte maneira:

“o que produziu um resultado tão maravilhoso e rápido [da Conquista da América] foi o ter deixado seu livre desenvolvimento à inspiração pessoal”, pois “os aventureiros do século XVI, entregues a seus próprios recursos buscavam armas, apetrechos e víveres a sua custa, como podiam, gastando todo o ouro que haviam acumulado e tomando dinheiro emprestado com juros inauditos, com a esperança de tomar posse de comarcas cujas riquezas os ressarcissem de tantos sacrifícios. A conquista era para eles uma especulação praticada a mão armada. O interesse individual lhes fazia sacar debaixo da terra, permita-me esta expressão vulgar, os caudais de bens que necessitavam”³².

O autor apresenta esse argumento, para representar a conquista como um dos grandes exemplos históricos de como a capacidade de ação do homem poderia determinar o futuro de uma sociedade. Nesse sentido, utiliza tanto o exemplo dos conquistadores quanto a narração dos primeiros anos da conquista, para expor sua posição ideológica pautada no ideal de

siglo XIX.^{1ª} Edição. Santiago: DIBAM, 2001.). Contudo, os dez anos do governo de Manuel Montt (1851 a 1861) também podem ser considerados como um ponto de inflexão na história conservadora, porque marcam o fim da hegemonia conservadora no poder, já que ocorrem acirradas disputas políticas entre a oligarquia chilena, contrária às mudanças econômicas e sociais, pois entendiam estas como possíveis ameaças ao seu domínio. O início (1851) e o final (1859) de seu mandato foram pontuados por guerras civis e, nessas duas ocasiões, as elites locais e o partido liberal contestaram justamente o autoritarismo de Montt.

³¹ Para o autor, ao contrário da conquista, a colonização, sob as ordens regulatórias da Espanha, caracterizou-se por ter sido uma empresa de resultados pequenos e, por essa razão, a América não havia conseguido ser tão gloriosa quanto o potencial do que poderia ter sido. Contudo, é preciso pontuar também que a Conquista não aconteceu tão a revelia das decisões da Coroa como o autor pretendeu esboçar na *Introdução*. Obviamente a monarquia atuou de forma menos consolidada durante o século XVI, mas, mesmo assim, estava presente. O próprio autor ao narrar sua história nos entrega exemplos em que a autoridade real esteve presente na vida colonial, inclusive no início dos descobrimentos, influenciando no rumo dos acontecimentos. O importante de todas essas considerações é perceber como Amunátegui apesar de sempre expressar seu compromisso com a verdade histórica e com a objetividade de sua investigação, acabou sacrificando a relação dos eventos em detrimento de sua ideologia política. Interessava a ele afirmar que a sociedade avançava melhor quando os homens eram deixados livres para agir espontaneamente segundo seus impulsos, porém, à medida que os fatos foram sendo narrados mostraram que o período colonial não podia responder cabalmente aos anseios de Amunátegui. Assim, seu argumento perde força cada vez que a presença da Coroa surge em contraponto com os designios pessoais.

³² AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 8.

liberdade³³, na valorização do indivíduo, no livre-arbítrio, na defesa da ação particular como elemento transformador da sociedade e no pleno desenvolvimento da humanidade.

Os termos de seu discurso está no tom claramente anti-colonialista em relação à Espanha, por meio do qual Amunátegui desenvolve um firme posicionamento político em relação ao centralismo do governo de Manuel Montt e defende a “liberdade de ação humana”³⁴. Politicamente, essa postura correspondia diretamente à defesa da soberania popular e das liberdades civis e política, como método para diminuir a influência do autoritarismo e instituir os preceitos cívicos da república³⁵. Além disso, para ele, os valores da república deveriam ser muito semelhantes aos que identificava como sendo os valores dos conquistadores – a inteligência, a audácia, o interesse pessoal. Isso porque, acreditava que tais características davam força à ação espontânea de vários homens, tornando o movimento social mais forte e adequado à realidade republicana e promovendo rapidamente o progresso e o abandono dos preceitos coloniais.

Mas, sabendo da resistência a estas propostas, Amunátegui argumenta que não havia razões para temer a ação da soberania popular, porque o povo chileno, quando liberado da tutela imposta pela elite conservadora, teria mais chances de atuar de forma condizente com o papel social que ocupavam, do que atuaram os soldados espanhóis durante a conquista. A diferença, para ele, estava no fato de que os conquistadores, em geral, eram “a escória da sociedade espanhola, ignorantes, viciosos, fanáticos e cruéis” e os chilenos oitocentistas eram

³³ A relação de Amunátegui com o liberalismo foi exposta de maneira sintética pelo historiador chileno Sergio Villalobos na introdução de sua obra *Historia del Pueblo Chileno*, na qual analisa a dívida intelectual daquele autor com Hegel e Adam Smith. “Para eles [Miguel Luís Amunátegui, Diego Barros Arana e Benjamin Vicuña Mackenna – os historiadores clássicos do Chile] a liberdade era a medida da história. (...) A especial valoração do indivíduo os fazia ver nas ações dos personagens uma eficácia decisiva para orientar a história. Exercendo o livre-arbítrio, podiam desafiar as forças sociais e abrir caminho para as grandes transformações”. VILLALOBOS R., Sérgio. *Historia de Pueblo Chileno*. Santiago: Zig-Zag, 1983. p. Introducción.

³⁴ Esse termo está diretamente relacionado ao ideal liberal e à forma de governo que ele propõe para o Chile republicano. Vejamos como ele define o termo “liberdade de ação humana”: “Essa experiência histórica do poder da espontaneidade humana há de ser muito proveitosa para as repúblicas hispano-americanas, onde tantos se empenham em centralizar nos governos todas as forças sociais. A história da conquista da América demonstra em cada uma de suas páginas o alcance da ação livre dos indivíduos e a impotência da exagerada autoridade governativa. Convém, então, apresentar esse quadro diante dos que aspiram a fazer dos governos providências visíveis e das sociedades conventos civis, dos que aspiram “a matar a vontade, ou seja, a personalidade nos associados...reduzindo-os a uma situação passiva em que tudo se espera do governo, acostumando-os a mirar como alheio o que é público”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 11-12.

³⁵ O projeto político de Amunátegui correspondia ao contexto de fortalecimento do projeto político dos liberais. Tendo em vista que, a partir de 1851, esse grupo questionou, frequente e incisivamente, o domínio político dos conservadores. Um dos indícios desse novo cenário, teve início durante a reeleição do General Manuel Bulnes (1841-51), em finais de 1845 e início de 1846, quando um grupo de liberais agitou populares contra o governo, provocando um enrijecimento da postura conservadora. Em resposta, foram aprovadas leis de censura à imprensa e de exílio de alguns “líderes”, ambas medidas apoiadas pelo Ministro do Interior que, na época, era o próprio Montt. Entretanto, os *Pipiolos*, ajudados pelo auge da cultura liberal, não retornaram à passividade anterior aos anos de 1845 e mantiveram as contestações.

“honrados, mais laboriosos e incontestavelmente mais ilustrados” que os primeiros³⁶. Para tanto, ele insistia que bastava difundir a ilustração e oferecer ao povo chileno os dois verdadeiros e sólidos fundamentos da grandeza dos estados – a ilustração e a liberdade³⁷.

Em suma, *Descubrimiento i Conquista de Chile* é um exercício de interpretação histórica sobre a luta heroica iniciada pelos conquistadores com o intuito de colonizar os povos originários. Por isso, pretendia propor um plano definitivo de conquista para a Araucanía e, igualmente, relembrar seus concidadãos sobre os valores que conduziram os conquistadores ao sucesso da conquista, afastá-los dos equívocos do regime colonial que impediram a América de se tornar um grande continente e, por fim, animar seus concidadãos a lutar contra os maus preceitos políticos contidos na Constituição de 1833 e defendidos pelo governo de Manuel Montt.

1.2 A Conquista do Peru: Os antecedentes da conquista do Chile³⁸

Sabe-se que a empresa de descobrimento e conquista na América esteve centrada na perspectiva do comércio e que, por isso, teve grande impulso quando foi conduzida por homens em busca de riqueza e ascensão social. Foi a ambição pessoal por enriquecimento e reconhecimento que guiou milhares de homens em meio ao “silêncio de uma solidão agreste”³⁹ da natureza americana. Só, posteriormente, a Coroa impôs o rigoroso pacto colonial, objetivando principalmente instituir o exclusivismo comercial⁴⁰ e, em consequência, ampliar a fortuna da monarquia espanhola.

Com a finalidade de construir os conquistadores como os grandes personagens de sua narrativa, para que servissem de exemplo aos seus concidadãos, Amunátegui estabelece um critério de julgamento. Para tanto, parte do princípio que os heróis da conquista foram homens

³⁶ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 16.

³⁷ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 16.

³⁸ Miguel Luís Amunátegui opta por regressar aos acontecimentos relativos à conquista do Peru (entre 1524-1531), porque o Reino do Chile foi dependente política e administrativamente do Peru, desde sua conquista até o final do período colonial.

³⁹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 32. É interessante observar que Amunátegui tende a representar, com frequência, a natureza americana como um território vazio e selvagem. Essa imagem tem a ver com a nulidade dos sinais de civilização anteriores a chegada dos espanhóis. Esse juízo reflete o julgamento do autor sobre o estágio civilizacional dos índios, posto que, para ele, um povo bárbaro estaria mais próximo do estado natural do que estariam os homens civilizados do Velho Mundo.

⁴⁰ Os impedimentos comerciais e o isolamento imposto pela Espanha à América foram um dos temas abordado por Amunátegui no livro *Los Precursores de la Independencia de Chile*.

que obtiveram sucesso nas aventuras no Novo Mundo. Por conta de semelhante ponto de vista, Pizarro e Almagro recebem sua atenção. Se por um lado, eram homens ignorantes, pobres, de origem bastante obscura, que vieram para a América “sob a bandeira de diversos capitães, como um pobre soldado”, por outro lado, conseguiram, mediante seus esforços, reunir dinheiro, para ter acesso a um *repartimiento*⁴¹ de índios, e, assim, conseguir a verba necessária, para financiar o descobrimento e conquista do Peru⁴². Empreendimento que realizaram com igual sucesso. Ou seja, a valorização histórica dos indivíduos, para o autor, deveria de corresponder diretamente à sua força de vontade, ousadia e capacidade de realização.

Além disso, o relato sobre as expedições ao Peru serviu para mostrar de que maneira a presença das autoridades coloniais afetaram o curso das missões de descobrimento e conquista da América. Mesmo considerando que, nos primeiro anos, a autoridade metropolitana ainda não estava tão ativa e centrada, como será no século XVII, o poder da Coroa teria influenciado nos acontecimentos. Para Amunátegui, retardando a conquista, em vez de estimulá-la⁴³, pois as viagens não poderiam ser feitas sem o consentimento dos governadores. Corroborando sua hipótese de que a morosidade burocrática e estreiteza de resultados são os únicos frutos possíveis das intervenções despóticas da Coroa espanhola, em oposição aos benefícios dos impulsos individuais ousados e corajosos.

Sobre a presença da Coroa nos domínios americanos, é preciso considerar também que Pizarro, ao dar início à fundação da cidade de São Miguel, criou as instituições básicas da

⁴¹ Sabe-se que o *repartimiento* era um sistema de trabalho assentado na mão-de-obra indígena. Os nativos deveriam trabalhar em troca de uma pequena remuneração, durante certas temporadas e, depois, deveriam retornar às reduções indígenas ou vilas. Mas, apesar de parecer funcional, o sistema rapidamente foi deturpado e se assemelhou à escravidão. Na obra *Los precursores de la Independencia de Chile*, Amunátegui também analisa detalhadamente o impacto das leis que tentavam regular o trabalho indígena, principalmente, as que proibiam o serviço pessoal (escravidão) e que regulavam o valor do trabalho indígena nos *repartimientos*.

⁴² As expedições de descobrimento eram, em geral, feitas em condições muito difíceis e, não raramente, com grande mortalidade entre os tripulantes dos navios, em função das condições precárias de navegação e dos rigores do clima, da fome e das lutas contra os índios. Durante a segunda viagem de Pizarro, na qual ele descobriu o Peru, por exemplo, dos 240 homens que embarcaram para a missão, apenas 80 sobreviveram até chegar ao destino. Como era uma atividade de alto risco, vários dos tripulantes eram fugitivos da justiça, para quem a única solução era ingressar nessa aventura em busca de dinheiro e fama. Além disso, as viagens eram de alto custo, razão pela qual muitos dos aventureiros se endividavam para tomar parte nelas e, portanto, desistir era sinônimo de endividamento e prisão.

⁴³ Durante a segunda expedição, Almagro se vê obrigado a voltar até o Panamá para solicitar ajuda para Pizarro e, assim, dar continuidade à exploração da costa peruana. Contra eles pesavam os insucessos e a denúncia das penúrias sofridas durante as viagens, fatos que as qualificavam como uma ação estéril cujos esforços chegavam a ser criminosos em razão do sofrimento que impunham a seus integrantes. Por isso, teve sua solicitação negada. Em razão disso, o autor afirma que houve o retardamento do processo de descobrimento. Mesmo, Pizarro tendo feito novas descobertas, novamente, o governador se opôs a ajuda-lo, negando-se a permitir a realização de uma terceira expedição. Diante de tal negativa, os conquistadores foram até a Espanha buscar o auxílio do rei, para continuar a Conquista do Peru. Esse relato, reforça os aspectos negativos da interferência metropolitana e, por isso, são narrados detalhadamente por Miguel Luís Amunátegui.

colonização: igreja, armazém público, fortaleza e sala de justiça. Essa atitude nos mostra, que incluir a Coroa no projeto colonizador era uma das preocupações dos colonizadores, que consideravam importante para o sucesso de sua conquista estabelecer uma cidade e dotá-la de um centro religioso e um centro administrativo, nos quais o sistema legislativo do reino pudesse penetrar na sociedade que ia sendo formada, afim de lhe garantir o direito de exploração da região descoberta. Entendemos que, Amunátegui narra este procedimento, porque acredita que a autoridade política da Coroa era necessária, porém apenas em sua justa medida, uma vez que os homens precisam de instituições que garantissem a ordenação da sociedade e a realização da felicidade e do bem-estar.

Entretanto, merece nota o fato de que, na região recém-descoberta (Peru), foi encontrada uma civilização relativamente adiantada⁴⁴, com terras cultivadas, povoações merecedoras do título de cidades, e numerosas agrupações de índios armados, de atitude imponente, que se mostravam dispostos a rechaçar a invasão dos estrangeiros⁴⁵. Isto é, o Império Inca, sobre o qual, os espanhóis impuseram seu governo e seus costumes, por meio da fundação de cidades e instituições espanholas – tal como acabamos de comentar.

Entretanto, narrar a existência de uma sociedade indígena como sendo capaz de rechaçar os espanhóis nos sugere que, retoricamente, Amunátegui utilizou esse dado para valorizar o heroísmo de seus personagens, posto que, ao final, conseguem sobrepujar o Império Inca. Isto serve, igualmente, de pretexto para descrever negativamente os indígenas. Nesse sentido, segundo a perspectiva de Amunátegui, a vitória dos espanhóis aconteceu não só por causa de suas armas e seus esforços, mas também por causa da arrogância e, consequente, descuido da elite incaica, a qual estava convencida de sua superioridade militar e de sua capacidade de vencer qualquer inimigo⁴⁶.

Quando o poder do Imperador Inca foi, finalmente, controlado pelas forças espanholas, Pizarro resolveu se dirigir à Espanha, com a intenção de pedir que Carlos V

⁴⁴ Aquela região, diferente das outras, possuía um alto grau de civilização de modo que a complexidade da vida social dos Incas pareceu aos olhos dos espanhóis um dado digno de observação. Por essa razão, o mito de fundação e a organização da sociedade incaica são os únicos representantes nativos explorados detidamente por Amunátegui em seu texto. O historiador não nos dá, por exemplo, nenhuma informação sobre a história de origem dos araucanos, tribos contra as quais os heróis de sua narrativa lutaram, apenas limita-se a descrever características consideradas primitivas e selvagens no modo de ser daqueles indígenas. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 52-3.

⁴⁵ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 40.

⁴⁶ A narrativa não omite a diferença cultural entre índios e brancos. A ação militar inca, por exemplo, foi apresentada mais como uma demonstração de poder, da magnitude e da capacidade de organização do exército, e do respeito que deviam ao líder do que uma marcha destinada ao ataque direto, cujo único intuito era o extermínio do grupo inimigo. Nesse intuito, Amunátegui narra que o numeroso exército incaico avançava unido e bem ensaiado, num conjunto compacto que mais parecia uma procissão ou um espetáculo. Apesar do caráter pomposo sobreposto à função bélica, não significa que a situação dos conquistadores não fosse de risco, visto que eram numericamente inferiores e estavam no interior do território, onde ninguém poderia enviar-lhes ajuda.

reconhecesse o direito de conquista do Peru, para si e para Almagro. Uma vez na corte, conseguiu para si todas as honrarias possíveis em relação à nova comarca, deixando de fora Diego de Almagro. Sentindo-se ofendido, Almagro solicitou ao rei que parte do novo território estivesse sob seu governo, independente da jurisdição concedida a Pizarro⁴⁷. Mas com a chegada das ordens reais, ninguém pôde dizer com certeza a quem pertencia a disputada cidade de Cuzco. Por isso, Pizarro teria concebido o plano de convencer seu rival a empreender a conquista do Chile⁴⁸.

Se, por um lado, Amunátegui considerou o descobrimento do reino do Chile como resultado direto da disputa de poder, cargos e territórios entre Pizarro e Almagro, por outro lado, não lhe escapou a compreensão de que, em termos conjunturais, essa viagem exploratória ao Chile foi também um intento de encontrar a tão ambicionada passagem para o Oriente – uma rota alternativa para o rico comércio de especiarias não dependente do Cabo da Boa-Esperança ou do mar Mediterrâneo⁴⁹.

Guiados por esse último objetivo, os espanhóis já vinham recolhendo informações sobre o território localizado mais ao sul do Peru, porém as informações eram escassas⁵⁰. No entanto, para os aventureiros espanhóis, o Chile era tido como um “país de ouro nas extremidades norte, como um país de prodígios na extremidade sul, duplo estímulo para animar ao mesmo tempo sua cobiça insaciável de riquezas e sua curiosidade nunca satisfeita pelo maravilhoso”⁵¹. Infelizmente, não tardaram em descobrir que essa imagem idílica do Chile era muito díspar da realidade, pois os desbravadores tiveram de enfrentar variadas dificuldades para chegar ao novo território e, quando, finalmente, conseguiram chegar ao vale

⁴⁷ Para Amunátegui, parecia impossível dissociar a história do Chile da história do Peru, ao menos até o momento em que o vice-rei do Peru concedeu a Pedro de Valdivia o título oficial de governador do Chile, quando ele passa a centrar-se apenas nos eventos chilenos.

⁴⁸ Amunátegui acredita que os índios teriam difundido relatos exagerados sobre a riqueza do Chile com o intuito de fazê-los abandonar o Peru em busca de riquezas e outros territórios. Por um lado, os boatos podem ser compreendidos de fato como uma forma de resistência indígena contra a presença espanhola, mas não como a única.

⁴⁹ Fernando de Magalhães, embora fosse português de origem, trabalhava sob as ordens da Coroa espanhola em 1520, quando descobriu a passagem entre o Ocidente e o Oriente, o estreito que leva seu nome. Em 1526, outra expedição espanhola navegou pela primeira vez por outra passagem entre os oceanos, porém somente no ano de 1616, a rota será identificada pelos holandeses e será denominada Cabo de Horn.

⁵⁰ As notícias se resumiam ao contato travado entre o exército inca e a população setentrional, submetida aos próprios domínios dessa civilização, nada mais se sabendo acerca da porção meridional. Quanto à parte austral, os relatos eram muito desalentadores, marcados pelo traço catastrófico do naufrágio das expedições enviadas para descoberta da passagem entre os dois oceanos, pelos relatos míticos e inverossímeis dos sobreviventes e pelas fábulas difundidas por todo o globo a respeito do Mar do Sul. Exemplo ilustrativo da condição acidentada e hostil do percurso pode ser observado no seguinte trecho: “fazia tanto frio, a natureza era tão agreste, o país se apresentava tão pouco cultivado que os descobridores impacientes por entrar no novo oceano não se detiveram em explorar uma comarca tão áspera”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 91-94.

⁵¹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 94.

central chileno, estavam completamente extenuados e maltratados pelas privações e provações enfrentadas.

1.3 O descobrimento do Chile por Diego de Almagro

Do ponto de vista desta dissertação, vale observar que o autor combina muito bem seus argumentos históricos com defesa que fazia da campanha de Saavedra. Compreender a relação entre história e política, nos ajuda a entender a razão do desejo de Amunátegui de que a Pacificação da Araucanía ocorresse “com menos sangue e menos desgraças possíveis”, ou seja, sem a mesma barbárie e crueldade empregada durante a colonização dos espanhóis. Isso demonstra sua crença de que os homens do seu tempo poderiam aprender com os erros do passado e escolher melhores caminhos. Mas o mais importante, em ambos os contextos históricos, é ter em conta o modo como a religião e a civilização foram usadas para redimir o contato violento entre brancos e índios, o que poderia mostrar, em última análise, o quanto há de violência na civilização e no discurso religioso. A diferença entre as épocas é que “o sagrado da civilização substituiu o sagrado da *religião*”⁵².

Tendo em vista esses argumentos, Amunátegui narra que a conquista do Chile teria se iniciado com um ato de justiça. Almagro teria oferecido seu apoio a um líder indígena local, na tentativa de traçar alianças e de evitar confronto armado com os nativos e, impor a dominação espanhola. Mas, da forma como entendemos este relato, ele servia para revestir o discurso colonial de submissão em relação aos povos originários com um caráter de benevolência. Vejamos, como Amunátegui relata a “paz” oferecida pelo conquistador:

sem querer empregar a força, Almagro convidou os indígenas a voltar para seus lares com suas famílias e mantimentos; aconselhou-os que amassem a um só Deus verdadeiro, renunciassem a seus vícios e idolatrias, servissem aos cristãos dando-lhes de comer e os querendo como amigos, e assegurou-

⁵² Como apontou Jean Starobinski, o termo civilização empregado durante a época da Luzes (e do qual Amunátegui se apropria) era um valor incontestável para a sociedade, a partir do qual se deveria julgar e tomar partido. Esse critério poderia definir quais culturas deveriam ser exaltadas e quais mereceriam condenação, pois tudo que não era civilizado, que resistisse ao processo civilizacional ou o ameaçasse deveria ser sacrificado em nome da própria civilização, momento em que até o uso da violência estaria legitimado. Para Starobinski, “o anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos”. Além disso, objetivo último continua o mesmo “a reabsorção e o desaparecimento das outras culturas no seio da catolicidade das luzes tomam o lugar da empresa missionária que procurara reunir a humanidade inteira sob a bandeira de Cristo”. STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad.: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 33.

lhes que os recém-chegados saberiam de sua parte corresponder e tratá-los bem⁵³.

Os índios do vale de Huasco e Coquimbo (vales adjacentes ao de Copiapó) declinaram a proposta e Almagro deu início a uma ação armada com ataques violentos.

Amunátegui, mostrando-se um pouco perplexo com a rebeldia dos nativos, acaba atribuindo a causa do confronto a alguns episódios pontuais de intrigas, ao comovente “patriotismo” e ao “amor à liberdade” dos indígenas⁵⁴. Em certa medida, ele acusa a resistência indígena de ser a causa das punições severas empregadas pelos espanhóis⁵⁵. De tal forma que, em sua posição, o castigo aos índios podia até ser considerado um ato injusto e excepcionalmente cruel, mas era necessário para afiançar a segurança dos brancos e levar adiante a conquista. Além disso, ele explica que os aventureiros, como Almagro e Pizarro, não estavam preparados para a elevada missão que o discurso colonizador lhes atribuía: converter os nativos à obediência do monarca e de Deus, e por isso, muitas vezes incorriam na violência. Porém, da maneira como acreditavam os conquistadores, a própria empresa colonial os redimiria desta “barbárie” provocada pelo avanço da “civilização”, pois esperavam dos céus a recompensa para conquista, além da riqueza e glória terrena.

Apesar da tentativa inicial de Almagro em pacificar e dominar os indígenas do vale central do Chile, sua primeira expedição não resultou na conquista da região. Os primeiros conquistadores desiludidos, por não terem encontrado uma terra que lhes “dava de comer”⁵⁶, marcharam de volta ao Peru, ao receberem a notícia de que o rei Carlos V havia ampliado a

⁵³ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 117.

⁵⁴ Essa interpretação omitia a característica ação violenta que marcou o contato entre os dois grupos e que para um leitor contemporâneo aparece acessível mesmo em uma leitura mais superficial da obra de Amunátegui. Mas, para o autor essa realidade não aparece clara porque os termos do embate entre índios e brancos ainda pertenciam à esfera da dicotomia entre civilização e barbárie e entre esses dois termos não havia disputa. A civilização era incontestável, assim como os meios para chegar a ela.

⁵⁵ Amunátegui, porém, pondera que o exemplo dos maus tratados em relação aos indígenas de serviço também poderia ser uma das causas para que os índios tenham se escondido, fugido em presença dos invasores e, por fim, decidido atacar aos espanhóis. Amunátegui acrescenta que alguns daqueles espanhóis fugiram da comitiva de Almagro e conseguiram se adiantar à expedição do próprio Almagro chegando antes ao Chile, onde foram mortos por alguns índios, precisamente, em razão dos “agravos infringidos aos indígenas” que viam praticando, a exemplo, do restante da tropa da qual haviam se separado e que vinham atrás cometendo os mesmos “agravos”. Portanto, o contato com aqueles soldados desgarrados constitui, do nosso ponto de vista, mais um motivo para crer que a população local da região central do Chile já conhecia bem o que esperar da presença espanhola em seu território e que trataram de reagir conforme entenderam ser a melhor maneira – a via agressiva – diferente do que vinham praticando outros grupos indígenas até aquele momento.

⁵⁶ As expressões “dar”, “buscar” ou “ter de comer” eram empregadas para se referir ao ato de repartir uma quantidade de índios entre os soldados participantes no descobrimento e conquista de uma região. O *repartimiento* justificava-se em vista da necessidade de mão-de-obra para alguma atividade que lhes permitisse enriquecer como o era, na maioria das vezes, a exploração das minas de ouro. Tratava-se de garantir o enriquecimento de alguns homens para que, por sua vez, pudessem retribuir a concessão do direito de explorar o trabalho indígena e de utilizar as terras americanas na forma de impostos para a Coroa. Era uma forma de ser útil ao Rei e a Deus.

concessão de Pizarro, a fim de incluir Cuzco, e delegado uma comarca com jurisdição independente para Almagro, Nova Toledo⁵⁷.

Mas, em seu regresso ao Peru, Diego de Almagro encontrou a comarca insurrecionada pelos índios em um contexto em que as disputas de poder entre os conquistadores estavam mescladas de modo inseparável das reivindicações indígenas. Involucrou-se no conflito a favor dos índios e, em razão do seu fracasso militar, sua participação redundou em sua morte nas mãos de Hernando Pizarro, irmão de Francisco Pizarro e principal líder das ações contra Almagro.

A fala proferida por Almagro antes da sua execução é relevante na medida em que revela que Amunátegui compreendeu o processo de disputa entre Almagro e Pizarro como sendo um emaranhado de intrigas e disputas “fratricidas” pelo poder:

Não me mate pelo amor de Deus, tenha presente que jamais derramei o sangue nem de vossos amigos, nem de vossos parentes, ainda que os tenha tido em meu poder, e poderia ter feito; recorda que fui o principal apoio para que Francisco Pizarro, vosso querido irmão, tenha subido ao cume da honra e da riqueza em que se encontra; olha quão velho, fraco e gotoso me encontro; deixa-me viver ao menos na prisão os poucos e tristes dias que restam para chorar os meus pecados⁵⁸.

Como último recurso, Diego rogou que o enviassem à presença do rei, para que este decidisse quanto à natureza dos crimes cometidos por ele e a punição merecida. O pedido, em realidade, ganhou o tom de uma ameaça desesperada: “é impossível que o monarca, lembrando como eu o tenho servido e as províncias que descobri para ele, deixe de castigar aos autores de minha morte”⁵⁹. Embora não tivesse sido acionada, a autoridade do monarca era um elemento no qual Almagro buscava apoio, usando-o, inclusive, para alertar seu rival sobre o papel que havia desempenhado dentro da monarquia. Este não deixa de ser um importante indício de como a presença da Coroa teria interferido, nos eventos da colônia e também qual o seu peso, no resultado final do processo de conquista. Mas apesar deste apelo, Almagro acabou sendo executado.

A partir da narração desta trágica disputa de poder, podemos depreender a caracterização do primeiro conquistador do Chile. Diego de Almagro é representado como o agente ideal da colonização espanhola, pois era um personagem bondoso, generoso,

⁵⁷ Com a morte de Almagro, Pizarro consegue do rei autorização para, sob a jurisdição do Peru, explorar a comarca de Nova Toledo. Por essa razão o Chile passa a ser uma capitania dependente do vice-reino do Peru.

⁵⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 155.

⁵⁹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p.156.

preocupado com seus companheiros de aventura e disposto a servir a Coroa e a Deus⁶⁰. Em contra partida, Francisco Pizarro foi visto, pelo historiador, como um homem ambicioso e desleal, destoando dentre seus crimes a postura traiçoeira com que lutou pelo domínio do Peru, embora não deixe de ser um personagem bem sucedido na missão que se propôs realizar.

Mesmo que Amunátegui tenha tratado Almagro nesses termos positivos, nós partiremos do pressuposto de que as qualidades de Almagro foram formas encontradas pelo autor para expor as qualidades humanas adequadas ao seu discurso político. Ou seja, expor aquelas qualidades que ele, certamente, gostaria de encontrar nos soldados enviados à Araucanía com a missão de ocupar a região e de levar aos bárbaros a civilização, durante o século XIX.

1.4 A Conquista do Chile por Pedro de Valdivia

Amunátegui, ao apresentar duas cartas escritas pelo conquistador Pedro de Valdivia⁶¹, ao rei Carlos V, resume acuradamente a imagem que os espanhóis tinham do Chile em meados do século XVI:

Aquela terra pobre e distante, que não tinha cidade como Cuzco e, que estava defendida por vastos desertos e uma elevadíssima cordilheira. Os que haviam passado para lá tinham deixado os dedos das mãos nas neves dos Andes e não haviam trazido ouro e, contavam longas histórias de seus padecimentos e muito pouco lucro. Uma experiência semelhante era pouco

⁶⁰ Amunátegui nos conta que Diego foi responsável por todas as despesas da primeira expedição ao Chile porque “era nele tão imperiosa a necessidade de dar, como no avaro é a de ganhar, que se achava impaciente para ter um país espaçoso para poder distribuir” e, por isso, mesmo estando bem financeiramente no Peru, os soldados “seguiram a bandeira de um conquistador tão amplamente estimado”, inebriados pela possibilidade de novas e mais afortunadas riquezas. Para o historiador, era maravilhosa esta generosidade de quem gastou toda fortuna em uma missão incerta, não esperando nenhum retorno e tendo a possibilidade de retribuir com terras e índios os esforços de seus companheiros. A fim de ilustrar o que diz, o autor nos dá inúmeros exemplos de ações de altruísmo, justiça, desapego e desejo de servir do conquistador. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 80.

⁶¹ Pedro de Valdivia era um homem de origens pobre, havia adquirido reconhecimento por seu desempenho na guerra da Itália e foi para América servir alguns comandantes na pacificação de territórios já conquistados, momento em que conheceu Francisco Pizarro. Valdivia lutou sob a bandeira do velho conquistador e havia conseguido um *repartimiento* de índios e alguma fortuna. Com uma pequena riqueza acumulada, aumentou sua ambição de se tornar ele mesmo um Cortés ou um Pizarro. Então, ele pediu permissão a Pizarro para conquistar o Chile. Com a permissão concedida, ele começou os preparativos, ou seja, a gastar toda sua fortuna e a se endividar para conseguir equipamentos, armas, índios e homens dispostos a acompanhá-lo – como já havia sido narrado sobre o descobrimento do Peru e a primeira viagem ao Chile de Diego. Vale também ressaltar que num contexto de vassalagem os sacrifícios financeiros eram vistos como um ponto necessário para bem servir ao Rei, uma vez que conquistar demandava arcar com os altos gastos desse tipo de serviço, por razão também que apenas alguns conseguiram sucesso.

propícia para fomentar o desejo de se expor a perigos que não deveriam ter uma compensação equivalente⁶².

A representação negativa do Chile estava relacionada tanto com a natureza geográfica que, de fato, impunha dificuldades à ocupação humana quanto pela imagem negativa resultante dos relatos pejorativos da expedição de Diego de Almagro⁶³ – a pobreza da sociedade araucana, sem sinais de civilização contundentes, e agricultura rudimentar.

Apesar disso, três homens pediram permissão para descobrir o Chile dentre os quais um deles era Pedro de Valdivia, o único que teve condições reais para empreender a missão com sucesso. Quanto aos dois outros, um pereceu antes de chegar ao território e o outro se viu obrigado a submeter-se às ordens de Pedro por não conseguir financiar o empreendimento.

A chegada de Valdivia ao Chile foi muito similar à chegada de Almagro, principalmente no que diz respeito à falta de conflitos e à impressão de extrema pobreza derivada do modo de vida nativo simples e rudimentar. O único elemento diferenciador foi que, por meio de tortura, descobriu que os índios estavam exagerando sua condição de miséria⁶⁴. Esse fato renovou o ânimo dos conquistadores em continuar⁶⁵. Por esse motivo, resolveram estabelecer-se no Chile e erigir uma cidade. Depois de fundada a cidade de

⁶² AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 167-168.

⁶³ A preparação das viagens de conquista do Chile é um lugar comum na narrativa de Amunátegui, sugerindo que há uma trajetória para que alguém chegasse a ser verdadeiramente um agente colonial. O primeiro era encontrar uma terra desocupada que pudesse ser palco de uma conquista. A missão deveria ser desafiadora, apresentando peripécias, desfecho incerto e grandes riscos. Seu empreendimento é tão arriscado e ousado que a viagem passa a ser considerada uma insanidade, uma declaração de suicídio ou, pior, de empobrecimento e de fracasso pessoal. Mas, obviamente, os homens que se lançaram a essa missão eram acostumados aos perigos, à guerra e aceitaram o desafio porque essa era a grande chance de enriquecer e adquirir fama. Ademais, entendemos que existem outros pontos de similitude entre as trajetórias pessoais dos conquistadores, a saber: a origem humilde na Espanha; a vinda para a América, o serviço como soldado e a promoção vertical de posto; o ganho de concessão de terras e índios pelos serviços prestados; o acúmulo de riquezas, por meios das recompensas recebidas, com as quais financiaram as expedições; o objetivo prático da aventura era enriquecer e expandir o reino espanhol.

⁶⁴ Os povos indígenas contavam com uma importante rede de notícias por meio da qual recebiam informações sobre o que acontecia em outras regiões. A malha informativa era bastante eficiente e, como vimos, quando Almagro chegou ao Chile os araucanos já estavam minimamente informados sobre a existência, os interesses e o comportamento dos invasores. O mapundungu, a língua dos mapuches, era utilizado por todas as tribos do vale central do Chile até Chiloé o que com certeza facilitava ainda mais a circulação de notícias entre os agrupamentos indígenas e permitiu que eles pudessem organizar reações coletivas contra os espanhóis.

⁶⁵ Os conquistadores chegaram à conclusão de que toda a imagem de miséria era uma farsa, uma vez que os índios locais, por meio de sua rede de informações, sabiam da existência dos espanhóis e tinham sido aconselhados pelo Imperador Inca a simularem aquela situação a fim de desestimular a conquista. Essa, obviamente, é uma interessante forma de resistência passiva. Entretanto, convém observar, o modo de vida dos índios do vale do Chile era muito mais simples do que o da sociedade incaica e, na realidade, parte daquilo que os espanhóis viam era, de fato, natural àquele grupo indígena. Mas, o intuito era exagerar o aspecto de miséria para evitar a guerra e proteger suas colheitas. De acordo com a lógica empregada se os invasores vinham atrás de riqueza e não a encontrasse nenhuma, eles iriam embora e os povos locais estariam a salvo. Os espanhóis, no entanto, não cogitaram que, mesmo as circunstâncias de miséria sendo um engodo, a pobreza era a verdadeira realidade dos índios.

Santiago, Valdivia procedeu à criação de um *cabildo* para garantir a penetração da autoridade real no seio daquela nova sociedade⁶⁶.

Com este ato dos espanhóis, os nativos perceberam que as intenções dos brancos era explorar o território, com o suor do trabalho indígena e, conseqüentemente, mudaram o tipo de sua resistência, passando a ser agressiva. No ano de 1541, ocorreu a primeira hostilidade. Os espanhóis, então, se deram conta de sua vulnerabilidade e da dificuldade de comunicação que tinham com Peru, para receber auxílios contra os índios. Concomitante aos primeiros levantes, os espanhóis começaram a ouvir boatos sobre um suposto levante indígena do Peru, com o auxílio do herdeiro de Diego de Almagro, que teria derrotado os espanhóis. A notícia parecia verossímil porque haviam saído de Cuzco, deixando para trás uma situação política bastante instável entre Pizarro e os aliados de Almagro.

No nosso entendimento, Amunátegui opta por narrar esses rumores e os demais receios dos espanhóis em relação ao destino da conquista, porque entendia que o futuro do Chile estava ligado ao do Peru. Se a morte de Francisco Pizarro fosse verdade, a conquista de Valdivia também estaria ameaçada. Primeiro, porque Pedro de Valdivia era aliado político de Pizarro e, depois porque uma derrota espanhola no Peru, significaria dificuldades extras para receber auxílios desde Lima.

Assim, *cabildo* e Pedro de Valdivia compreenderam, com clareza, que era necessário solicitar ao rei que o Chile se tornasse uma comarca independente do Peru e passasse a responder diretamente à Coroa. Enquanto esperavam a decisão, o *cabildo* de Santiago o obrigou a se tornar governador do Chile, pois consideravam que essa nomeação era a única garantia de que os conquistadores que acompanhavam Valdivia poderiam permanecer no Chile, a despeito das disputas políticas em que vivia imerso o Peru⁶⁷. Porém, ele se recusou várias vezes, antes de concordar em ocupar o cargo, porque desejava ter sua nomeação assinada “pelas mãos do soberano das Índias”⁶⁸.

Na interpretação de Amunátegui, Valdivia havia compreendido que, naqueles anos, a autoridade real já possuía mais peso e valor do que as ações do *cabildo*. De modo que, a criação desta corporação tinha mais a ver com um processo de consolidação da conquista sob seu comando do que uma fonte de poder alternativa ao poder real. Em outras palavras, o *cabildo* era apenas uma instância de decisão local, e sobre ela, o conquistador Valdivia tinha

⁶⁶ Nas palavras do autor: “Não havia cumprido ainda um mês a fundação de Santiago, quando Valdivia instituiu, a semelhança do que se acostumava na Espanha e do que se havia praticado nas outras cidades da América, um *cabildo*... designando, em nome do imperador, para exercer todos os ditos cargos os indivíduos que lhe pareceram mais competentes”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 182.

⁶⁷ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 185-186.

⁶⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 189.

influência e, utilizava disto para dar legitimidade às suas decisões. Além disso, era uma forma de mostrar sua capacidade para ordenar e bem governar as novas possessões para, num futuro próximo, utilizar tais diligências a seu favor no pedido pela governança do Chile.

A partir da narração de Amunátegui, depreendemos que Pedro de Valdivia estava no meio de um complexo jogo entre as disputas de poder no Peru, decorrentes da crescente pressão da Coroa, por maior controle sobre suas possessões americanas. A era dos grandes conquistadores, como Francisco Pizarro e Diego de Almagro, estava sendo árdua e efetivamente substituída pela colonização oficial da Coroa. Agir acertadamente em relação a esse jogo político, com certeza, exigiu de Valdivia preparo e inteligência. Isso porque os primeiros conquistadores passaram a ser tratados como rebeldes e aos olhos do rei precisavam ser afastados dos cargos de poder para que as novas autoridades, nomeadas pela monarquia, pudessem ocupar o espaço e fazer valer as ordens metropolitanas. Valdivia, então, tratou de ajustar-se às mudanças.

Ele, então, decidiu deixar o Chile e ir pessoalmente ao Peru, para participar das disputas militares entre Pizarros e o vice-rei Pedro de La Gasca. Com essa postura, demonstrava que preferia ser nomeado governador pelo monarca das Índias do que permanecer com um título incerto, sob as ordens de Pizarro ou do *cabildo* de Santiago. Ele soube entender que, mesmo sendo um conquistador, o contexto era outro. Assim, é compreensível que tenha ajudado a sepultar a “era dos conquistadores”, lutando ao lado do vice-rei. Isso porque, como dissemos, Valdivia desejava ser nomeado governador e obter a independência do Chile em relação ao Peru, para que sua comarca não estivesse mais à mercê das disputas políticas peruanas. Pretendia, além disso, definir a territorialidade do Chile para garantir uma ligação direta entre este país e a Espanha, não apenas política, mas também geográfica.

Todavia, o resultado foi mais modesto: o vice-rei La Gasca somente lhe deu uma declaração de governo sobre o território de Copiapó até a região hoje conhecida como Chiloé, somada a uma promessa de que enviaria diretamente ao Rei o pedido de expansão de seu poder até a região de Magalhães. Quanto as questões de independência do governo, este ainda permanecia sujeito aos vice-reis de Lima. As condições políticas oferecidas parecem coerentes. Em um momento de perda do status político dos conquistadores e de disputa entre estes e a Coroa, seria contraditório o vice-rei concedesse, para um só homem, o governo independente sobre uma região tão ampla e potencialmente importante, porque poderia ser a área intermediária na navegação entre o Ocidente e o Oriente. Como a Coroa espanhola não

permitiu o desmembramento da possessão dada a Francisco Pizarro, a dependência do Chile em relação a Lima acabou mantida durante todo período colonial.

Partimos da premissa de que a preocupação territorial de Valdivia e seu empenho em tornar o Chile uma comarca submetida apenas ao poder da Coroa refletiu uma postura política do próprio Amunátegui. Durante as primeiras décadas da república, a questão territorial foi uma obsessão para o governo chileno. O historiador foi chamado duas vezes pelo ministro de Relações Exteriores do Chile, Antonio Varas, para escrever tratados que defendessem e justificassem a posse de territórios que eram motivos de pugna com os vizinhos, Bolívia e Argentina⁶⁹.

De maneira não muito precisa, a proclamação da Independência (1 de janeiro de 1818) já reivindicava o território chileno, fazendo saber que “o território continental do Chile e suas ilhas adjacentes formavam de fato e de direito um Estado livre, independente e soberano”⁷⁰. Nas várias constituições do Chile (1823, 1828 e 1833) o único consenso existente era que a Araucanía e a região do estreito de Magalhães faziam parte do Chile⁷¹. Mas, somente a consolidação conservadora, em 1830, o Estado chileno se preocupou verdadeiramente em possuir uma representação cartográfica detalhada de todo seu território⁷². De modo que o “*Mapa para a inteligencia de la Historia física y política de Chile (1854)*”, elaborado por Gay⁷³, foi a primeira definição oficial da configuração do território nacional republicano. Os contornos apresentados correspondiam em grande medida às reivindicações

⁶⁹ Sobre a questão territorial do Chile, Amunátegui escreveu duas obras, um em 1853 e, outra em 1863. Para essas obras, consultar: AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *Titulos de la República de Chile a la soberanía i dominio de la Estremidad Austral del Continente Americano*. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1853. AMUNÁTEGUI, Miguel Luís. *La cuestión entre Chile y Bolivia*. Santiago: Imprenta Nacional, 1863.

⁷⁰ O’HIGGINS, Bernado et alii. *Declaración de la Independencia de Chile*. Disponível em: <<http://www.auroradechile.cl/newtenberg/681/article-2536.html>>. Acesso em: 03 de março de 2011.

⁷¹ Para Jorge Pinto a definição do estatuto que os mapuches deveriam ocupar dentro da sociedade chilena foi tomada como uma questão quase em separado. Os deputados afirmavam com segurança ser o Chile possuidor de um território único que englobava a Araucanía e, por isso, poderiam e deveriam ocupá-la. Em relação aos povos nativos, as discussões sobre se eram ou não cidadãos chilenos eram mais difíceis. Ao fim, o Congresso Nacional acabou por declará-los como parte da nação e sujeitos às mesmas leis que os demais chilenos e, por isso, deveriam ser submetidos à obediência da república.

⁷² Assim está declarado no artigo primeiro do capítulo um da Constituição de 1833: “O território do Chile se estende desde o deserto do Atacama até o Cabo de Hornos, e desde as cordilheiras dos Andes até o mar do Pacífico, compreendendo o arquipélago de Chiloé, todas as ilhas adjacentes e as de Juan Fernández”. Esta descrição nos permite afirmar que a representação cartográfica de Gay colaborou no amparo ao projeto político da nação.

⁷³ Para o mapa original, ver: GAY, Claudio. *Historia física y política de Chile - Atlas de la República de Chile*. Volumes I e II. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2010. Para um estudo completo sobre o trabalho cartográfico, consultar: BAEZA, Rafael Sagredo. “El Atlas de Gay - La Representación de una Nación. In: GAY, Claudio. *Historia... Atlas de la República de Chile*, 2010 e, também: BAEZA, Rafael Sagredo. “Geografía y nación. Claudio Gay y la primera representación cartográfica de Chile”. In: *Estudios Geográficos*. Santiago, vol. LXX. janeiro-junho, 2009.

de Pedro de Valdivia, ocorridas algum tempo antes⁷⁴ e, em grande medida, corresponde aos limites do Chile atual.

Portanto, parece coerente afirmar que, nos anos de 1860 quando a obra *Descubrimiento i Conquista de Chile* foi escrita, Amunátegui pretendesse justificar historicamente os limites geográficos do Chile oitocentista, sobretudo em relação à sua parcela mais ao sul⁷⁵, por isso, sua insistência em retratar a obsessão de Pedro de Valdivia pela definição da sua área de governo.

Por fim, merece nossa atenção a análise da personalidade de Pedro de Valdivia feita por Amunátegui. Insistimos que a construção da imagem dos conquistadores é um dos objetivos do autor, uma vez que, por meio dela, ele afiança sua defesa do poder da agência espontânea dos conquistadores, ao explicar as razões pelas quais estes atuaram com tanto sucesso durante a conquista, sem esquecer que graças às ações destes indivíduos, o Chile adquiriu, em grande medida, a configuração de seu territorial atual.

Entendemos que perseguindo estes objetivos, o historiador representou Pedro de Valdivia como um homem determinado, habilidoso e capaz militarmente, muito embora também fosse cruel, arrogante, ambicioso, traidor e ardiloso. Seus defeitos são ressaltados na medida em que segue concretizando a conquista, enriquecendo e fazendo prosperar sua empresa, pois, ao mesmo tempo em que se ampliavam as riquezas e os territórios, aumentavam de modo proporcional a arrogância, o orgulho, o autoritarismo e a megalomania.

Se, por um lado, os traços negativos de sua personalidade faziam dele alguém menor se comparado a Almagro⁷⁶, por outro, sobressaía o fato de que Valdivia era um habilidoso

⁷⁴ GAY, Claudio. *Historia... Atlas de la República de Chile*, p. LX-LXVII.

⁷⁵ Essa relação pode ser apenas deduzida nessa obra, porém na obra intitulada *Titulos de la República de Chile a la soberanía i dominio de la Estremidad Austral del Continente Americano desde la Patagonia inclusive hasta el Cabo de Hornos*, já citada, a relação aparece estabelecida de forma mais direta. Não é por acaso. Para defender o direito territorial chileno frente às demandas chilenas, o autor recorreu a uma regra do direito internacional que defendia que a princípio os novos estados hispano-americanos deveriam manter as fronteiras coloniais. Com a finalidade de aplicar tal regra, Amunátegui se propõe a narrar as mudanças limítrofes do Chile a partir de Diego de Almagro até a república, mostrando que a região austral caía desde a colônia em território chileno, é nesse contexto que a figura de Pedro de Valdivia ganha importância.

⁷⁶ Podemos considerar ainda outras diferenças, Pedro de Valdivia estivera presente por um tempo na guerra entre Espanha e Itália, onde obteve algum reconhecimento pelo seu desempenho e, não veio à América como um simples desconhecido. Além disso, por causa da experiência no confronto bélico, conhecia e sabia manejar com destreza as técnicas mais modernas de guerra. Era também mais novo, tinha apenas trinta e oito anos quando empreendeu sua primeira viagem ao Chile. Pizarro e Almagro tinham mais de 50 anos quando descobriram o Peru. Valdivia também havia aprendido com os erros do primeiro descobridor do Chile, a saber: optou por cruzar o deserto do Atacama para chegar ao vale de Copiapó, um caminho mais fácil do que os Andes; soube estimular seus soldados a manter o foco na missão; era cauteloso e inteligente que havia aprendido a se precaver legalmente contra futuros e possíveis litígios; era mais ilustrado do que Francisco Pizarro e Diego de Almagro, pois sabia ler e escrever. Quanto a este último dado, o historiador observa o elegante manejo discursivo das cartas enviadas ao rei, fato de sumo valor, pois retifica a tese do autor de que a ilustração é capaz de conduzir os

manipulador da realidade circundante, ciente dos movimentos possíveis no jogo de interesses da época colonial e disposto a tudo para se tornar governador do Chile, muito diferente de Almagro, considerado perdedor diante das intrigas de Pizarro⁷⁷.

Segundo nossa interpretação da obra de Amunátegui, é a capacidade de articulação entre ideias, projetos e interesses políticos que o autor pretendia resgatar com a narrativa sobre Valdivia. Objetivava, principalmente, enfatizar que os homens impulsionados pelo bom uso das faculdades humanas são capazes de realizar grandes eventos. Por isso, o historiador reconheceu seu personagem como sendo um “homem de determinação”⁷⁸ cuja figura heroica sobressaiu à opaca imagem de Diego, chegando este quase a ser esquecido como o primeiro a chegar a terras chilenas.

1.5 Início de Guerra de Arauco

Ao final da década de 1540, os índios atacaram e destruíram a cidade de La Serena e pouco tempo depois atearam fogo em Santiago, fazendo com que os espanhóis experimentassem uma realidade cheia de privações. O *cabildo* passou a pressionar Pedro de Valdivia a distribuir mais índios entre os colonos, com a finalidade de aliviar suas necessidades financeiras. Contudo, a quantidade de nativos, no vale central, disponíveis para os *repartimientos* era escassa.

Por essa razão, Valdivia enviou algumas expedições para reconhecer e levantar informações⁷⁹ sobre a porção sul do território. Seus representantes deveriam localizar as novas áreas, descobrir potencialidades, observar e apreender indígenas e, em especial, realizar

homens por caminhos mais seguros e melhores do que o faz a ignorância, AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 172.

⁷⁷ Mas, vale ressaltar que o fato de Almagro ter perecido nas mãos de Pizarro lutando por seus direitos de colonizador do Peru, não diminui significativamente seu valor heroico, pois para Amunátegui, o grande mérito daquele homem estava em sua benevolência, coragem, desprendimento e o serviço que havia prestado aos homens descobrindo o Chile.

⁷⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 243.

⁷⁹ Esse comportamento de Valdivia é bastante análogo ao de Almagro que havia procurado informações sobre o Chile, antes de empreender sua viagem até o vale de Copiapó. Assim como as notícias sobre as riquezas do Peru também haviam motivado as expedições de Pizarro. Ocorreu um movimento de igual teor, no espírito ilustrado do século XVIII, que levou as potências europeias a organizar, financiar e promover expedições científicas ao interior e costas americanas, a fim de identificar suas vantagens econômicas. Os chilenos do período republicano, dialogando com tais heranças, também se preocuparam em conhecer os territórios sobre os quais começavam a exercer soberania.

os rituais oficiais de tomada de posse em nome do conquistador⁸⁰. Quando as expedições enviadas ao sul chegaram a Santiago, trouxeram notícias animadoras sobre as novas regiões.

Então, Valdivia resolveu se interessar pela colonização do sul. Mas, antes, teve de equipar um barco e enviá-lo ao Peru, para reunir os recursos humanos e os equipamentos necessários ao empreendimento. Para concretizar esse objetivo, Valdivia teve primeiro de “desvanecer a má fama que o Chile tinha no Peru e facilitar assim a vinda dos auxílios”⁸¹ e dos soldados necessários⁸².

Pedro de Valdivia, ao realizar a primeira viagem ao sul, enfrentou o ataque dos povos mapuches, dando início ao episódio histórico conhecido como “Guerra de Arauco”. O conflito ocorreu na região de Andalién e foi árduo para ambos os lados, pois os índios teriam lutado com muita tenacidade. Derrotados, muitos resolveram fugir ainda mais para o sul ou para a cordilheira, sendo perseguidos no trajeto e punidos pelos espanhóis. Ao fim, os brancos conseguiram aquietar e submeter os indígenas que habitavam o vale entre o rio Maule e Itata. Além disso, Valdivia, imbuído do intuito de consolidar a conquista do território, resolveu fundar a cidade de Concepción⁸³. A partir desse ponto, as expedições ao sul inauguraram um período de prosperidade na conquista do Chile, ao prover o vale central de mão-de-obra.

O contexto de prosperidade, riqueza e tranquilidade bélica, segundo o posicionamento de Amunátegui, contribuiu para tornar proeminentes os traços negativos do caráter de Valdivia. Este assumiu uma posição acentuadamente orgulhosa, despótica, ambiciosa, ingrata em relação a Deus, descuidou-se das defesas e não pôde perceber os sinais de ataque próximo dos índios. Assim, Amunátegui cede ao tom dramático e analisa as circunstâncias da morte do governador do ponto de vista da moral. Todavia, não deixa de

⁸⁰ A razão do procedimento estava na precaução com que Pedro sempre escolheu atuar, pois estava consciente da possibilidade de que outro espanhol pudesse reivindicar a posse de alguma parte daqueles domínios. Desse modo, a medida demarcatória visava defender seu direito de exploração com base na lei metropolitana e assinalava regulamentar e historicamente o território como chileno.

⁸¹ A maneira encontrada pelo governador para atingir tal objetivo foi enviar todo o ouro que conseguiu reunir no Chile, para adornar ricamente os equipamentos enviados ao Peru. Desse modo, acreditava que atrairia a cobiça dos espanhóis e, conseqüentemente, sua ajuda àquela conquista.

⁸² Contudo, Amunátegui afirma que, por causa desse empecilho, o governador teve de ser pouco escrupuloso na eleição dos soldados que iriam com ele para o Chile. O caráter duvidoso desses homens justificava, para Amunátegui, as ações de roubos e maus tratos para com os índios e, embora, esses fossem resultados indesejáveis, eram compreensíveis na medida em que eram necessários para afiançar a continuidade do empreendimento de conquista. Ao mesmo tempo, esse comentário visava suscitar uma comparação entre soldados espanhóis com os soldados chilenos, pois seus leitores ao ler tais relatos poderiam perceber que o exército profissional da república tinha mais instrução e disciplina para evitar, com certo êxito, os erros do exército espanhol, c.f.: AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 250.

⁸³ Na ocasião da morte de Valdivia havia oito cidades – Santiago, La Serena, Concepción, Valdivia e Villarica (naquela ocasião, Valparaíso era apenas um porto despovoado), Angol e Confins –, todas devidamente habitadas, ordenadas pelos *cabildos* e providas de *encomenderos*. A fundação das cidades era considerada um sinal de prosperidade, pois era um símbolo da dominação espanhola vitoriosa.

valorizar a bravura e o heroísmo implicados na lógica de descobrir, conhecer, povoar e governar, que as expedições ao sul demandavam.

No ano de 1553, todo esse cenário de paz e prosperidade começará a ruir, pois Valdivia empreendeu uma expedição militar contra a região de Tucapel e de Purén, ambicionando adentrar ainda mais o território mapuche. Porém, os índios reagiram. O conflito foi liderado pelas três personalidades⁸⁴ mapuches mais famosas da história do Chile: Colocolo, Caupolicán e Lautaro.

Perplexo diante a derrota de Valdivia, Amunátegui tentou explicá-la. Em princípio, argumenta que a superioridade qualitativa do aparelho bélico espanhol foi compensada pela superioridade quantitativa dos indígenas, motivo pelo qual a luta foi tão acirrada, possibilitando a derrota espanhola⁸⁵. Contudo, encontra outra explicação. Em linhas gerais, para ele, se os brancos não haviam conseguido avançar em direção à “*transculturación*”⁸⁶ em proveito de uma vitória duradoura, os índios souberam efetuar muito bem a tradução cultural

⁸⁴ O primeiro era líder dos araucanos durante aqueles anos e, segundo os costumes nativos, convocou uma reunião comunitária na qual elegeram como *toqui* (líder militar) a Caupolicán por ser ele, de acordo com Amunátegui, um homem esforçado, constante e prudente. De sua parte, Caupolicán convocou outra reunião para decidir a melhor forma de enfrentar o inimigo. Surge, então, a figura de Lautaro, definido por Amunátegui como um “yanacona fugitivo do governador Valdivia, a quem havia servido de pajem e de quem havia sido favorito”, descendente de cacique e que preferira “combater em defesa da terra dos seus pais, do que a viver adulado pelos estrangeiros”. Lautaro foi responsável por liderar a mais importante resistência armada indígena daqueles anos ao intimar seus companheiros a lutarem com valentia contra o inimigo para evitar o pesado jugo do poder espanhol que os oprimia ferozmente. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 302.

⁸⁵ Muito embora seja este o argumento do autor, nós podemos perceber o tema da dessemelhança de forças como predominante na obra *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Mas, para nós, a desigualdade pode ser representada pela altíssima taxa de mortalidade entre os araucanos na zona de contato, motivada por guerra, doenças, maus tratos. Também na necessidade de contínua alteração das formas de subsistência indígena. Além da criação de animais domésticos ter sido reduzida, os nativos deixaram de semear e colher com a mesma frequência e, em alguns momentos, voltaram a viver apenas da coleta de frutos selvagens, o que os levou a longos períodos de escassez e de fome. Os espanhóis, apesar dos percalços já relatados, com auxílio do domínio técnico disponível conseguiram mais rapidamente recuperar-se dos danos causados pelas guerras e consolidar o domínio sobre o outro e sobre o território ocupado. A agricultura e a criação de animais deles só fez prosperar e, com o passar do tempo, puderam estabelecer comércio, explorar minas e fundar fazendas. Portanto, mesmo que a superioridade demográfica indígena tenha servido para contrabalancear a força militar espanhola, o equilíbrio de condições entre brancos e índios dificilmente seria alcançado. Em contrapartida, o historiador contemporâneo José Bengoa insiste que houve um equilíbrio de força militar entre índios e brancos, achamos muito arriscado defender tal posição, c.f.: BENGOA, José. *Historia de los antiguos mapuches del sur: desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín* : siglos XVI y XVII. Santiago: Catalonia, 2003, p. 286.

⁸⁶ Para o conceito de transculturaço utilizamos a definio de: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do imprio: relatos de viagem e transculturao*. Bauru: EDUSC, 1999. Segundo Maria Helena Machado, em sua resenha ao livro *Os Olhos do Imprio*, o termo transculturao “entendido como um fenmeno da zona de contato e que se refere s apropriaes dos materiais nativos pelos europeus mas tambm maneira pela qual os coloniais se apropriam dos estilos imperiais, construindo eles prprios modos de representao que, absorvidos pelo olhar imperial, constituem um universo cognitivo que passa a ser considerado como originariamente europeu. O termo transculturao foi criado na dcada de 40 por Fernando Ortiz em seu *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azcar*, e l correlacionado ao universo das trocas culturais”, c.f.: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Os Olhos do Imprio. Relatos de viagem e transculturao*. In: *Revista brasileira de Histria*. vol.20, n.39, p. 281-289, 2000.

e interpretar as intenções e as ações dos espanhóis, tornando mais difíceis os confrontos⁸⁷. Ao entender os mecanismos de guerra europeus empregados por Pedro de Valdivia, estrategista bem treinado em sua experiência nas Guerras Italianas, os mapuches tornaram sua resistência mais eficiente. Nesse sentido, é exemplar o discurso desmistificador de Lautaro:

Vivi muito tempo entre os espanhóis e fui criado pelo governador Valdivia, cujos cavalos eu cuidei. Os cristãos são tão mortais como nós. Valdivia é um homem como todos; os cavalos se cansam e morrem. Para vencer os estrangeiros e seus animais basta pelear com valor. Se assim vós fazeis, se libertarão do jugo pesado que eles querem lançar sobre vós⁸⁸.

A novidade pegou desprevenido Pedro de Valdivia que, não podendo defender-se contra a investida, acabou morrendo junto com os cinquenta soldados e os dois mil índios de serviços que o acompanhavam⁸⁹. Desse modo, o episódio do forte de Purén⁹⁰ se tornou um marco de mudança nas relações entre índios e brancos.

Ao interpretar esse episódio histórico, Amunátegui confirma sua opinião negativa sobre o povo mapuche, afirmando que a morte de Valdivia havia ocorrido sob “tormentos esquisitos inventados pela ferocidade selvagem”⁹¹ e, assim, define como soberba a postura dos índios depois da vitória sobre Valdivia. Suas críticas nascem do fato de que, para ele, o conflito representa a derrota da civilização sobre a barbárie. Por essa razão, tenta diminuir a importância da vitória indígena. Em suas palavras:

⁸⁷ Depois de humanizar os inimigos e identificar sua fragilidade, Lautaro defendeu o abandono quase por completo do antigo estilo marcial de guerra indígena e, por isso, dedicou-se a ensinar a nova técnica de ataque, uma adaptação do estilo bélico espanhol. Os índios, que antes lutavam em apenas um agrupamento e com movimentos muito semelhantes aos de uma procissão religiosa, passaram a lutar usando diversos destacamentos, mais ágeis e compostos por soldados passíveis de serem substituídos por outros; e fazendo uso do conhecimento da topografia para criar armadilhas, facilitar o ataque e dificultar a fuga dos espanhóis. Ademais, a perseguição de seus inimigos e a eliminação do oponente tornou-se prioridade.

⁸⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p.302-303.

⁸⁹ Aproveitamos o relato para questionar a interpretação de José Bengoa sobre o comportamento dos índios após a morte de Valdivia. De acordo com o autor “chama a atenção a conduta dos indígenas vitoriosos, [pois] não sabemos muito sobre o que ocorreu, apenas que não perseguiram os soldados derrotados. Teria sido lógico desde a perspectiva hispânica, desde a guerra moderna... provavelmente celebraram a vitória. Seguramente, recolheram seus mortos e os queimaram...Não há registro do que ocorreu nas filas indígenas depois da batalha”, c.f.: BENGOA. *Historia de los Antiguos...*, p. 256. Preenchendo a lacuna identificada por Bengoa, Amunátegui encontrou tais relatos e assegura que os indígenas perseguiram os soldados espanhóis. Prova disso é o fato de terem matado todos os homens que participaram da batalha de Purén. Os araucanos não deixaram de lutar nem para cuidar dos mortos e feridos, nem para ver a bagagem dos brancos. Eles prosseguiram fiéis ao plano de Lautaro e o executaram até o fim. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 311-321.

⁹⁰ Miguel Luís Amunátegui narrou que Valdivia, vendo a batalha tomar um rumo desfavorável, desceu até o campo de batalha e ordenou a todos os homens o ataque máximo. Ele não percebeu a emboscada preparada pelos índios, nem que Lautaro aguardava o último agrupamento espanhol entrar em combate para fechar o cerco. Além disso, quando percebeu ser a fuga a melhor estratégia, “Valdivia ordenou a retirada acreditando que, se abandonassem ao inimigo as bagagens, este se entreteria com o saque e a distribuição do botim e daria tempo aos espanhóis para escapar. Em breve se proporia a voltar, liderando uma tropa suficiente para lavar sua desonra e castigar os rebeldes”. Se lembrarmos dos outros relatos de confronto, nos tempos do alvorecimento indígena em relação aos espanhóis, podemos considerar que a tática de Valdivia teria chances de funcionar, porém, a postura de ataque araucano havia mudado. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 311.

⁹¹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 314.

os araucanos não eram certamente os cortesões cavaleiros armados de lanças e macaná que havia pintado Don Alonso de Ercilla nas oitavas bem rimadas e elegantes, senão bárbaros, [...] sem mais religião que algumas superstições grosseiras, nem mais organização social que aquela que resultada da obediência aos chefes que sobressaíam pelo valor ou astúcia, obediência que, sobretudo em tempo de paz, era sumamente frouxa⁹².

Devemos considerar que, aos olhos de um homem educado no ambiente intelectual e político da Ilustração, os indígenas eram bárbaros, cujo estilo de vida negava a possibilidade de progresso da humanidade. Por isso, para ele, era impensável que a sociedade mapuche pudesse persistir no seio da república chilena.

1.6 A vida política do Chile durante o governo de Pedro de Valdivia

Cabe analisar, neste tópico, a vida política do Chile, a fim de encerrar nossas considerações sobre o governo de Pedro de Valdivia, pois nessa época o *cabildo* de Santiago começou a se articular politicamente para lutar por maior poder e autonomia.

Para tanto, o *cabildo* ambicionou, inicialmente, escolher um novo governador, com a clara intenção de se libertar da personalidade despótica de Valdivia. Para tanto, articulou para substituir Valdivia pelo mestre de campo Francisco de Villagra. Mas, diante do fracasso desta intenção, optaram por outras soluções.

Começaram, então, a reivindicar diretamente poderes políticos para si, por exemplo, pedindo ao governador Valdivia que elevasse Santiago à capital da colônia e desse a La Serena o status apenas de vila e não de cidade. Pedro de Valdivia aceitou a primeira sugestão, mas não a segunda. Vale observar que com a elevação de Santiago à capital, por uma questão de hierarquia, o *cabildo* daquela cidade passou a ter poder de jurisdição sobre os outros

⁹² AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 296.

cabildos e, em consequência, ampliou o espectro de sua atuação para toda a colônia⁹³. Esse fato anuncia o destaque que Santiago terá na história e na política do Chile⁹⁴.

Pedro de Valdivia, entretanto, não estava disposto a aceitar as reivindicações de autonomia do *cabildo* santiaguino e, por isso, tentou neutralizá-lo. Pouco antes de ir para Purén, o governador se indispôs com o órgão, porque tentou utilizar sua autoridade – durante a eleição dos membros do *cabildo* –, para nomear alguém de suas relações pessoais para o cargo de *alguacil mayor*⁹⁵ da cidade de Santiago. Além disso, declarou que o *alguacil* deveria votar no *cabildo* imediatamente depois dos alcaides e antes dos corregedores, ou seja, com direito especial. Os *cabildantes*, por sua vez, opuseram-se a esta inovação por ser contrária às normas do corpo institucional ao qual pertenciam.

Os fatos expostos acima, envolvendo *cabildo* e governador, mostram o quanto as duas forças políticas estavam em uma queda de braços, porque aquela instituição havia alcançado um grau mais elevado de organização e influência dentro da sociedade chilena e adquirido autonomia frente à autoridade pessoal de Valdivia. Todavia, como ainda não possuía poder suficiente para agir conforme seus objetivos, contentaram-se em aceitar as decisões de Valdivia.

Mas mesmo assim, para Amunátegui, a ação dos *cabildantes* já era um “exemplo de independência” porque apesar de viverem sob um regime despótico e militar, forçados a

⁹³ Mas, não significava que as posições políticas de Santiago representavam os interesses das demais regiões do Reino. Ao contrário, havia uma demarcada rivalidade entre La Serena, Santiago e Concepción. Assim, é interessante notar como essa divisão de interesses políticos resultou na divisão territorial do Chile. Durante a Colônia, após a independência, o Primeiro Congresso Nacional do Chile dividiu o país em três regiões (ou comarcas): Coquimbo (La Serena), Santiago (Santiago) e Concepción (Concepción). Posteriormente, em 1826, foram criadas outras províncias. O *Atlas* de Gay representou, pela primeira vez, as unidades político-administrativas delineadas pela nova república com cada uma das províncias que foram criadas sucessivamente de 1812 até 1853, a saber: Chiloé, Valdivia, Concepción, Cauquenes, Talca e Colchagua, Santiago e Valparaíso, Aconcagua, Coquimbo e Atacama.

⁹⁴ A história de Claudio Gay inaugurou a visão histórica de Santiago como eixo organizador da vida política do Chile desde a colônia, alteração ocorrida com o intuito de legitimar as ações da elite da capital. Amunátegui (em *Descubrimiento* e mais claramente em *Los Precursores de la Independencia*) aceita a ordem de causa e efeito ao atribuir o protagonismo da elite de Santiago às ações empreendidas pelo *cabildo* daquela cidade já durante o governo de Valdivia. Por essa razão, veremos, ao longo dessa dissertação, mais exemplos de como o *cabildo* de Santiago atuou, constantemente, no sentido de centralizar e ampliar seus poderes.

⁹⁵ O núcleo do *cabildo* estava composto por dois alcaides e seis regedores, a princípio todos deveriam ser nomeados diretamente pelo rei, porém estabeleceu-se a prática, no Novo Mundo, de arrematá-los em leilão público. Aos alcaides estava reservada a aplicação da justiça, interpretação das leis e sentença. Aos regedores, a responsabilidade por regular todos os assuntos da vida municipal entre a administração e ordenação social. O cargo mais proeminente era o de ouvidor a quem o rei mantinha o costume de nomear diretamente, dando preferência aos peninsulares. Por fim, existe em segunda instância de importância o cargo de *alguacil mayor*, encarregado de fazer cumprir as normas ditas pelo *cabildo* e, além disso, de impedir a realização de práticas ilícitas, realizar prisões, fazer ronda de segurança pela cidade e garantir o cumprimento das normas de moralidade e sociabilidade que regiam o funcionamento das cidades. Portanto, estava subordinado – por costume – às ordens do *cabildo* do qual participava como funcionário, não como integrante.

calar-se, continuaram protestando⁹⁶, ao passo que, na perspectiva de Amunátegui, a figura de Pedro de Valdivia se enfraquecia, porque nesses últimos exemplos suas ações deixavam de representar a felicidade coletiva do Chile e passaram a corresponder somente à sua ambição pessoal, significando um descompasso entre ética e política. No entanto, o *cabildo*, ao impor-se contra o despotismo do conquistador, ocupa – temporariamente – o lugar no imaginário do historiador, cujo objetivo é enfatizar a luta contra o exercício político despótico, neste caso, representado pela figura de Valdivia. Assim, mais uma vez podemos perceber o ideal político do autor dando o tom para suas interpretações históricas.

O posicionamento de Amunátegui, ao reforçar os laços entre política e história, retoma sua crítica ao governo autoritário de Manuel Montt. O historiador acreditava que o exemplo de independência dos membros do *cabildo* de Santiago, no século XVI, talvez fizesse falta aos chilenos do século XIX para enfrentar o despotismo de Manuel Montt, sobretudo em um momento em que era preciso reivindicar, romper as heranças autoritárias e escolher bem, aproveitando as oportunidades políticas do governo republicano.

1.7 A crise política no Reino do Chile

As disputas entre *cabildo* e Pedro de Valdivia tiveram impacto sobre as definições políticas do Reino do Chile, mesmo após a morte deste governador. Isso porque, com sua morte, abriu-se um período de dúvidas, de ausência de governo oficial, marcado pela disputa de poder e pelo fracasso espanhol em conter os devastadores e eficazes ataques indígenas.

Pedro de Valdivia, tentando evitar que o governo do Chile caísse em disputas desnecessárias e ferozes de poder, deixou um testamento expressando sua vontade em relação aos nomes dos seus possíveis sucessores⁹⁷. Entretanto, contrariando as últimas ordens do governador, o *cabildo* de Santiago resolveu nomear Rodrigo de Quiroga como Capitão Geral e Justiça Maior da Nova-Extremadura⁹⁸.

A situação tornou-se mais delicada quando, após a leitura do testamento de Pedro de Valdivia em Concepción, tornou-se público que três pessoas, em ordem de sucessão, haviam sido nomeadas para ocupar o cargo: Jeronimo de Alderete, Francisco de Aguirre e Francisco

⁹⁶ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 289.

⁹⁷ Prevendo que suas ordens poderiam ser ignoradas pelo *cabildo* de Santiago, Pedro de Valdivia, antes de partir para o sul, deixou na cidade de Concepción uma cópia do testamento nesta cidade.

⁹⁸ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 346.

de Villagra. Na ocasião, o único que estava presente no território era o terceiro indicado. As cidades do sul, acatando as ordens testamentais, aclamaram Francisco de Villagra como governador⁹⁹. La Serena apoiou, posteriormente com a chegada de Alderete ao Chile, a reivindicação deste ao cargo.

Essa questão decorria, claramente, das desavenças prévias entre Pedro de Valdivia e o *cabildo* de Santiago, das reivindicações de poder e autonomia desta instituição e, também da fragmentação de interesses entre as três cidades chilenas.

Em decorrência dos conflitos, o *cabildo* da capital terminou automeando-se governador até a chegada, ou de Lima ou da Espanha, de um comunicado oficial sobre quem deveria suceder Valdivia, negando-se a nomear Villagra, Aguirre ou qualquer outro para o cargo, já que não havia conseguido impor a nomeação de Quiroga. A decisão do vice-rei viria, em 23 de maio de 1555, ordenando que cada cidade do Chile fosse administrada pelo seu próprio *cabildo*, tendo de responder diretamente a Lima.

Notando atentamente esse fato, a submissão direta de toda a região chilena ao Peru equivalia a transformar as cidades chilenas em peruanas e, também a destemmer a autoridade do *cabildo* santiaguino sobre as outras cidades do Chile. Em consequência, os *vecinos* de todo aquele território mostraram-se bastante “desgostosos” e, começaram a temer que as autoridades reais nomeassem um governante que não estivera ainda no Chile, pois “por não conhecê-los ou por favorecer os amigos que naturalmente haviam de vir-lhe acompanhando, seria remisso em premiar seus méritos e serviços”¹⁰⁰.

Diante deste receio, os *cabildos* do Chile entraram em um acordo para pedir em conjunto que o vice-rei não nomeasse como sucessor de Valdivia um estrangeiro. Mas ainda assim estavam muito distantes de concentrar suas simpatias em apenas um candidato, de tal forma que a indecisão e a fragmentação de interesses políticos frente à ocupação do cargo resultaram no que os *vecinos* mais temiam: a nomeação de Don Garcia Hurtado de Mendoza, considerado um estranho, para o cargo de governador.

Concomitantemente à disputa pelo cargo de governador do Reino do Chile, Villagra assumiu a defesa do país contra os frequentes ataques indígenas. Em tal condição, iniciou de imediato as medidas necessárias para a defesa das cidades sulistas em campanha por conta do castigo daqueles que haviam matado Valdivia. Todavia, a primeira ação militar de Francisco

⁹⁹ Para as cidades do sul, não era uma simples questão de obediência. Havia necessidades reais de realizar a pronta defesa da região e, portanto, era exigida uma escolha rápida do comandante das tropas. Dentro dessa lógica, Francisco de Villagra era a pessoa mais indicada, naquele instante, para levar a cabo a repreensão dos rebeldes

¹⁰⁰ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 387.

Villagra fora um fracasso, pois se negando aceitar qualquer sinal de perigo que lhe exigisse prudência, acabou numa emboscada, ferido e com suas tropas derrotadas.

Os resultados desastrosos da reação espanhola são muito mal vistos por Amunátegui. O autor não admite um julgamento positivo de Villagra porque, para ele, faltavam-lhe prudência e zelo, acusando-o de não ter tomado “nenhuma disposição para remediar tanta desordem [durante a fuga]. Foi aquilo um inominável *salvem-se quem puder*”¹⁰¹. Aquele episódio era a derrota dos espanhóis para os índios, liderados eficazmente por Lautaro, ainda que o autor prefira, mais uma vez, minimizar o sucesso do oponente atribuindo o resultado às causas naturais e não reconhecendo seu completo valor.

Mas mais importante do que isso, o historiador interpreta que o insucesso de Villagra contribuiu para que os *vecinos* de Concepción se sentissem desconfiados e desalentados, procedendo à desocupação da cidade¹⁰². Ou seja, para Amunátegui, o despreparo do personagem, em fazer prevalecer a dominação espanhola, representava um grande retrocesso para a história do Chile em termos de prosperidade e progresso civilizacional. Isso porque todo esse cenário belicoso e tensionado, ocasionado pelas investidas militares e pelas incertezas no cenário político, traziam consequências sociais à população das comarcas. O aumento da pobreza nos locais de combate, a inflação das mercadorias e produtos de consumo das localidades e a devastação provocada pelas guerras estavam se tornando marcas daquele período. Sem contar, que havia muito tempo que notícias, auxílio militar e mercadorias oriundas do Peru não chegavam ao Chile. Além disso, a Guerra de Arauco, havia dado um tom de coragem aos índios que serviam aos espanhóis, fazendo escassear a mão de obra das comarcas.

¹⁰¹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 339.

¹⁰² Descontente em ter que narrar fatos pouco lisonjeiros para a história do Chile, Amunátegui agrega à narrativa a história de uma velha senhora que “não teve reparos em dizer ao mesmo Francisco Villagra, no meio da praça: “Senhor general, se vossa mercê deseja se retirar a Santiago por proveito pessoal, vai em boa hora, mas deixe que pelo menos as mulheres defendamos nossas casas e fazendas, e não nos obrigue a ir a solicitar asilo em cidades alheias, em motivo para isso e só por causa das vozes de homenzinhos pequenos tem espalhado de que os índios vem, mas que até agora não temos visto”, porém, ele alerta que “estes e outros protestos [foram atos] isolados de heroísmo”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 343.

1.8 O Governo interino de Don Garcia Hurtado de Mendoza.

Don Garcia Hurtado de Mendoza distingue-se, na narrativa de Miguel Luís Amunátegui, em relação a outros conquistadores como Francisco Pizarro, Diego de Almagro e Pedro de Valdivia, porque não era um simples aventureiro, sem fortuna e reconhecimento social, ao contrário, pertencia a uma ilustre família espanhola e, era filho do vice-rei do Peru. Apesar de ser muito jovem quando fora ao Chile – tinha 23 anos – já era um veterano de guerra, tendo lutado em conflitos na Itália.

Don Garcia, ao desembarcar no Chile, trazia ordens de seu pai para agir contra Francisco de Villagra e Francisco de Aguirre e, assim, tomar o posto de governador sem uma oposição evidentemente forte. Garcia procedeu de acordo com as recomendações paternas e, ao fim, conseguiu prender e enviar ao Peru aqueles dois possíveis inimigos¹⁰³. Depois disso, se esforçou para reprimir os abusos dos *encomenderos* e aliviar a condição dos índios de serviço, pois trazia o propósito de “mostrar-se brando com os submissos e rigoroso com os índios rebeldes”¹⁰⁴. Politicamente, tratou de favorecer àquelas pessoas que havia trazido consigo, em detrimento dos conquistadores que já habitavam o Chile, tal como previram os *vecinos*¹⁰⁵.

Don Garcia, enquanto homem religioso, dedicou grande importância à Fé¹⁰⁶. Entendemos que o acontecimento mais significativo da religião na ação bélica de Don Garcia foi o batismo de Caupolicán antes de sua execução, visto que a morte do líder deveria significar o início da submissão e da conversão dos índios à religião¹⁰⁷. Nessa ocasião, foi

¹⁰³ Amunátegui argumenta que a prisão dos dois havia sido um ato de “severidade certamente injustificada”. Todavia, Don Garcia prosseguiu em sua decisão e tratou de assegurar a todos os conquistadores que não seriam aceitas quaisquer intercessões a favor dos dois réus. “A providência tomada contra Villagra e Aguirre era tão infundada que, quando chegaram a Lima, o vice-rei marquês de Cañete os recebeu com muita benevolência e procurou favorecê-los como pode, deixando-os em inteira liberdade”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 420-424.

¹⁰⁴ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 421.

¹⁰⁵ Interpretamos esse fato não como uma censura à Don Garcia, mas uma crítica direta ao *cabildo* que, agindo de forma interesseira e “pueril” (como definira o autor), havia levado os *vecinos* àquela situação. Pois, a confusão política em que o Chile se encontrava antes da chegada de Don Garcia Hurtado de Mendoza era a razão mais forte para que o vice-rei tivesse optado pela nomeação de alguém externo às relações daqueles primeiros conquistadores. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 413 e 472.

¹⁰⁶ Sabemos que o governador, tratando de financiar um ostensório para a Igreja de La Serena, trouxe também consigo doze eclesiásticos que marchavam – ostentando uma cruz como estandarte – junto ao exército, lutando e divulgando o discurso de submissão ao Rei e à Igreja. A caracterização dos sacerdotes também como guerreiros é um dos temas que mais suscitou as críticas dos religiosos chilenos no século XIX. Amunátegui escreve um artigo na *Revista Sud-América* rebatendo as críticas, ver: *Sud-América: revista científica i literaria*. Vol. I e II. Santiago: Imprenta del Sud-América, 1873-1874.

¹⁰⁷ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 429; 438; 447; 454 e 498.

atribuído ao índio Capolicán um nome católico, aliás, muito simbólico: Pedro, apóstolo responsável pela divulgação da fé cristã no mundo.

Don Garcia, agindo com toda sua vontade, para comandar aquela comarca, procedeu entusiasticamente também para pacificar os índios da Araucanía. Os episódios de lutas entre a frente militar de Garcia Hurtado e os araucanos são vários. O primeiro deles aconteceu logo após a chegada do novo governador, quando posteriormente a seu desembarque na ilha de Quiriquina, resolve fundar o forte de Penco. A batalha ocorrida nesse local termina em empate, apesar do grande genocídio de índios. Se somarmos os outros confrontos descritos na obra, são no total quatro os episódios vitoriosos nos quais o novo governador esteve presente.

Assim, podemos considerar que, militarmente, o governo de Don Garcia Hurtado de Mendoza alcançou um sucesso tão extraordinário que apagou completamente os resultados insatisfatórios obtidos por Villagra. Entretanto, não podemos deixar de notar que o evento belicoso mais importante daqueles anos – a morte de Caupolicán¹⁰⁸ – não foi realizado por ele, mas por seu capitão Pedro de Avendaño e seu mestre de campo Alonso de Reinoso.

Antes de retornar ao Peru, Don Garcia vivenciou um último enfrentamento contra os araucanos. Após a morte de Lautaro, os nativos resolveram fundar um forte em Quiapo, próximo a cidade de Cañete, recém-edificada pelo próprio governador¹⁰⁹, fato que motivou os espanhóis a atacar os indígenas. Segundo os relatos de Amunátegui, ali morreram aproximadamente dois mil índios e apenas um espanhol ferido entre trinta outros. Como o autor alerta, “o principal resultado da vitória de Quiapo foi o abatimento dos indígenas que, depois de tão grande revestida, pareceram se auto-afirmar impotentes para rechaçar os europeus fora do país”, visto que a partir daí, “concluíram as juntas de milhares de guerreiros e ficaram somente vagando pelos montes ou bosques de algum lugar isolado”¹¹⁰.

Essa vitória e recolhimento dos índios, levou o governador a acreditar que a região de Arauco estava finalmente domada. Porém, Amunátegui corrige esse pensamento, ao afirmar que “o futuro deveria manifestar que aquela não era mais que uma das tantas ilusões efêmeras que a experiência desvanece”¹¹¹.

¹⁰⁸ Amunátegui certamente considera importante narrar atos dramáticos por efeito de retórica. Contudo, não deixa de entregar os detalhes da morte de Caupolicán como um acontecimento trágico. Consta que o *toqui* teria sido aprisionado por Avendaño sem apresentar nenhuma resistência e, sua mulher, ao ver tal cena, teria se indignado contra o índio atirando ao solo o filho do casal, gesto que a negaria ser mãe do filho de um homem forte que aceitava ser prisioneiro do inimigo sob forma passiva e vergonhosa. A cena foi retratada pelo pintor francês Raymond Monvoisin em 1854.

¹⁰⁹ Aqui encontramos mais um exemplo de transculturação, pois os índios aprendem com os espanhóis a construir e a se proteger dos ataques por meio dos fortes – demonstração clara de que estavam constantemente atentos para aprender com seus inimigos e a aprimorar sua capacidade de defesa.

¹¹⁰ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 512.

¹¹¹ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 512.

Para nós, o importante é observar que, durante o governo de Don Garcia Hurtado, os espanhóis voltaram a ser vitoriosos belicamente, recobram a liderança dos conflitos, puderam vingar a morte de Pedro de Valdivia e, principalmente, eliminaram os dois principais líderes da resistência indígena desarticulando, mesmo que momentaneamente, os ataques. Foi por conta desse contexto que o Chile conseguiu viver momentos de recuperação, repovoou a cidade de Concepción, fundou as cidades de Cañete de la Frontera e Osorno e refundou a cidade de Infantes (antiga Confinas, criada por Valdivia).

Sobre a personalidade de Don Garcia Hurtado de Mendoza, vale notar que Amunátegui o qualificou de forma bastante ambígua. Se, por um lado, é considerado alguém bastante rigoroso, impetuoso, explosivo e violento, por outro, essas más qualidades contrastam com sua religiosidade, piedade e desprendimento financeiro¹¹². Todavia, Amunátegui optou por privilegiar a capacidade de Don Garcia em fazer avançar a dominação espanhola, conseguindo sucesso em seus empreendimentos, mesmo sendo generoso, religioso e atuado em benefício da sociedade e, não apenas para seu próprio proveito. Por isso, o relato representa-o como um ideal de indivíduo que age espontaneamente, impelido por seus impulsos, para servir a um objetivo maior (nesse caso, ao Rei e à Igreja e, ao que interessa Amunátegui, em proveito da felicidade e do bem comum da sociedade)¹¹³. Ademais, o historiador enfatiza a prioridade que Don Garcia dava ao tratamento ameno, benevolente e pacífico para atrair os índios, eximindo seu personagem da crueldade e do seu caráter irascível – comportamento empregado para atingir o objetivo necessário¹¹⁴.

Com a nomeação real de Francisco de Villagra para o cargo ocupado por Pedro de Valdivia, termina o governo interino de Hurtado de Mendoza, bem como a própria obra de Miguel Luís Amunátegui. Na conclusão, o autor volta a nos mostrar o desprezo que sente em relação às capacidades bélicas de Villagra, em detrimento dos sucessos de Hurtado de

¹¹² “Mas, se Don Garcia se mostrava cristão humilde, manifestava-se ao mesmo tempo como um mandatário severo e zeloso de sua autoridade. Infeliz seria aquele que não cumprisse suas ordens como houvera mandado, ou cometesse qualquer falta contra a disciplina, pois seria rigorosamente castigado”. Portanto, o autor também descreve que Garcia seguia rigorosamente os exercícios religiosos quase como um jovem frade austero, tratando de financiar a Igreja no Chile e estimular os atos piedosos pouco frequentes na vida dos conquistadores daquela região.. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 422

¹¹³ Há grande semelhança entre a descrição da generosidade e desprendimento financeiro de Don Garcia Hurtado de Mendonza e às descrições feitas pelo autor de Diego de Almagro. Portanto, valem, para estes casos, os argumentos que empregamos anteriormente: a distinção pessoal surge quando o personagem age além da ambição e contribui, de fato, para a conquista – considerada um objetivo nobre.

¹¹⁴ Uma exemplar prova de sua crueldade acontece quando Don Garcia prende o cacique Galvarino Nas palavras de Amunátegui, “Don García, que até aquele momento havia se mostrado humano com os naturais, determinou fazer um castigo naquele índio para intimidar aos outros. De fato, ordenou que cortassem ambas as mãos, e lhe deixassem em seguida livre, a fim de que os seus compatriotas pudessem contemplar-lhe os resultados da resistência aos cristãos”. Entretanto, na tradição oral e memorialística do Chile, também é muito conhecido que Galvarino volta para lutar contra os espanhóis, exortando aos seus a lutarem contra a cruel dominação dos brancos. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 456.

Mendoza e reforça a imagem deste como um homem temido e respeitado pelos araucanos e nos lembra a respeito do ciclo eterno de vinganças e castigos que eram as relações entre brancos e índios. Amunátegui também nos deixa entrever que a violência em relação aos índios os estimulava à agressão sobre os brancos, ao passo que a amenidade introduzida por Don Garcia resultava na pacificação, argumento com o qual enfatiza sua crítica a Villagra, a quem considera um homem violento, imprudente e incapaz militarmente de pacificar os índios.

Todavia, para melhor entendimento, alguns aspectos da narrativa no que concerne aos comentários sobre o governo de Don Garcia Hurtado merecem nossa atenção.

Seguindo com seu objetivo de demonstrar historicamente o processo de configuração geográfica do Chile, Amunátegui nos informa que, desde 1556, o rei havia determinado que a Nova-Extremadura passasse a se estender do Deserto do Atacama até o Estreito de Magalhães. Por tal razão, Don Garcia resolveu enviar, até a parte mais austral desses domínios, uma expedição de dois barcos que navegaram perdidos “em meio aquele solitário e horrível mar, onde só fazia frio, vento, [repleto de] ondas furiosas, blocos de neve e longas noite”¹¹⁵. Expedição que, ao final, levou os conquistadores à conclusão que toda aquela terra era estéril, longínqua, muito fria e cheia de privações. Entretanto, com êxito, a expedição conseguiu estabelecer o não impedimento para atravessar o estreito de Magalhães¹¹⁶, mas apesar de provada a existência da passagem, por mais de uma década, continuou-se acreditando que essa possibilidade fosse um mito.

Posteriormente, o próprio Don Garcia empreendeu uma viagem exploratória ao sul, na qual reconheceu como parte dos domínios reais a região da ilha de Chiloé. Amunátegui narra que esta missão fora realizada com muitas dificuldades impostas pela Natureza e que os guias indígenas empregados na expedição trataram de informar aos espanhóis sempre os piores caminhos, mas, com muito esforço e bravura, o governador conseguiu vencer os desafios¹¹⁷. Quando chegaram a Chiloé, segundo o autor, os conquistadores se ajoelharam e agradeceram a Deus pela nova descoberta, tratando de fazer as oficialidades necessárias para incorporá-la aos domínios do Rei.

Consideramos importantes estes relatos de Amunátegui sobre as expedições exploratórias ao sul do Chile, por um segundo motivo: acreditamos que os relatos delas

¹¹⁵ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 477.

¹¹⁶ Amunátegui afirma que apenas com a viagem do inglês Francis Drake, no final do século XVI, a existência da passagem foi definitivamente confirmada. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 483.

¹¹⁷ Talvez, para um crítico contemporâneo, resultasse mais fecundo observar esse tipo de ação indígena como um ato de resistência pacífica.

originados, consolidaram uma imagem do Sul – como uma região estéril e imprópria para a exploração humana – que se manteve, apesar das expedições científicas do século XVIII, época em que a Coroa espanhola, desejando garantir a proteção daquele território, enviou missões científicas para Chiloé e áreas mais ao sul e ao Estreito¹¹⁸.

Outro aspecto da obra de Miguel Luís Amunátegui a ser observado é o fato de que ele não escapa à influência do poema *La Araucana*, mostrando-se zeloso em narrar os episódios das conquistas, dando-lhes um tom de grandiosidade¹¹⁹.

Quando Don Garcia chegou ao Chile, trouxe consigo seus próprios soldados, dentre os quais estava o futuro poeta Alonso de Ercilla. Segundo propõe Amunátegui, Ercilla não desejava *encomienda* ou riqueza, queria apenas a glória que pretendia alcançar com seus poemas. Por isso, ao final do conflito, regressou à Espanha tão pobre quanto tinha saído, mas com os pensamentos necessários para terminar de escrever *La Araucana*, publicada em três partes, onde canta o que havia visto em Arauco como soldado. Contudo, Ercilla não conseguiu na Espanha de sua época a glória almejada, nem alcançou rentabilidade financeira com seus poemas épicos, permanecendo pobre até o fim dos seus dias.¹²⁰ Amunátegui ressentia-se pela condição do poeta, considerando que os serviços de capa e pluma por ele prestados à Coroa deveriam ter sido corretamente correspondidos pelo monarca.

Consideramos que Amunátegui ressalta este personagem em sua narrativa, porque o considera uma importante testemunha ocular dos eventos¹²¹. Principalmente, porque ambos

¹¹⁸ Nesse mesmo intuito, Rafael Sagredo Baeza nos recorda que Darwin quando visitou Chiloé em 1834 “se referiu à ilha como ‘esse retirado canto do mundo’” e, ainda, sobre Castro (antiga capital de Chiloé) disse que era uma “cidade hoje triste e deserta”. (DARWIN, Charles *apud* BAEZA, Rafael Sagredo. Geografía y nación. Claudio Gay y la primera representación cartográfica de Chile. In: *Estudios Geográficos*. Vol. LXX, enero-junio 2009. P. 231-267.) Esse mesmo autor – Sagredo – nos indica que, no âmbito da soberania natural do país, o território continental – entre a cordilheira e o mar – e entre os desertos do norte e as zonas centro-sul se transformaram no espaço essencial da nova nação e, portanto, Chiloé ficava excluída, passando a ser considerada como a “*finis terrae* continental do Estado Chileno”. Além disso, os estudos mais recentes do próprio historiador chileno Rafael Sagredo são muito relevantes para uma melhor compreensão de como o discurso científico do século XVIII e início do XIX mudou a forma como espanhóis e chilenos encararam a região austral do Chile a partir de Chiloé. O estudioso nos informa que a mesma área, de enorme interesse durante a colônia por seu papel defensivo, durante a república cairá (quase que em absoluto) no esquecimento, pois as autoridades republicanas entenderam, pelas informações acumuladas sobre aquele território, ser aquela uma zona inaproveitável para qualquer exploração, era a *finis terrae*.

¹¹⁹ Embora Miguel Luís Amunátegui utilize a *Araucana* como fonte, não esquece que o ponto de vista daquele autor é o de um poeta querendo ser lembrado por suas façanhas pessoais e por sua capacidade de contar um evento épico grandioso.

¹²⁰ Muitos atribuem o insucesso inicial da obra de Ercilla à influência da família Hurtado de Mendoza que considerou a narrativa indigna de Don Garcia – dizia que ele tinha sido representado de forma pouco convincente. Amunátegui, contudo, defende o poeta dessa acusação e diz que “certamente Don Alonso de Ercilla não esgotou o vocabulário com elogios hiperbólicos ao falar do jovem general, demasiado impetuoso em seus arranques...mas que lhe fez justiça, mesmo de forma seca, se assim querem seu detratores”. AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 515.

¹²¹ Obviamente o historiador desprestigia os elementos épicos do poema de Ercilla, como seu aspecto lendário e mítico e a idealização da figura indígena. Pois, sua intenção era realçar a objetividade e verdade do seu relato. Já

concordam em retratar a Don Garcia elogiosamente, como um exemplo de homem laborioso, corajoso e sempre decidido a tomar a dianteira dos eventos.

Nesse sentido, devemos levar em conta que o governo de Don Garcia, tal como foi visto por Amunátegui, constituiu o ápice da Guerra de Arauco, durante o qual os araucanos tão soberbos e heroicamente resistentes foram desbaratados pelos sucessos militares do governador interino. Além disso, após a retirada de Hurtado de Mendoza do território chileno nenhum outro governador obteve tanto sucesso em pacificar os índios, e, prova disso é a realização do Parlamento de Quilín, em 1641.

Não podemos nos esquecer de que interessava ao historiador, do ponto de vista narrativo e da construção da história nacional, encerrar a obra em um momento em que a Guerra de Arauco pendia positivamente para o lado espanhol, dando esperanças, para um possível sucesso da Pacificação da Araucanía, no século XIX. Caso contrário, terminar posteriormente a narrativa deixaria no leitor a sensação de fracasso e de que a história da nação resultava desse insucesso.

Além disso, as vitórias de Don Garcia, bem como a moderação utilizada por ele, durante o século XVI, em seu tratamento brando com os índios submissos e, rigoroso com os índios rebeldes, deram brechas para a conclusão de *Descubrimiento i Conquista de Chile*. O comportamento deste governador, desde a perspectiva de Miguel Luís Amunátegui, era a solução ideal para lidar com a questão indígena, no século XIX e, em linhas gerais correspondia às premissas do plano de Pacificação da Araucanía de Cornelio Saavedra, defendido pelo historiador. Com base nessas opiniões, em seu último parágrafo, Amunátegui conclui o relato dizendo que, além da ação militar, era preciso conjugar “as bênçãos da civilização” se os chilenos do século XIX quisessem realizar a tão necessária conclusão desse episódio de sua história colonial. O tom, portanto, é otimista e deixa esperanças para a construção de um Estado integrado populacional e territorialmente, caminhando em direção ao desenvolvimento econômico e ao progresso civilizacional.

que, segundo entendia Amunátegui, a função do historiador é relatar os fatos como aconteceram; a do poeta, contar como poderiam ter acontecido. Mas, isso não quer dizer que o próprio discurso histórico de Amunátegui tenha deixado de emprestar um caráter heroico a seus personagens centrais, em especial, Diego de Almagro e Don Garcia Hurtado de Mendoza.

CAPÍTULO 2: LOS PRECURSORES DE LA INDEPENDENCIA DE CHILE

2.1 Os argumentos político e historiográfico presentes em *Los Precursores de la Independencia de Chile*

Nesta sessão investigaremos a atividade histórica de Miguel Luís Amunátegui com base na obra *Los Precursores de la Independencia de Chile*. O foco de análise recairá em dois temas considerados essenciais para sua compreensão: os debates sobre a metodologia do trabalho histórico durante a segunda metade do século XIX e as especificidades metodológicas e interpretativas do passado colonial chileno presentes na obra do autor.

a) O contexto de conformação da historiografia chilena

Em 1839, sobreveio uma das primeiras tentativas de estabelecer um saber científico sobre o passado nacional. O ministro de Instrução Pública, Mariano Egaña, encomendou ao naturalista francês radicado no Chile, Claudio Gay¹, a redação da história do Chile. Egaña considerava essa tarefa como uma espécie de serviço de utilidade pública. Isso porque a obra deveria assentar-se nas premissas ideológicas da ordem conservadora – a qual se iniciou, em 1830, sob a dominação política de Diego Portales, após a vitória militar dos conservadores, em Lircay – e, por isso, serviria para dar legitimidade ao modelo de república², fundado pela Constituição de 1833.

¹ Em 1830, o ministro Mariano Egaña já havia contratado Claudio Gay para realizar um extenso estudo sobre o território nacional e sobre a população chilena. Na ocasião, o naturalista obteve a permissão, o apoio político e o financiamento do Estado para fazer uma viagem científica por todo o território do Chile, com o objetivo de investigar a história natural do território, a geografia, a geologia, a estatística e tudo aquilo que contribuísse para conhecer os produtos naturais, a indústria, o comércio e demais conhecimentos que poderiam facilitar a administração do país. Em troca, Gay se comprometeu em publicar uma série de obras sobre esses temas, organizar um gabinete de história natural e um catálogo de todas as águas minerais e suas respectivas análises químicas. Para um importante estudo sobre o trabalho científico de Claudio Gay, ver: BAEZA, Rafael Sagredo. “El Atlas de Gay. La representación de una nación”. In: GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile*. Ed.: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción: Pontificia Universidad Católica de Chile: Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2010. P. XVIII.

² A República Conservadora é, como a historiografia atual denomina, o período de predomínio conservador, ocorrido entre 1831-1871. “Significou um retrocesso na ampliação das liberdades e da representação em função do fortalecimento do governo e isso se encerrou depois da derrota do governo liberal na batalha de Lircay, em abril de 1830. [...] O Regime desenhado em 1833 devia evoluir para maiores liberdades na medida em que não pusesse em perigo a ordem social, nem a estabilidade política”. JAKSIC, Ivan; POSADA-CARBÓ, Eduardo (orgs.). *Liberalismo y poder: Latinoamérica en el siglo XIX*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2011, p. 180.

O *Atlas de la historia física y política de Chile*³ permitiu, pela primeira vez, que os chilenos conhecessem a evolução de sua sociedade de forma ordenada, dos tempos coloniais até o período imediatamente seguinte ao da proclamação da independência. Tematicamente, a obra inaugurou alguns dos “lugares comuns” da representação do passado nacional, tais como: a crença de que a população do país possuía capacidade de sobrepor-se às adversidades e uma aspiração natural pela liberdade; a atual definição do espaço geográfico do Chile; o protagonismo histórico destinado à elite chilena; a centralidade de Santiago na vida política do país⁴; a ideia de “excepcionalidade chilena”⁵; e a crítica veemente ao passado colonial como sendo uma época obscura, de pobreza e usurpação, que contrastava com o futuro grandioso vislumbrado pela recente república.

Metodologicamente, a obra pautou-se na pesquisa documental, na busca de fontes – especialmente de manuscritos inéditos, epistolários de personalidades e documentos oficiais –, para empreender a narrativa desapaixonada dos fatos, descartar os acontecimentos inverossímeis e corrigir as interpretações duvidosas sobre o passado. Cabe observar que esse método de escrever a história correspondia à proposta do grupo político dominante da época⁶, para fundamentar as bases da historiografia nacional.

Mas, como a permanência do naturalista francês em solo chileno (voltou à Europa para publicar o *Atlas*) foi temporária, coube a Andrés Bello⁷ – mentor intelectual do Chile durante a segunda metade do século XIX⁸ e importante membro do partido conservador –

³ A obra foi publicada entre 1844 e 1854, estava composta por 30 volumes, dos quais oito tomos eram dedicados à história e mais dois compostos por documentos históricos, ver: GAY, Claudio. *Atlas...*, 2010.

⁴ Rafael Sagredo defende que Gay pôs tanto limites temporais quanto territoriais à sua obra ao definir o espaço nacional de atuação de sua História, substituindo a noção continental (vigente até 1810) por outra que privilegiava o vale central do Chile (“favorecendo o caráter centralista e santiaguino da historiografia nacional ao ter identificado o planalto central, cujo centro é Santiago, como o âmbito característico de desenvolvimento da sociedade chilena”). Assim, “no século XIX, a elite chilena não só dominava o presente, também, protagonizava o passado da nação” e Gay ajudou a consolidar esse papel que, ao fim, justificava o predomínio político da elite. Não podia ser diferente, uma vez que suas fontes eram documentos oficiais e os testemunhos de membros da classe dirigente. Fazendo da “trajetória das elites e de seus sucessos, a história do Chile”. C.f.: BAEZA, R. S.. “De la Historia Natural a la Historia Nacional - La *Historia física y política* de Claudio Gay y la nación chilena”. In: GAY, Claudio. *Atlas...* Tomo1: Historia., p. XIV.

⁵ Outros questionam essa versão como é o caso do estudioso chileno Alfredo Hocelyn-Holt, ver: JOCELYN-HOLT L., Alfredo. “¿Un Proyecto Nacional Exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena”. In: GONZÁLEZ, Francisco Colom (ed.). *Relatos de Nación: La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico*. 2 vols., Editorial Iberoamericana, Madrid-Frankfurt a M., Verveuert, 2005, Tomo I, p. 417-438.

⁶ Para saber mais detalhes da faceta de Claudio Gay como historiador, sugerimos a leitura de BAEZA, R. S.. “Ciencia, Historia y Arte como Política: El Estado y la Historia Física Y Política de Chile de Claudio Gay”. In: BAEZA, R. S. (ed.). *Ciencia-Mundo. Orden republicano, arte y nación en América*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, Editorial Universitaria, Santiago, 2010.

⁷ Andrés Bello pode ser considerado um dos grandes intelectuais hispano-americanos do século XIX. De origem venezuelana, era poeta, filólogo, educador, jurista e, durante sua longa permanência no Chile, foi um dos responsáveis pela elaboração da Constituição de 1833 e pela fundação da *Universidad de Chile* (instituição na qual foi reitor por 22 anos). MONEGAL, E. R.. *El Otro Andrés Bello*. Caracas: Monte Avila Editores C.A, 1969.

⁸ JAKSIC, Iván. *Andrés Bello: La pasión por el orden*. Santiago: Editorial Universitaria, 2010.

defender o valor das interpretações históricas contidas na obra de Claudio Gay e de enfatizar a validade do método empregado para desenvolvê-la, o denominado *método narrativo*⁹.

Não obstante, foi apenas com a fundação da *Universidad de Chile*, em 1842, que o trabalho do historiador no Chile ganhou força. Por um lado, a nova instituição estimulou a recompilação de documentos, a organização de museus e de arquivos históricos; não por acaso, vários dos historiadores nacionais publicaram suas mais importantes coleções de documentos sobre a história do país no final do século XIX. Por outro lado, incluiu-se na Lei Orgânica um artigo que visava promover a atividade historiográfica estipulando que, anualmente, uma memória histórica sobre a História do Chile fosse apresentada e premiada pelo Conselho Universitário¹⁰. Institui-se também como critério de julgamento a primazia das fontes e os parâmetros narrativos em detrimento de qualquer interpretação.

A partir dessas medidas, o Chile começou a desenvolver um projeto historiográfico mais incisivo e conectado com a história narrativa. Porém, não tardaram a aparecer críticas. Alguns intelectuais questionavam as premissas metodológicas e interpretativas defendidas por Andrés Bello e executadas por Claudio Gay e, conseqüentemente, a política conservadora com a qual ambos estavam relacionados¹¹.

O intelectual chileno José Victorino Lastarria (1817-1888) apresentou a primeira memória sobre a História do Chile para a Comissão Universitária, intitulada *Investigaciones sobre la Influencia Social de la Conquista i del Sistema Colonial de los Españoles en Chile*¹². O método utilizado pelo autor destoava dos padrões estabelecidos pela Universidade e, por esse motivo, sua publicação gerou muitas controvérsias nos jornais da época. Motivado pelas críticas, em 1848, Lastaria escreveu outra memória também avaliada pela Comissão, *De la*

⁹ O método que Andrés Bello defendeu pode ser melhor divisado em dois artigos escritos para esclarecer suas próprias premissas em relação à prática historiográfica: *Modo de escribir la historia e Modo de estudiar la historia*, ver em: AMUNÁTEGUI, M. L.. *Obras Completas de Don Andrés Bello: Opúsculos literarios y Críticos II*. Volume VII. Santiago: Imprenta de Pedro G. Ramirez: 1884.

¹⁰ *Anales de la Universidad de Chile*, 1843-44, p. 9. Sobre as memórias: GAZMURI, Cristian R.. *La Historiografía Chilena (1842-1920)*. Santiago: Aguilar Chilena de Ediciones S.A., 2006. Sobre a fundação da Universidade do Chile recomendamos: SERRANO, Sol. *Universidad y Nación: Chile en Siglo XIX*. Santiago: Editorial Universitaria, 1994.

¹¹ O argumento de Sagredo parece-nos importante: “Não se deve descartar que Egaña [...] também atuou motivado pela necessidade de evitar versões da trajetória do Chile diferentes dos interesses dos grupos no poder. Eles, que haviam definido os valores e as margens dentro das quais se desenvolvia a realidade nacional, e que haviam transformado a ordem no objetivo supremo da organização política, não podiam correr o risco de ver sua visão de mundo ameaçada por autores e textos que propusessem e difundissem pontos de vista que diferissem dos então dominantes... O conteúdo e o caráter de seu texto [de Gay] demonstrariam a sagaz antecipação de Mariano Egaña ao que efetivamente aconteceu anos mais tarde, em 1844, com base nas memórias de José Victorino Lastarria, *Investigaciones sobre la influencia social de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile*. C.f.: BAEZA, Ciencia..., p. 204.

¹² LASTARRIA, José Victorino. “Investigaciones sobre la influencia social de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile”. In: LASTARRIA, J.V.. *Miscelánea Histórica i Literaria*. Tomo III: Historia. Valparaíso: [?], 1868.

*constitución del gobierno de Chile durante el primer período de la revolución, desde 1810 hasta 1814*¹³, que gerou um debate ainda mais intenso¹⁴.

A respeito da diferença entre os métodos de José Victorino (denominado de “história filosófica”) e de Andrés Bello (“história narrativa”), podemos dizer, grosso modo, que o objeto da primeira, em relação ao conhecimento histórico, não são os fatos do passado em si, senão suas causas e seus efeitos. Desse modo, o método filosófico se propõe a julgar a contribuição de um evento, no avanço ou retrocesso da história, ao situá-lo na linha temporal e descobrir o papel que desempenhava em relação à construção da liberdade. Diferentemente, o objeto da corrente narrativa é simplesmente narrar o passado e, conseqüentemente, relatar minuciosamente o progresso¹⁵.

Sobre a questão da escrita da história, a assertiva de Diego Barros Arana, grande historiador chileno daquele século, é ilustrativa:

[A história filosófica era uma] história com poucos fatos, formada de dissertações mais ou menos gerais, para apreciar a importância dos eventos e dos homens e o desenvolvimento do progresso de um país. Outros sustentavam outros [modos de investigação], como foi o caso de Don Andrés Bello com seu voto respeitável, que os trabalhos denominados história filosófica não podiam ser úteis e proveitosos, como tampouco podiam ser exatos, senão quando estavam baseados em um estudo prolixo e cabal dos fatos. [...] Segundo a opinião do ilustre sábio, a história narrativa era indispensável: era ela a que estudava atenta e detidamente os eventos dos tempos passados, a que explicava todos os pormenores e a que servia de ponto de partida para os trabalhos puramente especulativos e filosóficos. [...] A história narrativa não exclui as observações filosóficas sobre os homens e as coisas, ao contrário, ambos elementos se combinam perfeitamente, como pode ser visto nos grandes trabalhos da escola histórica moderna¹⁶.

No excerto, embora Barros Arana sublinhe a indissociabilidade das estratégias investigativas, prevalece o consenso sobre a exatidão, a necessidade de dedicar-se ao estudo exaustivo das fontes e a manutenção do rigor para ater-se à verdade das fontes.

Essa afirmativa acabou sugerindo a muitos dos historiadores contemporâneos¹⁷ que, no âmbito prático, os historiadores chilenos do século XIX tenderam a aceitar a metodologia

¹³ LASTARRIA, José Victorino. *Bosquejo histórico de la Constitución del gobierno de Chile: durante el primer período de la revolución, desde 1810 hasta 1814*. Santiago: Imprenta Chilena, 1847.

¹⁴ Entre todos os artigos de jornais ocupados da discussão, os mais expressivos foram os pareceres negativos de Andrés Bello e a manifestação de apoio ao método de Lastarria feita por Jacinto Chácon, advogado e membro do partido liberal. O texto está publicado como Prólogo à edição utilizada neste trabalho da obra de José Victorino Lastarria.

¹⁵ Para uma análise acurada sobre as diferenças teórico-metodológicas, ver: SUBERCASEAUX, B. *Historia de las ideas y de la cultura en Chile*. Tomo 1. Santiago: Editorial Universitaria, 1997.

¹⁶ BARROS ARANA, Diego. *Don Miguel Luis Amunátegui*. Editado por C. Morla Vicuña. Paris: Imprenta de A. Lahure, [1889?], p. 28-29.

¹⁷ FELIÚ CRUZ, Guillermo. *Andrés Bello y la historiografía chilena*. Santiago: Ediciones de la Revista Mapocho, 1965. ALVA, Joseph D. “El debate al método historiográfico en el Chile del siglo XIX”. In: *Revista*

da história narrativa e isso resultou na interpretação errônea de que o método de Bello teria sobrepujado ao método filosófico de Lastarria. Entretanto, é preciso alertar que a escrita da história no século XIX requer estudos mais aprofundados.

Até a Declaração da Independência, em 1818, o Chile não existia como realidade histórica e política. Só a partir daí podemos considerar a existência de uma história nacional. Portanto, na prática, todos os autores, sem exceção, tiveram de descobrir como fazer a apropriação do passado colonial, transformando-o no passado nacional¹⁸ e como o tempo pretérito poderia ajudar na consolidação da ordem republicana. Além disso, os esforços sistemáticos de consolidação da História como uma área de conhecimento só começaram a se delinear entre 1839 e 1844.

Desse modo, propor uma cisão radical entre metodologias, já nos anos de 1840, parece ser uma análise muito precoce e insatisfatória sobre as histórias oitocentistas. Diferentemente, nós propomos que a “metodologia da história narrativa” deve ser considerada, fundamentalmente, como uma resposta lógica à construção de um campo do conhecimento em pleno desenvolvimento e carente de uma ferramenta básica: a compilação rigorosa de fontes. Ademais, os debates metodológicos ocorridos em 1844, teriam antes ajudado a amadurecer as formas de escrever sobre o passado do que representaram uma cisão profunda e, portanto, a construção da história do Chile foi uma tarefa coletiva em que os intercâmbios de conhecimento entre os historiadores (de todas as metodologias) foram bastante comuns.

Ocorre que o tema metodológico foi superestimado em detrimento das questões contidas em seu interior, muito mais difíceis de responder, as quais diziam respeito a como equacionar a realidade local dentro de um projeto possível de república (ou ainda: como inserir a nova sociedade dentro da tradição do mundo civilizado ocidental).

Desse modo, para nós, os estudos sobre a disputa entre Andrés Bello e José Victorino Lastarria omitem, em primeiro lugar, os embates políticos em torno das discussões sobre a

Complutense de Historia de América, vol. 28, 2002, p. 97-128. Também em: WASSERMAN, Fabio. “Estado e instituciones culturales en el desarrollo de la historiografía chilena y rioplatense (1840-1860)”. In: *Revista de Estudios Trasandinos*, n.12, Asociación Argentino Chilena de Estudios Históricos e Integración Cultural, San Juan, 2000, P. 17-46.)

¹⁸ Seguimos aqui a sugestão de leitura realizada por Guillermo Zermeno Padilla. A época das primeiras histórias nacionais era também “o momento em que as trajetórias das sedes imperiais e coloniais tenderão a bifurcar-se. Cada uma das sedes metropolitanas e subalternas construirá, à sua maneira, uma plataforma que restaure ou invente de novo a imagem especular da história. Trata-se já de gestos modernistas: o passado é mobilizado em função de um futuro aberto, cujo desenlace é desconhecido igualmente por cada um dos participantes. Esta nova experiência talvez não impeça a sobrevivência da velha história. Regressa a história como espelho do presente, mas seguramente com novos conteúdos”. ZERMEÑO PADILLA, G. “História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. In: *Revista Almanack Braziliense*, n°7, 2008., p. 19. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/7/07_Forum-01.pdf> Acesso em 03 jun. 2011.

república e a Carta de 1833. Isso porque, na década de 1850, com a reordenação do partido liberal¹⁹, os liberais chilenos propuseram pela primeira vez a reforma constitucional e, durante as décadas de 1870 e 1880, o Congresso Nacional discutiu e votou muitas dessas mudanças. Se considerarmos que alguns dos políticos da época também eram historiadores, podemos, finalmente, compreender que o surgimento da História (como conhecimento científico do passado nacional) nos remete também ao embate entre posições políticas que entendem de diferentes modos o legado colonial, a formação dos cidadãos, a participação política e outros aspectos que constituem as premissas do republicanismo – condições que veremos mais adiante. Consequentemente, limitam a capacidade de compreender em profundidade as historiografias oitocentistas.

Em segundo lugar, tais estudos escondem o anseio de normatização do conhecimento histórico sobre os significados a serem atribuídos ao passado nacional e sobre os prognósticos para o futuro. Isso aconteceu porque os critérios da “história narrativa” conferiram as ferramentas de aferição ao conhecimento científico para determinar quais historiadores detinham a voz de autoridade. Consequentemente, as interpretações destoantes ficam relegadas a um segundo plano, à margem do reconhecimento e, principalmente, do debate. Mas não porque as ideias estivessem sendo debatidas, mas sim porque era uma resposta ao pretensão caráter não objetivo e não científico inerente às obras, consideradas fora dos padrões da academia. O mesmo aconteceu com as memórias de Lastarria. Já as histórias consideradas “adequadas” ajudaram a compor o cânone historiográfico chileno – os chamados historiadores *clássicos* – no qual Diego Barros Arana tem lugar de destaque e, em certa medida, também Miguel Luís Amunátegui.

Contudo, do nosso ponto de vista, mais relevante do que saber qual adjetivo se deve atribuir a um historiador é perceber que, enquanto se discute/desqualifica as qualidades metodológicas de uma obra, são invalidadas premissas, argumentos e conclusões em nome de uma pretensa e inexistente objetividade científica. Nem mesmo os historiadores-narrativos

¹⁹ Depois da derrota militar para os conservadores em 1830, os liberais começaram a se reordenar politicamente novamente durante a década de 1850. Sinais desse intento de fazer uma oposição sistemática e coerente foi o fato de se reunirem em torno de associações civis, como o *Club de la Reforma* e a *Sociedad de la Igualdad* e, em 1849, fundaram oficialmente o Partido Liberal. O *Club de la Reforma* foi uma reunião civil de liberais e demais opositores aos conservadores, sem plano de ação política concreto, mas que inaugurou a oposição, fazendo frente a favor das propostas de reforma constitucional. *Sociedad de la Igualdad* - agremiação fundada por Francisco Bilbao e Santiago Arcos, jovens imbuídos de teorias próprias do socialismo utópico – propôs-se a estender aos artesãos a educação básica e, logo, ampliou seus objetivos se opondo também à eleição de Manuel Montt, considerado o principal defensor político das noções autoritárias contidas na Constituição de 1833. Para um estudo detalhado da oposição liberal, ver: GAZMURI, C. R.. *El 48 chileno: Igualitários, Reformistas, Radicales, Masones y Bomberos*. Santiago: Editorial Universitária, 1999.

estiveram isentos de empregar algumas das premissas da história filosófica a saber: dar um sentido para a história nacional e preocupar-se com a consolidação da república.

A partir do exposto, consideramos que os estudos sobre as histórias nacionais do século XIX escritas no Chile devem nos remeter, principalmente, ao estudo da independência enquanto momento fundador e berço das esperanças futuras nas quais as repúblicas foram fundadas e para as quais o discurso histórico prestou sua legitimidade. Nesse sentido, estudaremos o que as historiografias oitocentistas têm de específicas: como conciliaram o conhecimento do passado com projetos políticos.

Para tanto, o caso de Miguel Luís Amunátegui é ilustrativo. Suas obras se recusam a ser classificadas entre história narrativa e filosófica, porque mesclam, de maneira bastante particular, diversas estratégias interpretativas e metodológicas. O liberalismo, por exemplo, foi usado como substrato para elaborar os argumentos das melhores obras historiográficas de Amunátegui, pois ele converteu sua ideologia política em verdadeiras teses, nas quais o aparato documental e a exposição racional afirmavam os conceitos indicados já no prólogo. Para historiadores, desde Barros Arana a Sergio Villalobos (1830-), esse equilíbrio alcançado entre ideologia e erudição é o que permite ao autor de *Los Precursores* ser considerado *clássico*. Mas apesar desta classificação, quando se consolidou na historiografia chilena a percepção de que o método narrativo saiu vitorioso do embate metodológico oitocentista, as obras de Amunátegui se tornaram um problema. Diante do impasse, elas tenderam a ser ou pouco valorizadas pelos historiadores contemporâneos – pois, resistiam a classificações – ou eram tratadas em conjunto com a obra de Barros Arana, sem ater-se às suas especificidades. Por tais motivos, atualmente, existe a escassez de estudos sobre Amunátegui. Fato que nos leva a concluir que, Miguel Luís Amunátegui entra no rol dos clássicos mais pelo destaque que suas obras tiveram no contexto de produção do que pela valoração atual. Diferentemente, Barros Arana em certa medida continua sendo um referencial para as pesquisas acadêmicas atuais.

b) As particularidades do trabalho histórico de Miguel Luís Amunátegui

É preciso afirmar de antemão que os trabalhos históricos de Miguel Luís Amunátegui possuem um estilo narrativo marcante, mesmo aqueles escritos em coautoria com o irmão Gregório Victor. De maneira geral, ele se propôs a elaborar uma descrição apurada do objeto de estudo, estabelecendo uma discussão crítica com as fontes e perspectivas já apresentadas

por outras obras publicadas sobre o assunto. Ademais, sempre busca desenvolver interpretações próprias, sobre os principais temas do passado chileno²⁰.

Para tanto, Amunátegui propõe descobrir novas fontes históricas e, muitas vezes, a transcrevê-las (correndo o risco frequente de ser enfadonho), para dissipar as dúvidas sobre a exatidão de sua narrativa e respaldar suas conclusões. Ao proceder dessa maneira, o historiador mostra-se consciente da necessidade de ser rigoroso em seu trabalho investigativo²¹, para legitimar as lições de sua narrativa diante de seus leitores e seus pares. Tal esforço de erudição não foi em vão. Diego Barros Arana, na biografia escrita sobre Amunátegui, atribuiu o verdadeiro valor dos trabalhos de Miguel Luís Amunátegui ao uso deste procedimento:

Amunátegui era demasiado inteligente para não compreender que as simples dissertações, por mais talento e por mais eloquências que se empreguem nelas, são muito menos conclusivas que a exibição dos fatos e documentos. [...] Reuniu com este motivo um acúmulo tal de notícias e de documentos que *Los Precursores de la independencia de Chile* são não apenas o retrato mais completo e exato que se pode fazer da era colonial, senão uma obra da mais elevada e esmerada erudição²².

Barros Arana também afirmava que *Los Precursores* “não [era] somente uma obra histórica do mais alto valor, mas também um programa político que demonstra as convicções e as ideias do homem que a confeccionou”²³. Para ele, teria sido por causa dessa característica que os correligionários de Amunátegui o aplaudiram e seus opositores ferozmente trataram de questioná-lo. Sobre as posturas políticas presentes na obra, Barros Arana escreve:

²⁰ O historiador chileno Cristián Gazmuri observa também o fato de que Amunátegui utiliza de forma bastante proveitosa os cronistas coloniais, cujas obras permaneciam apenas manuscritas e, por isso, inéditas até o século XIX, sendo publicadas somente depois. (Ver: Gazmuri, *La Historiografía...*, 2006.) No Chile o grande responsável pela elaboração de coleções de documentos foi José Toribio Medina (1852-1930), para mais informações sobre essas obras, ver: *Colección de Historiadores de Chile e Colección de Documentos inéditos para la Historia de Chile*. Para o índice dessas obras: CHIAPPA, Victor M.. *Noticias bibliográficas sobre la Colección de historiadores de Chile y documentos relativos a la historia nacional*. Santiago: Imprenta de Enrique Blanchard-Chessi, 1905. Também: *COLECCIÓN de documentos inéditos para la historia de Chile: informaciones de méritos y servicios (índice: 1526-1618)*. Santiago: Fondo Histórico y Bibliográfico J.T. Medina, 1963.

²¹ Por essa mesma razão, não é de se estranhar que, em 1851, quando os irmãos Amunátegui publicaram *La Reconquista Española* tenham incluído, em sua primeira página, uma nota de agradecimento a Lastarria. Eles escreveram nessa página: “Ao Senhor Don José Victorino Lastarria: Foi o senhor quem primeiro nos estimulou a escrever: nossa primeira obra lhe corresponde, pois, por direito. Qualquer que seja seu mérito, a receba como uma prova de nosso afeto. Os autores. (AMUNÁTEGUI, M. L.; AMUNÁTEGUI, Gregorio Víctor. *La Reconquista Española: apuntes para la Historia de Chile: 1814-1817*. Santiago: Imprenta Chilena, diciembre de 1851, p.1.). Essa dedicatória revela tanto a dívida dos autores para com o legado intelectual de José Victorino quanto enunciam sua identificação. Ao atribuírem a Lastarria o papel de estimulador literário, declaravam igualmente que se sentiam ligados ao seu pensamento intelectual, fato que estamos vendo ser confirmado, uma vez que a filosofia da história aparece imbricada na obra de Miguel Luís Amunátegui.

²² BARROS ARANA, *Don...*, p. 105.

²³ BARROS ARANA, *Don...*, p. 106.

Esta obra [*Los Precursores*], ainda que fundamentalmente histórica, tem um interesse e um alcance político dos mais pronunciados. O autor se propôs a expor com toda a extensão e com toda a luz, a vida da colônia, para que sirva de lição e de exemplo aos que querem reagir contra as conquistas da civilização e da liberdade política, industrial e religiosa²⁴ (grifos nossos).

Contudo, para nós, as reações suscitadas por *Los Precursores* não responderam à presença de um ideal político – ou seja, a uma suposta incorreção no manejo da história, pelo autor, segundo o padrão narrativo – mas, ao teor desse ideal político.

Ainda assim, os juízos de valor de Barros Arana são interessantes para nós, já que resumem as especificidades da obra de Miguel Luís Amunátegui. Barros Arana, por um lado, reconhece a paciência minuciosa na compilação e crítica das fontes, erudição, sabedoria, clareza de opinião, estilo narrativo bem cuidado e o bom uso da linguagem²⁵. Portanto, tudo aquilo que remete às pretensas qualidades da história narrativa e que eram os parâmetros reguladores da prática historiográfica no Chile decimônico. Por outro lado, analisa com reticências a presença do espírito filosófico que faz com que muitas vezes “no conjunto da obra [de Amunátegui] apareçam em primeiro lugar os fatos sobre os quais se propõem fundar sua teoria histórico-narrativa” e outros eventos igualmente importantes ficam na opacidade²⁶.

Se, para Diego Barros Arana, a mescla entre história e política apenas agrega alguma legitimidade, ao trabalho de Miguel Luís Amunátegui, porque o uso científico das fontes equilibrava o peso das opiniões emitidas pelo autor como, por exemplo, a defesa das liberdades políticas e civis e sua posição anticlerical.

Para nós, diferentemente, é na articulação entre erudição e perspectivas políticas que está o verdadeiro mérito das obras de Miguel Luís Amunátegui²⁷, pois revela sua capacidade de encontrar soluções do problema de como escrever a história nacional. Nesse sentido, nosso estudo a respeito de *Los Precursores* mostra que era possível transcender a dualidade entre método narrativo e filosófico e, ainda, desenvolver um bom uso dos padrões de escrita da história, em sua época.

²⁴ BARROS ARANA, *Don...*, p. 104 [grifo nosso].

²⁵ Para apresentar um exemplo de como Barros Arana elogia Amunátegui citamos: “minuciosa investigação, plano narrativo habilmente bem disposto, interesse dramático na narração, retidão, elevação nos juízos, clareza e elegância no estilo, correção e harmonia na linguagem”. BARROS ARANA, *Don...*, p. 30.

²⁶ Como exemplo da pretensa “deficiência”, Barros Arana recorda que Amunátegui, em *Dictadura de O’Higgins* (publicada em 1853), realça “os erros e as faltas cometidas por esse ilustre patriota [Bernardo O’Higgins] para afiançar seu poder” afim de defender a tese sobre as liberdades políticas e, por essa razão, ter deixado “mais ou menos esquecido em um fundo opaco seus grandes esforços para criar exércitos e esquadra, para assegurar a independência do Chile”. BARROS ARANA, *Don...*, p.44.

²⁷ Na mesma página em que afirma seu compromisso com a imparcialidade, o autor se coloca em uma posição delicada ao falar do empenho que teve em reunir os documentos inéditos: “tive à minha disposição um número muito considerável de documentos, quase todos inéditos, reunidos laboriosa e pacientemente, dos quais retirei tudo aquilo que acreditei condizente ao objeto desta obra”. Portanto, denunciando o filtro subjetivo no manejo das fontes. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. V.

No próximo tópico, mostraremos de que maneira Amunátegui estabeleceu um sistema coerente de interpretações sobre o passado e, ao mesmo tempo, lançou luzes sobre questões políticas de seu tempo.

c) As premissas históricas e políticas presentes em *Los Precursores*

Amunátegui inicia o primeiro volume de *Los Precursores* definindo dois objetivos: expor a origem do “dogma da majestade real”²⁸ forjado pela Espanha, para que seu domínio na América fosse duradouro e resistente; e estudar os esforços daqueles que, no Chile, foram “bastante ousados para começar os ataques contra um sistema tão solidamente estabelecido”²⁹.

Com o exemplo dos precursores, o historiador pretendia apresentar aos seus leitores uma lição proveitosa ao presente³⁰, isto é: descobrir neles o impulso que permitiu que se desprendessem de forças tão poderosas quanto foram as coloniais, mostrando que os homens podiam superar os obstáculos físicos, naturais e, principalmente, sociais com vistas ao progresso social e político da nação.

Por acreditar na capacidade revolucionária da vontade humana, Amunátegui defende o livre-arbítrio e a inteligência em detrimento das teorias deterministas que defendiam a supremacia das leis físicas e naturais também para o mundo social. Para mostrar que a História, para se realizar, depende também dos homens³¹.

²⁸ O dogma da majestade real, uma versão política dos dogmas católicos, é a crença de que “se traduzia naturalmente em um culto muito reverente [ao soberano], como o que se prestava ao mais santo dos objetos da religião” e “estava apoiado em profecias e em milagres”. AMUNÁTEGUI, M. L. *Los Precursores de La Independencia de Chile*. vol. I. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1870. P. 86-126. Cabe aqui lembrar que na Declaração da Independência do Chile, de 12 de fevereiro de 1818, está registrada em suas primeiras linhas o uso da palavra “dogma” para se referir à doutrina que manteve a dominação espanhola vigente durante trezentos anos sobre a América hispânica: “La fuerza ha sido la razón suprema que por más de trescientos años ha mantenido al nuevo mundo en la necesidad de venerar como un dogma la usurpación de sus derechos y de buscar en ella misma el origen de sus más grandes deberes”. Onde se pode ver também. (Disponível em: <<http://www.auroradechile.cl/newtenberg/681/article-2536.html>> Acesso em: 20 de maio de 2011). Vale observar também que o uso desse termo no documento de independência trata mais de uma identificação de sentidos – preceito fundamental e indiscutível de uma crença, no caso, o dever de submissão ao rei – do que de um conceito explicativo como é o caso do uso empregado por Amunátegui.

²⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. I.

³⁰ A partir desse objetivo, podemos concluir que *Los Precursores* guardava uma função político-moral que existia desde a Antiguidade e da qual nem mesmo Voltaire pôde formular algo muito diferente dessa prática, c.f.: ZERMEÑO, “História...”, p. 11.

³¹ Conscientemente refuta outras teorias: “Muitos acreditavam, por exemplo, que a organização social da Índia era devido aos sacerdotes de Brahmas e de Buda; a do Egito aos faraós; a do México aos imperadores astecas; a do Peru aos incas. Se temos de aceitar a teoria das influências físicas, parece que era um gravíssimo equívoco. A organização social da Índia é devida ao arroz, do Egito à tâmara, a do México e do Peru ao milho... O arroz, a tâmara, o milho puderam, respectivamente naqueles antigos impérios, mais que o homem, cujas instituições e cujas obras foram dirigidas pela natureza daquelas produções”. AMUNÁTEGUI. *Los Precursores...*, p. 6-7.

Para tanto, o historiador inicia seu discurso dizendo que o homem sabe pela “voz do seu sentimento íntimo” ser dono de seu próprio destino e que isso, somado ao “testemunho da história” (ou seja, à experiência), dava-lhe a certeza de que poderia superar as forças sociais e naturais se agisse com energia, prudência e perseverança³². Para ele, a própria América é um exemplo disso, já que nela, pela vontade humana, um sistema de governo após uma revolução foi sucedido por outro, diametralmente oposto.

Portanto, Amunátegui, por meio de sua narrativa, procura consolidar a visão de que os “indivíduos podiam impulsionar as sociedades até um fim determinado”. Para tanto, valoriza as ideias de ousadia e a crença na vitória dos homens sobre as influências sociais cristalizadas. Lição histórica que ele desejava transmitir aos homens de seu tempo³³, para incentivá-los a enfrentar os desafios do presente: lutar contra a herança colonial, contra a dominação dos costumes obsoletos ostentados pela presença da Igreja Católica no interior do Estado, contra os resquícios de autoritarismo presentes na Constituição de 1833, eliminar a ignorância e a indolência, que eram as verdadeiras causas do atraso chileno³⁴. Ou seja, concretizar definitivamente o projeto político independentista, já que considerava o momento de exaltação liberal, da década de 1870, ideal para resgatar os ideais da independência.

A partir da leitura da obra de Amunátegui, depreendemos que, com vontade e persistência, os chilenos poderiam concretizar definitivamente o projeto político independentista. Para, assim, o país alcançar patamares mais elevados, melhores e mais próximos do progresso e de realização completa da liberdade humana.

Desse modo, nas entrelinhas da obra, Amunátegui sugere que o presente, em certa medida, estaria negando o legado dos precursores e a ideologia da independência, e

Esses argumentos remetem às teorias de Ferguson, pioneiro na Inglaterra a empregar a palavra civilização e também quem expôs mais claramente a teoria dos quatro estágios de organização da sociedade humana, em função de sua atividade econômica e de seus modos de subsistência. Além disso, é possível fazer soar as teorias predecessoras ao pensamento de Karl Marx e seus estudos sobre os modos de produção e as formas de governo. Sendo assim, uma refutação direta a todo determinismo que tenta fixar as possibilidades de governo de um povo a questões ambientais ou econômicas, sem se ater à importância do indivíduo como agente da História. No capítulo 3 iremos avançar mais na explicação de como as forças intrínsecas à História e as ações humanas se combinam para a realização dos acontecimentos pretéritos.

³² Lembremos que essas são as mesmas características que ele elogiava nos heróis de sua obra sobre o descobrimento e a conquista do Chile que analisamos no capítulo anterior desta dissertação.

³³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 14. Na introdução, há menção apenas aos precursores da independência, ou mais precisamente à figura de Camilo Henríquez. Porém, se retomarmos o conjunto de sua obra, veremos que os conquistadores foram homens que igualmente souberam avaliar o poder de suas ações e, tal como os personagens do texto em análise, também merecem ser recordados como exemplares. Por isso, ele também se deteve neles ao estudar sobre o *Descubrimiento i Conquista de Chile*, uma vez que aquele período oferecia lições igualmente proveitosas ao presente. No próximo capítulo, veremos que às vésperas da proclamação da primeira junta de governo no Chile, em 1810, figuram outros personagens que estiveram em condições de atuar a favor da História e igualmente auxiliaram no processo emancipacionista.

³⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 16.

consequentemente, estaria retrocedendo ao invés de progredir. Isso porque, o sistema republicano deveria ser oposto e superior ao regime colonial.

Por essa razão, Amunátegui define o movimento de emancipação política do Chile como tendo sido uma “revolução”³⁵, isto é, um evento que alterou rápida e radicalmente o que foi construído durante trezentos anos de dominação na “antiga sociedade”, de tal maneira que as gerações imediatamente posteriores já não eram capazes de se reconhecer em seus pais e avós³⁶. Além disso, os referenciais do passado deixaram de ter validade³⁷ e, por isso, o porvir se apresentava como incerto. Os únicos referenciais eram a experiência do passado e a realidade do presente³⁸, ou seja, tempos sobre o qual o homem tinha ainda algum controle e conhecimento sensível, seja pela razão seja pela vivência.

O autor reconhece, no entanto, que a tarefa de continuação da revolução iniciada em 1810 não é simples e, para dar a conhecer a dimensão do esforço necessário para derrubar os últimos resquícios do regime colonial, Amunátegui narra como funcionou a exploração americana em seus mínimos detalhes. Para tanto, utilizará o conceito do “dogma da majestade real” – a união entre poderes seculares e religiosos – que contribuiu, por muito tempo, para que a ideia de sublevação colonial estivesse associada à de heresia, fortalecendo o poder real e perpetuando sua existência³⁹.

³⁵ O termo “revolução” implica em um movimento radical de mudança que deveria promover a emancipação do homem, beneficiar a humanidade e que encontrava na realização do progresso (e da liberdade) sua razão de ser carrega³⁵. Ademais, de provocar uma noção de aceleração do tempo, a partir da qual o futuro se apresentaria como um tempo imprevisível sobre o qual o passado não teria mais autoridade. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

³⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. V-VI.

³⁷ “Se a análise ideográfica permite vislumbrar uma linha de continuidade entre o período das reformas bourbônicas e o das independências, ao contrário, uma análise histórica conceitual mostra, mais exatamente, que há razões suficientes para pensar que somente a partir de 1808, com as Cortes de Cádiz (como efeito da invasão francesa da Espanha), aflora a possibilidade da criação de um novo espaço de experiência com implicações em novos usos da temporalidade. A história, a partir de então, parece passar mais rápido, e assim os padrões clássicos de calcular o tempo tendem a se tornar obsoletos. Seria um momento em que as relações entre passado e futuro se deslocam, passam a ser discordantes... Esses “300 anos” [de dominação espanhola] não se parecem em nada ao que acaba de nascer e seu desenlace é incerto para a maioria dos seus agentes. Nesse sentido, aquilo que vai tomando forma só se parece a si mesmo. Instala-se um cenário em que a história está como que suspensa”. ZERMEÑO, “História...”, p. 18-19.

³⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 11.

³⁹ Em 1843, os setores conservadores da sociedade fundaram a *Revista Católica*, publicada semanalmente, para lembrar que a religião continuava a ser a base do Chile, uma vez que estava em jogo justamente a relação entre Estado e Igreja. Numa época em que o Chile era uma república dirigida, desde 1830, por uma união entre a política e a religião (o partido conservador *Pelucón*), mas que nas décadas seguintes, viu os privilégios da Igreja sendo gradualmente revogados e a secularização paulatinamente se concretizando no âmbito da vida pública. Assim, as disputas ideológicas também se estabeleceram nos jornais, evidenciadas pelas estatísticas: em 1840 havia cinco diários registrados, em 1889 eram mais de 100, como por exemplo, *El Araucano*, *El Mercurio de Valparaíso*, *Revista Católica* e, o *Semanario de Santiago*, fundado pela Sociedade Literária do Instituto Nacional. Sobre a imprensa católica ver: BERNEDO, Patricio. “Prensa e Iglesia en el Chile del siglo XIX”. In: *Cuadernos de Información*, vol. 12, 2006. Sobre a imprensa chilena em seu contexto mais amplo ver: CAMPBELL, Margareth V.. “The Chilean Press: 1823-1842”. In: *Journal of Inter-American Studies*, vol. 4, nº. 4, out., 1962, p. 545-555.

Considerando esse argumento como ponto de partida, a crítica de Amunátegui ao papel exploratório das autoridades espanholas na colônia, se torna ainda mais virulenta em relação à Igreja Católica, ao acusá-la de contribuir para a manutenção do regime colonial. Na próxima sessão, analisaremos este aspecto com mais detalhes. Agora, cabe ressaltar que, retoricamente, a crítica ao papel da Igreja durante o período colonial pode ser estendida para a república.

Nesse sentido, para Amunátegui, a completa laicização do Estado era necessária para romper definitivamente com a dominação colonial, remediar o atraso do país e para ingressá-lo no rol das grandes nações. Do contrário, acreditava que o país continuaria fadado a viver sob um poder político mistificado e autoritário, dependente não da soberania popular, mas da vontade divina e, estaria impedido a desenvolver corretamente a razão e consolidar adequadamente uma convivência social republicana.

Em razão das críticas realizadas por *Los precursores* contra a Igreja, a obra polemizou com as versões da história nacional elaboradas pela vertente católica surgidas naquele mesmo período⁴⁰. O exemplo mais contundente foi do intelectual conservador Crescente Errázuriz (1839-1931) que, um ano depois da publicação final de *Los Precursores*, escreveu *Los orígenes de la Iglesia chilena*, em resposta à Amunátegui⁴¹.

De tal modo que estava em pugna uma versão eclesiástica da história contra a interpretação liberal. Por essa razão, propomos que a verdadeira razão dos debates entre Errázuriz e Amunátegui foi por decidir quem detinha a voz de autoridade sobre a interpretação do passado chileno e, claro, sobre os prognósticos do futuro como, por exemplo, sobre a necessidade de se proceder ou não a secularização do Estado, mesmo que, em um primeiro momento, o embate tenha se apresentado como uma disputa metodológica. De acordo com o afirmado anteriormente, o problema do método serviu apenas para tentar invalidar as críticas de Amunátegui e desqualificar suas conclusões, acusando-o de usar um método inválido e equivocado, ao dirigir sua interpretação pelos preceitos anticlericais identificados com o liberalismo e, não, pela verdade histórica que poderia ser extraída objetivamente das fontes.

⁴⁰ Por exemplo, a memória histórica publicada, em 1843, pelo padre José Hipólito Salas, membro da Faculdade de Teologia, intitulada *El Servicio de los indígenas y su abolición*, ver: SALAS, José Hipólito. *El servicio personal de los indígenas y su abolición*. Santiago: Imprenta de La Sociedad: 1848.

⁴¹ ERRÁZURIZ, Crescente. *Los Orígenes de la Iglesia chilena*. Santiago: Imprenta de El Correo, 1873. Esse autor foi também editor da *Revista Católica*, órgão jornalístico da Igreja Católica e do Partido Conservador e, em 1874, fundou outro jornal - *Estandarte Católico* - que defendia os interesses da religião e atacava aos liberais e maçons. Em 1819, foi nomeado pelo papa para o cargo de Arcebispo de Santiago, cargo que ocupou por doze anos.

A fim de elucidar melhor como a crítica histórica de Amunátegui se conectava a leitura do presente, é preciso retomar o contexto chileno dos anos de 1870 e 1880. Quando os intelectuais consideraram relevante definir a autoridade sobre o discurso histórico e, os políticos empreenderam importantes discussões sobre o papel da Igreja dentro do Estado republicano e a secularização pôde avançar, ainda que lentamente⁴².

As décadas de 1870 e 1880 foram anos de grande exaltação liberal, pois, no ano de 1870, havia assumido o cargo de presidente da república um homem com precedentes liberais, Frederico Errázuriz Zañartu⁴³.

Ao assumir o poder, os liberais puseram em marcha seus objetivos políticos, já delineados desde 1850, quando Frederico Errázuriz publicou, junto com José Victorino Lastarria, um texto chamado *Bases de la Reforma*. Nesse texto defendiam reformas legislativas contra o caráter autoritário e centralizador da Constituição de 1833. Predicavam, para tanto, a reforma da lei de imprensa em resposta à lei de censura em vigor desde 1846. Exploravam também temas como a lei sobre as eleições, as restrições das faculdades extraordinárias do presidente, a reforma da guarda cívica. Além disso, ansiavam pela “igualdade ante a lei, a liberdade individual, a inviolabilidade das propriedades, a instrução pública primária e gratuita e a proteção da indústria”⁴⁴. E, na década de 1860, a secularização do Estado se somou a essa agenda de reformas⁴⁵.

⁴² As principais leis laicas foram paulatinamente sendo aprovados naquele período: liberdade de culto (1865); realização de exames escolares nos colégios particulares sob a responsabilidade dos liceus (1872); a supressão do fórum eclesiástico (1875) e, entre 1883 e 1884, as leis do registro e matrimônio civil e cemitérios laicos. Sobre o processo legislativo de secularização do Chile, ver: DONOSO, R.. *Las ideas en Chile*. México: FCE, 1946. Sobre o liberalismo no Chile ver: JAKSIC; POSADA-CARBÓ. *Liberalismo...*, 2011.

⁴³ Ao assumir o poder, a situação de Errázuriz Zañartu era bastante delicada, pois seu governo marca o fim do partido da Fusão, entre conservadores e liberais, dando início a um novo partido: a Aliança Liberal. Inicialmente, os conservadores da Fusão apoiaram a Errázuriz acreditando que a proximidade deste com o arcebispo Rafael Valentín Valdivieso garantiria sua fidelidade contra as medidas seculares pretendidas pelos liberais de dentro do próprio partido. Mas, logo, o novo presidente percebeu que o equilíbrio de forças dentro do governo pendia para o lado liberal e, por isso, encampa as reformas constitucionais das quais ele mesmo já havia sido defensor. Contudo, como veremos, diante a crescente luta pela laicização do Estado o partido da Fusão irá se romper definitivamente. Sobre esse ponto ver: URZÚA VALENZUELA, Germán. *Los partidos políticos chilenos: las fuerzas políticas*. Santiago: Jurídica Ediar-ConoSur, 1988; MATTE LARRAÍN, Arturo. *La Alianza Liberal de 1875*. Santiago: Imprenta Universitaria, 1916.

⁴⁴ JAKSIC; POSADA-CARBÓ. *Liberalismo...*, p. 183.

⁴⁵ O partido da Fusão irá se romper em torno do tema da laicização do Estado porque dentro do partido estavam conglomerados os católicos ultramontanos (que inicialmente participaram do partido conservador *Pelucón*, mas, diante da pressão do governo de Manuel Montt – que se propunha a assumir como herança as prerrogativas religiosas da monarquia espanhola, principalmente, o patronato – aceitaram unir-se aos liberais para lutar a favor da independência da Igreja diante da República). Portanto, quando iniciaram os ataques às prerrogativas eclesiásticas dentro do Estado por parte dos liberais no interior do próprio partido a união deixou de ser viável. Sobre a luta de católicos e liberais, em torno do tema da reforma constitucional que regulava a relação entre Estado e Igreja, ver: SERRANO, S. *¿Qué hacer con Dios en la República? Política e Secularización en Chile (1845-1885)*. Chile: FCE, 2008.

Vale recordar que todos esses temas coincidiam com as preocupações intelectuais de Amunátegui e, no momento adequado de sua discussão política no Congresso, pertenceram à sua agenda política de deputado e ministro. Por essa razão, Amunátegui em *Los Precursores* reproduz muitos dos valores políticos do liberalismo triunfante desta época, em especial, a discussão sobre o papel da Igreja Católica dentro do Estado republicano. No âmbito político, em 1874, Amunátegui e mais alguns deputados apresentaram um projeto de lei que pretendia reformar todos os artigos constitucionais que regulavam as relações entre Igreja e o Estado. No mesmo ano, como editor substituto do jornal *El Ferrocarril*, pressionou a opinião pública por tal reforma.

Desse modo, Amunátegui – através de seus livros, por meio de seus discursos ao Congresso e ao publicar seus artigos – transformou-se no “principal adversário liberal dessa polêmica”⁴⁶.

2.2 O Dogma da Majestade Real

No volume um de *Los Precursores*, Amunátegui se dedica a mostrar de que maneira o governo colonial se configurou amparado tanto no poder monárquico quanto no poder eclesiástico⁴⁷, compondo um cimento sólido que constituía as bases inquestionáveis da autoridade peninsular sobre seus domínios americanos. Em suas palavras:

A firmeza, o hábito do sentimento de vassalagem era tal que [...] assegurou por séculos a uma península da Europa a possessão de um mundo. Não foram os exércitos, esquadras, fortalezas, senão a consciência, a consciência religiosa dos mesmos oprimidos⁴⁸.

O dogma surgiu na América, nos primeiros anos do descobrimento, trazido pelos conquistadores que dedicavam suas ações à glória do rei e de Deus e se empenhavam em obedecer à vontade do soberano⁴⁹, de modo que a grandiosidade da Coroa e seus sucessos

⁴⁶ SERRANO. *¿Qué...*, p. 135.

⁴⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 215. Para Amunátegui, o período colonial representou um menoscabo da boa religiosidade, na medida em que se reconhecia ao monarca como um ídolo e a obediência a ele era uma forma de idolatria. Por isso, surge que a emancipação teria posto fim a esta idolatria. De tal modo que, para ele, a Independência aparece compatibilizada com uma versão mais “pura” da religião.

⁴⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 215.

⁴⁹ Sobre esse respeito expressou Amunátegui: “Os conquistadores trouxeram à América este sentimento religioso de fidelidade exaltada ao soberano. Em todas suas empresas, em todos seus perigos, invocavam: primeiro, o nome de Deus e, em seguida, o do rei. Todos o faziam, ou pelo menos protestavam fazê-lo, para a maior glória da majestade divina e da majestade real”. AMUNÁTEGUI. *Los Precursores...*, p. 28.

coloniais fomentaram ainda mais o sentimento de adoração ao rei e corroboraram seu caráter divino. Da maneira como entendiam os súditos, Deus havia escolhido os Reis Católicos para governar sobre aquele território⁵⁰, para salvar as almas dos bárbaros, para engrandecer a Igreja e para difundir a fé em Cristo. As bulas apenas ratificavam diante dos homens a vontade de Deus, expressa tanto nas profecias quanto na própria Bíblia.

Entretanto, Amunátegui observa que não havia uma regra de simples compensação entre conquista e proteção divina. Uma vez que os conquistadores também multiplicavam as formas de adoração (fundação da capela Nossa Senhora do Socorro), culto e homenagem aos santos, ao apóstolo (batizando a capital do reino de Santiago) e a Deus. Além disso, o próprio rei criou leis para fomentar a devoção à sua figura, tornando-a tão reverente quanto eram os cultos aos santos, como por exemplo: o passeio do estandarte real⁵¹, as solenidades do selo real⁵², as celebrações para casamentos, nascimentos, mortes e aniversários dos membros da família real.

Contudo, não escapa a Amunátegui as incongruências da história providencialista, a partir das quais ele elabora suas críticas ao discurso colonial⁵³. A primeira destas críticas consiste em questionar a afirmação de que a conquista da América era um ato piedoso, em vista da crueldade com que seus agentes atuaram contra os índios. Além disso, põe em dúvida o fato de que as divindades estavam ao lado dos homens brancos. Se isso era verdade, então, como explicar a resistência indígena tão persistente e duradoura?

⁵⁰ “O patrono da Espanha, o Apóstolo Santiago, e a Virgem Maria se haviam designado nos casos de apurada necessidade a tomar o comando dos exércitos espanhóis e capitaneá-los contra a multidão dos indígenas... Os autores mais sérios e que circulavam entre todos, referiam que nas guerras da conquista, os anjos e os santos haviam combatido em mais de uma ocasião ao lado dos conquistadores. [Prossegue ele,] não tem nada de estranho que se acreditasse quase unanimemente que Deus havia adjudicado direta e especialmente ao rei da Espanha a dominação sobre o Novo Mundo”, AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 37.

⁵¹ Essa era uma das práticas mais antigas da colônia que consistia em fazer uma procissão pelas principais ruas da capital com o estandarte real – estampa bordada em seda das armas da cidade e do Apóstolo Santiago em seu cavalo – erguido durante as festas dedicadas ao patrono da cidade, entre 24 e 25 de julho. Amunátegui chama atenção para o fato de que tais solenidades que evocavam a adoração ao rei eram fruto das próprias leis reais que as instituíam. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 82-83.

⁵² Para a narração de Miguel Luís Amunátegui do ritual de veneração do selo real, ver: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 95-97.

⁵³ É preciso também compreender que as histórias providencialistas são contrárias aos ideais liberais de Amunátegui. Reconhecer a primazia da vontade divina sobre os eventos humanos equivale retirar das mãos humanas qualquer intervenção em seu porvir; portanto, contraria um dos grandes valores de Miguel Luís Amunátegui, o livre-arbítrio. Além disso, em *Descubrimiento i Conquista de Chile*, insiste que essas histórias eram apenas lendas que ajudavam a explicar o que era difícil de compreender (na tentativa de mitificar a exploração colonizadora), tal como os episódios em que poucos homens, em tão curto tempo, conseguiram lutar contra um numeroso exército de índios e vencer. Com certeza, para ele, as armas, as técnicas e o esforço heroico combinados ajudam a explicar os eventos melhor que tais relatos inverossímeis. Mas é importante ressaltar que embora Amunátegui desvele as incongruências da história providencialista da colônia, para ele, era mais importante demonstrar que entre os conquistadores a crença nos milagres reforçava o aspecto divino das ações da monarquia, fortalecendo a validade do dogma da majestade real.

A própria origem da simbiose entre essas duas instituições é alvo de críticas. Ao remontar-se ao contexto da Conquista da América, Amunátegui destaca a coincidência entre este evento e Reforma Religiosa proposta por Lutero e, conseqüentemente, propõe que o dogma da majestade real surgiu de um acordo de interesses mundanos e não religiosos. Argumenta, para tanto, que os empreendimentos espanhóis no Novo Mundo deram à Igreja Católica o apoio necessário à sua sobrevivência, ascensão e expansão da fé. Em troca, a Santa Sé teria recompensado o rei com as premissas de sua doutrina (direito divino dos reis), com as bulas papais e com o direito a exercer o patronato – nomeação dos cargos eclesiásticos.

Ao potencializar suas críticas, Amunátegui revela, primeiro, a estreita conexão que existia entre o culto à figura real e a crônica crise financeira em que vivia a Espanha. Em segundo lugar, expõe como muitas das ocasiões de veneração ao rei, aos seus símbolos e a seus familiares, envolviam celebrações luxuosas, o que contrastava com a realidade financeira do Chile colonial, sempre pobre. Desse modo, ele conclui que os ritos de exteriorização da fé redundavam em discussões fúteis que demandavam tempo e energia do rei, deixando sem atenção questões mais importantes, como o fomento à “indústria” e obras de utilidade pública, daí, a pobreza do Chile.

A crítica à vida colonial feita por Amunátegui ultrapassa os assuntos religiosos. Para ele, de maneira geral, os homens da época colonial se dedicavam a assuntos mesquinhos e pequenos, sem preocupar-se com qualquer questão de superior interesse, ainda que fosse sobre assuntos importantes da teologia ou do sistema jurídico colonial⁵⁴. Isso porque, para além do dogma da majestade real, a Coroa utilizava outras estratégias para prevenir a sublevação de seus domínios americanos, isto é, promover a quase nulidade de educação e o isolamento do convívio com outras nações civilizadas⁵⁵. Além disso, havia rígida censura contra livros, pinturas e todos os tipos de emblema. O único sistema de ensino que existia na América era aquele relacionado à teologia e ao direito canônico administrado com métodos obsoletos e que visava confirmar a validade do direito divino dos reis. O monarca controlava

⁵⁴ Segundo Amunátegui, nem mesmo o extenso *Gobierno Eclesiástico Pacífico* do bispo Gaspar de Villarroel – que esteve à frente do bispado de Santiago entre 1637-1651 – trata de questões de teologia e moral que tem “algum interesse”, pois a maioria dos temas abordados refere-se a “questões próprias da futilidade da época” como, por exemplo, se era permitido ou proibido o uso de gordura animal nos dias de abstinências. (AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 316). O historiador usa esse exemplo (além de outros) para tecer uma crítica severa à pobreza da produção intelectual no Chile.

⁵⁵ Para Amunátegui, o rei trava de “sufocar completamente a vitalidade de um grande povo”, mas esta não era uma tarefa fácil. Prova disto, eram as variadas reiterações proibitivas que o rei era obrigado a enviar à América sobre o tema da educação, circulação de livros e emblemas e presença dos estrangeiros em seus domínios. Não podemos deixar de observar que, a partir desse ponto de vista, os americanos trazem a liberdade e a vitalidade de pensamento de maneira inata. Para sufocar tais características é preciso muitos esforços. Por isso, novamente, vemos Amunátegui sugerir a ideia de que a liberdade sempre se sobrepõe ao despotismo, apesar de quaisquer obstáculos, como eram as leis das Índias. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 222.

tudo que se escrevia, que se publicava, tudo que ingressava dentro dos seus domínios, tudo que circulava entre eles e tudo que saía.

Consequentemente, nos domínios hispano-americanos, se lia muito pouco e se escrevia menos ainda. Principalmente, porque os originais manuscritos também estavam proibidos de circular sem a devida autorização real. Os poucos americanos que haviam conseguido estudar em terras coloniais e escreviam a partir de sua condição de americanos subalternos tiveram suas obras esquecidas entre seus objetos testamentários. Apenas no século XIX, os historiadores conseguiram resgatar e publicar material tão precioso sobre a história e a sociedade chilena colonial. Além do mais, existiam muito poucas imprensas e as que existiam eram de altíssimos custos e quase sempre faltavam equipamentos e materiais para publicação⁵⁶. Quase nenhum habitante daquela região conhecia outro idioma além do castelhano e, existia alto grau de analfabetismo dentro da sociedade chilena⁵⁷.

Desde a perspectiva de Amunátegui, os resultados do sistema colonial para América haviam sido nefastos. De maneira bem documentada, estabelece que os traços distintivos daquela sociedade eram “a ignorância mais supina”, “segregação quase completa do restante dos povos civilizados” e a “coerção constante e minuciosa da autoridade até nos menores incidentes da vida pública e privada”⁵⁸. Todos esses elementos somados teriam produzido a degradação dos indivíduos que se tornaram mesquinhos e pequenos “nos pensamentos, nos escritos, nas palavras e nas ações”⁵⁹.

Em geral, o tom utilizado por Miguel Luís Amunátegui, em *Los Precursores*, para narrar minuciosamente as mazelas do sistema colonial, é bastante pessimista. Sua estratégia,

⁵⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p.228. Para Amunátegui, em certa medida, a exceção para a exiguidade intelectual no Chile havia sido a atuação da Companhia de Jesus. Tendo em vista que essa instituição “se pôs à frente da instrução, da indústria, da colonização dos indígenas, do movimento religioso”. Além disso, foi responsável por introduzir a imprensa e, mesmo contra a proibição real, por imprimir livros. Ponderadamente, o historiador alerta que “a Companhia estava muito longe de atacar de frente todas as prerrogativas da autoridade real, e muito menos as políticas, que, pelo contrário, apoiava decididamente”. Portanto, o traço distintivo dessa ordem religiosa era a preocupação com a educação e com a indústria dos domínios americanos. Em suma, se por um lado, merecia críticas à posse dos jesuítas; por outro, merecia sua independência frente à monarquia e os benéficos que traziam para a colônia chilena, c.f. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 247-248.

⁵⁷ Todavia, o autor não nos informa qualquer dado estatístico sobre o letramento na época colonial, mesmo porque a prática de levantar estudos estatísticos só surge no Novo Mundo em meados do século XIX com as repúblicas. Porém, não é demasiado supor que as pessoas que sabiam ler e escrever eram principalmente os funcionários coloniais, religiosos e membros da elite, principalmente, os jovens que eram mandados para Lima ou à Europa para estudar.

⁵⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 311.

⁵⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 311-312. A enumeração que o autor faz dos “efeitos” perniciosos da colonização coincidem justamente com o título dos três capítulos finais do seu livro, a saber: 1) “A ilustração nos domínios hispano-americanos” (sobre a censura da monarquia sobre a produção, circulação e leitura na América); 2) “O isolamento dos domínios hispano-americanos” (acerca da legislação colonial destinada a impedir o contato dos colonos com estrangeiros, bem como a permanência desses últimos nas colônias) e, por fim, a 3) “A pequenez da colônia” (aborda o pensamento intelectual dos americanos e que estaria fadado a se dedicar a assuntos supérfluos em detrimento dos assuntos públicos de relevância).

segundo entendemos, serve para trair a cumplicidade do seu leitor e, para reforçar a credibilidade de sua narrativa, Amunátegui também apresenta riqueza de detalhes, cópias de documentos na íntegra, relato de dramas familiares e etc. Acreditamos também que, ao dramatizar suas conclusões contrárias ao Antigo Regime, o historiador desejava suscitar paralelos entre o passado e o presente, no sentido de mostrar os avanços alcançados, respaldar a validade da revolução de 1810 e, por fim, animá-los a empreender as mudanças necessárias em direção à superação dos traços de autoritarismo presentes na Constituição de 1833, avançar na educação popular e estatal para todos os chilenos e consolidar as liberdades, em especial, a de expressão⁶⁰.

Mas *Los Precursores* também está carregado de pesar. O historiador acreditava que os domínios americanos poderiam ter sido grandes ou, ao menos, parte de um grandioso império, como os antigos. Mas, ao contrário, durante a dominação espanhola, a América “foi um soberbo berço de império, no qual dormia não uma criança que anunciava a virilidade de Hércules, senão um aborto deforme e raquítico que inspirava lástima”⁶¹.

Como Amunátegui atribui grande parte da responsabilidade do atraso do Chile à Igreja e seu respaldo ideológico à colonização, cabe notar que a religiosidade colonial também foi criticada. Para ele, esse sentimento religioso – permeado pelas premissas do dogma da majestade real – era diametralmente oposto ao que, no Chile, se consideraria natural ou compreensível, no século XIX, pois, “causava repugnância” a um país republicano e liberal aquele excesso de idolatria à figura do rei. Desde sua lógica ilustrada, o culto religioso deveria ser algo íntimo e interior, que dizia respeito a sentimentos elevados – tal qual deveria ser o sistema republicano – e não dependia da ostentação de poder e luxo como praticavam as autoridades reais.

A partir de todo o exposto acima, compreendemos que, para Amunátegui, a grandiosidade dos eventos ocorridos em 1810 estava tanto na mudança rápida e radical do sistema monárquico para o republicano, quanto nos obstáculos religiosos e morais enfrentados pelos precursores para realizar tal mudança, a qual, em sua visão, havia sido responsável por fazer o Chile experimentar “as palpitações da vida em toda sua plenitude”⁶².

⁶⁰ A liberdade de expressão é de suma importância para a luta política do século XIX. Liberais, como Amunátegui, estavam convencidos de que através da imprensa e da formação da opinião pública conseguiriam difundir e estabelecer o predomínio de seus ideais.

⁶¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, p. 313.

⁶² AMUNÁTEGUI. *Los Precursores...*, p. 348.

2.3 Os indígenas desde a colonização até a Independência

*A luta sangrenta e heroica que os araucanos sustentaram contra os invasores (...) quase ocasionou a completa ruína destes, pondo-os em perigo de se verem forçados a abandonar o país, o pelo menos em duras condições de manter-se nele com grandes dificuldades e a custa dos maiores sacrifícios*⁶³.

O volume dois do livro *Los Precursores de la Independencia de Chile* objetiva traçar um relato sobre a condição social dos indígenas desde a conquista até a independência. Miguel Luís Amunátegui justifica o projeto defendendo que a presença dos araucanos desestabilizou o sistema colonial imposto pela Espanha, contribuindo para sua derrocada em 1810, razão pela qual a obra procura explicar as causas da resistência dos araucanos e suas contribuições para o fim do pacto colonial.

É preciso frisar que para o Chile da segunda metade do século XIX o tema indígena era de grande importância, pois a elite política de então discutia métodos para finalizar a divisão territorial entre Chile e a Fronteira Araucana, além de avaliar planos de ocupação, expansão agrícola e integração das populações de ambos os territórios. O tema nativo é determinante na obra de Amunátegui e os registros sobre as questões supracitadas surgem no espaço reservado pelo autor para tratar do assunto mapuche. Dos sete volumes analisados nesta pesquisa dois deles são dedicados ao tema de Arauco – o que corresponde a quase um terço da obra. Isso demonstra como o assunto é fundamental para as interpretações do historiador.

O primeiro tomo da obra *Los Precursores* tornou evidente os pontos fortes e sólidos de construção do regime colonial; o segundo, em caminho contrário, expôs “pontos bastante débeis, por meio dos quais em dadas circunstâncias poderia começar a ruína de uma fábrica social defendida tão cuidadosamente dos perigos”⁶⁴. Assim, ao preocupar-se em descobrir as causas do fim do sistema colonial, o historiador foi levado a examinar minuciosamente a Guerra de Arauco.

Apesar de haver escrito sobre os mapuches em *Descubrimiento i Conquista de Chile*, as preocupações de Amunátegui em *Los Precursores* quanto aos nativos são outras. A primeira diferença está no arco cronológico esquadrihado – desde os primeiros confrontos entre espanhóis e araucanos até final do século XVIII – com fins de extrair a lógica da atuação

⁶³ AMUNÁTEGUI, M. L.. *Los Precursores de La Independencia de Chile*. vol. II. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1871, p. 92.

⁶⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 6.

e da presença desse povo dentro da História do Chile⁶⁵. A segunda, está na intenção de produzir um material textual mais aprofundado do que uma crônica, haja visto que o autor pretendia encontrar as causas da resistência dos araucanos e as razões do grande sucesso obtido em rechaçar os espanhóis para fora de Araucania. A guerra preocupa-o em demasia em razão de entendê-la como uma “anomalia” dentro da história da América hispânica e um “fato social muito importante” para a compreensão do Chile⁶⁶.

A principal hipótese de Miguel Luís Amunátegui é a de que a guerra na fronteira araucana contribuiu para o fim do domínio espanhol, pois sua existência limitava a solidez da obra de conquista ao reduzir a capacidade da empresa colonizadora e ao gerar conflitos desestabilizadores do regime instalado. Durante a colônia, portanto, o Chile havia sido pobre e atrasado por causa da dispendiosa guerra de Arauco, embargadora da dominação espanhola na comarca do ultra Bío-Bío e do progresso desejado nas povoações pacificadas⁶⁷. O autor, além disso, defende que os maus tratos contra índios submetidos, a imposição do serviço pessoal (servidão), a manutenção da *encomienda* e o apego dos índios à liberdade seriam algumas das causas da longa duração da guerra – adiante teremos oportunidade de voltar a esse último elemento.

Mas, cabe explicar que apesar da denúncia contra os abusos cometidos contra os indígenas, Miguel Luís Amunátegui se mostrou crítico às políticas pacifistas desenvolvidas entre os anos de 1612 e 1621 pelo jesuíta Luis de Valdivia e sob o auspício do vice-rei do Peru e da corte espanhola. Posto que sua concepção de abuso cometido contra os nativos não está relacionada à de castigo porque, por exemplo, quando os índios empreendem ações contra os espanhóis, o historiador concorda com uma reação “necessária e justa” para desestimular sua recorrência. Já os abusos seriam resultado do tratamento “inumano e cruel” dado aos indígenas por causa das *encomiendas*, das malocas e da cobiça e ódio do espanhol contra os índios.

De tal modo que essa postura de Amunátegui resulta da crença de que a solução para a questão de Arauco era uma mescla de força e convencimento⁶⁸. Para ele, estava claro que a

⁶⁵ No livro *Descubrimiento i Conquista de Chile* (AMUNÁTEGUI, M. L. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 1862) o arco cronológico da investigação de Amunátegui vai da chegada de Diego de Almagro e da colonização iniciada por Pedro de Valdivia até a saída do governador interino Don García Hurtado de Mendoza.

⁶⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 268.

⁶⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 268.

⁶⁸ AMUNÁTEGUI, M. L.. “Memoria sobre el servicio personal de los indígenas i su abolición, leída en la sesión pública de la Universidad de Chile, por el Presbítero D. J. Hipólito Salas i miembro de la Facultad de Teología i Ciencias Sagradas”. In: *Revista de Santiago*. Tomo II. Santiago: Imprenta Chilena, 1848.

“guerra a sangue e fogo”⁶⁹ dos primeiros anos de conquista – narrados em *Descubrimiento i Conquista de Chile* – teve resultados tão efêmeros quanto a guerra defensiva do Padre Valdivia, como veremos adiante. Em sua perspectiva, qualquer projeto que tentasse levar a cabo apenas uma destas partes em consideração estaria fadado ao fracasso⁷⁰. Não se tratava, então, apenas de tornar os índios obedientes em resposta a um bom tratamento, pois no “estado de selvageria” em que encontravam não se converteriam à civilização por livre vontade. A liberdade bárbara era mais vantajosa do que uma vassalagem exigente de impostos e de obediência a um soberano estrangeiro. Além disso, pela larga experiência de batalha, os araucanos estavam convencidos de que os espanhóis não tinham força suficiente para impor-lhes uma dominação definitiva, sendo natural não se entregarem facilmente. Por isso, seria necessário combinar força repressiva e persuasão para fazê-los aceitar a civilização⁷¹.

Amunátegui, ademais, via na presença dos araucanos indômitos o problema de segurança do território. A costa austral do Chile, desde a época colonial, é a porta em direção ao oceano Pacífico, fato que justifica o medo de inimigos estrangeiros estabelecessem alianças com os índios rebelados e pusessem em xeque a ocupação hispânica. Esse perigo era especialmente temido pelos espanhóis do século XVII e XVIII, quando outros Estados ameaçavam a hegemonia da Espanha em uma batalha que era tanto comercial e política quanto religiosa⁷². O receio de perder parte do território dominado pelos índios também foi sentido pelos chilenos ao longo do século XIX. Primeiro, quando nas Guerras de Reconquista, Chiloé se tornou o último reduto realista contando com apoio das tribos indígenas da região; segundo, quando em meados daquele mesmo século, a Argentina reivindicou seu direito sobre a porção sul do continente americano.

Los Precursores serve para reforçar o projeto político de pacificação expresso em *Descubrimiento i Conquista de Chile* comprovando a validade dos argumentos nele implícitos⁷³. Ademais, esse volume tenta demonstrar que a unificação do território chileno é

⁶⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 159.

⁷⁰ Nesse sentido, seu estudo sobre o governo interino de Don Garcia Hurtado de Mendoza é representativo de quão efêmera era a guerra ofensiva. cf.: AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, 391-526.

⁷¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 485.

⁷² O cabo Horn foi descoberto por um corsário holandês, em 1616, como rota alternativa e menos perigosa do que o estreito de Magalhães.

⁷³ Por essa razão, voltamos a insistir que os discursos parlamentários pronunciados por Amunátegui como deputado e suas ações como ministro foram uma prolongação prática e direta de seu pensamento histórico que, por sua vez, serviu de argumento e comprovação das ideias por ele defendidas em sua carreira política. Amunátegui sustentou e desenvolveu seu projeto civilizador tanto no âmbito da vida pública quanto intelectual.

uma questão pendente e necessária para a segurança e manutenção da república, em uma época em que os novos Estados discutiam seus direitos territoriais⁷⁴.

a) As causas e consequências da Guerra de Arauco

Miguel Luís Amunátegui abre seu estudo assinalando a excepcionalidade dos araucanos. Enquanto a “raça indígena nos domínios hispano americanos”⁷⁵ (inclusive as da zona norte – Atacama – e do vale central do Chile) foram vencidas pelos espanhóis devido à incomparável vantagem bélica destes, os mapuches mantiveram uma “inquebrantável” resistência que os conservaram indômitos por séculos. Uma das causas desse fenômeno, segundo o autor, é o “horroroso” tratamento dado aos “indefesos e desvalidos” indígenas, bem como as “mortíferas” tarefas impostas e a “condição de bestas” a qual estavam sujeitos⁷⁶. Nesse contexto, acusa os agentes espanhóis de serem cobiçosos, influenciados por teorias convenientes (como a da servidão natural de Aristóteles) e responsáveis pelos maus governos que ruíram gradualmente o sistema colonial. Para ele, os *encomenderos* agiram inequivocamente na direção do enriquecimento fácil e optaram regularmente por defender a exploração dos indígenas.

Os conquistadores, de acordo com historiador contemporâneo chileno Gabriel Salazar, estavam imersos na cultura ibérica fundada a meio caminho entre o direito dos povos e o direito de dominação real⁷⁷. Eram guiados por uma espécie de direito misto que formalizou e compatibilizou a democracia interna dos povos (resultante da ação popular propiciada pelos *cabildos* e *ayuntamientos*) com o direito do rei de ditar leis e governar. Formando, assim, uma noção de que era desejável “obedecer à legislação real, mas sem obrigação categórica de cumpri-la”⁷⁸.

Para Salazar, essa nova tradição guiou o comportamento dos homens que, marginalizados pela opressão monopolista do sistema mercantil ibérico, vieram para a América⁷⁹. Se algum ideal regia suas vidas, à parte de sua memória comunal, não era nenhum

⁷⁴ Em 1879, Miguel Luís Amunátegui escreveu um livro sobre esse tema, ver: AMUNÁTEGUI, M. L.. *La cuestión de límites entre Chile i la República Argentina*. Santiago: Imprenta Nacional, 1879-1880.

⁷⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p.5-31.

⁷⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 8.

⁷⁷ SALAZAR, Gabriel. *Construcción de estado en Chile (1800-1837): democracia de los “pueblos”, militarismo ciudadano, golpismo oligárquico*. Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 2011.

⁷⁸ SALAZAR, *Construcción...*, p. 61.

⁷⁹ Segundo Salazar, o perfil dos primeiros conquistadores era o de um jovem solteiro, empobrecido, frequentemente da região de Andaluzia, com média de 27 anos, sem profissão definida, não raro era semianalfabeto e viajava impulsionado pela fome como parte da tropa de algum homem que pudesse pagar sua passagem e assegurar sua permissão de viagem. SALAZAR, *Construcción...*, p. 61-63.

ideal evangélico nem cavalheiresco, senão os de um pícaro urbano que havia aprendido como enriquecer e viver ao modo dos grandes mercadores de Sevilla⁸⁰. Assim, pressionavam o rei para que os meios de seu enriquecimento fossem garantidos e, como era de se esperar, qualquer entrave era prontamente rechaçado. Devido ao fato de que a colonização da América foi mais uma empresa privada do que estatal, os homens que se aventuravam na América aceitavam submeter-se às enormes dificuldades da missão em troca da riqueza. Mas, eles “não podiam se apoderar das riquezas sem a cooperação forçada dos indígenas”⁸¹.

A defesa do que esse grupo de viajantes considerava direito legítimo, tal como era o enriquecimento como pagamento à Conquista, associada à tradição jurídica a que estavam associados, nos permite compreender as reações contrárias dos conquistadores aos impulsos regulatórios da Coroa. Um exemplo desse choque ocorreu em 1542, quando Gonzalo Pizarro, filho de Francisco Pizarro, rebelou-se contra as Leis Novas opostas à servidão indígena⁸². Naquela ocasião, a desobediência dos conquistadores foi perdoada pelos reis espanhóis visto que o processo de colonização dependia desses homens, ademais, a desobediência, como vimos, era intrínseca ao sistema jurídico espanhol. Assim, o que realmente importa a Amunátegui é mostrar que a insubordinação continuou sendo motivo para negociações entre súditos e reis ao longo dos séculos.

Amunátegui também deixa em evidência a oposição entre os interesses mundanos e egoístas dos conquistadores e os interesses mais elevados da Coroa e da Igreja⁸³. Os invasores espanhóis eram motivados pelo proveito pessoal e pela crença de que os índios nasceram para servi-los. Já os reis, os legisladores e o Papa davam ênfase à catequese, à vassalagem e à

⁸⁰ SALAZAR, *Construcción...*, p. 41-61.

⁸¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 17.

⁸² Amunátegui defende esse ponto de vista em seu livro *La Cronica de 1810*, no qual encontra os primeiros sinais de discórdia entre os espanhóis-americanos e os espanhóis-europeus na rebelião de Gonzalo Pizarro. A partir disso, explica que a rebeldia inicial provocou a desconfiança mútua entre colonos e Coroa e que, por sua vez, engendrou um sistema opressivo e desigual entre peninsulares e *criollos*. Por essa razão os *criollos*, a partir do final do século XVI, serão constantemente postos em uma situação inferior aos peninsulares, sendo obrigados a contribuir com a riqueza do rei e a submeter-se a um regime comercial não apenas ilógico, mas também prejudicial ao desenvolvimento das atividades econômicas americanas. O resultado de tal situação será a miséria e o isolamento das colônias, governadas por “estrangeiros” alheios aos interesses locais. Ao final, em 1810, no embate entre a “veneração religiosa ao soberano” e o anseio por liberdade, esta última opção triunfará e os homens mais capazes e ilustrados conduziriam (mesmo que meio às cegas) o Chile à transformação. AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Crónica de 1810*. Vol. I. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1876, capítulo I.

⁸³ Embora a explicação de Amunátegui aponte para uma divisão clara entre Coroa e conquistadores, tal separação é muito menos precisa na realidade. Por isso, devemos entender seu argumento como sugestão de que houve uma ambiguidade entre o discurso real que pretendia proteger os indígenas e outras cédulas reais nas quais o rei, precisando negociar a condição de exploração com os seus súditos, retrocedia. Nesse sentido, criaram-se dispositivos jurídicos responsáveis por minar a primeira intenção.

necessidade de braços para construir a riqueza espanhola⁸⁴, uma vez que “não se travava de derrotar exércitos, senão de dominar um povo valoroso e soberbo que preferia tudo à vassalagem”⁸⁵. Assim, era desejável que os indígenas fossem reunidos em pequenas povoações, onde pudessem ser catequisados e submetidos ao jugo real.

Não obstante essas boas intenções, o autor reconhece que o rei não atuou uniformemente e, ao analisar a proteção ou não dos indígenas pela Coroa, a discussão se torna mais complexa. Amunátegui expõe a discrepância entre a lei e a desobediência e, para tanto, reconhece duas causas principais: *o problema de comunicação*, pois não raro o rei confundia-se e não conseguia expressar-se bem, atrasando a solução da questão indígena, ao permitir brechas para a escravidão e outros tipos de abusos⁸⁶; *as contradições jurídicas coloniais* que permitiam o serviço pessoal ao mesmo tempo em que o proibia⁸⁷.

A principal incoerência legal foi o sistema de *encomienda* surgido em função da necessária conciliação entre Coroa e conquistadores. De acordo com a ótica de Amunátegui, o sistema obstruía a defesa dos indígenas por parte das cédulas reais, cujas prescrições determinavam ser os povos originários livres, donos de si, dos seus bens e merecedores da proteção real. Além disso, transformavam a colonização implementada no Novo Mundo numa espécie de “feudalismo corrigido para vantagem do rei”⁸⁸. Assim, as leis e a prática das *encomiendas* criavam tantas contradições a ponto de o rei considerar necessário reiterar as leis de tratamento ponderado aos indígenas⁸⁹. Amunátegui entende tal repetição como prova de

⁸⁴ Amunátegui não nega a realidade de que os indígenas eram uma importante fonte de trabalho para a empresa colonizadora. Porém, defende que um tratamento mais moderado era benéfico para todos, na medida em que poderia frear a enorme mortalidade e descenso populacional entre os naturais, garantindo a sobrevivência da mão-de-obra. É nessa direção que ele argumenta a lógica da Coroa em defender os índios americanos, sem esquecer do projeto evangelizador contido no projeto colonial.

⁸⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 60.

⁸⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 410.

⁸⁷ Amunátegui cita alguns exemplos de como a Coroa protelou o fim das *encomiendas*. Para tanto, o historiador compila cédulas reais em que o monarca permite a escravidão sob certas condições, por exemplo, como castigo aos índios rebelados ou a expatriação de índios para o Peru. Mas, Miguel Luís Amunátegui não deixa de reconhecer que o soberano tinha seus próprios interesses na exploração da América e, por isso, acaba ditando leis contrárias às próprias disposições quando, por exemplo, autoriza um colono chileno a explorar minas, apesar da lei proibitiva de 1622 de índios explorarem minas. Assim, Amunátegui questiona: “se o monarca, movido pela cobiça, infringia suas próprias leis, como estranhar que os súditos fizessem outro tanto?”, concluindo que “não é estranho que os súditos interessados no abuso [da mão-de-obra indígena] desobedecessem à lei, quando o soberano não tinha reparo em revogar a si mesmo”: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 407-409.

⁸⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 20-28. O historiador chileno Alfredo Jocelyn-Holt recentemente discutiu sobre essa definição e advertiu que, embora o sistema colonial tenha alguns caracteres do feudalismo, não se tratava do mesmo sistema. Assim, propõe explicar que aquela elite tinha fortes “características senhoriais” (clientelismo, fazendas autossuficientes, poder jurídico e outros), sem constituir uma elite feudal. Definir suas características de modo preciso é seu objetivo em: JOCELYN-HOLT, A. *La Independencia de Chile: tradición, modernización y mito*. Santiago: DeBolsillo, 2009.

⁸⁹ A *mita* e a *encomienda* são consideradas exceções (ou concessões) entre aquelas cédulas reais que têm como objetivo proteger ou moderar o tratamento dado aos índios pois, apesar dessa tentativa, acabam abrindo espaço para a servidão indígena.

que os índios eram tratados como raça vencida pelos espanhóis, de modo que as relações entre ambos estavam marcadas pelo ódio e pelo desprezo⁹⁰.

Dessa relação desigual, Amunátegui deduz que a ganância dos conquistadores produziu uma condição de dominação exacerbada dos índios, estimulando-os a manter sua revolta⁹¹. Na existência da *encomienda* – praticada até o ano de 1791 – está também a origem da guerra de Arauco, sobretudo por permitir que os colonizadores continuassem insistindo na prática da servidão pessoal, mesmo sob formas disfarçadas⁹². Além disso, a realidade dos indígenas submetidos servia de exemplo negativo e desestimulador para que os nativos rebeldes aceitassem a paz, especialmente quando pela força das armas ainda podiam manter sua independência. Para Amunátegui, a natureza dos araucanos que era a de um povo orgulhoso, amante de sua própria independência, inimigo feroz e resistente às fadigas e privações da guerra o levava a suportar qualquer situação que não fosse a servidão⁹³. Consequentemente, os araucanos livres, com seu exemplo, incentivavam índios submetidos e negros a também levantar-se contra os espanhóis, fazendo a guerra estimular mais impasses jurídicos e indisposições entre a Coroa e os conquistadores.

⁹⁰ Amunátegui ilustra tal ponto de vista contando a história de um jovem harpista índio que se apaixonou pela filha de um “homem honrado” e foi duramente julgado por essa relação. O autor supõe que, dada a instrução e condição de mestre de música, o índio em questão era um filho de cacique ou mesmo um cacique. Contudo, no documento sobre o caso fica claro que era preferível a desonra à união de uma espanhola com um índio. Para provar que o tratamento dado ao músico era desproporcional (dez anos de prisão em Valparaíso) cita outros casos em que espanhóis – bem menos instruídos e de menor posição social – tendo cometido crimes piores do que o praticado pelo índio foram libertados e não sofreram nenhuma punição da justiça. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 396-8.

⁹¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 409.

⁹² Amunátegui se refere às formas que os *encomenderos* encontraram de escravizar os índios burlando as cédulas reais, desobedecendo ao rei. Vamos citar dois exemplos. Primeiro, existiram as ações judiciais promovidas pelo *cabildo* contra os índios para condená-los coletivamente por crimes contra a Coroa, a Igreja e os súditos espanhóis. Esses atos tinham como objetivo penalizar toda a raça com a servidão legal e justificá-la perante a consciência cristã de cada um. Segundo, é o sistema de “índios em depósito”, instituído pelos espanhóis – para continuar mantendo os índios em sua propriedade utilizando seus serviços, mesmo após a proibição do rei de 1679 na qual se proibia essa prática – enquanto discutiam na Corte a revogação da suspensão da escravidão.

⁹³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol II, p. 17. Essa apreciação se deve, primeiro, ao estranhamento provocado pela resistência dos mapuches à dominação espanhola, diferentemente, do que indígenas de outras etnias teriam feito. Marcando, essa peculiaridade histórica com a qual os habitantes espanhóis do Chile tiveram de conviver. Segundo, é um eco das explicações poéticas em torno ao índio indômito chileno que, com sua perseverança, impediu por séculos o avanço da conquista. Nesse sentido, essa característica corresponde à ausência de uma explicação contundente à durabilidade da Guerra de Arauco e, ao mesmo tempo, permite alabar a persistência dos espanhóis em manter a conquista. Deve-se considerar que a mestiçagem desses dois povos, segundo o autor, deu origem ao chileno quem herdou essas qualidades de seus ancestrais. Nesse sentido, tal herança teria tanto contaminado a natureza dos *criollos*, que se sentiram impelidos a lutar por ela em 1810, quanto deveria servir de apoio moral, para que os cidadãos da república perseverassem nessa mesma luta.

b) A guerra de Arauco e o desequilíbrio político durante o período colonial

A destituição do governador Francisco Antonio de Acuña y Cabrera (1650-1656) pelos próprios colonos, decisão retificada posteriormente pelas autoridades reais, foi um dos símbolos de toda a instabilidade advinda da guerra de Arauco contra a solidez do regime colonial no Chile e, por isso, foi relatada com detalhes e variedade de fontes no capítulo “A deposição de um presidente de Chile na época colonial”⁹⁴.

Segundo a descrição do autor, Francisco Antonio de Acuña y Cabrera pertencia à nobreza da Espanha e, antes de ser nomeado governador, havia desempenhado o cargo de capitão na Guerra de Flandres⁹⁵. Esse cavalheiro foi escolhido como presidente interino e ganhou o cargo de governador-proprietário após ter relatado ao rei uma expedição à Araucania realizada de forma extremamente exitosa. Para Miguel Luís Amunátegui, a façanha nada teve de espetacular, posto ter sido realizada com o herói disfarçado, fato impeditivo de qualquer ataque nativo. Com este julgamento negativo começa o relato do personagem que atraiu a indignação do historiador por usar seu poder político de forma equivocada, agindo contra o bem comum e obstruindo o progresso do Chile.

Amunátegui define o governador como um velho manipulado por uma bonita esposa que “imperava no coração de seu marido, o que era legítimo; mas [que] se aproveitava disso para mandar na casa, o que, todavia, era concebível; e para dominar o Estado, o que era intolerável, porque ela carecia do talento necessário para fazê-lo”⁹⁶. Ademais, justifica sua intromissão no âmbito da vida privada, pois “a historia se vê obrigada a recolher um dado desta espécie; porque os segredos da alcova são às vezes a causa da desgraça de um povo”⁹⁷.

A causa das desventuras do Chile era o fato de que essa mulher, à custa do marido, desejava enriquecer a si e a seus dois irmãos: Juan e José Salazar. Para tanto, deixou-os livres para cometerem uma série de arbitrariedades quando ocuparam cargos de confiança: primeiro, eles foram nomeados para os principais cargos militares – mestre de campo geral e sargento maior –; depois, substituíram os comerciantes que forneciam roupa e alimento ao exército para monopolizar semelhante comércio⁹⁸; por fim, venderam indígenas de todos os sexos e idades para o Peru e outras regiões⁹⁹.

⁹⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 267-486.

⁹⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 278.

⁹⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 279.

⁹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 279.

⁹⁸ Os comerciantes que abasteciam o exército por uma parte lucravam bastante quando conseguiam receber os dividendos dessas vendas porque cobravam altas margens de lucro em seus produtos. Contudo, os recursos para o exército eram geralmente irregulares e insatisfatórios. Não obstante, mesmo durante a escassez, eram

Para o historiador, este último assunto era demasiado grave, porque o comércio de escravos provocou a desmoralização do exército da Fronteira, uma vez que ajudou a instalar a crença de que o objetivo da guerra era fazer malocas e capturar índios¹⁰⁰. Além disso, os abusos impetrados aos mapuches pelo exército comandado pelos Salazar acabaram estimulando o violento levante indígena de 1655¹⁰¹ e resultou na deposição de Acuña y Cabrera¹⁰². Vale ressaltar que a guerra em si era um verdadeiro problema social para o Chile na medida em que empobrecia e atrasava todo o país, beneficiando apenas às autoridades coloniais e aos *encomenderos* que lucravam com o apresamento dos nativos.

A novidade é que a deposição não foi ordenada pelo soberano, mas pelas ações de soberania popular do *cabildo* de Concepción e, apenas depois – como remédio ao escândalo –, o vice-rei e o rei nomearam um sucessor de sua escolha. Assim, o evento expõe de maneira evidente a separação de interesses entre Coroa e colonos, em torno do tema da guerra de Arauco, e todas as consequências negativas que ela atraiu sobre o poder do rei ao promover a desobediência declarada dos seus súditos. É perseguindo os rastros dessa fissura que Amunátegui constrói os argumentos do seu capítulo.

Embora a *audiencia* e o *cabildo* de Santiago tenham considerado o ato como um delito, justificaram-no perante o rei não como uma ação contra a majestade real ou para seu desserviço, mas como ato desesperado dos *vecinos* que se encontravam destruídos, cativos, pobres e com inimigo às portas da cidade e de suas propriedades¹⁰³. Desse modo, trabalharam para tranquilizar os ânimos enquanto esperavam chegar de Lima a decisão do vice-rei sobre a

obrigados a continuar fornecendo ao exército. Já os altos oficiais militares dispunham de métodos de tornar esse comércio mais rentável: monopolizavam a venda de mercadorias para os soldados que eram obrigados a pagar o preço exigido e, ao mesmo tempo, recebiam da Coroa como fornecedores. CERDA-HEGERL, Patricia. *Fronteras del Sur: la región del Bío Bío y la Araucanía chilena, 1604-1883*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, [1997].

⁹⁹ Para Miguel Luís Amunátegui, o comércio de escravos foi uma das atividades mais lucrativas, principalmente no século XVII e meados do século XVIII, pois considera determinante a escassez de mão-de-obra decorrente da alta mortalidade indígena. Mas, veremos adiante que os lucros pertenciam aos oficiais mais graduados, fato que gerava entre a massa soldadesca grande pobreza e poucos benefícios.

¹⁰⁰ Acreditamos que a prática desordenada e violenta do exército e suas más condições de sobrevivência nessas ocasiões tenha estimulado tal opinião mais do que o fato de que os soldados empreendiam as malocas por simples ganâncias pessoais. Pois, a soldadesca espanhola era uma força militar sem preparo para exercer tal atividade e, porque, dado o alto grau de corrupção dos altos oficiais do exército os soldados lavavam uma vida pobre com poucas expectativas de melhora.

¹⁰¹ Sobre o levante de 1655, Amunátegui escreve que “a sublevação foi geral e instantânea e se efetuou, não somente na terra de Arauco, senão também no território compreendido entre o Bio-Bio e o Maule”, saquearam fazendas, mataram e sequestraram muita gente. Todos os fortes em território araucano foram assolados e tiveram que ser abandonados. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 291-2.

¹⁰² Outro motivo corroborou com a desmoralização dos irmãos Salazar e do Governador. Os três tiveram de fugir dos ataques indígenas e o fizeram sem prestar a devida resistência. Para ver as condições de fuga, consideradas vergonhosas pelo autor: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 292-294.

¹⁰³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 308-309.

substituição de Acuña y Cabrera¹⁰⁴. Na avaliação de Amunátegui, “a situação do reino tinha chegado a ser bastante crítica e apurada”¹⁰⁵: “um presidente nomeado por sua majestade havia sido deposto em meio a um tumulto pelo *cabildo* e povo de Concepción”¹⁰⁶.

Contudo, os abusos durante o governo de Acuña y Cabrera não foram os únicos cometidos por governadores contra o bem comum e o progresso da colônia. A venda de escravos, por exemplo, existia desde o início da conquista e continuou em prática ao longo da colônia, sendo muitas vezes proibida e restituída pelo monarca. A única alteração era a extensão com a qual era cometida¹⁰⁷.

Miguel Luís Amunátegui narra as más ações de Francisco de Meneses, governador do país entre os anos de 1664 e 1667, por serem resultado de um “homem apaixonado, arbitrário, despótico, que não guardava considerações a ninguém, que não seguia outra lei que a do seu capricho e da sua conveniência”¹⁰⁸. Tal como os Salazar, permitia aos soldados “cometer toda linhagem de roubos e violências [contra os araucanos] para mantê-los gratos”¹⁰⁹, dando provas de como a cobiça poderia estimular a guerra.

Outro exemplo foi a má conduta do governador Gabriel Cano de Aponte (1717 - 1733) que engendrou o levante de 1723. Segundo o relato, Aponte tinha um sobrinho chamado Manuel de Salamanca, a quem nomeou *mestre de campo geral* do reino. Esse era o mesmo emprego ocupado por Juan de Salazar e, “como este, Salamanca concebeu o pensamento de enriquecer-se a custa dos araucanos”, exigindo que os impostos indígenas fossem pagos em poncho, fato que dava margem para que, em época de escassez do produto,

¹⁰⁴ Miguel Luís Amunátegui insiste na fissura e comenta que o presidente estava tão desautorizado que necessitou pedir a cooperação da *audiencia*, não só para nomear Juan Fernandez de Rebolledo como mestre de campo geral como também para que o *cabildo* e os moradores de Concepción permitissem sua saída da cidade. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 314.

¹⁰⁵ De acordo com Amunátegui, os moradores de Santiago entraram em pânico quando souberam que seus índios domésticos, naquela ocasião como em outras, tentavam aproveitar das vantagens obtidas pelos seus compatriotas do sul e a desproteção da cidade para atacá-los. Os receios eram generalizados e os habitantes de Chillán se viram também afetados por eles e decidiram despovoar a cidade mesmo sem nenhum sinal claro de perigo. Enquanto Santiago sufocava o levante interno, repreendia os de Chillán que foram detidos no caminho, para evitar a vergonha e a difusão do surto de varíola que havia entre eles. Ao fim, ficou decidido o repovoamento de Chillán e, enquanto não era possível fazer as pessoas voltarem por causa da epidemia, “com finalidade de impedir que os índios considerassem já como própria a região de ultra-Maule, ordenou que um corpo de tropa recorresse e, que outro fosse a estabelecer-se no lugar da cidade de Chillán, fortificando-a. Era preocupante a situação posto que Chillán era a última cidade entre os índios e Santiago”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 321.

¹⁰⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 303.

¹⁰⁷ Miguel Luís Amunátegui se apoia no relato de vários cronistas entre eles Núñez de Pineda y Bascuñan e Córdoba y Figueroa e Jeronimo Quiroga para afirmar que a *real audiencia* tratava de alertar ao governador sobre os resultados negativos que poderiam causar os atos cometidos pelo Mestre de Campo Geral e Sargento Mayor durante a repressão aos índios do sul.

¹⁰⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 371.

¹⁰⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 371.

¹⁰⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 357.

“o comércio de carne humana” voltasse a ser florescente. Tais abusos “era mais do que os araucanos necessitavam para recorrer às armas. Mas desta vez, convidaram os naturais de todo o reino para que lhes ajudassem a expulsar do país seus opressores”¹¹⁰. De fato, a resistência de 1723 foi uma das mais violentas que o Chile colonial conheceu, atingindo diferentes regiões e resultando em grandes prejuízos até ser sufocada em 1726.

Tais relatos servem para mostrar que os abusos foram recorrentes ao longo da história colonial e também servem para não deixar a dúvidas sobre a relação entre abusos e guerra. Então, a atenção de Miguel Luís Amunátegui sobre o caso dos irmãos Salazar e do governador Acuña y Cabrera é justificável pelo que estes representam: as fissuras no bloco de mármore da empresa colonial, ou seja, o ato de soberania exercido pelo *cabildo* de Concepción. Aqueles colonos diante um péssimo governo entenderam que a soberania deveria retroceder do soberano ao povo; assim, destituíram o governador nomeado pelo rei e nomearam outro¹¹¹, mostrando até onde os interesses locais poderiam levar a desobediência e ameaçar o poder real.

Miguel Luís Amunátegui nos faz supor que as consequências alcançadas em outras ocasiões não chegaram a ser mais graves porque, por experiência, existia entre os membros da *audiencia* e do *cabildo* o temor de um alçamento indígena em razão das ações dos maus governos e, diante de tais situações críticas, agiram com mais perspicácia conseguindo conduzir os resultados por caminhos mais seguros.

Desse modo, podemos observar que o uso de eventos excepcionais – como a destituição de Francisco Antonio – serviu para Amunátegui dar força retórica ao texto. Nesse aspecto, a dramaticidade dos eventos ajuda a corroborar os argumentos do autor e mostra que, de fato, os acontecimentos propiciados pela existência da fronteira do Bio-Bio poderiam ser o calcanhar de Aquiles das relações entre Chile e Espanha¹¹².

¹¹⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 424.

¹¹¹ Em 2 de março de 1655, Santiago recebia a notícia de que o presidente don Antonio de Acuña y Cabrera fora deposto pelo *cabildo* e pelo povo de Concepción, sendo colocado em seu lugar o *veedor general* don Francisco de la Fuente Villalobos. Decidiram por este personagem porque era muito bem quisto pelos índios, sendo mesmo um defensor deles, e, com o anúncio da nomeação, pretendiam pacificar os indígenas insurretos. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 295-301.

¹¹² A retórica dos grandes exemplos também serve para ilustrar e reforçar didaticamente o caráter dos personagens envolvidos nessas questões. Para tanto, existem contrapontos com outros governadores que atuaram de forma responsável ao cargo que ocupavam. Como Pedro Porter Casanate quem esteve à frente da comarca entre janeiro de 1656 e fevereiro de 1662. Posteriormente, foi nomeado, também interinamente, Ángel de Peredo, figura que governou o Chile entre maio de 1662 e janeiro de 1664. Ambos mereceram a aprovação de Miguel Luís Amunátegui porque se dedicaram a pacificar a Araucania, logo após o ataque de 1655, por meio da construção de forte e cidades e da proibição de aprisionamento de escravos. Portanto, eles atuaram a favor do que, de acordo com Amunátegui, seria a solução mais lógica para a ocasião.

c) A guerra defensiva como estratégia de conquista

A única vantagem que o autor consegue extrair da guerra se refere ao período colonial quando a ação bélica era necessária para repor os índios mortos nas *encomiendas* e o comércio de mão-de-obra era rentável¹¹³. Todavia, os rigores da guerra, os gastos humanos gerados e a sensação intermitente de medo e ameaça contrapunham-se ao benefício material do comércio de escravos. Por isso, alguns fatores foram determinantes para que outras formas de relação entre espanhóis e indígenas comessem a circular entre colonos e a Coroa.

O primeiro deles foi o alto custo de manutenção dos conflitos. O monarca, para fazer frente aos gastos financeiros e humanos da empresa bélica, constantemente realizava recrutamentos e solicitações de dinheiro, alimento e animais cobrados por meio de derramas e impostos aos *vecinos* do Vale Central do Chile – região pacificada que se dedicava à agricultura e pecuária. Em meio a um país pobre e assolado pelos inúmeros ataques indígenas, tais contribuições criavam uma difícil situação para os colonos que, cada vez mais com a proteção do *cabildo*, resistiam em ajudar. Para Miguel Luís Amunátegui não era apenas desculpa ou egoísmo, posto que os efeitos do serviço militar eram realmente duros para uma população colonial que não via sentido em desviar seus poucos recursos financeiros e humanos para servir a uma guerra de poucos resultados¹¹⁴. Por um lado, a postura dos *vecinos* de Santiago aprofundou a separação entre a zona de guerra e de paz mas, graças a essa separação, a atividade econômica do vale central pôde prosperar e, já na segunda metade do século XVII, o Chile se tornou um importante fornecedor de gêneros alimentícios, sebo, couro e *cordovanes* (pele curtida de cabra) para o Peru. Mostrando, com isso, que a empresa colonizadora poderia dar resultados positivos naquela comarca em boas condições. Por outro lado, a recusa dos *vecinos* de Santiago a financiar a guerra inicialmente ocasionou a falta de recursos para financiar um exército que fizesse frente ao levante indígena; o resultado se fez sentir rápido e, em 1598, adveio o levante de Curalava, quando o então governador do Chile Oñez de Loyola foi morto pelos nativos e as cidades do sul foram destruídas, entre elas: Valdivia, Imperial e Villarica.

¹¹³ A independência dos araucanos como resultado da guerra é mencionada apenas uma vez: “A luta sangrenta e heroica que os araucanos sustentaram contra os invasores, não só assegurou por séculos sua independência, senão que causou funestos resultados na região do Chile dominada pelos europeus”, AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p.92.

¹¹⁴ Amunátegui narra o caso de uma senhora que solicitou ao *cabildo* a desobrigação do seu marido, com 50 anos de idade, de responder ao recrutamento militar argumentando que ele era o único responsável pela sobrevivência deles dois e de mais quatro filhos, tendo o mais velho apenas oito anos. O drama familiar é apropriado pelo autor para exemplificar que todos os *vecinos* estavam sujeitos aos rigores da guerra e deviam contribuir com o que pudessem. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 353-354.

Contra a guerra também estavam os reveses militares sofridos pelos espanhóis na Aracuania, servindo essas campanhas desastrosas apenas para confirmar que, embora os conquistadores tivessem vantagem bélica, os mapuches ainda assim conseguiam provocar prejuízos aos conquistadores. Na visão de Miguel Luís Amunátegui, o êxito na resistência contribuiu para que os índios pegassem em armas, mesmo que não houvesse predileção pelo confronto direto. Preferiam entrincheirar-se em lugares onde pudessem tomar uma posição vantajosa e dividir-se em pequenos grupos para atacar oportunamente qualquer espanhol desacompanhado ou menos guarnecido¹¹⁵. Também espalhavam rumores de levantes a fim de causar desordem na sociedade colonial pouco protegida e construir “uma guerra de nervos”. Assim, ou por causa de ataques reais ou pelos rumores, havia medo constante entre os espanhóis de que os índios de paz, excitados pelos rebeldes, aderissem a um levante. Era “um alarme contínuo” e uma “inquietude de todos os dias”, que às vezes ganhavam proporções extremas¹¹⁶.

Para o autor, o medo desses ataques é a melhor maneira que há para se “conceber qual era a ideia que se tinha da audácia e da pujança despregada pelos inquebrantáveis araucanos”¹¹⁷ e avalia que “parece incrível, mas, sem dúvida o fato é que muitos anos depois da época mencionada [do descobrimento], os moradores da grande cidade fundada por Pedro de Valdivia tremiam que os araucanos penetrassem com seus rápidos cavalos até a praça principal”¹¹⁸. Além disso,

os espanhóis tiveram, pois, que seguir pagando-lhes essa espécie de tributo que tanto custava a seu orgulho, e que seguiam correndo o perigo de que o exemplo e as insinuações dos indígenas indômitos dessem brios aos de encomienda para intentar um levantamento geral, que teria posto aos conquistadores em sérios conflitos¹¹⁹.

A guerra, portanto, dizia respeito não apenas à continuação e ao sustento da colonização, mas também ao orgulho espanhol manchado pela incapacidade de vencer a resistência indígena¹²⁰.

Ao desastre de Curalava somaram-se o terremoto de 1617, uma epidemia de varíola e todos os outros desastres naturais ocorridos nessa época e que, juntos, obrigaram os vassalos do rei a suplicar-lhe a redução da carga tributária e do custo que pagavam – bem ou mal –

¹¹⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 64.

¹¹⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 355.

¹¹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 465.

¹¹⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 460.

¹¹⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 460.

¹²⁰ Não podemos deixar de observar que há uma espécie de sentimento de triunfo por detrás das análises de Amunátegui sobre a humilhação espanhola, especialmente por causa dos resultados obtidos pela república chilena com as campanhas de Pacificação do século XIX.

pela manutenção do exército, tudo para que pudessem reconstruir o país. A partir desse contexto desesperador e de pobreza, o rei passou a pagar o “Real Situado”, subsídio enviado ao Chile desde Lima para financiar as tropas do sul, radicadas em Concepción¹²¹. Porém, como eram enormes os recursos demandados pela guerra, tanto a Coroa quanto os *encomenderos* ansiavam cada vez mais por libertar-se desses pesados encargos, por dominar os índios, por fim às derrotas espanholas e, finalmente, por ver resultados econômicos na exploração colonial¹²².

Com o anseio de reverter essa desvantajosa situação, a Espanha, no século XVII, aceitou analisar outros métodos de conquista. Contudo, os espanhóis dos dois lados do Atlântico estavam muito longe de chegar a um consenso sobre qual deveria ser o resultado: a morte, a expatriação ou a escravidão dos araucanos¹²³.

Os governadores optavam pela dizimação ou expatriação dos índios, com a finalidade de aliviar a carga tributária e humana sobre as outras regiões, avançar a conquista ao sul e fazer com que o Chile prosperasse em paz. Porém, como acertadamente observa Amunátegui, o plano previsto era mais fácil de propor do que realizar:

os araucanos, que comiam os filhos para não se render, ou que os vendiam para proporcionar-se armas para lutar, não eram homens que pudessem ser tomados pelas mãos e arrastados para fora de suas terras como gado¹²⁴.

Os *encomenderos* defendiam a escravidão por serem beneficiados pela mão-de-obra araucana¹²⁵. Também é preciso lembrar que o grupo dos oficiais superiores do exército era

¹²¹ Na análise da historiadora Patricia Cerda-Hegerl, a economia na fronteira tornou-se durante o século XVII dependente do Real Situado. Os comerciantes e agricultores vendiam seus produtos para os soldados e para o exército e recebiam de seus credores o dinheiro vindo das arcas reais. Portanto, a guerra defensiva significava, a longo prazo, renunciar a esta subvenção e ver ameaçado o modo de vida dos *encomenderos* e do recém-criado exército. Na região de Concepción, aliás, não existia uma economia agrícola ou mineira mais ou menos florescente para a organização financeira da jovem colônia. Assim, a defesa que faziam os *encomenderos* da guerra também precisa levar esse dado em consideração. CERDA-HEGERL, *Fronteras...*, p. 22.

¹²² O Real Situado não foi criado para se estender largamente, quanto mais rápido o rei pudesse se desembaraçar dessa obrigação melhor. Assim, ele não era uma garantia. Os problemas se agravaram a partir de 1680 com o declínio mineiro de Potosí. Como era de se esperar a falta do subsídio deixou os comerciantes e soldados do sul em uma difícil situação financeira. Nessa época, as deserções foram maiores, pois sob estas condições muitos prefeririam fugir para dentro da Araucania e viver como homens livres e, alguns chegaram a colaborar com as rebeliões. CERDA-HERGEL, *Fronteras...*, p. 37-40.

¹²³ Para Amunátegui, de todas as soluções, a pior era a expatriação justamente por promover a despovoação do Chile em um período em que os espanhóis não eram suficientes para explorar e povoar todo território. Em vez de expatriar, defende que seria preferível atrair os índios tanto pelos métodos da força quanto mostrando lhes os benefícios da civilização. O projeto civilizatório de Amunátegui está detalhado no primeiro capítulo dessa dissertação.

¹²⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 459.

¹²⁵ Por essa razão os *encomenderos* resistiram às medidas criadas para tentar moderar o tratamento dado aos indígenas, argumentando quanto a necessidade de mão-de-obra para a boa administração e exploração das terras e minas. O autor também relata que, reunidos em torno do *cabildo*, os colonos levaram representações ao rei pedindo a anulação de algumas das suas ordens em favor dos índios e também o fim a guerra defensiva do padre Luis de Valdivia. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 412-22.

formado, em sua maioria, por espanhóis e *criollos*, sujeitos para os quais a guerra de Arauco significava a aquisição de prestígio e a ascensão social.

Acima de todos esses fatores estava o fato de que os ataques indígenas impediam o desenvolvimento das atividades produtiva do sul e atrasavam o contínuo progresso das áreas pacificadas, sempre oneradas com os gastos de guerra. Esse era o argumento mais forte e mais aceito a favor de se encontrar outras soluções para a pacificação da Araucania.

A Coroa, apesar das várias contradições, manteve-se fiel ao espírito evangelizador do projeto colonial e procurou, pela primeira vez, encontrar uma via alternativa à guerra ofensiva¹²⁶. Entre 1601 e 1605, após a morte de Loyola, o rei permitiu que seu governador Alonso de Rivera distribuisse propriedades agrícolas no sul entre os colonos. A maior parte dos beneficiados foram soldados do exército da fronteira, personagens que já haviam começado a cultivar a terra e praticar pecuária em fazendas independentes ou áreas próximas aos fortes. A ideia era estabelecer uma colonização que servisse de fronteira entre a área de guerra e a parte já pacificada do território. Tentando, com a ocupação, criar uma área de contato favorável ao intercâmbio entre espanhóis e índios de maneira pacífica e gradual, o que poderia resultar em um equilíbrio bélico para a região. Ainda não era uma tática bem definida, mas era um caminho até ela.

Esse contexto era favorável à guerra defensiva e, como bem observa o historiador contemporâneo Horacio Zapater, tanto as autoridades limenhas – o vice-rei Marques de Salinas e seu sucessor o Conde de Monte Rey – quanto o rei estavam predispostos a aceitá-la uma vez que haviam participado, na Nova Espanha (México), da experiência bem sucedida de pacificação dos chichimecas com o método evangelizador dos jesuítas¹²⁷. Portanto, dessa comunhão de interesses comuns, o projeto da Guerra ganhou concretude e padre Luis de Valdivia, seu mentor, foi enviado ao Chile junto ao governador Alonso Garcia Ramón para aplicá-lo no ano de 1612.

No Chile, a guerra defensiva nasceu no início do século XVII como parte do projeto evangelizador e pacificador proposto pelo jesuíta Luis de Valdivia, a partir da experiência missionária desenvolvida desde 1586 no Peru e Paraguai. O objetivo era controlar a violência na região da Araucania para que fosse possível converter os indígenas e dominá-los

¹²⁶ De acordo com Cerda-Hegerl, nessas fazendas surgiram as primeiras famílias mestiças, típicas da zona de fronteira e da colonização colonial, e frisa que esse tipo de atividade surgiu porque “o negócio da escravidão indígena deixava lucro apenas aos oficiais do exército. Os soldados, quando podiam, preferiam desertar ou dedicar-se paralelamente a outras atividades que lhes significassem certa independência em relação aos capitães”. Assim, por meio das fazendas cedidas aos soldados estes puderam sobreviver e defender o território a um só tempo. CERDA-HERGEL, *Fronteras...*, p.15 e 27-30.

¹²⁷ ZAPATER, Horacio. *La búsqueda de la paz en la guerra de Arauco: Padre Luis de Valdivia*. Santiago: Andrés Bello, 1992, p. 150.

definitivamente. Para tanto, propunha criar missões onde pudessem reunir e catequizar os índios, criando assim um espaço sem o assédio dos *encomenderos*. Com isso, Valdivia queria proporcionar aos araucanos um tratamento mais moderado, sem forçá-los à servidão das *encomiendas*, para impedir qualquer rebelião deflagradora de guerra, o que implicava castigar quem quebrasse o acordo, sem, no entanto, reduzi-los à escravidão.

Os objetivos do método defensivo não foram alcançados durante os anos de 1612 até 1625, período em que as autoridades estiveram empenhadas no projeto. Por isso, críticas ao método de padre Valdivia começaram logo a surgir, principalmente em razão dos eventos de Catiray e Elicura, quando *encomenderos* e militares iniciam sistematicamente sua ofensiva contra a guerra defensiva¹²⁸.

Com a intenção de anunciar a mudança de tática do rei em relação à guerra de Arauco, o jesuíta visitou os fortes do sul e convocou os caciques indígenas para uma reunião. O interesse maior era negociar a paz com os mapuches de Catiray, considerados os mais belicosos e responsáveis pelo ataque de 1598. Embora, no ano de 1612, houvesse rumores de que os índios preparavam um ataque, o padre conseguiu que o povo de Catiray o recebesse. Na região, Valdivia negociou com os indígenas as condições para a guerra defensiva e, entre outras concessões, aceitou retirar o forte de San Jeronimo. O padre também desejava construir em Catiray uma missão, mas obteve poucos resultados com a tentativa evangelizadora, porque logo a região sofreu com um período de escassez alimentar e uma epidemia de varíola. Muitos indígenas morreram e outros fugiram. A situação serviu apenas para fortalecer entre os mapuches a suspeita de que viver agrupados em cidades e vilas favorecia a contaminação por doenças¹²⁹. Desse modo é que a primeira empresa missionária fracassava. A partir daquele momento, como sugere o historiador contemporâneo chileno José Bengoa, sempre que os jesuítas tentavam reduzir os índios em missões, estes resistiram com tenacidade e, como veremos, o melhor exemplo é o levante de 1655 e 1766.

Depois, de Catiray, o padre Valdivia partiu em direção à Elicura para juntar-se ao governador na tarefa de pacificar os mapuches de Elicura e Purén. Com esse propósito enviou três jesuítas para pregar a palavra de Deus entre os índios rebelados que, contrariando os resultados esperados pelo jesuíta, assassinaram os religiosos. A tragédia serviu somente para confirmar a opinião de que a guerra defensiva era um erro.

¹²⁸ A guerra ofensiva é usada sistematicamente desde a chegada dos espanhóis até o parlamento de Quilín, quando os parlamentos passam a ser definitivamente a forma de negociação entre conquistadores e araucanos. Sobre os parlamentos ver: BENGÓA, José. *Historia de los antiguos mapuches del sur: desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín: siglos XVI y XVII*. Santiago: Catalonia, 2003.

¹²⁹ BENGÓA. *Historia de los antiguos mapuches...*, p. 413.

Assim, segundo valia Amunátegui, o fracasso do projeto da guerra defensiva deve-se em grande medida à rejeição por parte dos *encomenderos*, de algumas das autoridades e dos próprios indígenas. A guerra nunca foi suspensa da forma como deveria e os ataques constantes entre os dois bandos continuaram alimentando os castigos e as rebeldias. Por fim, a tática nunca foi praticada em sua totalidade, pelo menos entre 1612 e 1626, quando o rei havia expressamente ordenado sua realização. Miguel Luís Amunátegui também observa que outro motivo para o fracasso está relacionado ao erro de diagnóstico dos jesuítas. Pautados na experiência com os índios peruanos, eles acreditaram que poderiam atuar de igual maneira com os mapuches e obter os mesmos resultados. Porém, a experiência mostrou ser uma utopia empreender missões na Araucania¹³⁰. Primeiro, porque existia a resistência dos povos nativos em manter suas próprias crenças e costumes recusando a cultura e a religião espanhola. Segundo, os indígenas eram contra a formação de vilas, acreditando que nelas estavam mais susceptíveis a doenças – suposição confirmada pela experiência de Catiray. O levante de 1655 exemplifica essa questão.

De acordo com o historiador chileno Jorge Pinto, tal episódio foi resultado direto do projeto missionário, posto que “em plena rebelião, os índios insultavam os curas dizendo que eles os obrigavam agora a escutar missa e realizar orações”¹³¹. Em razão dessa mesma revolta, os jesuítas tiveram que abandonar as missões destruídas pelos ataques indígenas. Amunátegui, então, relata que dado esses insucessos, o *cabildo* de Santiago enviou diversas representações à corte contra o método do padre Valdivia, acusando-os de serem ineficazes e de deixarem o Chile num estado ainda mais pobre e destruído, por causa dos ataques indígenas que continuavam a acontecer, e se queixavam por não oferecer alguma medida para coibir os ataques.

O somatório desses fatores foi suficiente para fazer o projeto de Valdivia entrar em colapso¹³², obrigando-o a viajar até a Espanha para tentar defender suas posições. Todavia, a Corte não recebeu bem seus argumentos e o padre acabou nunca mais retornando àquele território colonial. Em 1625, o rei enviou Fernandez de Códova como governador do Chile a

¹³⁰ Ao analisar as missões durante o período colonial, Jorge Rodríguez Pinto enfatiza o caráter do trabalho jesuíta, embora, ele avalie que o projeto do padre Valdivia tenha sido bastante utópico e imaginativo reconhece que os jesuítas se dedicaram a evangelização “com bastante força, otimismo e heroísmo”. PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. “Frontera misiones y misioneros en Chile, la Araucania, 1600-1900”. In: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge (org.). *Misioneros en la Araucania (1600-1900)*. Temuco: Universidad de la Frontera, 1988, p. 53.

¹³¹ PINTO RODRÍGUEZ, “Frontera...”, p. 60.

¹³² O último defensor da guerra defensiva foi o padre Diego Rosales, quem escreveu em 1670, *Manifiesto apologético de los daños de la esclavitud del Reino de Chile*, justamente apoiando o método de Valdivia como forma de pacificar a Araucania. ZAPATER, *La búsqueda...*, p. 150.

fim de reavivar a guerra ofensiva, motivado, principalmente, pelos fracassos militares da Coroa sobre os mapuches durante o período de experiência concedido ao padre Valdivia.

Entretanto, mesmo com o fim da guerra defensiva, o rei continuou amparando a atividade missionária no Chile, redefinida a partir da segunda metade do século XVII à luz dos fracassos anteriores¹³³. A nova tática – *correrías*¹³⁴ – eram missões volantes realizadas no verão com a intenção de levar a palavra de Deus aos infieis. Para tanto, os missionários fundavam residências em locais que não ofereciam perigo e depois partiam para o interior.

O método despertou inúmeras críticas, em especial, na segunda metade do século XVIII. Os religiosos de outras ordens – principalmente franciscanos – questionavam o escasso avanço obtido na conversão dos índios e eram contra dar sacramentos a quem não tinha conhecimento da fé e seguia vivendo pagamente¹³⁵. As críticas formuladas pelas autoridades apontavam para a incapacidade dos padres em resolver problemas relativos à guerra, pois esperavam que o trabalho deles pacificasse os índios facilitando a ocupação da região¹³⁶. Assim, os jesuítas começaram a cogitar novamente a fundação de novas missões e, apesar do que dizia a prudência, deixaram-se pressionar pelas críticas. Então, reanimando o projeto anterior, apoiaram (para o vice-rei Amat y Junient, os dois elaboraram o plano) a fundação de povoações pelo governador Guill y Gonzaga, o que resultou no levante de 1766¹³⁷.

Nesse ponto é preciso tomar cuidado com as avaliações. Amunátegui tende a aceitar a opinião do vice-rei Amat y Junient assumindo ele mesmo uma postura contrária à ação dos jesuítas. Porém, as acusações acontecem por causas diferentes. Como ele reconhece, a opinião do vice-rei fora formada pela má vontade com jesuítas e, em consequência, acaba atribuindo a eles uma motivação egoísta por trás do apoio dado a Guill y Gonzaga – a de recuperar as propriedades assaltadas pelos araucanos no ataque de 1723. Entretanto, o autor pondera que, o projeto de fundar povoações em Arauco era “no geral muito bem aceito, e que como, se viu

¹³³ Amunátegui analisa pontualmente o papel dos jesuítas na questão da guerra de Arauco, restringindo-se a estudar o episódio da guerra defensiva e não aprofundando a discussão sobre a expulsão da Companhia de Jesus. Talvez tenha desejado evitar elaborar um trabalho que se aproximasse da história eclesiástica.

¹³⁴ Como avalia Pinto, nas *correrías* as prioridades eram outras: abandonava-se a catequese para enfocar na salvação da alma pela via dos sacramentos, principalmente, o batismo e a extrema-unção. PINTO RODRÍGUEZ, “Frontera...”, p. 61-63.

¹³⁵ PINTO RODRÍGUEZ, “Frontera...”, p. 68.

¹³⁶ Segundo Pinto, a quem estamos seguindo para analisar a situação das missões jesuíticas, “para remediar a situação [da impossibilidade de reduzir os índios], a Coroa ordenou em 1697 a criação de uma junta de missões” que funcionou durante vários anos em Santiago. Ele avalia que, sem dúvida, a questão do serviço religioso aos indígenas era uma ação do Estado, pois a obra missionária constituía um dos pilares da política expansionista da monarquia espanhola. PINTO RODRÍGUEZ, “Frontera...”, p. 70.

¹³⁷ Na década de 1760, Antonio Guill y Gonzaga “quis dar cumprimento às cédulas pelas quais o soberano havia ordenados que os araucanos fossem reduzidos a povos para desse modo, por fim a suas repetidas sublevações”, concebendo para tanto o “gigantesco pensamento de estabelecer 39 povoamentos no território de Arauco”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 455.

[em cédulas reais], o rei mesmo havia recomendado diversas vezes sua adoção”¹³⁸ e, “a eficácia que se atribuía a fundação de novas povoações era tanta, que teve tempos em que se teve a ideia de que semelhante arbítrio poderia ser suficiente para por fim à dispendiosa e prolongada guerra de Arauco”¹³⁹.

Miguel Luís Amunátegui concorda com a opinião de que o intento foi um fracasso e aceita a versão de que o governador teria sido influenciado pelos religiosos da Companhia de Jesus. Entretanto, acusa os jesuítas de agirem contra as próprias experiências e não corrobora que tenham apoiado Guill y Gonzaga por causa de interesses egoístas. Sobre o levante de 1766, Jorge Pinto, nos aporta uma interessante conclusão:

Duas forças de uma mesma sociedade, os missionários da Companhia de Jesus e o exército, trataram de impor seus próprios pontos de vista para se salvar das fortes críticas que receberam do seio de sua própria sociedade. Para superar uma contradição que poderíamos chamar de interna, criaram, sem dúvida, outra mais grave ao lastimar os interesses dos membros de outra sociedade que participa do contato [da região fronteiriça]. Duas forças convulsionam as demais e põem em perigo a paz na região. O problema se resolveu com certa rapidez... Contudo, o assunto de fundo relacionado com os métodos missioneiros... se solucionou de outra forma. Em 1767, o governador Guill y Gonzaga, o mesmo que havia apoiado com verdadeiro fervor aos padres da Companhia, dava cumprimento à ordem de expulsão que punha fora dos domínios do rei da Espanha os filhos de São Inácio¹⁴⁰.

Mesmo com o fim da guerra defensiva e o levante de 1766, Amunátegui relata que o rei seguiu editando cédulas reais, decidido a moderar o tratamento destinado aos indígenas de suas colônias, mas continua questionando – como no início – a capacidade das leis de efetuar mudanças nos hábitos de desprezo arraigados entre os espanhóis contra os araucanos.

Com o intuito de dar a conhecer essa batalha travada entre a lei e a tradição, ou se preferirmos, entre Coroa e súditos, o historiador compila várias cédulas reais, mostrando como a questão dos índios rebeldes dividiu o reino a ponto de haver uma verdadeira queda de braço entre cédulas reais e desobediência dos vassalos. Possivelmente as leis posteriores ao ano de 1662 foram as mais importantes na retomada dos decretos favoráveis aos indígenas, pois nelas o rei ordenava a tomada de providências para acalmar os indígenas, “fazendo-lhes

¹³⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 456. O rei, entre os anos de 1708 até 1759, segundo relata Amunátegui, realizou várias consultas aos americanos sobre o modo de conduzir a situação dos índios. Como resultado, em 1719, o soberano criou as *Juntas de Poblaciones* – realizadas durante todo o curso do século XVIII – cuja finalidade era fundar cidades e vilas que servissem de redução aos índios amigos. O rei também destinou várias mercês e privilégios a quem se dispusesse a fundar tais localidades. É nesse contexto que os governadores do Chile irão se dedicar com mais cuidado a fundar povoações e a reduzir os índios, muito antes do caso de Guill y Gonzaga, outros governadores fundaram cidades. A diferença dos resultados está em querer obrigar os índios a reduzirem-se dentro dela e com isso fazê-los aceitar a fé e o rei espanhol. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 431-44.

¹³⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 448.

¹⁴⁰ PINTO RODRÍGUEZ, “Frontera...”, p. 73.

justiça e empenhando-se em estabelecer entre eles um sistema de suavidade e misericórdia”¹⁴¹.

Miguel Luís Amunátegui avalia que, “por falta de recursos, e talvez de boa direção”, os espanhóis haviam empregado “infrutuosamente vários métodos na tentativa de submeter e civilizar aos araucanos de guerra”¹⁴², a saber: as missões durante o período da guerra defensiva, a fundação de cidades, o Colégio para Naturais de Chillán e as cédulas reais sobre o tema do serviço pessoal. Mas, somente depois da “completa ineficácia de tantos esforços”, os conselheiros do rei elaboraram a ideia de que “era impossível remediar o mal, enquanto não se abolissem as *encomiendas*”, pois a triste e longa experiência havia “manifestado que a conservação das *encomiendas* e a abolição do serviço pessoal eram coisas incompatíveis”¹⁴³. Mas, até a extinção das *encomiendas*, em 1791, muitas etapas ainda foram descritas por Amunátegui e que são interessantes conhecer para não ficarmos com a impressão de que tudo se resolveu intempestivamente graças a apenas um homem, o governador Ambrosio O’Higgins – como se poderia depreender da leitura das páginas finais de *Los Precursores*.

Entre 1720 e 1721, a Coroa redigiu cédulas reais com o intuito de retornar as *encomiendas* ao poder real argumentando sobre o pouco resultado desse sistema, uma vez que os custos da manutenção espiritual dos índios corriam a cargo da Coroa. Então, o *cabildo* de Santiago escreveu ao rei contra-argumentando que seria um “desserviço a ambas as Majestades, uma destruição dos índios e um atraso na arrecadação de tributos”¹⁴⁴. Em razão disso, em 1724, o rei desiste da decisão e, a Espanha só voltará a decretar a extinção das *encomiendas* em 1791, durante o governo de Ambrosio O’Higgins. Assim, devemos entender a cédula de 1791 não como um êxito pessoal do governador como parece querer defender Amunátegui ao afirmar:

O presidente Don Ambrosio O’Higgins teve a glória de realizar, não somente o que o padre Luis de Valdivia não havia conseguido, a abolição do serviço pessoal, senão também o que aquele famoso jesuíta havia sequer tentado, a anulação das próprias *encomiendas*¹⁴⁵.

Vale ressaltar que a pacificação dos araucanos não foi obtida com a extinção das *encomiendas* como se acreditava porque elas eram apenas uma das causas da rebeldia araucana e não era o único e principal motivo. Segundo Amunátegui:

¹⁴¹ Sobre as medidas a favor dos índios expressas em cédulas reais no século XVII, especialmente, após o ano de 1622, ver: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 364-94.

¹⁴² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 465.

¹⁴³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 474.

¹⁴⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 475.

¹⁴⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 484.

Os araucanos não eram capazes de perceber as vantagens de renunciar à sua bárbara independência e a seus costumes nacionais. Não deviam se sentir conformes de pagar ao soberano um tributo, por moderado que fosse, para perder a liberdade selvagem que lhes permitia viver a seu antojo e sem sujeição a leis estranhas. Uma larga experiência lhes havia manifestado que os espanhóis não tinham forças suficientes para impor-lhes sua dominação, e portanto, era muito natural que não fossem voluntariamente por o pescoço a prêmio¹⁴⁶.

Nem tudo foi em vão. Como se esperava, houve alguma melhora na “prosperidade da indústria e do comércio”, pois os índios trabalhavam mais empenhados. Contudo, Amunátegui pondera e conclui que: “tudo isto era de se esperar, porque era lógico; mas como a medida havia sido muito incompleta, os resultados também foram”¹⁴⁷. Embora a lei declarasse que os índios eram livres e iguais aos demais vassalos, eles eram deixados “submersos em uma ignorância profunda” não havendo nada que pudesse destruir os maus hábitos originados em mais de dois séculos de uma dura servidão¹⁴⁸. Desse modo, para ele, a lei aboliu apenas o serviço pessoal e a *encomienda*, ao passo que o costume os conservou até certo ponto¹⁴⁹. Civilizar e educar os indígenas para tornar as terras da Araucania produtivas era a missão aberta para a república. Ademais, esse argumento reforça a tese inicial do historiador de que a incorporação dos mapuches ao Chile só poderia se dar a partir da conjunção de ação bélica e civilizacional. A eliminação das encomendas era apenas o início desse caminho.

d) As invasões holandesas

Entre os fatores apontados por Amunátegui para o fracasso da guerra defensiva está a presença de corsários estrangeiros no oceano Pacífico. O argumento central do capítulo “A ocupação de Valdivia pelos holandeses” é o de que a segurança da conquista dependia tanto da paz interna com os araucanos quanto de manter afastados os inimigos externos. Desde a primeira expedição do corsário inglês Francis Drake pelo Mar do Sul em 1578, a marinha

¹⁴⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 485.

¹⁴⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 486.

¹⁴⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 486.

¹⁴⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 486. Ao finalizar sua crítica aos resultados alcançados pela lei, Miguel Luis Amunátegui vai mais longe e estabelece um vínculo de continuidade entre o sistema de trabalho dos indígenas após a extinção das *encomiendas* e o sistema de *inquilinos*. Com isso, ele estende sua crítica social em relação à tradição chilena que permitiu a manutenção do serviço pessoal, na forma tanto da *encomienda* quanto da *inquilinagem*. Para sua época, essa afirmação tinha conotação de crítica social. Sobre a *inquilinagem* ver: GÓNGORA, Mario. *Origen de los inquilinos de Chile Central*. Santiago, Chile: ICIRA, 1974. Também: SALAZAR, Gabriel. *Labradores, peones y proletarios: formación y crisis de la sociedad popular chilena del siglo XIX*. Santiago, Chile: LOM Ediciones, 2000.

espanhola não era a única a navegar esse oceano e tinha motivos para temer pela segurança da costa ocidental da América.

Resguardar o domínio na América principiava por assegurar a paz na fronteira do Bio-Bio, posição estratégica no Pacífico Sul, pois, militarmente, sabia-se que a tomada de um porto próximo ao estreito de Magalhães implicaria no saque e na ruína de Callao – um dos principais portos escoadores das riquezas de Potosí¹⁵⁰. Para Miguel Luís Amunátegui, o perigo era maior devido à possibilidade dos araucanos unirem-se aos invasores. Caso isso acontecesse, poderia significar a desocupação do Chile por causa da capacidade guerreira indígena e do despreparo espanhol que, no contexto de transição do século XVI e XVII, vivam uma difícil situação derivada do levante de 1598, pobreza, desastres naturais, isolamento e outros.

Não foi necessário esperar muito. Como relata o autor, a primeira expedição holandesa ao Pacífico realizou-se no ano de 1598, quando chegaram à costa de Chiloé – em plena guerra dos índios contra o governado Oñez y Loyola – prometendo aos mapuches uma aliança contra os espanhóis. Entre 1598 e 1600, navegaram entre Valdivia e Chiloé ao menos cinco barcos estrangeiros e chegaram inclusive a desembarcar em Castro¹⁵¹. Por força desses primeiros ataques, durante os anos de guerra defensiva, gestou-se a opinião de que uma questão tão séria como garantir a defesa da costa chilena não poderia ser resolvida pelo método dos jesuítas, visto que os religiosos não haviam conseguido avançar na pacificação dos araucanos. Então, como confiar que poderiam fazer algo caso os indígenas se aliassem aos inimigos da Espanha?

Não por acaso foram corsários holandeses os principais frequentadores das costas chilenas. Espanha e Holanda, entre 1568 e 1648, estiveram em guerra (“Guerra dos Oitenta Anos” ou “Guerra de Flandres”) pela emancipação desta província castelã¹⁵². Para Amunátegui, as incursões cumpriam papéis importantes na relação entre as duas nações: quebrar o monopólio espanhol no Oceano Pacífico, abrindo novas rotas para as Índias; dispersar a atenção espanhola em duas frentes de conflito; por fim, promover uma guerra

¹⁵⁰ Deve-se considerar que o Peru era abastecido principalmente por produtos agrícolas chilenos, fato que gerava dependência do que acontecia no Chile, haja visto que uma eventual desocupação obstruiria e prejudicaria outras áreas de dominação espanhola. CERDA-HEGERL, *Fronteras...*, p. 15-17.

¹⁵¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 232-266.

¹⁵² A esses fatores soma-se que, entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha estiveram unidas sob a mesma Coroa e, nesses mesmos anos, as companhias de comércio holandesas atacaram a costa brasileira. Entre seus objetivos, estava o de conquistar um porto que servisse de apoio às incursões ao oceano Pacífico. Conseguiram conquistar uma parte da costa brasileira entre 1630 e 1654, sendo depois expulsos pelos pernambucanos. Nesse período, os holandeses empreenderam novas viagens à costa chilena e, entre 1600 e 1643, atacaram ao menos seis vezes o Chile.

religiosa entre católicos e protestantes. Ademais, tinham informações sobre a qualidade do solo e os benefícios do clima chileno, bem como estavam convencidos da incapacidade dos colonos e das forças espanholas em garantir a segurança do próprio território, acreditando que os nativos não hesitariam em aceitar uma aliança contra seus dominadores¹⁵³.

Ameaçados pelas incursões corsárias nas costas do Chile¹⁵⁴, cada vez mais as autoridades reais compreendiam a necessidade de povoar e fortificar os portos de Valdivia e Chiloé. Porém, para cumprir essas ordens era necessário chegar à paz com os indígenas. Pois, não se podia chegar a Valdivia a partir de Concepción sem passar por terras de mapuches alçados. Nesse ínterim, reanimaram a guerra ofensiva que voltou a fracassar. Então, o governador Francisco Méneses decidiu negociar com os índios, realizando o Parlamento de Quilín. Ocasão em que claramente os conquistadores pediram aos índios que fizessem guerra aos inimigos de Espanha. Ironicamente, a via pacífica de negociação e acordos legada pelos jesuítas – a mesma que havia sido questionada durante as incursões holandesas – vinha, agora, para salvar os espanhóis daquela difícil situação e sem solução satisfatória há muitos anos. De acordo com a ótica de Miguel Luís Amunátegui, esse tratado era uma “concessão desonrosa” dos espanhóis à “independência mais ou menos completa dos araucanos”, tratando com eles de potência para potência¹⁵⁵. Mas, graças a essa vergonha militar a que se submeteram os conquistadores se pôde, finalmente em 1641, começar a fortificação de Valdivia.

As “invasões holandesas” não tiveram grande repercussão no território chileno, pois, apesar da real fraqueza militar espanhola, os invasores foram expulsos. Além disso, o autor lembra que o próprio comportamento indígena impediu uma união mais duradoura com os estrangeiros. De modo que, pela primeira vez e contrariando as expectativas, os anseios libertários dos mapuches parecem ter julgado a favor dos primeiros conquistadores da América. Contudo, tais ataques receberam grande atenção de Amunátegui pelo que representaram em termos de soluções e problemas envolvendo a questão indígena. Ele lança um alerta sobre a possibilidade de acerto que tiveram os inimigos de Espanha ao pretender

¹⁵³ STEWART STOKES, Hamish. *Del mar del norte al mar del sur :navegantes británicos y holandeses en el Pacífico suroriental 1570-1807*. Valparaíso: Centro de Estudios de la Cuenca del Pacífico, Universidad de Playa Ancha, 2000. Remetemos também ao catálogo do museu de Ancud por conter numerosas informações sobre os ataques holandeses ao Chile, além de informações cronológicas e descrição detalhada de cada expedição e uma útil bibliografia de fontes primárias e secundárias: MEURS, Marijke van (org). *Los Navegantes holandeses en las Costas de Chiloé (1600 y 1643)*. Ancud: Museo Regional de Ancud, 2007. Também remetemos à obra clássica de Gabriel Guarda: GUARDA, G. *Flandes indiano: Las fortificaciones del reino de Chile 1541-1826*. Santiago: Universidad Católica de Chile, 1990.

¹⁵⁴ Sobre os ataques ver: VÁZQUEZ DE ACUÑA, Isidoro. *Las incursiones corsarias holandesas en Chiloé: Simón de Cordes (1600) y Enrique Brouwer (1646)*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, Instituto de Investigaciones del Patrimonio Territorial de Chile, 1992.

¹⁵⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 231.

ocupar Valdivia esperando apoio dos araucanos, contando com os problemas de comunicação entre Lima e Chile e, por fim, tendo informação sobre os poucos recursos destinados àquela área.

Dentro desse contexto ainda é necessário explicar que as interpretações e preocupações de Amunátegui no passado estão conectadas ao presente na justa medida em que aquele ajuda a iluminar problemas e desafios deste. Assim, a presença holandesa serve de argumento a favor da segurança e unidade da república: enquanto os indígenas continuarem vivendo de maneira independente serão sempre inimigos, podendo aliar-se com outras nações contra o Chile. Durante a colônia, tiveram a chance de unir-se aos holandeses contra os espanhóis; no século XIX, podiam fazer o mesmo, unindo-se a outros países que disputavam fronteiras com Chile, como a Argentina. Eram um elemento desestabilizador tanto do governo colonial, quanto da república, pois o risco seguia vigente e a guerra significava, como outrora, gastos e esforços. Principalmente porque a fronteira se manteve ativa até 1881, quando ainda era possível falar da existência de uma linha divisória construída no ano de 1878, em Traiguén¹⁵⁶.

A Argentina era uma preocupação, posto que sob o comando do general Alejo Julio Argentino Roca (1843-1914) pressionava os índios em sua Campanha do Deserto. Nessa época, o exército argentino chegou a marchar sobre território chileno – enquanto intelectuais, sob as ordens do governo transandino, reivindicavam em livros o direito daquela nação sobre toda a porção austral do continente americano – tornando ainda mais desejável o avanço da colonização naquela região¹⁵⁷. Nesse sentido, Amunátegui indica que é preciso manter sempre resguardado o domínio do território ocupado pelos indígenas de ameaças externas e, para tanto, o melhor caminho é integrá-lo por meio da colonização.

Igualmente, fica claro que havia uma pressão conquistadora sobre a Araucania do século XIX muito similar à realizada entre o final do século XVI e a primeira metade do XVII. Amunátegui escreve em meio a uma grande mudança na guerra de Arauco, proporcionada pelos novos meios de comunicação e transportes, especialmente, trens a vapor

¹⁵⁶ Bengoa admite que a noção de que a tranquilidade dos indígenas na década de 1870 foi frequentemente confundida com submissão, o que deixou margem para todo tipo de abusos e injustiças amparadas pela Guarda Nacional. Assim, a exploração e a pressão colonizadora haviam produzido os resultados esperados por Amunátegui, os abusos e maus tratos contras os índios continuavam levando-os às armas. Nesse sentido, boa parte das críticas ao tratamento cruel dado aos índios do período colonial também serviam para alertar o exército republicano. BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM Editorial, 2000, p.269.

¹⁵⁷ Em 1876, o Ministro Plenipotenciário e historiador Diego Barros Arana negociou a Patagônia e o Estreito de Magalhães, renunciando a primeira e conservando o domínio sobre o segundo. O pacto de Fierro Sarreatea foi aprovado pelo Congresso Nacional do Chile, em 1879, sob a pressão da guerra com o Peru.

e o telégrafo. Até 1869, os fortes e as estratégias militares necessitavam adequar-se à distância dos tiros de canhões, tudo para que as notícias e alarmes fossem enviados e recebidos a tempo. Com as novas tecnologias, em menos de 24 horas Santiago poderia enviar recursos à zona de guerra¹⁵⁸. Durante dez anos (1871-1881) foi colonizado o território até o rio Malleco em sua parte mais central e ocupou-se a província de Arauco totalmente com a fundação de cidades. Resultando em uma grande quantidade de novas terras disponíveis. Além disso, durante a guerra com o Peru, o exército chileno profissionalizou-se, modernizou e cresceu em número de soldados. A vitória gerou um clima de confiança e patriotismo que impulsionou mais ainda os avanços sobre os povos mapuches. Ao mesmo tempo, entre 1869 e 1884, o Congresso – do qual fazia parte Amunátegui – discutia a lei de terra e dava início à colonização das áreas conquistadas¹⁵⁹.

De acordo com o historiador José Bengoa, o modelo de colonização adotado pela república chilena estava composto de três fases, a saber: avanço das linhas e fortes militares; instalação de comunicação básica entre os territórios conquistados; e, por último, colonização com a chegada de povoadores e órgãos estatais¹⁶⁰. Essas etapas correspondem exatamente ao projeto de Amunátegui – como vimos no primeiro capítulo. Tal coincidência significa que, ao reescrevê-las e defendê-las em *Los Precursores*, ele estava oferecendo apoio histórico e argumentativo a favor das campanhas de Pacificação e das novas leis criadas em sua decorrência. Ao mostrar que não havia outra solução para a guerra de Arauco, senão aquela que combinasse em igual medida força militar e persuasão, justificava as fases do novo modelo colonizador da região. A leitura que fazemos do pensamento histórico e político de Amunátegui é reforçada pelo fato de que, paralelamente aos avanços pacificadores, Amunátegui escrevia *Los Precursores* e quando publicou o terceiro volume iniciaram-se as primeiras vendas públicas dos terrenos colonizados. Portanto, ele estava profundamente envolvido em garantir o sucesso civilizador na Araucania tanto na tribuna quanto em seus livros.

Os erros e acertos do passado servem de ensinamento e, por essa razão, as soluções que Amunátegui encontra para as estratégias falidas ou insuficientes dos séculos anteriores em relação aos povos indígenas são reiteradas na obra. Se em 1864, quando escreveu *Descubrimiento i Conquista de Chile* suas ideias assumiam um aspecto de projeto para o

¹⁵⁸ BENGEOA, *Historia del pueblo...*, p. 249-267.

¹⁵⁹ Mais especificamente as leis agrárias mais importantes datam de 1869 a 1874. Para uma análise mais detalhada sobre o impacto das campanhas de pacificação sobre a sociedade mapuches, remetemos o leitor ao livro *Historia del pueblo mapuche* de José Bengoa.

¹⁶⁰ BENGEOA, *Historia del pueblo...*, p. 254.

futuro, em *Los Precursores* elas confirmam a direção correta das ações de Pacificação da Araucania, apontando para onde se deve continuar caminhando.

e) Os heróis araucanos e a Independência do Chile

Em *Los Precursores*, Amunátegui delineia dois níveis de representação sobre os mapuches. O primeiro nível não trata especificamente de algum herói ou façanha guerreira em especial, são apresentados apenas os índios reais – tanto os indômitos quanto os submissos. No segundo nível, estão os araucanos das crônicas, da poesia de Alonso de Ercilla e são, por exemplo, Lautaro, Caupolicán e Galvarino que teriam conduzido com seu exemplo seu povo durante século à guerra pela liberdade.

O índio concreto, com o qual os espanhóis tiveram que conviver e cujos descendentes continuam a habitar a Araucania, durante o período republicano, não tem interesse específico para Amunátegui. Posto que os indígenas “submetidos, os de *encomienda*, os *yanacunas*, os inquilinos (dê-lhes o nome que quiser)” por si mesmos não tiveram nenhuma participação na guerra pela Independência do Chile¹⁶¹. “Se limitaram a seguir a bandeira de seus amos ou patrões, servindo indiferentemente ao reino ou a pátria, sem dar-se conta de sua conduta, seguindo o partido em que seus senhores se alistaram”¹⁶². Os outros, os araucanos indômitos que seguiam vivos, na visão do autor: “é preciso confessar que no geral se manifestaram muito adictos aos interesses dos realistas”¹⁶³; porque, “a revolução de 1810 não era a que os araucanos haviam defendido por tantos séculos[...] a luta dos araucanos contras seus invasores era na realidade a da barbárie contra a civilização”¹⁶⁴. Ele é tão firme em sua opinião que responde ao título do capítulo – “A participação indígena na revolução de Independência” – já nos primeiros parágrafos: nenhuma, posto que nenhum dos índios vivos contribuíram (antes, impediram) para libertação do Chile.

Assim, é preciso perceber que esse juízo de valor esconde, na realidade, a própria incapacidade do autor de analisar o contexto da guerra emancipatória, sobretudo quais eram os interesses indígenas e sua estratégia de sobrevivência, para além dos seus objetivos de construção de uma república independente, integrada à civilização ocidental e ao mercado capitalista que se formava. Isto porque seu interesse não é entender as motivações dos nativos, mas as causas que ajudaram para a Independência promovida pelos espanhóis e os elementos

¹⁶¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 221.

¹⁶² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 487.

¹⁶³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 486.

¹⁶⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 488.

que contribuíram à formação da república no Chile. Afirmar simplesmente que “se limitaram a seguir a bandeira de seus amos” equivale a dizer que, para entender 1810, deve-se estudar os “amos ou patrões” e não aos atores que atuaram ao lado deles, cujas presenças foram apenas físicas e não intelectuais. Suas conclusões, portanto, revelam posturas políticas e interpretações históricas que precisam ser analisadas porque ajudam a entender melhor o percurso argumentativo de Miguel Luís Amunátegui em *Los Precursores*.

Assim como existem duas representações para os mapuches, há duas noções de liberdade concomitantes. A primeira, diz respeito à liberdade como emancipação política e não submissão a um poder opressor. Essa é uma das faces da liberdade que os heróis indígenas da literatura perseguiram durante todos os séculos lutando, segundo seus intérpretes, contra a sujeição ao rei espanhol¹⁶⁵. Porém, existe outra liberdade que poderíamos chamar de “bárbara”, pois por trás da luta pela independência dos indígenas estava também o desejo de ser livre para viver na barbárie, na idolatria, na poligamia, mantendo costumes e hábitos primitivos. Por isso Amunátegui pode dizer que a revolução de 1810 não iria trazer para os índios a liberdade pela qual lutavam, porque esta é a independência para seguir sendo bárbaros e não a liberdade rumo ao progresso e à civilização (como no caso dos patriotas). A independência do Chile trouxe a liberdade civil e política, não a liberdade natural e, nesse sentido, a civilização seguiu ameaçando os índios que se mantiveram indômitos e se recusaram, em geral, a apoiar os patriotas.

Esses processos interpretativos, de separação de duas liberdades e de duas representações para os mapuches, ao valorizar a luta pela independência e recriminar a barbárie, permite a Amunátegui ver nos heróis de Ercilla os precursores da revolução de 1810. Segundo esse ponto de vista, “se os araucanos não combateram pessoalmente [...] seu exemplo prestou aos patriotas o mais eficaz dos auxílios”, posto que “tinham ousado tudo, antes de suportar o jugo estrangeiro”¹⁶⁶. Não obstante, o exemplo deles só pôde exercer qualquer influência porque “tinham encontrado um Ercilla para cantar suas proezas”¹⁶⁷. Nesse sentido, Amunátegui explica que o maior mérito de *La Araucana* estava no fato de que “Don

¹⁶⁵ A liberdade em relação a um senhor, amo, ditador, rei ou outros não quer dizer necessariamente a não-interferência das leis. A jurisdição é, no republicanismo clássico, a condição de manutenção da liberdade – entendida como não-dominação – porque garante uma interferência não arbitrária nas ações humanas. Somente com o advento dos ideais liberais, a liberdade-bárbara surgirá como um ideal – por exemplo, o homem selvagem de Rousseau. Contudo, sabemos que na prática os filósofos do XVIII não pregavam uma volta ao estágio de barbárie simplesmente, pois defendiam mais bem a redução do Estado. Discutiremos melhor essas duas noções de liberdade no capítulo 3 desta dissertação. Recomendamos ao leitor a leitura: CRISTI, Renato e RUIZ-TAGLE, Pablo. *La República en Chile: teoría y práctica del Constitucionalismo republicano*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

¹⁶⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 489.

¹⁶⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 489.

Alonso de Ercilla se propôs, não a inventar como poeta, senão a narrar como historiador”¹⁶⁸. Sua poesia baseada em verdades puderam alimentar as esperanças dos patriotas na medida em que “a conduta que continuaram observando os araucanos, durante toda a época colonial, confirmou a exatidão do que o poeta havia referido sobre seus antepassados”¹⁶⁹. Assim, avalia que “indubitavelmente, o poeta-conquistador foi, sem prever, um dos precursores da independência do Chile”, uma vez que a impressão geral da obra “é muito adversa aos espanhóis e muito favorável aos indígenas”¹⁷⁰ e, por isso, quando os *criollos* “empreenderam o alçamento contra a metrópole, tomaram por modelo aos intrépidos e heroicos indígenas que tanto haviam sofrido pela independência e liberdade”¹⁷¹.

Assim, é preciso reconhecer que os chilenos (e também Amunátegui ao prestar iguais elogios à heroica resistência mapuche) reinterpretaram o sentido da obra de Ercilla, que a compôs “para cantar a soberania da Espanha sobre dois mundos”¹⁷², transformando-a num duro golpe contra o poder espanhol. Miguel Luís Amunátegui se mostra consciente sobre isso e propõe que: “se alguém tivesse dito a Ercilla que ao final de três séculos seus versos haviam de estimular a rebelião contra um dos sucessores de seu real amo, teria recebido este prognóstico como a mais feroz das injúrias; e espada em mão, teria procurado castigar ao provocador com tanto arrebatamento”¹⁷³. Ao final, ele admite que “esta admiração hiperbólica dos araucanos foi [...] muito geral, e durou pelo menos um quarto de século” e ironicamente conclui que “faltou pouco para que os independentistas mudassem o nome do Chile por de Arauco”¹⁷⁴.

Em suma, Miguel Luís Amunátegui pretende entender como a guerra abriu uma senda de possibilidades para a luta de Independência dos patriotas e, nesse sentido, fica claro que a resistência mapuche primeiro serviu como fator de desestabilização do regime colonial e, depois, como exemplo simbólico para luta em prol da emancipação do Chile. Contudo, propõe que os índios heroicos resistiram à opressão como método de continuar sua vida “bárbara” – sem rei, sem lei, sem fé. Para ele, essa liberdade primitiva não é desejável e, por isso, em sua obra tenta encontrar o melhor meio de conduzir os índios à civilização, já que

¹⁶⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 490.

¹⁶⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 491. Nesse sentido, a resistência indígena tanto fazia com que os patriotas reivindicassem a hereditariedade do “sangue guerreiro” quanto comprovava que, por meio das armas, era possível chegar à independência tal como os araucanos haviam obtidos nos trezentos anos de colonização.

¹⁷⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 492.

¹⁷¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 497.

¹⁷² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 492.

¹⁷³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 495.

¹⁷⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, Vol. II, p. 501.

está convencido de que a guerra contra os mapuches, após 1810, só pode ser a da civilização contra a barbárie. De tal maneira que a conclusão de *Descubrimiento i Conquista de Chile* seguia vigente, a saber: “permita Deus que a civilização derrame o quanto antes seus benefícios sobre essa bela comarca, pátria de um povo bárbaro, mas heroico, com menos sangue e menos desgraças possíveis”¹⁷⁵.

Assim, por um lado, a república é apresentada como um sistema mais justo e livre do que a Monarquia Absolutista o que justificaria sua aceitação apesar de representar também uma forma de interferência, mas a única capaz de manter a liberdade política; por outro, a guerra de Arauco representa instabilidade política e atrasa o progresso na medida em que impede a expansão econômica e integração territorial e populacional do Chile. Com esses dois argumentos, o autor reforça sua justificativa a favor das campanhas de Pacificação. Comprovando por meio de argumentos históricos que o melhor caminho para solucionar a questão da Araucania era conciliar a força militar com os benefícios da civilização, de modo a fazer que os mapuches se integrassem à república e à civilização. A fronteira indígena seguia existindo no século XIX e a maior parte dos problemas sociais, políticos e de segurança – analisados nesse capítulo – que ela causou durante o período colonial seguiam ameaçando o Chile. Portanto, nessa obra, ele trata de convencer seus contemporâneos sobre os perigos que existem em não resolver o problema das linhas fronteiriças entre Chile e Arauco e, ademais, agrega argumentos a favor da Pacificação da década de 1860. Seu livro é, em síntese, uma análise de como a república do Chile poderia trilhar a senda do progresso, liberdade e civilização seguindo o caminho mais seguro: aquele aportado pelas experiências do passado.

Adiante veremos como Miguel Luís Amunátegui entendeu a participação social dos outros grupos étnicos que compunham a sociedade chilena e, como a crise colonial se desenvolveu, a partir da segunda metade do século XVIII, no seio da elite ilustrada do Reino do Chile, tornando possível a declaração da Independência em 1818. Em outras palavras, o autor comentará o fim do sistema colonial narrado em seus fundamentos no tomo um e exposto em sua maior fragilidade – a guerra de Arauco – no volume dois.

¹⁷⁵ AMUNÁTEGUI, *Descubrimiento...*, p. 536.

2.4 Mestiços e *criollos* no período colonial e o papel deles na Independência

Amunátegui, ao analisar a participação dos índios no processo de Independência no segundo tomo de *Los Precursores*, concluiu que os nativos haviam contribuído muito pouco para sua concretização, de modo que continuou em busca dos responsáveis pelos eventos de 1810. Com esse intuito, na abertura do terceiro volume da obra, o historiador descreve a condição social de mestiços¹⁷⁶ e dos *criollos* bem como participação de cada um no advento da emancipação chilena. E, ao fazê-lo, assume a seguinte hierarquia: primeiro, definiu que o mestiço – “intermediário entre os indígenas e os espanhóis”¹⁷⁷ – contribuiu com a causa emancipacionista na justa medida dos seus interesses; segundo, defendeu que os *criollos* foram os que realmente destruíram a soberania espanhola. Na sequência, veremos como Amunátegui narrou os eventos (internos e externos ao reino espanhol) que, segundo ele, teriam motivado os súditos americanos à emancipação contra a mãe-pátria.

Os mestiços eram indivíduos marcados pelo estigma de serem filhos ilegítimos, sendo associados aos vícios e à lascívia, e considerados inferiores aos espanhóis e seus descendentes “puros”. Por meio da lei procurava-se prevenir o contato sexual entre as raças ao proibir os espanhóis de viverem nas povoações de índios. Os mestiços não podiam exercer nenhuma função pública, exceto alguns cargos ordinários na hierarquia eclesiástica. Conforme observa Amunátegui, “os mestiços, negros, mulatos e zambos estavam em uma situação pior do que a que antigamente tiveram os judeus e mouros na Espanha”, pois “eram os infames, os réprobos da sociedade colonial”¹⁷⁸.

Miguel Luís Amunátegui avalia que os mestiços eram oprimidos, mantidos “na ignorância supina” e excluídos das principais atividades e honras do reino porque esta era a única defesa da metrópole. Entretanto, essa “situação vil” era também a causa dos temores das autoridades, receosas em relação aos mestiços, principalmente de que pegassem em armas a favor dos índios e “contra o comum opressor”. Caso a união de forças para um levante tivesse se dado, “o conflito [de Arauco] teria sido muito mais sério para os conquistadores”¹⁷⁹,

¹⁷⁶ Amunátegui explica da seguinte maneira a questão racial na colônia e a hierarquia entre os mestiços: “à grande classe dos mestiços [...] agregavam-se a eles, ainda que considerados muito inferiores, os mulatos, descendentes de espanhóis e negras ou ao contrário, e os zambos e os zambaigos, todavia mais depreciados, descendentes de índio e negra ou vice-versa. Os mestiços, mulatos e zambos formavam uma espécie de raça maldita...Eram os filhos opróbios do concubinato ou do adultério”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 6-7.

¹⁷⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 5-6.

¹⁷⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 9.

¹⁷⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 24

contudo, índios e mestiços nunca se juntaram¹⁸⁰. Por um único motivo não houve a união, segundo o autor: “os mestiços de todas as classes desdenhavam geralmente aos índios tanto quanto os espanhóis e seus descendentes, e competiam com estes no cruel tratamento que davam àqueles”, ademais, desejavam igualar-se aos *criollos*, cuja superioridade admiravam¹⁸¹.

Mesmo com os entraves do sistema colonial, os mestiços formaram uma “classe inteligente e varonil” e “souberam fazer-se respeitar até certo ponto na prática”¹⁸² e pouco a pouco “foram se dedicando ao trabalho e chegaram a ser artesãos em todas as povoações e os administradores subalternos em todas as propriedades rurais”¹⁸³. Durante a Independência, os mestiços “trabalharam conforme seus interesses”, pois com o fim da colônia desapareceria a “desigualdade de castas” e surgiria a “igualdade de condições típica da república”¹⁸⁴. Então, poderiam exercer qualquer profissão de acordo com seus méritos, livre da divisão social que os excluía e oprimia¹⁸⁵. Nesse contexto, a meritocracia figura como valor nos argumentos de Miguel Luís Amunátegui, pois percebe nela o reconhecimento pelo qual os *criollos* lutaram e algo que deve ser sempre recordado como uma conquista e conservado pela república. Forma de governo, aliás, considerada a obra máxima dos heróis de 1810, haja visto que um dos seus objetivos era construir uma sociedade governada por *criollos* de mérito e habilidade, derrubando a sociedade aristocrática do Antigo Regime.

Dando prosseguimento à descrição dos grupos sociais e à classificação hierárquica quanto ao papel de cada um na revolução de 1810, Amunátegui estudou os *criollos* que, em sua opinião, haviam sido os verdadeiros promotores da Independência. A premissa que

¹⁸⁰ Os mestiços, segundo o relato de Amunátegui, se uniram aos índios contra o exército espanhol apenas duas vezes. A primeira em 1584, quando Alonzo Dias ajudou os índios a promover alguns levantes (sem sucesso) durante o governo de Alonso Sotomayor. Depois, em 1656, quando Alejo se uniu aos índios como uma forma de rebeldia contra a Coroa que lhe havia negado uma promoção a cargo de oficial por sua condição de mestiço.

¹⁸¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 31.

¹⁸² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 11-16.

¹⁸³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 15. De acordo com a proposta do historiador Gabriel Salazar, a discriminação social dos mestiços respondia à necessidade de transformá-los em mão de obra massiva para os latifúndios coloniais. Assim, não podiam ser senão trabalhadores manuais, assalariados ou chacareiros pobres e, por lei, eram obrigados a encontrar trabalho. Existem, pois, dois processos relacionados: a situação social e jurídica dos mestiços e a formação de uma elite econômica agrícola cujo principal objetivo era a exportação de produtos para abastecimento do mercado peruano. cf.: SALAZAR, G. *Labradores...*, 2000.

¹⁸⁴ Amunátegui, apoiando-se nos trabalhos do naturalista francês D'Orbigny (1802–1857) e dos espanhóis Jorge Juan y Santacilia (1713-1773) e Antonio de Ulloa (1716-1795), explica a razão para tal desejo: “havia mais pontos de semelhança física entre os mestiços e os *criollos* que entre os mestiços e os indígenas”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 33-34.

¹⁸⁵ Contudo, o resultado prático da igualdade de direitos que, teoricamente, adveio com a República é questionável. O trabalho da historiadora Nara Millanich mostra como o estigma do nascimento ilegítimo durante o século XIX continuou determinando as possibilidades sociais de um indivíduo: MILANICH, Nara B.. *The children of fate: families, class, and the state in Chile, 1857-1930*. Durham: Duke University Press, 2009. A ascensão social meritocrática pela educação mostrou-se igualmente limitada, ver em: GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. *De empresarios a empleados: clase media y estado docente en Chile, 1810-1920*. Santiago: LOM Ediciones, 2011.

orienta seu ponto de vista é a de que os súditos americanos estavam submetidos a uma discriminação e rebaixamento injustificáveis em relação aos peninsulares, tendo em vista que o local de nascimento era uma explicação insuficiente se comparada às relações sanguíneas existentes entre *criollos* e peninsulares¹⁸⁶. Assim, a condição de exclusão foi “um dos fatos sociais mais importantes da história colonial”¹⁸⁷ na medida em que gerou discórdias políticas e instabilidades sociais favoráveis à emancipação. Para provar seu argumento, Amunátegui narrou as situações e fatores que contribuíram para aprofundar as inimizades entre aqueles dois grupos e, em especial, a predileção da Coroa pelos peninsulares na nomeação de cargos públicos.

A questão dos cargos tornou-se parte da explicação para o sistema de exploração e injustiça desenvolvido pelos peninsulares contra seus semelhantes de sangue, os *criollos* e, portanto, é raiz da exploração e pobreza do Chile. A situação de penúria deveu-se, em grande medida, ao fato de que os governantes das colônias eram peninsulares sem motivação para promover o progresso no território, alheios a interesses a longo prazo na região e enriquecedores da Espanha às custas da opressão dos americanos. Entretanto, como já fora estabelecido no tomo primeiro de *Los Precursores*, a separação de interesses (em locais e reais) era produto do próprio sistema colonial, pois nascia das leis sobre a nomeação de funcionários públicos. Em outras palavras, desde o início da colonização, a Coroa preocupou-se em evitar que os oficiais servissem em sua terra natal ou criassem vínculos de solidariedade com os colonos, garantindo assim a fidelidade exclusiva aos seus interesses. Contudo, por vários motivos, dentre os quais estão as dificuldades financeiras da Península e sua incapacidade em manter um fluxo permanente de funcionários para a América – a Espanha produziu uma política de empregos ainda pior, baseada na venda de cargos públicos. Situação que ocasionou, em diversos momentos, como já observado anteriormente, governos cuja tônica era a da corrupção e do nepotismo. Fato que originou diversos protestos de *criollos* contra a atuação governamental de forasteiros, sob a alegação de que as autoridades externas

¹⁸⁶ Há uma diferença de sentido entre dois modos de entender a metáfora da monarquia como uma família. Amunátegui crê que a relação sanguínea entre irmãos deveria produzir a igualdade típica do sentimento de fraternidade. Contudo, tal analogia mostra-se inválida. Ao contrário do esperado, a família tal como imaginava o rei era uma estrutura hierarquizada em que o pai/rei deveria ser respeitado por seu poder como chefe. Nesse tipo de sociedade, o sangue traz consigo as distinções sociais e define as hierarquias; ao passo que numa sociedade republicana, os cidadãos tendem a se ver como iguais, ao menos juridicamente. Sobre a mudança de significados das metáforas durante a independência ver: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. “Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos”. In: CHARTIER, Roger (org.). *La revolución francesa: matriz de las revoluciones?* Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2010, p. 131-222.

¹⁸⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 36.

não atendiam aos interesses da região onde atuavam, seja pelo mau governo seja pela insensibilidade à realidade local.

Os dados históricos sobre cargos públicos na América¹⁸⁸ mostram que, ao longo do século XVIII, a participação *criolla* era majoritária no *cabildo* e no campo militar; expressiva nos altos cargos da Igreja; e, por muito tempo, a *audiencia* (exceto entre 1776-1794) teve significativa participação de chilenos. No âmbito da alta administração financeira havia um número importante de *criollos* e, nos cargos mais baixos, eram todos chilenos.

Além disso, deve-se considerar que, a meados do século XVII, surgiu no Chile o comércio de mantimentos com o vice-reinado do Peru e uma elite econômica *criolla* florescente¹⁸⁹ cada vez mais interessada em defender seus interesses comerciais. Para tanto, desejava aumentar seu poder político a fim de alterar as leis impeditivas ao desenvolvimento do comércio, mas esbarrava nos entraves do pacto colonial¹⁹⁰. Dentre os embaraços estavam a política de nomeação dos altos cargos públicos, a dificuldade em aliviar o monopólio comercial espanhol, e o aumento do centralismo político e o endurecimento da política fiscal com as reformas borbônicas. Enquanto a elite local pôde aproveitar as brechas da Coroa, ocupou cargos públicos, mas quando já não conseguia posições desse tipo, iniciou um processo de integração social e comercial dos funcionários reais, fazendo com que muitas vezes fossem a favor dos *criollos*.

Contudo, é possível matizar a condição de pobreza das colônias americanas e perceber que o conflito entre colônia e Coroa (em razão do sentimento de exclusão dos *criollos*) derivava da nova realidade econômica colonial e, portanto, a discriminação abordada por Amunátegui correspondia mais a uma tentativa do rei em corrigir uma situação – a ingerência local nos assuntos políticos – do que prevenir. Assim, a elite *criolla* sentindo-se excluída e alijada do poder, argumentou não ter suas necessidades atendidas pelas autoridades reais e, ao

¹⁸⁸ FELSTINER, Mary L.. “Kinship Politics in the Chilean Independence Movement”. In: *The Hispanic American Historical Review*. vol. 56, no. 1, fev., 1976, p. 58-80. BURKHOLDER, M.A. e CHANDLER, D. S.. “Creole Appointments and the Sale of Audiencia Positions in the Spanish Empire under the Early Bourbons, 1701-1750”. In: *Journal of Latin American Studies*. Vol. 4, No. 2, Nov., 1972, p. 187-206.

¹⁸⁹ Para uma visão mais completa sobre a formação da elite chilena, ver: JOCELYN-HOLT. *La Independencia...*, p. 51-64.

¹⁹⁰ Exemplo dessa nova realidade é fornecido pelo historiador Jocely-Holt ao explicar que no ano de 1776, quando a monarquia dos Bourbon tentou impor a cobrança da alcabala e o aumento dos impostos das pulperias, os chilenos mobilizaram-se contra tais medidas por sentirem-se prejudicados e obtiveram apoio tanto do *cabildo* quanto da *audiencia*, esta última contava com muitos *criollos*-chilenos entre seus membros na ocasião. A crise alertou a Coroa sobre o conflito de interesses e dissolveu a *audiencia* para compor outro tribunal, formado majoritariamente por peninsulares. JOCELYN-HOLT. *La Independencia...*, p. 99-102. Para Amunátegui, o episódio apenas ilustra o grau do descontentamento público contra os rigores fiscais da Coroa: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 180-190.

mesmo tempo, passou a identificar o problema e explicá-lo como produto da distinção, da má vontade e da inferioridade atribuída a eles pelos peninsulares.

A narrativa de Amunátegui, então, expressa o momento de tensão provocado pela formação e o crescimento da elite chilena contra os interesses monárquicos¹⁹¹. Entretanto, o autor opta por privilegiar os esforços da Coroa e de suas autoridades em excluir os *criollos*, planejando retratar o desprestígio e a censura exercida sobre eles, bem como o sentimento de ofensa frente à soberba dos peninsulares. O esforço deve-se ao fato de que a pobreza e a injustiça social, ambas engendradas pelo sistema colonial, estavam nas bases da narrativa de Amunátegui sobre as causas da Independência. O autor também utiliza o argumento da discriminação para enfatizar a procedência estrangeira dos oficiais porque, se assumisse que a base dos oficiais coloniais eram os *criollos* – atuando na linha tênue entre seus interesses e os do rei por largos séculos –, seria difícil sustentar veementemente a exploração voraz da Coroa sem reconhecer, por exemplo, o surgimento da elite econômica *criolla*.

Depois de ter consolidado o argumento inicial de que não havia razão para os casos de desprestígio e postergação em que foram relegados os chilenos, tendo como eixo central a questão dos cargos públicos, o historiador admite uma causa para a diferença entre os dois grupos de espanhóis: a “aristocracia da cor”¹⁹². Essa era uma característica das sociedades aristocráticas do Antigo Regime, traço responsável por alimentar ódio, inveja e desejo de imitação por aqueles sem privilégios¹⁹³. Nesse momento do relato, seu intuito é avançar no estudo das causas da Independência e propor um novo argumento: a emancipação política das colônias hispânicas foi um evento necessário e inevitável, tendo sido o funcionamento do sistema colonial um dos principais motivos para sua própria destruição.

Os elementos-chave da dominação espanhola surgiram como base de sustentação do regime mas, mais tarde, contrariando a função inicial, tornaram-se a razão da debilidade do sistema. No tomo dois de *Los Precursores*, por exemplo, argumentou-se que a exploração das riquezas naturais (*encomienda*) levava à exploração servil dos índios, principal detonador da Guerra de Arauco. De igual modo, a administração colonial produzia discriminação e tensões sociais entre os súditos por causa de sua prática de recrutamento de funcionários, indispondo os espanhóis uns contra os outros e contra a Coroa.

A esses exemplos somam-se outros. Miguel Luís Amunátegui argumenta que os *criollos* não eram tão ilustrados e habilidosos quanto os peninsulares, por razões de controle já

¹⁹¹ JOCELYN-HOLT. *La Independencia...*, p. 97-127.

¹⁹² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 68.

¹⁹³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 73.

explicadas. Por um lado, ele reconhece que “os peninsulares colocados nos altos postos eram geralmente melhor educados que os espanhóis nascidos na América, onde os meios de instrução eram muito mais escassos e caros que na Espanha”¹⁹⁴. Por outro lado, queixa-se que, em razão da diferença de educação e oportunidades, os espanhóis-europeus costumavam tirar melhor proveito das riquezas naturais e tornavam-se mais ricos, o que lhes facultava os melhores empregos, negócios e casamentos. Mesmo com inúmeras questões desfavoráveis, não deixaram de existir *criollos* educados e capazes de assumir posições de alto comando¹⁹⁵, contudo, mesmo estes não eram aproveitados na administração colonial para beneficiar o desenvolvimento e administração americana, pois eram preteridos pelos seus pares peninsulares.

Ainda que fossem as preferências fruto da ignorância americana, a causa primeira da discriminação era o próprio sistema colonial que, desde sua origem, criava condições dispare entre *criollos* e peninsulares¹⁹⁶. Os altos empregos dos domínios ultramarinos acabavam sendo conferidos a peninsulares que, igualmente, “sentiam-se inclinados a dar preferência para todas as ocupações e distinções a seus paisanos europeus”¹⁹⁷, de tal modo que “os descendentes dos conquistadores, pacificadores e primeiros povoadores começaram a ser menos estimados que os aventureiros de ínfima classe trazidos pelos galeões”¹⁹⁸. O mesmo pode ser aplicado ao âmbito religioso, esfera dividida em bandos que disputavam as dignidades de prelado e os cargos conventuais¹⁹⁹. As diferenças, segundo o autor, chegaram a ser tão gritantes que “nos últimos tempos da dominação espanhola não tivera uma completa harmonia entre a *audiencia* de Santiago, representativa dos interesses da metrópole, e o

¹⁹⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 71.

¹⁹⁵ O autor fará referências ao longo do tomo três de *Los Precursores* a alguns *criollos* ilustrados, entre os quais merece destaque Manuel de Salas. A este personagem é dedicado o capítulo sete.

¹⁹⁶ Para a análise de como Miguel Luís Amunátegui entendia a ausência de educação e seus impactos negativos sobre o desenvolvimento do Chile colonial, remetemos o leitor à seção 2.1 desta dissertação.

¹⁹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 41.

¹⁹⁸ Sobre a preferência pelos europeus, Amunátegui afirma que “os filhos e netos dos mais beneméritos e antigos conquistadores e povoadores viviam na pobreza e suas queixas aumentavam ao verem-se em seu próprio país esquecidos e necessitados, quando os naturais de outros [lugares] gozavam todos os proveitos da conquista e povoações da América”. Assim, havia um forte sentimento negativo contra um governo desempenhado por pessoas externas ao território que governavam em detrimento daqueles que verdadeiramente a conquistaram. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 62-3.

¹⁹⁹ A solução para o impasse foi o sistema de alternância entre europeus e americanos aprovado por bula papal em 1622, o que gerou forte descontentamento, uma vez que os americanos eram muito mais numerosos que os estrangeiros e tal sistema não os privilegiavam. Era uma prerrogativa fundada “no reconhecimento da superioridade moral” dos estrangeiros, o que era falso em realidade, devido à má qualidade dos religiosos europeus que não eram mais capacitados ou de melhor origem e índole do que os próprios americanos. Para o autor, “a verdade é esta: eles sabem, e todos veem que em quatro dias se vê um marinheiro transformado em um noviço, um frei declarado, um guardião ou prior, e logo em um homem que manda em tudo”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 45-62.

cabildo, representativo dos interesses locais”²⁰⁰. Essa condição era um problema para o poder monárquico na América, pois os *criollos* submetidos a essa situação subalterna trataram logo de alterá-la.

Miguel Luís Amunátegui ressoa os argumentos de suas fontes e aceita o conteúdo anti-hispânico nelas contido sem, todavia, conformar-se em apenas reproduzir as ideias alheias. Sua contribuição está na defesa da capacidade dos americanos de desenvolverem-se intelectualmente tanto quanto os peninsulares, opondo-se claramente ao cerceamento do conhecimento do próprio sistema colonial. Em sua argumentação os *criollos* têm méritos para e são naturalmente capazes de se autogovernar porque conheciam melhor a realidade local. As capacidades intelectuais e políticas dos *criollos* seriam comprovadas, quando os patriotas se desprendessem do julgo estrangeiro, eliminando as falsas condições de dominação a que estavam expostos²⁰¹. Todos os esforços empreendidos pela Coroa em sentido contrário à liberdade e ao progresso do Chile foram vãos e, quando intelectuais aconselharam outras medidas, as autoridades não aproveitaram a oportunidade de correção das injustiças que engendravam disputas e enfraqueciam seu próprio poder²⁰². O resultado foi a Independência da América.

Por fim, vale perceber que, na lógica de Amunátegui, a diferença entre *criollos*, indígenas e mestiços está na posição ativa ou passiva contra o domínio dos espanhóis e na defesa dos direitos à liberdade e à soberania. Os mestiços se limitaram a apoiar a causa alheia na medida em que seus interesses eram coincidentes. Os indígenas, submetidos ao poder de fazendeiros ou patrões, seguiram a bandeira deles e estiveram mais à deriva das circunstâncias do que a favor de alguma causa. Os heróis araucanos, muito embora fortalecessem simbolicamente a luta contra a opressão, só tiveram esse papel porque Alonso de Ercilla, “o poeta-conquistador foi, sem o prever, um dos precursores da independência”, pois ao “cantar a soberania da Espanha sobre dois mundos animou aos patriotas chilenos para dar a essa

²⁰⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 103.

²⁰¹ Como exemplo, Amunátegui replica os argumentos do filósofo prussiano Cornelius de Pauw (1739-1799) quem supunha a degradação intelectual dos *criollos* em função do clima e geografia americana.

²⁰² No século XVIII, vários intelectuais propuseram formas de melhorar a exploração e relação entre colônia e metrópole, como os naturalistas Jorge Juan y Santacília e Antonio de Ulloa e, ainda, Juan de Solórzano y Pereyra, Feijoo e o jesuíta Jose Inácio Molina. Sobre o “gênero” de textos que os projetos reformistas produziam ver: PÉREZ, José Muñoz. “Los proyectos sobre España e Indias en el siglo XVIII: el projectismo como género”. In: *Revista de estudios políticos*, nº 81, 1955, p. 169-196. Um interessante exemplo dessa geração de pensadores peninsulares que abriram as portas para um pensamento crítico em relação do Antigo Regime, veja: PIMENTEL, Juan. *Ciencia y política en el pensamiento colonial de Alejandro Malaspina (1754-1794)*. Tese de doutorado apresentada à Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Complutense de Madrid: Madrid, 1994. Disponível em <http://eprints.ucm.es/tesis/19911996/H/0/H0021701.pdf>, acessado em 05-04-2012.

soberania um golpe duro”²⁰³. Sem este espanhol de capa e espada as façanhas heroicas dos araucanos teriam sido esquecidas e não produziriam nenhum efeito consistente como o exemplo secular de luta pela liberdade²⁰⁴.

Na próxima seção veremos que a manutenção do sistema colonial consolidou entre os *criollos* o sentimento de exclusão e levou-os, ao final do século XVIII, a propor reformas que não receberam a devida atenção por parte da Coroa. Em resposta a tal negativa, eles transformaram em argumentos a favor da Independência sua condição de exploração, de discriminação e de frustração.

2.5 As ideias reformistas da elite *criolla*

Miguel Luís Amunátegui, aprofundando-se em descobrir as causas concorrentes para a Independência do Chile, mostrou como a “organização da indústria e do comércio nas colônias” hispânicas gerou “legítimo descontento” no ânimo dos seus habitantes e, conseqüentemente, em finais do século XVIII, levou à aspiração por reformas no regime econômico com o intuito de solucionar a miséria do Chile²⁰⁵.

O surgimento de tal “tendência inovadora” é significativo na medida em que o seu fracasso contribuiu para que os *criollos* procurassem separar-se da metrópole²⁰⁶. Assim como a questão dos cargos públicos, como já demonstrado anteriormente, foi também um dos fatores favoráveis à independência.

Em relação à economia, Amunátegui afirma que existia uma lei natural de comércio na qual os homens desejavam vender pelo maior preço possível o que produziam e comprar pelo mais barato o que necessitavam. A regra foi invertida pela Coroa com seu sistema de

²⁰³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 492.

²⁰⁴ Nesse sentido, recuperamos também o argumento do tópico anterior para lembrar que a liberdade pela qual lutavam os mapuches era distinta da liberdade civil e política almejada pelos espanhóis. Não poderiam, assim, ser os precursores da Independência de Chile porque sua causa era distinta da dos patriotas. Amunátegui considera o período uma batalha da barbárie contra a civilização, na qual os chilenos lutavam pelo avanço de sua própria civilização pelas sendas liberdade.

²⁰⁵ Situação que resultava da má administração e do desinteresse das autoridades em corrigir o problema. De agora em diante, o foco será mostrar como o interesse exploratório e a política comercial da Espanha foram contribuintes para que a América estivesse sujeita à miséria. O argumento é válido se lembrarmos de que, para o autor, o Chile viveu o período colonial em meio à grande penúria e pobreza, principalmente, por causa dos terremotos, pestes, inundações, além das invasões estrangeiras e da guerra com os índios.

²⁰⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 293-4.

controle do comércio²⁰⁷, cujas restrições²⁰⁸ geraram vários resultados negativos: a privação de inúmeras mercadorias na América; a prática do contrabando em grande escala e os conflitos contra a Espanha empreendidos por outras nações que disputavam os lucros e benefícios do comércio com o Novo Mundo. Porém, como a situação de pobreza e isolamento era contrária aos interesses dos colonos, estes desobedeceram²⁰⁹ a Coroa e travaram relações ilegais com os estrangeiros, “apesar de todas as proibições e risco de todos os castigos”²¹⁰.

O contrabando em si era um problema porque “causava a mais escandalosa desmoralização, tanto entre os súditos quanto entre os funcionários da alta e baixa hierarquia”²¹¹, sem aliviar verdadeiramente a situação dos colonos. Alguns comerciantes podiam até tomar para si o lucro ou os direitos do erário real, mas os colonos seguiam submetidos aos elevados preços das mercadorias²¹² e obrigados a vender muito barato e comprar muito caro “o que os mantinham em meio a privações e pobreza”²¹³. Dada essa situação, o autor conclui que era natural o fato de se aproveitarem de qualquer brecha para aliviar a carestia.

Seguindo sua linha de argumentação, Amunátegui mostrou exemplos de governadores do Chile que se integraram ao sistema de contrabando. Um deles foi o Juan

²⁰⁷ As restrições foram maiores até 1778, quando Carlos III permitiu o livre comércio entre a metrópole e as colônias, porém manteve a proibição de comércio com países estrangeiros. A reforma era insuficiente, pois o único caminho era abrir os portos americanos ao comércio internacional: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 294-5.

²⁰⁸ O isolamento tinha limites, por exemplo, quando Felipe V, no início do século XVIII, permitiu aos navios franceses atracar e receber mantimentos e materiais nas costas americanas. Por essa razão, os franceses começaram a comercializar em grande escala com os colonos americanos pelo Cabo de Hornos a preços mais baixos do que era vendido pela Espanha. Com isso, o monarca emitiu ordens contra tal prática. Contudo, as cédulas não foram prontamente obedecidas pelos súditos que dependiam daquele comércio e continuaram realizando-o. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 300-1.

²⁰⁹ Recordamos que o fim da servidão pessoal dos indígenas também era contra os interesses dos colonos (de enriquecimento) os quais, na visão de Amunátegui, ao se verem privados de tal “direito” lutaram contra a Coroa. Portanto, o argumento é similar: percebendo que ao rei interessava privilegiar os peninsulares com o monopólio comercial mais do que permitir um comércio livre e equitativo para todos, os colonos se rebelaram e desobedeceram de diversas formas – desde o contrabando até a independência em si.

²¹⁰ Apesar da desobediência dos colonos em relação às restrições de comércio e da reticência dos governadores em coibir o contrabando, Amunátegui cita várias ordens contendo castigos e proibições sobre este tema, o que mostra que estas ações eram as duas faces da mesma moeda. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 295.

²¹¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 298-299.

²¹² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 334. Este dado precisa ser matizado, visto que vários historiadores têm relatado um largo período de queda dos preços, baixa motivada pela saturação do mercado chileno com produtos do contrabando de navios franceses, especialmente entre 1701 e 1717. Depois do período, frente ao fracasso comercial da França e das reclamações dos comerciantes espanhóis, ambas as Coroas tentaram coibir o contrabando. A chegada do novo governador do Chile, José de Santiago Concha, marca a nova postura do rei Felipe V. Cf.: VILLALOBOS, Sergio R., *El comercio y la crisis colonial*. 3ª edição. Santiago: Ediciones Akhilleus, 2009. Este autor pauta suas conclusões – além de fontes oficiais – nas informações do cronista Vicente de Carvallo y Goyeneche. Este fato é interessante porque revela que Miguel Luís Amunátegui optou por uma versão histórica distinta de algumas das fontes disponíveis em sua época, preferindo enfatizar mais a escassez e pobreza do Chile colonial.

²¹³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 300

Andrés de Ustáriz (1709-1716), definido como “verdadeiro mercador contrabandista”²¹⁴ por sua atuação em especulações fraudulentas. Outro, foi Francisco Ibáñez de Peralta²¹⁵, como muitos outros governadores, chegou pobre à América com a intenção de enriquecer-se, constituindo o governo da colônia “um negócio e nada mais”²¹⁶. Assim, desde sua chegada até sua dispensa, empreendeu uma série de negócios “a torto e a direito sem reparar nos meios” que fez com que os colonos vissem nele mais um especulador medíocre do que um governador digno de respeito²¹⁷.

Nesse sentido, a adesão dos altos funcionários ao contrabando prova que a forma das autoridades reais serem escolhidas – mais em razão do quanto poderiam pagar por seus cargos do que pelos méritos – possibilitava, ainda que fosse proibido, o exercício do comércio. Assim, contrariando as restrições do cargo, incorriam ainda em outros vícios como os de nepotismo e corrupção. Como resultado, desatendiam os interesses locais e reais em nome de benefícios pessoais e daqueles a quem estavam associados. Portanto, Amunátegui mostra que a política colonial de cargos públicos da monarquia feria seus próprios interesses, produzindo diversos efeitos negativos (mau governo, insatisfação entre os súditos, desmoralização das autoridades reais e a discriminação dos *criollos*), não garantindo melhor qualidade moral ou capacidade administrativa dos funcionários nem gerando qualquer benefício. Miguel Luís Amunátegui completa com mais elementos o quadro da colônia ao sugerir que o interesse dos súditos na compra dos cargos de fiscal do erário e o alto preço das ofertas²¹⁸ eram sintomas do oneroso sistema de impostos que os chilenos deviam suportar “com sumo desgosto uma constituição econômica causadora de tantos prejuízos e que lhes fazia suportar tantas privações”²¹⁹.

²¹⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 302.

²¹⁵ O governador Ibáñez também foi acusado, juntamente com seu sobrinho Marques de Corpa, de apoiar uma suposta invasão inglesa ao Chile motivada pela Guerra de Sucessão espanhola. Porém, para Amunátegui, os fatos e as informações contidas nas fontes revelam que tudo não passou de um grande equívoco e nada houve de efetivo contra o rei. Sobre a corrupção do governo de Ibáñez, todas as denúncias repetem fatos já citados pelo autor sobre outros governadores e somente reforçam o fato de que, segundo seu ponto de vista, o mau governo era próprio do sistema administrativo da colônia.

²¹⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 131.

²¹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 132. Amunátegui enumera outros atos ilícitos realizados por Ibáñez: usar funcionários públicos para fazer comércio por ele, não observar nenhum interesse religioso, descuidar totalmente das obras públicas, comprar terras e fazer doação de *encomiendas* ao Marquês de Corpa. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 131-137.

²¹⁸ As ofertas variavam de acordo com a diferença entre o valor a ser pago ao rei e o valor estimado de arrecadação. Quanto mais alto o preço de venda, mais se esperava cobrar em impostos que recaíam sobre produtos básicos – roupas, tecidos, escravos negros – e o comércio em geral e que movimentavam o mercado de compra de cargos públicos. O preço ofertado, no ano de 1748, para o cargo de fiscal foi equivalente a quase 67% do que se podia arrecadar com os impostos da venda de trigo para Lima. cf.: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 342.

²¹⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 342.

Pelas razões citadas, o autor afirma não ser espantoso que os *criollos* tivessem interesse em reformar a organização da indústria e comércio. Mas, embora o ânimo dos colonos fosse reformador, ainda não era emancipacionista segundo ele:

Os promotores daquele movimento eram tão bons cidadãos, como vassalos leais, os quais nem remotamente pensavam em levar a cabo uma revolução política; mas, como por uma parte suas pretensões eram evidentemente justas e, por outra, se opunham a sua realização resistências mais ou menos declaradas, nas quais apareciam reunidas a obstinação e a necedade, aquelas legítimas aspirações de bem estar, não satisfeitas, foram fazendo ver de um modo prático que qualquer melhor seria dificultosíssima no sistema vigente e predispondo contra a metrópole os ânimos de alguns.²²⁰

Assim, quando a via da reforma fracassou, de acordo com a interpretação histórica de Amunátegui, o único caminho disponível foi o da revolução. Ao fim, a injustiça, a pobreza e o atraso das colônias pesaram mais que a obediência ao rei. O historiador, com isso, reafirma sua crença de que a História sempre caminha em direção ao progresso e à liberdade, podendo ganhar um catalisador humano, isto é, ser acelerada com a atuação de homens capazes de agir espontaneamente e, ainda que sem ter consciência disso, contribuir imensa e favoravelmente às forças históricas inexoráveis. Se, em *Los Precursores*, existe um personagem que admite plenamente tais características é Manuel de Salas y Corvalán²²¹, definido como um homem esclarecido, de grandes méritos, “apóstolo” da reforma econômica e cuja natureza de talento e bondade o destinavam “a ser o primeiro dos economistas e filantropos de seu país”²²².

Em 1795, atendendo a lista de serviços prestados por seu pai e avó e vários anos de petição²²³, o rei nomeou Salas como síndico do recém-fundado Consulado de Chile²²⁴. Nesse cargo, narra Amunátegui, o personagem dedicou-se a diagnosticar e solucionar os problemas

²²⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 344

²²¹ Amunátegui escreveu sobre Manuel de Salas em duas outras ocasiões. Primeira em: AMUNÁTEGUI, M.L. e AMUNÁTEGUI, G.V. *Biografías de Americanos*. Santiago: Imprenta Nacional, 1854. Segunda em: AMUNÁTEGUI, M.L. *Don Manuel de Salas*. 2 tomos. Santiago: Imprenta Nacional, 1895.

²²² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 344-345.

²²³ Salas esteve vários anos na Europa de onde voltou “com muitos e variados conhecimentos, especialmente práticos” para serem empregados em serviço do Chile. Antes de erradicar-se definitivamente no país, Manuel tentou por muitos anos ser nomeado em algum cargo de importância. A peregrinação por uma vaga na burocracia pública era parte do “tristíssimo papel” que a corte espanhola impunha aos americanos como Salas e era, ao mesmo tempo, “a melhor prova que se podia dar de quão degradante era o sistema estabelecido”: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 348.

²²⁴ O consulado era um tribunal para julgar as causas comerciais e uma junta encarregada de proteger e fomentar as atividades produtivas e incentivar o comércio. Para o autor, “o emprego não era de grande cobiça, nem pela duração que só chegava a dois anos, nem pelo salário que não estava nem sequer fixado, e que em nenhum caso podia ser elevado”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 355-6.

da decadência e miséria do Chile²²⁵, sem depreciar as prerrogativas reais e ofender o direito de conquista dos espanhóis; pelo contrário, todas suas crenças eram as de estar ajudando a metrópole, posto que a melhoria das colônias implicaria a da própria Coroa.

Amunátegui enuncia alguns esforços que Manuel de Salas empreendeu (com maior ou menor sucesso) para acurar o estado econômico e produtivo do país²²⁶. Entretanto, o mais importante foi a criação da Academia de San Luis²²⁷, com a qual pretendia diminuir a “extremada ignorância que sempre havia existido no Chile”²²⁸. Assim, Amunátegui relata que, individualmente, Manuel de Salas assumiu, sem poder ou financiamento do rei, a missão de propiciar educação pública na colônia americana²²⁹.

Entre 1795 e 1799, ele tentou convencer as autoridades a estabelecer uma “escola” pública (“a alunos que queiram, sem mais gasto que o do papel”²³⁰) que ensinasse aritmética, geometria e desenho para, então, fomentar a agricultura, a indústria e o comércio. Manuel de Salas várias vezes esbarrou no impedimento da “pobreza dos recursos para difusão das luzes com que contava durante o período colonial” o Chile²³¹, contudo, não desanimou. Escreveu ao rei e aos seus funcionários solicitando apoio para sua iniciativa, principalmente o *cabildo*, o tribunal de mineração e o consulado. Assim, em 1797, o governado do Chile Gabriel de

²²⁵ Segundo um informe de Salas: “nada mais comum que ver, nos mesmos campos que acabam de produzir pingues colheitas, estendidos para pedir de esmola o pão, os braços que as recorreram (as sacas de trigo), e talvez no lugar donde acaba de vender-se uma colheita de trigo a ínfimo preço”. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 357.

²²⁶ Salas também foi responsável por outras obras de utilidade pública. Em 1791, administrou a construção de Tajamares; em 1793, supervisou a reparação das vias públicas de Santiago; fundou um Hospício no ano de 1802; e, em 1808, defendeu a introdução e propagação da vacina no Chile. Por estas obras, Amunátegui considera que Manuel foi um dos grandes filantropos do país. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 439-445.

²²⁷ A instituição foi a primeira iniciativa de educação superior sob o patrocínio do Estado, bem como preencheu o vazio deixado pela expulsão dos jesuítas e quebrou o monopólio das instituições religiosas nesse setor. Durante o século XVII, a Universidade Pontífica de los Dominicanos, os Seminários e, sobretudo, o Convictório de San Francisco Javier eram as únicas instituições de ensino superior no Chile, mas só eram preparatórias para os ofícios eclesiásticos. Quem desejava graduar-se em leis deveria viajar até o Peru para frequentar a *Universidad de San Marcos*. Por causa dessa situação, em 1713, o governador Juan Andrés Ustáriz pediu ao rei a abertura de uma Universidade que, como veremos adiante, só será autorizada muitos anos depois. Sobre educação colonial ver: LABARCA, Amanda. *Historia de la enseñanza en Chile*. Santiago: Editorial Universitária, 1939.

²²⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 362.

²²⁹ Segundo dados fornecidos pelo autor, a instrução pública, financiada pelo Estado, só foi estabelecida por cédula real em 1738 quando o rei ordenou a fundação da *Universidad de San Felipe* (que só funcionou a partir de 1758). Em 1769, o rei ordenou a criação do Colégio de San Carlos, em substituição ao Convictório jesuíta, custeado pela “mensalidade” dos próprios alunos. A estes dois únicos estabelecimentos se resumiam as instituições de ensino laico no Chile, contudo, neles se ensinava o mesmo que nos conventos e seminários. Regularmente, havia classes de direito em ambas as instituições. Porém, as de matemáticas e medicina (previstas no regimento da Universidade) eram ou efêmeras ou inexistentes e nenhuma oferecia aulas de espanhol. Portanto, “aquela universidade, mal organizada com estava, existia mais no papel que na realidade”. O historiador também comenta, sem explicar ou citar, que o *cabildo* de Santiago financiava algumas escolas primárias na cidade. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 364 e 391-92.

²³⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 365.

²³¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 366.

Aviles (1796-1799) autorizava a abertura da Academia de San Luis²³², mas, após alguns meses de trabalho, Salas somente pôde dar início às classes de letras, gramática latina e castelhana e desenho²³³. As de matemática só iniciaram no final de 1799, quando chegou ao Chile um engenheiro vindo da Espanha²³⁴.

A Academia, então, gerou seus primeiros resultados positivos com a aprovação dos seus primeiros alunos, os quais foram examinados publicamente. Narra Amunátegui que os avaliadores daquele exame retificavam em seus pareceres o valor que tinha a instrução pública para o avanço do Chile, confirmando a escassez de ilustração oferecida à população ao mesmo tempo em que discursavam a favor das medidas empregadas por Salas. Esse evento é simbólico para o autor, pois vê ali as primeiras manifestações de como os resultados da Academia dispuseram os *criollos* a favor da educação e, conseqüentemente, do progresso do Chile. Vislumbrava, desse modo, que não apenas aquele personagem acreditava que a colônia poderia ser mais próspera por meio da difusão das ciências, mas também outras pessoas (neste caso, os jurados que representavam as principais instituições políticas do reino). De outra sorte, exagera ao afirmar que “todos os bons cidadãos confiavam que a tal academia havia de tirar o país do profundo abatimento em que estava submergido”²³⁵, porque seria mais realista dizer que entre os “os bons cidadãos” o projeto ganhou maior alento. A afirmação é um exagero porque, como veremos mais adiante, a luta pela educação popular e pública foi uma batalha de muitas décadas, alentada apenas por uma parte da elite e esteve muito longe de ser um consenso.

Além de expor esse panorama otimista, Amunátegui cita o discurso de Joaquín Campino²³⁶, orador da turma, cuja autoria atribui a Salas sob a alegação de uma afinidade de ideias, coincidência de estilo e até repetição de algumas frases existentes em outros textos de

²³² O rei somente aprovou a fundação da *Academia de San Luis* no ano de 1798, ano em que também reconheceu a Salas como diretor da instituição.

²³³ Amunátegui afirma que aquela foi a primeira vez que houve no Chile educação pública da língua pátria. Apesar dos espanhóis se glorificarem por terem transmitido o idioma à América, não havia se preocupado em administrá-lo. Foi apenas depois da independência, como afirma Miguel Luís Amunátegui, que os chilenos vieram a aprender o espanhol regularmente, especialmente depois que o senhor don Andrés Bello compôs uma das melhores gramáticas conhecidas do país. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 374.

²³⁴ Salas também formou um gabinete de física, de história natural e uma biblioteca. Tentou estimular a frequência dos alunos oferecendo um prêmio aos melhores alunos, ajudando “com comida e roupa os que eram muito pobres e descobriam a boa inteligência” e tratando de garantir emprego para os alunos formados com méritos. Propôs ao rei que mandasse da Espanha dois professores de mineralogia, de modo a impulsionar a extração mineral em solo chileno ao propagar essa ciência. Mas este projeto, como muitos outros, ficou apenas na intenção, pois o rei informava que não havia recursos a oferecer. Salas continuou fazendo o que podia apesar da “escassez dos elementos escolares, como giz, lápis, compassos, papel, tinta de China e outros”. A despeito das dificuldades, a *Academia de San Luis* funcionou até 1813, ano em que foi incorporada pelo Instituto Nacional.

²³⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III, p. 402.

²³⁶ Joaquín Campino (1788-1860) foi um importante patriota. Atuou como ministro do Interior e Relações Exteriores durante o governo *pipiolo* e, em 1824, foi nomeado presidente do Congresso. Durante o período

Salas. O documento citado é relevante porque Amunátegui vê expresso nele aquele “novo espírito” que transformaria completamente a ordem existente²³⁷. Esse pensamento é o de que, se as ciências serviram para promover o bem público em nações deficientes em recursos naturais, poderiam fazer o mesmo no Chile – um país inexplorado, com boas condições geográficas e climáticas, à espera apenas da exploração eficaz. Amparada pelas luzes dos conhecimentos científicos, a colônia caminharia mais rapidamente em direção à prosperidade. Ademais, exortava os ouvintes a persistirem no caminho da ilustração, apesar dos obstáculos e das ridicularizações que causam as novidades. Por meio da educação, os indivíduos poderiam ser úteis às suas famílias e honrá-las trazendo sustento e dignidade, ademais, o Estado se beneficiaria de saberes como o da agrimensura, por exemplo, que poderiam resolver parte dos litígios por terra. Os resultados eram, assim, benéficos tanto no âmbito privado quanto público e poderiam desmistificar as noções de alguns intelectuais estrangeiros sobre a incapacidade do país produzir riquezas, bem como desmentir a opinião de que os talentos americanos (leia-se chilenos) eram débeis.

O problema de fundo para o autor desse discurso, portanto, havia sido a falta de oportunidade dada aos *criollos* para instruírem-se. Nesse aspecto, orador e historiador coincidem, servindo as palavras do documento para questionar aqueles que pensavam ser os americanos inferiores intelectualmente em relação aos europeus:

Bastariam o doutor Peralta, o engenhoso Franklin, nosso compatriota Molina, para vingar-nos. A astronomia, a eletricidade e a história natural tomaram novo aspecto na pluma destes ilustres americanos. Não poderíamos imitá-los e mostrar que a falta foi de doutrina, não de atitude?²³⁸

Paralelamente, o discursante cuidava para que suas ideias não entrassem em contradição com sua fidelidade ao rei. Assim, a necessidade de promover as ciências (especialmente as “úteis”, como a matemática) era também um serviço à Coroa na medida em que os benefícios dados às colônias se transformariam na riqueza e grandiosidade da metrópole. Mais do que isso, o estímulo à educação aparecia como sendo uma ordem do próprio rei e uma aplicação concreta do seu amor pelos súditos: “nosso augusto soberano, querendo afiançar a fidelidade de seus vassalos em sua mesma felicidade”, pois os olha “mais como pai que como seu dono”, ordena que “se ilustre o mais pobre, distante e fértil de seus domínios” (ou seja, o Chile) e “o ordena com energia, o ordena com extensão”²³⁹. Assim, o

conservador exerceu o cargo de ministro plenipotenciário nos Estados Unidos e México e deputado por algumas regiões como Elqui e Rere. Destacou-se também como periodista.

²³⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 398-399.

²³⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 393.

²³⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 391.

historiador pretende revelar a boa intenção do projeto de Salas em sua defesa da educação, discurso articulado de forma bastante justa e com intenções de contar com o apoio do rei, muito embora o monarca não tivesse qualquer interesse em beneficiá-los.

Entretanto, à luz do exposto por Miguel Luís Amunátegui – os entraves legais contra a educação, os obstáculos econômicos e a má vontade da Coroa em financiar a educação –, surge uma contradição apenas explicada se considerarmos que o autor copia o documento não para confirmar a veracidade das ideias expostas, mas para interrogar a validade que tiveram no tempo. Nesse sentido, vale observar que uma parte dos argumentos da fonte continua sendo válida: a de que as ciências são sumamente importantes para o desenvolvimento de um povo e de uma nação e necessárias para a existência real do bem público. Contudo, como esta verdade permaneceu apenas no plano da idealização, servia para reforçar os argumentos contra as ações do monarca. Assim, fica fácil conceber que o papel do rei não era de “pai” e, sim, de “dono” e que, mesmo sabendo da importância da educação, o monarca vetou essa mercê aos seus “filhos” e os condenou ao atraso e a ignorância por não corresponder o desenvolvimento intelectual deles aos seus próprios interesses. Não fossem os colonos terem atuado pela própria causa ao promover a Independência, eles continuariam sendo explorados e discriminados.

Ao concluir sua análise sobre o documento, Amunátegui emite dois comentários que expressam a superioridade da república e o avanço trazido pela Independência ao país. Primeiro, afirma que o discurso era confuso, desalinhado, obscuro, reflexo da ignorância na qual estavam vivendo os chilenos²⁴⁰, parecendo contradizer ou desvalorizar as qualidades de Salas. A aparência, contudo, não deve nos enganar. Amunátegui não deixa de reconhecer e exaltar os méritos de sagacidade e filantropia do personagem desejando, com o comentário negativo anterior, pontuar o fato inquestionável de que a pouca instrução dos sujeitos coloniais reflete nas condições e na qualidade de produção de seus textos²⁴¹. Apesar de Salas ser um homem instruído, não o era no mesmo nível de um homem do século XIX. Aos olhos de um homem da república, que mira o passado com os olhos do progresso histórico, muito tempo havia se passado e muitos avanços tinham sido alcançados depois de 1810. Por isso, Amunátegui pode olhar para trás e encontrar tantas ressalvas. Os erros ortográficos e estilísticos de Salas são apenas um “porém” para mostrar ao leitor as condições dos homens

²⁴⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 398.

²⁴¹ Revela também uma nova forma de avaliar a linguagem, moderna e científica, herdada da Ilustração, em oposição à linguagem metafórica e retórica dos séculos XVII e XVIII. Recomendava-se a sobriedade e o uso das palavras em seu sentido exato para uma expressão mais condizente com a época de luzes e razão na qual se acreditava estar vivendo.

do presente (os quais ele representa) em julgar e corrigir o que foi feito. Como havia sido possível fazer com o documento, os republicanos do presente poderiam corrigir e melhorar a história do Chile. O segundo comentário, aliás, refere-se a essas melhorias porque, se no passado o Chile não podia sequer financiar um projeto modesto (em propósito e orçamento) como o de Salas²⁴², em “meio século” “havia de chegar a ser o mais avantajado da América Espanhola pelo sistema estabelecido de instrução pública”²⁴³. É como se o autor sentisse a necessidade de afirmar que a Revolução não aconteceu em vão. Quanto a isso cabe a nós fazer algumas considerações, especialmente sobre a produção intelectual do autor e sua luta política.

Na época em que Amunátegui escreveu *Los Precursores*, seu principal objetivo político foi o de defender o direito do Estado de controlar a educação. O tema da educação pública era uma preocupação pessoal desde a década de 1850, quando iniciou sua carreira política no Ministério de Instrucción Pública²⁴⁴. Em 1856, Miguel Luís Amunátegui e seu irmão Gregório Victor elaboraram um projeto de educação pública e o apresentaram, no mesmo ano, ao comitê da *Universidad de Chile* que deveria eleger a melhor proposta de educação pública primária para o país. Por esta obra ambos foram eleitos vencedores do concurso e premiados pelos jurados²⁴⁵. Em resumo, o trabalho é uma defesa feroz contra todos os argumentos contrários à instalação de um sistema de educação primária, pública, obrigatória e laica. Ademais, é uma exposição extensa de todos os benefícios e vantagens de tal sistema educativo para o país em seus âmbitos público e privado. É uma defesa da meritocracia, da igualdade civil, da liberdade individual e do papel docente do Estado. No texto, a educação aparece como uma obrigação social da república posto ser requisito mínimo

²⁴² São citados alguns ofícios de Salas em que ele mesmo se responsabilizava por parte dos gastos dos projetos, às vezes oferecendo parte do seu salário, outras vezes, dos próprios bens para realizar o que propunha para a Coroa. Para que o leitor possa avaliar o quão “modesto” eram os valores, o autor deixa sempre evidente a quantia exata de recursos solicitados aos cofres reais para financiar as melhorias concebidas para o Chile. Ainda assim, contrariando as expectativas de Salas, a resposta da Coroa espanhola era sempre negativa. ver: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. -368.

²⁴³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 366. Sobre a educação no Chile no século XIX, ver: EGAÑA, Loreto. *La educación primaria popular en el siglo XIX en Chile: una práctica de política estatal*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos; Editorial LOM, 2000.

²⁴⁴ Essa postura já vinha sendo defendida por ele, pelo menos desde 1856, quando escreveu o *Compendio de la Historia Política i Eclesiástica de Chile* e ajudou a formular o *Nuevo plan de estudios para el curso de Humanidades* (ver em: *Anales de la Universidad de Chile*, 1857). Esses documentos surgiram porque Diego Barros Arana, como membro do Conselho Universitário, sugeriu ao órgão do qual fazia parte formar uma comissão para averiguar a situação dos materiais de ensino no Chile e, a partir do diagnóstico, propor novos textos, mais adequados à realidade nacional, para que fossem adotados por todas as escolas. A formação da comissão, nesse sentido, é representativa da postura que assumiram os “liberais” chilenos da época em relação ao papel do Estado como responsável pela educação popular.

²⁴⁵ AMUNÁTEGUI, M. L. e AMUNÁTEGUI, Gregorio Victor. *De la instrucción primaria en Chile: lo que es, lo que debería ser*. Santiago: Impr. del Ferrocarril, 1856.

e obrigatório para o desempenho da representação cidadã, considerada base e sustento de qualquer regime republicano²⁴⁶.

A educação era, ainda, uma causa pessoal. Miguel Luís Amunátegui havia estudado no Instituto Nacional²⁴⁷ de maneira gratuita – segundo as diretrizes de um ensino laico, estatal e direcionado a criar cidadãos úteis à república –, além de ser professor do Instituto Nacional e da *Universidad de Chile*²⁴⁸. Por isso, em 1873, ele defendeu a opinião de que o Estado deveria ser responsável pelo sistema de ensino privado e público. Como muitos liberais, acreditava que o Estado deveria fazer da educação pública um construtor ativo da igualdade entre os cidadãos, segundo um caráter civilizador e democratizador²⁴⁹. Os conservadores defendiam a “liberdade de ensino” como um princípio apoiado no fim do monopólio estatal na educação; na liberdade para aplicação de exames e para elaboração de planos de estudo, métodos e sistema pedagógico das escolas privadas; e na abolição do sistema de exames que dava à *Universidad de Chile* o poder de examinar os alunos ingressantes no ensino secundário²⁵⁰. Ao final de 1872, a reação dos alunos do Instituto Nacional, somada à resistência política opositora (nesse caso, dos liberais), conseguiu reverter as medidas

²⁴⁶ A disputa em torno da educação refletia diretamente as discussões sobre a secularização do Estado. Ao longo do século XIX a Igreja foi perdendo gradualmente o controle das instituições públicas de educação na medida em que o Instituto Nacional – e, depois, a *Universidad de Chile* – passou a regular o planos de estudos ao tornar-se a única instituição oficial a realizar os exames de conclusão dos cursos secundários e de ingresso à universidade. Em ambas as causas, os membros do Partido Liberal assumiram liderança em favor do Estado, incluindo Amunátegui, que desempenhou um papel destacado de defesa à educação estatal laica. Para o tema da secularização ver: SERRANO, Sol. *¿Qué hacer con Dios en la República? Política e Secularización en Chile (1845-1885)*. Chile: FCE, 2008.

²⁴⁷ O Instituto Nacional – fundado pelo esforço conjunto dos *criollos* ilustrados Juan Egaña, Camilo Henríquez e Manuel de Salas – foi uma instituição de ensino superior criada no Chile depois do início do movimento de Independência. Estabelecida em 1813, veio a substituir vários colégios coloniais, a exemplo da *Universidad de San Felipe*, do Colégio Carolino e do Seminário Conciliar. Cf.: CRUZ, Féliu. *La Fundación del Instituto Nacional*. Santiago: Imprenta Cultura, 1950.

²⁴⁸ Para a biografia completa de Amunátegui remetemos o leitor ao capítulo de introdução dessa dissertação.

²⁴⁹ “Os alunos do Instituto Nacional se rebelaram, fazendo várias manifestações nas ruas e assaltando a casa do ministro; o reitor do Instituto, o historiador liberal Diego Barros Arana, foi suspenso de seu cargo; os parlamentares questionaram o ministro, que finalmente saiu do gabinete no ano seguinte”. Porém, a discussão educacional apenas abriu as portas para embates ainda mais virulentos pela secularização do Estado. Ver: JAKSIC, Ivan; SERRANO, Sol. “La ruta del liberalismo chileno en el siglo XIX”. In: JAKSIC, Ivan; POSADA-CARBÓ, Eduardo (orgs.). *Liberalismo y poder: Latinoamérica en el siglo XIX*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2011, p. 196-8.

²⁵⁰ Havia por detrás das propostas, vindas de dentro do Partido Liberal, um tom civilizatório e democratizador, ao passo que nas fileiras conservadoras havia uma defesa da liberdade do indivíduo pautada nos argumentos referentes ao liberalismo clássico e contrários à expansão do Estado. Por causa dessa ambiguidade muitos historiadores dizem que os conservadores em muitas questões foram mais “liberais” que os próprios membros do Partido Liberal. Cf.: VILLALOBOS, Sérgio. *Historia de los Chilenos*. Tomo 3. Santiago: Taurus editorial. 2008 p. 8-25. Contudo, ao contrário do que se difunde, esta havia sido apenas uma estratégia retórica. Para os conservadores, sem o devido controle educacional haveria um crescimento do poder do Estado, capaz ele mesmo de gerar uma camada média vinculada à sua burocracia e não ao grupo social oligárquico e, tal mudança poderia significar um desafio ao poder social da classe dirigente.

conversadoras em favor da educação estatal²⁵¹. Em suma, para Amunátegui a instrução pública laica era o caminho de liberdade e progresso, aberto ainda na época de Salas, – a ser perseguido pelos homens do século XIX, pois a história já havia mostrado o quanto o raciocínio lógico e moderado permitia romper as correntes da submissão política.

Nessa perspectiva, pode-se aceitar a hipótese de que aquele discurso ecoava muitas das ideias defendidas por Miguel Luís Amunátegui sobre educação, coincidindo, em especial, quanto à solução para o atraso do Chile: difusão da educação pública com a vulgarização de conhecimentos estimuladores de atividades produtivas no país. Além disso, Salas também figura como um tipo de ideal republicano, aquele que luta, suporta as dificuldades e supera os obstáculos em nome do bem comum. Elogia sua dedicação a uma causa tão nobre quanto a da educação, a ponto de afirmar que “um simples particular fazia pela instrução pública mais que o presidente e a *audiencia* de Chile, mais que o rei e seu Conselho das Índias”²⁵².

Há, nesse aspecto, um sentido implicado de autoelogio, posto que não existe outro herói como Salas na obra de Amunátegui, até mesmo as figuras de Camilo Henríquez ou Ercilla são ofuscadas, o que torna ainda mais evidente a similitude de pensamento em torno do tema educacional. Podemos perceber, ainda, nos comentários sobre o estado da educação colonial e nos juízos de valor sobre o discurso, os seguintes aspectos: o tom orgulhoso de um político empenhado na instrução pública chilena e contribuidor efetivo em seu avanço; o alento por trás daquelas palavras que estimulavam, em vista dos sucessos já alcançados, o prosseguimento dos chilenos na luta pela educação pública laica e estatal e contra o empreendimento dos conversadores; um estímulo para que os chilenos não cedessem ao peso da herança colonial e promovessem a igualdade e a liberdade por meio das ferramentas intelectuais necessárias para que os cidadãos engrandecessem a pátria.

Por fim, Miguel Luís Amunátegui afirma que o projeto de reformar o sistema colonial sem romper com a Espanha era uma quimera e, por isso, Manuel de Salas agiu ingenuamente ao acreditar serem seus serviços patrióticos favoráveis ao rei²⁵³. Entretanto, só

²⁵¹ SERRANO, Sol; JAKSIC, Ivan. “In the Service of the nation: The Establishment and Consolidation of the Universidad de Chile (1842-79)”. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v.70: 1, fev.1990. p. 140-171.

²⁵² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 402.

²⁵³ O comportamento de Manuel de Salas admite um interessante paralelo com o legado do poeta Alonso de Ercilla em *La Araucana*. Na visão de Amunátegui, ambos eram realistas sinceros, mas suas obras promoveram *a posteriori* o espírito revolucionário no Chile, mesmo que à revelia dos seus promotores. Cf.: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 349-350. Por exemplo, Amunátegui vê em Salas “um reformador radical” enquanto vê em Ercilla um denunciante ferrenho das crueldades espanholas e do heroísmo araucano e cuja obra fomentou a noção de injustiça praticada pela metrópole e alentou a luta ousada dos *criollos* contra seus dominadores. Embora, Amunátegui esteja ciente de que esses efeitos são contrários à intencionalidade de seus autores. Além disso, o paralelo entre Salas e Ercilla é interessante também porque, como ficará claro ao final

o fato de Salas opinar que “o Chile não era nada e podia ser tudo” fazia dele um revolucionário²⁵⁴. Suas ações infundiam esperanças e desejos impossíveis de serem realizados sob o regime espanhol e, por tal razão, contribuíram não para fortalecer a monarquia, mas para preparar o pensamento de Independência. Suas petições e solicitudes em nome do interesse público eram uma “oposição tão crua e tremenda como a que no presente podia fazer o mais colérico dos artigos de jornal”²⁵⁵. Primeiro, porque o rei não compreendia que “o único arbítrio de prolongar por algum tempo a dominação da Península nas comarcas do Novo Mundo” era mudando o sistema para dar aos hispano-americanos a liberdade de ação que começavam a reclamar²⁵⁶. Segundo, porque os espanhóis “obcecados por um egoísmo pouco sensato e, pelo espírito de rotina, não compreendiam que arriscavam perder tudo, se não adotassem decididamente a marcha inovadora que Carlos III tinha iniciado com suma timidez”²⁵⁷.

Nas palavras de Amunátegui, Salas oferecia “pão ao faminto”²⁵⁸, ao passo que o rei se negava a dá-lo, sem avaliar com cuidado o perigo que isso representava posto que “a empobrecida Espanha não tinha nem exército nem esquadra para manter sujeitos pela força os habitantes do Novo Mundo. Em sua opinião, a submissão dos hispano-americanos era puramente voluntária”²⁵⁹. Se o autor exagera nessa última afirmação, não erra na interpretação central: “o faminto a quem se mostra o pão, e não o deixa comer, se lança a arrebatá-lo”²⁶⁰.

2.6 A colônia chilena diante da Independência dos Estados Unidos e Revolução Francesa

Para Miguel Luís Amunátegui, a Independência dos Estados Unidos, ocorrida no ano de 1776, e a Revolução Francesa, iniciada em 1789, foram os dois acontecimentos externos à sociedade espanhola que efetivamente contribuíram para as revoluções na América hispânica.

desse capítulo, a Independência é um fenômeno que, embora esteja conectado diretamente às ações e intencionalidades humanas, é algo que escapa à essa esfera. Existe na libertação do Chile um elemento de transcendência que nos remete às forças inerentes à própria História. Essa dose de “acaso” e “imprevisibilidade” deve ser atribuída a esse segundo fator.

²⁵⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 355.

²⁵⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 362.

²⁵⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 454-455.

²⁵⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 455.

²⁵⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 455.

²⁵⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 455.

²⁶⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 456.

De acordo com o historiador, o auxílio espanhol na libertação política norte-americana foi uma ação imprudente, pois, ironicamente, pareciam ter esquecido “de que ela também possuía colônias no Novo Mundo e de que estas eram vizinhas às inglesas”²⁶¹. O objetivo da paradoxal estratégia militar era recobrar o estreito de Gibraltar, operação que não teve sucesso e ainda fez a Espanha arriscar-se “a perder um mundo que efetivamente escapou à sua dominação”²⁶².

O exemplo da independência norte-americana foi uma influência para a emancipação hispano-americana na medida em que demonstrou a possibilidade do mundo colonial libertar-se da opressão metropolitana. Era muito tentadora a exaltação à liberdade em relação à realidade injusta e desigual dos espanhóis-americanos. Além disso, com a vitória, o modelo republicano da América constituiu uma referência política de suma importância para os *criollos*, impulsionando-os a desejar os mesmos benefícios da liberdade e do progresso que haviam alcançado seus vizinhos²⁶³. Não demorou muito para que os espanhóis se dessem conta do erro cometido, pois em 1793, o venezuelano Francisco Miranda falava pela primeira vez aos *criollos* de liberdade e emancipação²⁶⁴ nos termos daquela primeira revolução.

Para Amunátegui, a Revolução Francesa²⁶⁵ muito embora devesse ser considerada um “gigantesco transtorno social”, teve como principal mérito dar aplicação às “doutrinas dos filósofos do século XVIII”, ou seja, negar e destruir os poderes fundados no pretense direito divino dos reis²⁶⁶. Fato gravíssimo, para o contexto da época, pois esse princípio era essencial para a manutenção da obediência dos súditos e do funcionamento do domínio espanhol na América.

²⁶¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 258.

²⁶² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 259.

²⁶³ Para uma visão mais completa sobre a posição de Miguel Luís Amunátegui acerca da independência dos Estados Unidos: AMUNÁTEGUI, M. L.; AMUNÁTEGUI, Gregório Victor. *La Dictadura de O'Higgins*. Santiago: Imprenta, Litografía i Encuadernación Barcelona. 1914.

²⁶⁴ Francisco Miranda, militar venezuelano e um dos primeiros emancipacionistas, iniciou sua carreira militar servindo como capitão espanhol nos EUA, quando adquiriu ideias de liberdade e observou o “belo espetáculo de um povo que conquista a independência” e, se dispôs a realizar o mesmo na América hispânica em 1783: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 262-263.

²⁶⁵ Para um estudo mais recente sobre o tema, consultar: GAZMURI, C. e KREBS, R. (eds.). *La Revolución Francesa y Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 1990.

²⁶⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 272. Se levarmos em consideração os debates historiográficos que rastreiam as origens estrangeiras das teorias e ideias do pensamento emancipacionista na América, esse capítulo da obra de Amunátegui mostraria que as influências são muito mais complexas do que mera transmissão porque elas passam por um verdadeiro processo de apropriação, ressignificação e, principalmente, de filtragem por meio das necessidades e realidades locais de cada novo Estado surgido. Na passagem citada, Amunátegui conhece os autores europeus, sabe da relevância deles, mas eles apenas têm verdadeira importância no contato com as questões e temas coloniais: o poder divino dos reis, por exemplo.

Com a revolução de 1798 “se proclamou e se converteu em realidade o princípio de que os governos da terra traziam sua origem nos pactos e conquistas dos homens”²⁶⁷. Ademais, a nova ideia de governo pressupunha a igualdade entre os contratantes, posto que a razão de tal associação deveria ser o benefício dos indivíduos e a garantia dos seus direitos. Por conseguinte, os colonos – povoadores e descendentes dos conquistadores – começaram a conceber o direito de governar a si mesmos, rechaçando um rei distante e estrangeiro. Nas palavras de Amunátegui, “a submissão à Península, que até então tinha sido um artigo de fé, começava a se quebrar”²⁶⁸.

Nesse sentido é importante observar o fato de que o autor se concentra na discussão entre direito divino e contrato social, humanizando a discussão sobre o poder do Estado. Esse é um tema caro à república na medida em que é uma forma de governo responsável por legitimar a soberania dos indivíduos e superar a explicação religiosa do poder. Segundo esta noção contratual do poder político, Amunátegui critica o Antigo Regime, defendendo que a ordem social baseada nas hierarquias sociais, na qual o rei é um tirano e os laços sanguíneos são correntes opressoras, deveria ceder lugar à união e igualdade entre os cidadãos. Ao ser favorável à secularização do Estado, deixa implícito que a ingerência religiosa nos assuntos políticos era um resquício colonial a ser extirpado, tal como o poder político dos reis absolutistas já o havia sido em 1810²⁶⁹.

Como explica Amunátegui, os eventos externos eram perigosos porque os ideais deles resultantes encontravam respaldo tanto na razão quanto na realidade:

Não pense que nossa América está tão inocente como nos séculos passados, nem tão despovoada, nem acredite que falta gente instruída que veem que aqueles habitantes estão esquecidos em seu próprio solo, que são tratados com rigor, e que lhe sugam a essência dos nascidos na matriz, nem ignoram tampouco que em várias partes daquele continente tem havido fortes comoções²⁷⁰.

²⁶⁷ A decadência da concepção do direito divino do rei tornou ainda mais insustentável o direito de conquista na América baseado na bula papal de Alexandre VI, deixando o domínio espanhol exposto aos interesses estrangeiros. Vale recordar que são do início do século XIX as primeiras invasões inglesas à região do Rio da Plata e também as reivindicações de autonomia dos próprios *criollos*. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 272-273.

²⁶⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 273.

²⁶⁹ Em outra obra, Amunátegui explica qual havia sido o papel da Igreja Católica frente à emancipação americana: AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Encíclica del Papa León XII contra la Independencia de la América Española*. Santiago: Imprenta Nacional, 1874.

²⁷⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 274. Carta de Conde de Aranda (Pedro Pablo Abarca de Bolea, viveu entre 1719 e 1798, foi Presidente do Conselho de Castilla, entre 1766 e 1773, e também Secretario de Estado de Carlos IV) em representação ao rei no dia 28 de fevereiro de 1793 por causa da mobilização promovida por Francisco Miranda.

Tal era a ciência dos fatos pelas autoridades reais que os estadistas espanhóis se dedicaram não mais a salvar seus domínios, mas a aproveitar ao máximo o que restava deles: “enquanto temos [a América], façamos uso do que nos pode ajudar para que nos preparemos, pois se chegarmos a perdê-la, nos faltaria esse pedaço de toicinho para o caldo gordo”²⁷¹. Tal política, do ponto de vista do historiador, pretendia apenas continuar o que já vinha sendo praticado, já que a América sempre havia sido esse “toicinho” durante todo período colonial.

Assim, apesar dos receios de perder o controle sobre a riqueza da América, as autoridades reais utilizavam métodos²⁷² (classificados como minunciosamente pueris) ineficazes para impedir a penetração dos ideais ilustrados no Chile²⁷³. Uma dessas defesas foi qualificar como loucos os personagens que supostamente tentavam planos contra o domínio espanhol²⁷⁴. Era uma espécie de repreensão moral contra a difusão das críticas que surgiam. Era um gesto que procurava invalidar os argumentos dos considerados “loucos” e desestimular os súditos a empreender atitudes mais contundentes. As autoridades acreditavam que o qualificativo, por si só bastante taxativo, poderia inibir qualquer discussão ou ação favorável às novas ideias.

Se no início as leituras dos filósofos franceses eram apenas passatempo ou um mau hábito, não tendo qualquer efeito político concreto além da reprovação pública²⁷⁵, certamente mudaram de condição ao longo do tempo. Serviram para alimentar o espírito dos americanos

²⁷¹ Esta frase foi extraída de uma carta de 1785 do conde de Aranda ao seu sucessor no cargo de Secretário de Estado, o Conde Floridablanca – José Moñino y Redondo (1728-1808). AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 261.

²⁷² O autor explica no tomo primeiro de *Los Precursores* que os reis espanhóis sempre estiveram muito atentos em impedir o contato dos seus súditos americanos com qualquer indivíduo, objeto ou ideias que pudesse contaminar a pureza da fidelidade e crença em seu poder de governar a América. Remetemos o leitor à leitura da seção 2.1 da presente dissertação sobre tais medidas.

²⁷³ “Alguns [*criollos*] começavam a ler, em vez de Solórzano e dos comentadores das *Partidas*, a Montesquieu, Raynal, e ainda a Rousseau”, alguns chegaram a introduzir em solo americano a *Enciclopedia* de D’Alembert e Diderot. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 289-290.

²⁷⁴ “Os que ousaram declararem-se partidários da revolução francesa foram considerados loucos, ou monstruosos, segundo o caso. A negação da autoridade divina do rei tinha sido equiparada a de um dos dogmas da religião. O pensamento da independência era uma insensatez, um delírio, um horror.” AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 288.

²⁷⁵ O primeiro vestígio da revolução francesa no Chile foi conhecido em La Serena pela pluma do presbítero Clemente Moran, quem defendeu – despretensiosamente, de acordo com Amunátegui – as ideias daquela revolução. Na época, o Chile era governado por Ambrísio O’Higgins – implacável perseguidor dos *criollos* que professavam “a mais inocentes expressões contra as prerrogativas do soberano” – político que mandou ir a Santiago, preso e isolado, o padre Moran. Então, o bispo de Santiago investigou o assunto e recomendou sua liberdade, ao concluir que tudo não passava de um excesso de zelo das autoridades. O exemplo é representativo do que acabamos de expor. Os documentos históricos compilados por Miguel Luís Amunátegui sobre o julgamento de Moran representavam-no como um homem louco e, por isso, o isentavam da culpabilidade na difusão das ideias sediciosas bem como retirava qualquer validade das ideias por ele defendida. Tal pensamento foi articulado pelo bispo e aceito pela *audiencia* e, embora o autor não informe qual foi a sentença, os indícios apontam para a absolvição de Moran. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 275-288.

desejosos de horizontes mais amplos, nos quais houvesse melhores condições de vida aos habitantes do Chile e garantia de liberdade e igualdade política.

Em sua explicação sobre a independência, o autor rechaça as explicações dualistas que tentam definir até que ponto ela correspondeu a um processo endógeno ou à influência das revoluções dos EUA e da França. Isso porque se opõe à ideia de que a América tenha copiado algumas dessas experiências e quer propor sua própria explicação ao esquadrinhar uma série de causas. Com tal objetivo recorre, por um lado, às causas endógenas para especificar o que aconteceu na América Hispânica; por outro, observa que alguns os fatores externos (e mais gerais) também contribuíram para a fissura do sistema colonial. A revolução norte-americana havia aportado com a noção de que era possível romper pela força as cadeias de dominação. A Revolução Francesa, de outra sorte, havia ajudado a derrubar os impedimentos morais e religiosos ao derrubar o dogma da majestade real no que tinha de mais forte – o direito divino dos reis. E, ambas, com a exaltação do ideal de liberdade e progresso, de República contra o Antigo Regime, do sistema colonial contra o despotismo monárquico.

Adiante veremos como a crise da monarquia de Carlos III e a invasão napoleônica contribuíram para o desenvolvimento do projeto de Independência que, antes de chegar a se concretizar, percorreu várias etapas transitórias vencendo obstáculos políticos e morais.

2.7 A Invasão napoleônica da Espanha e o desenvolvimento da ideia de independência no Chile colonial

Miguel Luís Amunátegui, buscando oferecer ao leitor a explicação mais completa possível sobre as causas da Independência do Chile, explica o episódio que convencionou chamar de “Revolução da Espanha”. O evento iniciou-se com a desmoralização da corte de Carlos IV e a crise de autoridade derivada da invasão napoleônica, prolongou-se com as desavenças entre peninsulares e *criollos* sobre a direção da nova política hispânica, acirrou-se com a declaração da Junta de Governo em 1810 e culminou, em 1818, na Independência do Chile.

Nessa sucessão de eventos, o primeiro golpe sofrido pelo poder colonial foi causado pelo declínio do prestígio moral da monarquia espanhola, um dos principais alicerces da dominação colonial. Segundo avalia Amunátegui, para garantir a validade do dogma da

majestade real, o rei deveria ser, ao menos, “medianamente digno”²⁷⁶. Mas, Carlos IV “não possuía uma qualidade tão vulgar” e era casado com Maria Luisa “rainha tão leviana quanto pouco recatada, que não se dignava sequer manter as aparências e dissimular sua libertinagem”²⁷⁷. Com tais comentários o historiador emprega o julgamento moral como forma de construir uma asseveração política, como já havia feito antes ao afirmar que “a história se vê obrigada a recolher um dado desta espécie; porque os segredos da alcova são às vezes a causa da desventura de um povo”²⁷⁸. Nesse caso, o estado pouco venturoso foi precisamente o mau governo de Carlos IV.

Não podemos ignorar a ironia do autor ao analisar a falta de decoro da casa espanhola que, apesar de sua imoralidade, continuamente recomendava o maior zelo sobre assuntos matrimoniais aos seus súditos. Miguel Luís Amunátegui acusa a monarquia não apenas pela falha moral, mas também por ter elevado Manuel Godoy, amante da rainha, a altos postos de poder e confiança sem ter qualquer mérito para ocupar os cargos. Em sua avaliação, este personagem “não abonava nem uma ascendência muito esclarecida, nem serviços eminentes, nem mérito relevantes de nenhuma espécie”²⁷⁹. Não era um político de merecimento e ilustração, características fundamentais para um bom governo e, portanto, sua injustificável posição estimulava a desaprovação dos peninsulares e causava desconforto na América. O historiador conclui que a malevolência professada a Godoy deu origem ao desprestígio de Carlos, e sobretudo de Maria Luisa, debilitando a veneração e o status que um monarca deveria ter²⁸⁰. Apesar dos desgostos estimulados entre a população, Godoy foi continuamente agraciado pelo rei com cargos, honras e títulos. De modo irônico, o autor afirma que “o único que Carlos IV deixou de fazer por ele foi pedir-lhe que o substituísse materialmente no trono, tomando na mão o cetro, e cingindo a cabeça com a Coroa”²⁸¹, condições que mostram ser o amor pela rainha mais importante e decisivo do que os interesses da nação²⁸².

A situação se tornou ainda mais grave quando “o jovem herdeiro da monarquia, a quem a fecunda imaginação popular se satisfazia em apresentar como um exemplo de méritos e virtude”, formou um “fortíssimo partido de oposição”²⁸³ para depor Godoy – em cédula real,

²⁷⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 460.

²⁷⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 460.

²⁷⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 279.

²⁷⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 466.

²⁸⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 468-9.

²⁸¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 466.

²⁸² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 462.

²⁸³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 469.

o rei assegurava que a intenção era sua deposição²⁸⁴. Contudo, o plano foi descoberto e o futuro Fernando VII foi preso e submetido a juízo. Durante o processo, aceitou delatar seus cúmplices em troca da absolvição. Diante da delicada situação, o rei Carlos IV expediu para toda a América cédulas reais, acusando o filho de traição e, depois, relatando sua delação. Duas ações que, na opinião de Amunátegui, com certeza não ajudaram em nada a melhorar a imagem da desarmônica e imoral família real. Ao contrário, elas expressam uma “postura não política” e impensada por parte do rei ao por seus súditos contra outro membro da sua corte e aumentar entre eles os motivos de críticas.

Embora o príncipe tenha atuado naquela situação com alguma razão, na medida em que intervinha contra os abusos do ministro Godoy, Miguel Luís Amunátegui pondera que não atuou com igual razão quando, em 1807, escrevia a Napoleão pondo-se sob sua proteção e solicitando matrimônio com alguma das princesas francesas. Ao mesmo tempo, Godoy sacrificava os interesses da Espanha em favor de Napoleão esperando que este o apoiasse na sucessão ao trono espanhol. Diante desses fatos, o autor declara que “o rei Carlos IV, a rainha Maria Luisa, o príncipe Fernando e o ministro Godoy eram muito dignos de viver, ou melhor, de intrigar e brigar em família”²⁸⁵ e, ademais, as esperanças que o povo espanhol depositava em Fernando VII eram infundadas; não obstante, os sentimentos eram os de que este era personagem certo para salvar a Espanha daquela situação desastrosa. Então, em setembro de 1808, Fernando VII foi coroado rei.

Devido à situação do reino espanhol e à conjuntura internacional, Napoleão invadiu a península ibérica, depôs e capturou o rei e decretou José Bonaparte, seu irmão, como novo monarca. Atos contra os quais os espanhóis “com fogo patriótico” se rebelaram “heroicamente”²⁸⁶. A maioria dos súditos considerou o golpe um atentado contra todo o reino. Como primeira reação, a defesa contra o invasor aumentou ainda mais “o afeto idolátrico que se professava a Fernando”²⁸⁷ e, por algum tempo, garantiu a fidelidade dos *criollos* ao rei cativo²⁸⁸. Só posteriormente à superação do impacto inicial, “no mundo hispânico, a implosão da monarquia seguida pela *vocatio regis* produziu desligamento em cascata, como se, desde a

²⁸⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 473-4.

²⁸⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 477.

²⁸⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 478.

²⁸⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 490.

²⁸⁸ Cabe ressaltar que as independências americanas se distinguem tanto da independência norte-americana quanto da revolução francesa por não se dirigir contra o monarca, pelo contrário, a crise de legitimidade fez com que a imensa maioria dos agentes comesse suas atuações em nome de um rei ausente para, sobre essa base, tratar de instaurar os novos governos. FERNANDEZ, Javier. “Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos”. In: CHARTIER, Robert (ed.). *La Revolución francesa: ¿matriz de las revoluciones?*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010, p. 187.

cúspide imperial ao nível local”, todos os vínculos se desatassem²⁸⁹. Amunátegui sugere que isso aconteceu porque as autoridades na Península, em vez de aproveitar o momento para estabelecer novas e mais justas relações com a América, conduziram de maneira equivocada a administração colonial. Comprovar este argumento será seu objetivo de estudo.

Em princípio, ele narra que os peninsulares, esperando reverter a situação de cativo do rei e minar os primeiros sinais de independência na América, tentaram atrair a cooperação dos *criollos*, exortando-os a manterem-se fiéis e contribuir com a guerra contra o invasor. Com esse propósito, a Junta de Governo Central reconheceu as possessões americanas como parte integrante da monarquia e instituiu que teriam representação nacional e imediata na própria Junta por meio de deputados²⁹⁰, ou seja, declararam direitos iguais para as províncias americanas e europeias. Contudo, na prática do que seria um bom projeto, incorreram em um erro estratégico ao não dar cumprimento ao preceito igualitário. A cada província peninsular, por exemplo, foi concedido o direito de compor uma junta provincial para além da Junta Central, mas não foi autorizado às províncias americanas seguir o mesmo procedimento. Além disso, enquanto cada comarca americana deveria enviar um representante, as províncias espanholas deveriam enviar dois. Na análise de Amunátegui, as autoridades espanholas continuaram a acrescentar argumentos para o descontentamento dos *criollos*, pois em vez de governar para manter os domínios americanos, baixo jurisdição espanhola, trataram seus súditos – como de costume – com inferioridade.

O historiador, reportando-se a esse contexto, cita um artigo de jornal escrito pelo espanhol Blanco White²⁹¹ em julho de 1810 por encontrar aí “notável sensatez” e grande “força de raciocínio” sobre o descompasso político da época. Essa fonte é importante para a interpretação de *Los Precursores* porque corrobora a tese de que a Independência hispano-americana era tanto produto do “convencimento prático de todo o povo sobre a necessidade

²⁸⁹ FERNANDEZ. “Las revoluciones hispánicas...”, p. 173.

²⁹⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 494-5. As juntas de governo foram uma solução encontrada na península para ocupar o vazio político do cativo do rei Fernando VII. De acordo com a tradição jurídica herdada da prática dos *cabildos* (ou “direito dos povos”), na ausência do monarca o poder deveria retroceder ao povo, fazendo com que a autoridade se fragmentasse em várias “juntas”. Por essa lógica, quando o território americano foi reconhecido como parte integrante do reino espanhol, também deveria ser concedido a cada parte territorial-administrativa da América o direito de formar suas próprias juntas tal como cada província peninsular havia procedido. Como veremos, não foi isso o que aconteceu e tal discrepância foi o que motivou, mais uma vez, o descontentamento dos *criollos* para com os peninsulares. Sobre este tema, ver: CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004. E também: ANNINO, A.. “Soberanías en lucha”. In: ANNINO, A. e GUERRA, FRANÇOIS-XAVIER (coord.). *Inventando la nación. Iberoamérica, siglo XIX*. Cidade do México: FCE, 2003, p. 152-184.

²⁹¹ Por exemplo, o escritor espanhol Blanco White (José María Blanco Crespo “Blanco White” nasceu em Sevilla, em 11 de julho de 1775 e morreu exilado na Inglaterra em 1841), propagava as doutrinas liberais e justicieras, as quais podiam “regenerar sua raça e a união da Espanha e da América”.

de uma mudança política” quanto do desejo de fazer o que todos os povos de Espanha praticavam: formar um governo interno durante a ausência do monarca ou estabelecer a monarquia sobre novas e legítimas bases²⁹².

White acreditava que “os americanos não pensarão jamais em separar-se da Coroa espanhola, se não os obrigam com providências mal entendidas”²⁹³, posto que “respiram amor” à Espanha e apenas querem “não estar esperando governo e direção de um país separado por um mar imenso, de um país quase ocupado por inimigos, e donde um governo em perpétuo perigo apenas pode mirar por si em meio às circunstâncias que o rodeiam e nada pode fazer a respeito dos dilatados países do Novo Mundo, mais que pedir socorro e enviar empregados”²⁹⁴. Entretanto, as autoridades peninsulares tentavam contentar os *criollos* somente com palavras e insistiam na má administração dos interesses coloniais. Para salvar a situação, coincidindo quanto à questão os argumentos de Amunátegui e White, só havia uma solução: tirar as travas do comércio e fazer com que o interesse dos particulares não se opusesse à obediência a seu governo, pois “querer tê-los sujeitos ao monopólio” é “uma injustiça que nenhuma lei pode autorizar”²⁹⁵. Amunátegui chega a questionar:

Não é certo que os procedimentos das autoridades espanholas (...) pareciam concebidos *ex profeso* para impulsionar os hispano-americanos a procurarem por todos os meios sua emancipação da metrópole?²⁹⁶.

Se as autoridades reais não avançavam no campo político, tampouco se preocupavam em renunciar ao exclusivismo comercial. Contudo, Amunátegui explica que esta era uma luta política árdua, cuja oposição era promovida pelos poderosos mercadores de Cádiz que lucravam com o monopólio comercial. Por esse motivo, a primeira Junta de Governo espanhola continuava emitindo cédulas reais reafirmando as travas mercantis.

Ao mesmo tempo, a Junta expedia notícias sobre a infidelidade de alguns nobres que se tornaram apoiadores do governo de José Bonaparte, criando um clima de desconfiança e desestabilidade na América. As cédulas também deixavam em alerta as autoridades coloniais no Novo Mundo sobre um suposto plano francês para recrutar aliados para a causa de Napoleão entre os espanhóis nos dois lados do Atlântico. Algumas delas, inclusive, acusavam Carlos IV de conspirar junto ao invasor contra Fernando VII. Assim, na avaliação de

²⁹² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 502.

²⁹³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 503.

²⁹⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 503. Amunátegui é menos otimista, pois embora acreditasse que as reformas fossem necessárias, elas não podiam manter indefinidamente a união América-Espanha, no máximo podiam retardar a emancipação americana, o que era um processo inevitável – no capítulo 3, será discutida detalhadamente as razões por detrás desse argumento.

²⁹⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 505-506.

²⁹⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 508.

Amunátegui, os peninsulares incorreram em outro erro, ou “postura impolítica”, pois o conteúdo dessas notícias provocou um resultado colateral. Por um lado, devido à adesão ao rei, os *criollos* passaram a receber com desconfiança tudo o que vinha da Península, usando como argumento os planos golpistas lá existentes²⁹⁷. Por outro lado, alegando a proteção dos direitos do monarca, encontravam espaço para realizar “o desejo natural que desde tempo atrás vinham experimentando os hispano-americanos de ter maior ingerência na direção dos próprios negócios”²⁹⁸. Sob esse ponto de vista os peninsulares acabaram de entregar mais um motivo para a formação das Juntas na América.

Somados todos esses fatores – a falsa igualdade entre espanhóis do Novo e Velho Mundo, a inferioridade de representantes americanos na Junta Central, a proibição de formar juntas de governo na América, a continuação do pacto colonial e, por fim, a infidelidade dos peninsulares – os americanos, nas palavras de Amunátegui, declararam:

encontramos conveniente [...] nos governar por juntas nacionais, até que retorne ao trono nosso legítimo soberano; e queremos fazer assim, não só no uso do mesmo direito que tem exercido as províncias peninsulares, senão também porque não alcançando a distinguir quais espanhóis são traidores, e quais não, desejamos tomar as devidas precauções para conservar estes domínios a nosso amado senhor don Fernando VII. Nós sabermos guarda-lo melhor que qualquer outro²⁹⁹.

Com isso formaram-se dois partidos. O dos *criollos* e o dos peninsulares, que se distinguiam apenas pelo fato de que os primeiros consideram justa a formação de juntas de governo na América enquanto os outros a consideram como a própria declaração de independência. Essa divisão, explica Amunátegui, causou desavenças entre os dois partidos.

Miguel Luís Amunátegui narra as etapas da ideia de emancipação do menor ao maior grau de radicalidade, pois parte da hipótese de que a Independência foi um projeto gestado às cegas, com várias hesitações e preocupações, e no qual os eventos foram tomando a dianteira das ideias que, vindo logo atrás, tratavam de justificar o que na realidade já vinha sendo praticado. Nessa visão, a revolução de 1810 foi moldada aos poucos, com movimentos sutis contra o domínio da Espanha e a favor dos direitos do rei espanhol e, depois, contra os direitos divinos e reais de Fernando VII e a submissão a um poder estrangeiro até que, por fim, mostrou-se a favor da emancipação total. São todas etapas graduais e incertas.

O primeiro estágio é a constatação de que os americanos desejavam formar uma junta de governo, pois, “não se pensava então em negar a fidelidade a Fernando VII nem em

²⁹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 491.

²⁹⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 491.

²⁹⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 501.

desconhecer os direitos da metrópole” e a única independência que desejavam “era a de José Bonaparte, o intruso”³⁰⁰, quando muito se opunham ao governo da Junta Central que não fez mais que precipitar os planos de independência na América. Como prova, Amunátegui relata ter havido em 1809 uma investigação feita pelo presidente do Chile contra três *criollos* de Chillán, acusados de conspirar contra o rei, descobrindo-se apenas que, em conversações privadas e desprezíveis (de acordo com os dados recolhidos pelo inquérito), desejavam a formação de uma junta. O caso é significativo porque ocorreu a menos de um ano da declaração da primeira Junta e, dentro do que vem propondo o historiador, permite ver que a “conspiração”, na verdade, era apenas um projeto que em si mesmo nada tinha de subversivo.

O segundo passo foi dado quando a ideia da independência do Chile começou a assumir definições mais marcadas; assim, o partido inicial dos *criollos* se transformou e passou a ser o partido dos monarquistas-constitucionais³⁰¹. Embora ainda aceitassem o poder real, recusavam-se a aceitar a exploração da América e a superioridade dos peninsulares. Não queriam apenas se autogerir, queriam também mudar a realidade americana. Mas isto ainda não implicava em sedição e, nas palavras de Amunátegui, “muitos chilenos se lisonjeavam como que era possível desejar o adiantamento do país sem faltar com fidelidade que havia de tributar ao soberano”³⁰².

Caminhando em direção a um terceiro momento de desenvolvimento da ideia de emancipação, alguns *criollos* começaram a aceitar que, se a metrópole continuasse sob dominação de José Bonaparte, o Chile deveria se separar sem vacilar, pois os súditos haviam jurado obediência a Fernando VII e não à Espanha. Outros discutiam a possibilidade de reconhecer o domínio espanhol caso o rei optasse por residir na América³⁰³. No início de

³⁰⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 515.

³⁰¹ Para entender o tema é preciso ter em conta que os reformadores *criollos* tinham ideias e propostas afins às dos liberais peninsulares. Ambos os personagens expressavam “seu desejo de um código político generoso, aberto e inclusivo, que permitisse a todos os atores políticos tomar parte nas deliberações e na legislação sobre os assuntos públicos que lhes concernia e pusesse certos limites à autoridade real”. Paulatinamente, esse desejo começou a ser traduzido em “uma lei fundamental com divisão de poderes, sob o qual deveria estar suficientemente garantido determinados direitos, como a vida, a liberdade, a segurança ou a propriedade e, portanto, obviamente conectado aos princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. Esse era o uso mais frequente, entre 1810 e 1820, na península e na América. Contudo, é preciso ressaltar que havia uma profunda divisão entre o que os espanhóis acreditavam ser um direito prodigioso para eles e como administravam suas colônias: cf.: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Liberalismos nacientes en el Atlántico Iberoamericano: “liberal” como concepto y como identidad política, 1750-1850”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales e Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. p. 695- 723. Portanto, Miguel Luís Amunátegui atribui este nome porque os *criollos* ao qual ele se refere desejavam uma nova lei que assegurasse a intervenção nos negócios públicos para alcançar a prosperidade material e moral da América. Cf.: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 529.

³⁰² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 528.

³⁰³ Alguns *criollos* admitiam a hipótese da independência total, pois ignoravam o direito divino dos reis, defendiam que o poder nascia da nação e que os americanos juraram obediência a Fernando VII (e não à

1811, começavam a aparecer algumas ideias mais radicais, como as que circularam em um manuscrito – a *Proclama de Quirino Lemachez* – que, sem dissimulação, fulminava críticas a Fernando VII e seus antecessores, predicando abertamente a independência absoluta. Com o pretexto de resumir o teor dessa fonte documental, Amunátegui reafirma suas próprias acusações contra os Bourbons: “o governo da casa de Bourbon tinha sido uma tirania que a imprudência, a incapacidade e as desordens tinham arrancado de suas débeis mãos”³⁰⁴. Além disso, insiste no absurdo que havia no fato dos chilenos pedirem autorização a um governo distante, arbitrário, imoral que governava com leis prejudiciais e injustas para gerirem seus próprios negócios³⁰⁵.

A autoria do manuscrito, que resume tão bem as ideias de Miguel Luís Amunátegui, foi atribuída ao padre Camilo Henríquez³⁰⁶. Além desse personagem ter sido um dos próceres da Independência, o texto também era importante porque, segundo nos informa o autor, teve grande divulgação e chegou a ser publicado na Europa. Ou seja, era prova de que o projeto independentista ganhava força e publicidade à medida que cresciam as críticas à monarquia espanhola e os questionamentos quanto ao poder de Fernando VII sobre os americanos.

Contudo, os textos que procuravam alentar os americanos a lutarem não deram os resultados esperados, pois “muitos dos vexados e dos oprimidos, puseram os elementos materiais e morais de que dispunham a serviço de um sistema sob o qual eram despreziados, mantendo-se na miséria e na mais completa nulidade pública”³⁰⁷. Corroborando, assim, os juízos de valor lançados sobre as classes sociais mais baixas da colônia – índios e mestiços – que, segundo entendimento de Miguel Luís Amunátegui, embora muito exploradas, haviam

Espanha) e que, se a península era governada por um rei diferente, os súditos tinham direito de escolher outro governante. Atacavam também o fato de que um estrangeiro governasse os domínios do novo mundo e propunham que Fernando VII deveria residir em seus domínios se quisesse o direito de governá-los. É preciso ressaltar que tais ideias tivessem reduzido número de adeptos.

³⁰⁴ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 535.

³⁰⁵ Ao final de suas reflexões sobre o manuscrito, Amunátegui insere uma interessante observação extraída da própria fonte: “que sorte teria sido para o gênero humano, se em vez de perder tempo em questões obscuras e inúteis, tivessem os escolásticos lido naquele grande filósofo Aristóteles os direitos dos homens e a necessidade de separar os três poderes legislativos, executivo e judicial para conservar a liberdade dos povos!”. Sobre essas ideias caras ao começo do século XIX – crítica à escolástica, aos direitos do homem e à separação dos poderes – afirmava que “tudo aquilo era novo, atrevido, profundamente comovedor”, mas finalmente vinham à tona, C.f.: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 535.

³⁰⁶ O padre Camilo Henrique é um personagem central na Introdução da obra *Los Precursores*, sendo retratado como um ícone da revolução de Independência do Chile: suportou as dúvidas inerentes ao projeto emancipacionista, lutou pelo bem público e trabalhou na divulgação das novas ideias sobre poder, liberdade e progresso. Retomar agora este personagem, principalmente através de um texto que traz afinidades ideológicas entre os dois, só reforça a interpretação de que Camilo Henríquez é um dos precursores da emancipação chilena e que merece destaque pelo acerto e validade de seus argumentos.

³⁰⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 542.

feito muito pouco pela independência, pois o verdadeiro impulso e decisão pela liberdade e transformação social – que só podiam beneficiar toda a sociedade – foi dada por *criollos* como Henríquez, Salas, Rosas e outros. Não obstante, quanto mais difícil era convencer o povo a apoiar as mudanças, mais mérito Amunátegui atribui à persistência de atuação desses primeiros patriotas.

Somente em 4 de junho de 1812 Camilo Henríquez, frente à direção do jornal *Aurora*, ousou escrever a palavra Independência na primeira página e com letras garrafas³⁰⁸. Este parece ter sido o evento detonador de uma espécie de aceleração histórica, posto em marcha desde a formação da primeira Junta em 1810 quando as ideias emancipacionistas rapidamente ganharam espaço. Alguns intelectuais começaram a defender o “exemplo memorável” das ex-colônias inglesas na América. Outros personagens contribuíram com artigos destinados a defender a “justiça e necessidade da independência”³⁰⁹. As críticas também se tornaram mais ácidas, ao ponto de autores escreverem que Fernando VII “era um rei só no nome, um rei sem reino, um rei inexistente”³¹⁰.

Ao passo que as ideias avançavam na prática diária, os políticos já haviam constituído uma junta de governo e começavam a resolver seus problemas internos livre de qualquer poder estrangeiro. Para Miguel Luís Amunátegui, esta era a realidade porque, apesar dos *criollos* se declararem fiéis e sujeitos a Fernando VII, o rei encontrava-se cativo e impedido de exercer o poder. Sua majestade “não passava de ser, na realidade, a mais vã das palavras”³¹¹. E, em sua opinião, esses atos de soberania desenvolvidos dia a dia na administração das questões públicas faziam com que a independência “não existisse em palavras, mas sim nos fatos”, levando o povo a conceber uma nova ordem de coisas, distante da subordinação à Espanha.

Embora a mudança discursiva pareça aos olhos de Amunátegui ser mais lenta do que as mudanças políticas, é preciso considerar que a ambiguidade da linguagem (ou mesmo seus recursos retóricos mais conciliadores que ofensivos) ajuda a evitar o trauma das rupturas, transformando-as em algo mais aceitável e inteligível, e permitindo que as ações se desenvolvam sem tanta resistência na prática. Ademais, as ideias não são necessariamente mais equívocas do que as atitudes concretas, ao contrário, a mudança nos argumentos dos *criollos* e o novo vocabulário por eles utilizado para expressar suas atividades políticas caminharam junto com os atos públicos de exercício do auto-governo, de modo que o plano

³⁰⁸ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 542.

³⁰⁹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 543.

³¹⁰ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 544.

³¹¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 545.

de Independência e a defesa da soberania em muitos sentidos coincidiam. O discurso relativo à dominação, à exploração, à discriminação e à desigualdade entre os dois lados do Atlântico foram substituindo o de fidelidade, obediência e amor ao rei.

Aos poucos, os laços políticos e afetivos entre metrópole e colônia foram se dissolvendo e, no cenário de práticas de poder soberano e de radicalização das ideias, surgiu a figura de José Miguel Carrera, sujeito que deu “ao plano da independência do Chile um impulso extraordinário”³¹². Embora, Amunátegui pondere que os propósitos de Carrera “não foram sempre bem determinados” e “os recursos que empregou não foram sempre louváveis”³¹³, reconhece que seu maior mérito foi ter agido em favor da independência, ousando fazer o que ninguém havia feito: assumir o Chile como um país independente. Nesse sentido, o ato mais simbólico foi ter substituído a bandeira espanhola por outra³¹⁴, nacional, conferindo “personalidade à nação chilena”³¹⁵. É nesse momento que Miguel Luís Amunátegui acredita que a ideia independentista saiu vitoriosa no Chile.

Antes, na narrativa de Amunátegui, os *criollos* percorreram o caminho político em que, aos poucos, perdem a aura de inocência em que estavam envoltos por força dos poderosos argumentos do dogma da majestade real.

O penúltimo episódio dessa história é a Guerra de Reconquista, iniciada em 1813 pelo vice-rei do Peru para restaurar o sistema colonial, mas que havia sido apenas “uma luta encarniçada, cara e sangrenta” que, por um lado, serviu para fortificar as “convicções revolucionárias”³¹⁶, estimulando os patriotas “a perseverar nas pretensões extremamente justas e, apartando-os cada vez mais e mais de entrar em acordo com a metrópole”³¹⁷ e, por outro, o exemplo dos muitos soldados chilenos mortos em batalha³¹⁸ deu a conhecer o grau de

³¹² AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 546.

³¹³ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 546. Sobre o período de consolidação da Independência do Chile e o papel de José Miguel Carrera e Bernardo O'Higgins nesse período, recomendamos a leitura de: SALAZAR. *Construcción...*, 2006. Em especial os pertinentes questionamentos sobre a escolha dos historiadores chileno do século XIX por heróis aqueles dois a partir (e apesar) de suas filiações militares e de suas ações autoritárias e arbitrárias, no sentido, que suas histórias privilegiam a construção da “ordem” sobre os processos democratizadores típicos da República. Tal opção para ele não é casual, mas esconde por trás o pensamento conservador típico da classe oligárquica chilena da qual os historiadores são representativos.

³¹⁴ No dia 4 de julho de 1812, Miguel Carreira instituiu pela primeira vez a bandeira tricolor (azul, branco, amarelo) chilena. A data foi escolhida em homenagem à independência dos EUA e em simbolismo à vindoura emancipação do Chile.

³¹⁵ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 547.

³¹⁶ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 555.

³¹⁷ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 554.

³¹⁸ Para Amunátegui os esforços daqueles homens eram dignos de recordação, pois com suas vidas haviam inflamado o entusiasmo republicano e, por esse motivo, faz uma breve narração sobre a vida de alguns deles e explica como morreram. É a maneira que encontrou para prestar a homenagem que a pátria não havia se encarregado de fazer: AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 556-561.

“difusão e consolidação” que a independência havia alcançado. Nessa visão, a Reconquista³¹⁹ prejudicou os espanhóis mais do que a derrota de Rancagua³²⁰ e, em 1817, quando o *Ejército de Los Andes* comandado por San Martín derrotou definitivamente os realistas em Chacabuco, os patriotas declararam oficialmente a Independência no dia 01 de janeiro de 1818, concretizando a nova realidade política e encerrando a última fase do processo de emancipação.

A partir de todo o exposto depreendemos a hipótese de Amunátegui sobre a Independência do Chile, a saber: um avanço gradual de dissolução dos laços coloniais e uma luta cada vez mais radical em direção à liberdade política. Inicialmente, os hispano-americanos acreditavam estar fazendo o melhor para si e para o rei ao desejar e tentar reformas que melhorassem as condições econômicas e sociais da América. Num segundo momento, com a invasão napoleônica, agiram na direção de concretizar as reformas necessárias para a melhor união entre as partes do reino, na medida em que acreditavam que aliviar o jugo colonial poderia proteger os domínios americanos contra conspirações dos próprios peninsulares e da ameaça francesa e, assim, acreditavam estar preservando os interesses do rei. Em um terceiro momento, diante a sensação de fracasso dos intentos iniciais de reforma, propuseram a formação de uma junta de governo, em um quarto momento, os *vecinos de Santiago*³²¹ exerceram o primeiro ato de soberania declarando a Primeira Junta e, com isso, deram um passo, mesmo que inconsciente, para perder a inocência inicial distanciando-se da fidelidade ao rei.

³¹⁹ Para a visão de Miguel Luís Amunátegui sobre a reconquista consultar também: AMUNÁTEGUI, M. L.; AMUNÁTEGUI, Gregorio Víctor. *La Reconquista Española: apuntes para la Historia de Chile (1814-1817)*. Santiago: Imprenta Chilena: dezembro de 1851.

³²⁰ A batalha de Rancagua, no ano de 1817, é considerada a batalha final e vitoriosa do exército libertados no Chile. Devido a ela a bandeira chilena sofreu alterações: o amarelo foi substituído pelo vermelho do sangue dos patriotas mortos na batalha e agregou-se também a estrela. O poeta Bernardo Vera y Pintado explica a mudança da cor: “O sangue dos heróis de Rancagua,/ dignamente vingada pela força, / A triste palidez do amarelo”. Podemos, por este trecho entender que o amarelo simbolizava a luz da ilustração, mas que diante dos eventos trágicos de Rancagua a razão tinha sido vingada, não pelo brilho pálido de sua existência, mas pelo sangue dos soldados. AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 576.

³²¹ AMUNÁTEGUI, *Los Precursores...*, vol. III., p. 520-22. Observa-se que os eventos narrados estão centrados em Santiago e não em todo o Chile. A Junta foi declarada naquela cidade e esteve composta por seus moradores. Reproduzindo uma simplificação comum à historiografia chilena ao tomar a capital pelo todo e reforçar o papel da elite santiaguina no processo histórico, como que reivindicando a legitimidade política tanto da cidade quanto da sua elite no centro do poder nacional. É fato que só um dos membros da Junta era de outra região, de Concepción. Este era o vocal José Martínez Rosas (oficial militar da Fronteira). Contudo, o apoio dos demais *cabildos* era imprescindível já que estas instituições conferiam legitimidade ao poder político para o estabelecimento e funcionamento da Junta. Os eventos posteriores relativos às discussões sobre a formação do primeiro Congresso Nacional (principalmente, acerca do número de deputados por região) mostraram como paulatinamente a elite da capital trabalhou para alcançar este protagonismo político que deve ser visto mais como dominação do poder. Por isso, sua preponderância não é um dado histórico, mas uma interpretação que precisa ser tida como tal.

Mas, se por um lado, a existência da Junta em si não era um ato subversivo, porque foi um órgão que também existiu a Espanha e porque a Junta do Chile não alterou a realidade social ou econômica da colônia, por outro lado, na prática política diária, a existência da Junta levou os chilenos a consolidarem um espaço de experiência que os impelia cada vez mais na direção da soberania americana e os afastava da obediência ao rei. Só a partir dessa experiência concreta Amunátegui admite que a independência total tornou-se um projeto concreto. Até esse ponto, a emancipação foi para ele um processo gradual e incerto ao qual contribuíram várias causas, a saber: as novas ideias vindas da Revolução Francesa, o exemplo dos Estados Unidos, os sentimentos de inferioridade em relação aos peninsulares, a situação de pobreza da América, o desejo de reforma frustrados pelos impedimentos impostos pela Coroa, a desmoralização da família real, a decepção para com a Junta Central que lançava falsas declarações de igualdade entre *criollos* e peninsulares, a contínua exploração das riquezas americanas por meio do monopólio comercial e todos os outros fatores que Amunátegui foi ao longo da sua narrativa somando para comprovar que era insustentável a situação de dominação e exploração do Novo Mundo por parte da península.

Tais fatores justificavam o que era um ato de deslealdade, afinal, querendo ou não, os súditos americanos deviam obediência ao rei. Nesse sentido, a luta dos primeiros patriotas havia sido também uma questão moral, posto que a ideia de liberdade política era contrária às práticas sociais e ao imaginário político vigente. De tal modo que o conflito moral não era um tema menor. Em razão dele, os *criollos* demoraram muito tempo para agir porque o dogma da majestade real obscurecia a percepção da realidade, impedindo os súditos de verem com anterioridade sua real condição, pois qualquer crítica ou ato contrário ao rei era considerado uma heresia. Como adverte Amunátegui na introdução da obra, a Independência não era apenas um tema político, mas também de consciência, de crença e sentimento. Nesse sentido, ele justifica que os primeiros atos dos *criollos* (tais como as críticas e projetos de reformas de Salas) em direção à emancipação aconteceram contra seus desejos e intenções, mas que isso não impediu que esse resultado se concretizasse.

Daí a importância das teorias e das ideias sobre a liberdade, dos argumentos utilizados para justificar a “infidelidade” ao rei, dos recursos retóricos para ampliar o espectro político dos *criollos*. Serviram para revolver os antigos significados e modelos políticos e trocá-los por novos ao operar inversão nas ações, na maneira de pensar e de se expressar.

Todavia, por detrás dos qualificativos que Amunátegui utiliza para compreender a ação dos agentes históricos e com os quais frequentemente conclui pela a não-intencionalidade da independência – embora, sim, reconheça que os agentes históricos

operavam enérgica e decididamente por outros objetivos mais imediatos, como a melhoria dos regime, formação de governo interno etc.³²². Está a questão teórica sobre o quê, de fato, faz a História acontecer. Nesse debate, os primeiros patriotas podiam tanto ser os agentes conscientes e capazes de grandes alterações por si mesmos, quanto meros integrantes do porvir inexorável da História. O autor, sem pender para qualquer um dos lados, conjuga essa duas explicações. Sua interpretação dos eventos nasce, por um lado da visão teleológica da História, aquela na qual os homens agem como parte da trama do porvir histórico e o faz muitas vezes sem saber³²³. E, assim, a filosofia do progresso fornecia a certeza de que o plano político indireto (as reformas, a independência) se realizaria. Por outro lado, também crê que o planejamento racional e moral mais imediato dos homens (com suas intencionalidades conscientes e suas ações diretivas) determinava o progresso da história³²⁴. De tal modo que a partir da leitura da obra de Miguel Luís Amunátegui, propomos que, para ele, os homens atuavam às vezes sem saber na direção da realização das forças da História, mas o faziam decididamente e, por isso, eram capazes de grandes mudanças.

Ademais, todos os fatores acima citados (políticos e morais) foram se somando e montando o quebra-cabeça da realidade americana, ao final, com todas as peças juntas, os súditos, finalmente, puderam ver sua verdadeira condição de explorados e puderam aturar em seu próprio favor, a História se encarregou de mostrar-lhes a verdadeira consequência de seus atos e, para onde, deveriam continuar atuando. O tom também é de elogio ao ato de coragem dos primeiros americanos que mesmo cheios de incertezas foram aos poucos abrindo a possibilidade de pensar diferente, de agir com maior decisão e, finalmente, trabalharam na direção da liberdade e do progresso.

³²² Às vezes tal operação argumentativa é justificável e ajuda a corrigir certo exagero interpretativo, por exemplo: as avaliações sobre o papel de “precursor” do poeta Alonso de Ercilla. É evidente que no século XVI, quando *La Araucana* foi escrita, não era possível existir nenhuma intenção emancipadora em relação ao trabalho de Ercilla. Com o tempo e com a mudança de mentalidade, o que antes era visto como uma ode à luta heroica e justa de conquista da América transformou-se no símbolo da opressão colonial. Portanto, nesse sentido, vale dizer que foi um efeito colateral, indesejado e impensado pelo autor.

³²³ Na Introdução da obra, ele discute o papel dos “precursores” como agentes espontâneos e decididos de seus próprios destinos em relação às influências deterministas na ação dos indivíduos. Então, reconhecia só secundariamente o lugar dos fatores externos (geografia, clima...) tanto nas decisões e capacidade de ação dos homens quanto no poder criativo e espontâneo dos seres históricos. Mas um homem para chegar a ser um “precursor” dependia de suas capacidades físicas, morais e intelectuais e de fazer reagir a sociedade contra ou a favor das condições concretas em que cada povo vivia (o meio natural podia ser um impedimento, mas com o avanço da ciência, este era um obstáculo a mais a ser transposto pelos homens).

³²⁴ Koselleck, R. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UERJ, 1999, p. 117. “Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente, mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto”, assim o que Amunátegui faz é perceber (desde a perspectiva do futuro) os estágios de dissimulação e agravamento da crise gestada pelas críticas ao Antigo Regime, enquanto não era claro (ou não se expressava como tal) os planos e desejos de emancipação.

Cabe avaliar também que os “precursores” de Amunátegui, nessa obra, são frequentemente anônimos e nos remetem a um conjunto de homens ilustrados capazes de realizar os esforços morais e políticos em razão do bem comum. Ademais, essa mesma virtude, tipicamente republicana, é a definidora da caracterização dos personagens de sua obra. Assim, ao identificar essa virtude com alguns de seus personagens, o autor reforça o tom moralizante de sua narrativa, pois os transforma em exemplos edificantes. Não obstante, devemos considerar como “precursor” também as situações de crítica e fissura do regime colonial, como a guerra de Arauco. Mais do que indivíduos heroicos, nessa primeira fase do processo emancipador, encontramos um contexto de contestação e uma classe de homens atuando em prol das forças inerentes à História que, ao operarem em conjunto, garantiram o advento da independência.

Além disso, é preciso recordar que Amunátegui escreve desde a perspectiva da uma época em que o discurso da exploração colonial estava bem assentado e adquirido força de verdade incontestável, suplantando os antigos discursos de lealdade ao rei e união fraternal entre os espanhóis. A união desse olhar com a perspectiva da Filosofia da História permitiu-o ver o período colonial como uma época de submissão destruída pelo próprio peso de sua dominação e pela corrente incontestável da liberdade. Assim, o caminho percorrido pelos *criollos* até 1810 foi necessário para que abrissem os olhos e tomassem conhecimento de sua condição de servilismo, chegando ao ponto de libertarem-se totalmente da opressão espanhola, em 1818.

Os eventos narrados nesta seção foram uma espécie de “última gota” que detonou uma série de questões políticas e sociais que já vinham sendo amadurecidas nos espíritos reformadores dos *criollos* ilustrados.

Por fim é preciso perceber que Amunátegui esconde atrás da máscara de objetividade, proporcionada pela citação de inúmeras fontes, o fato de que seu trabalho é um exercício em favor da república e dos valores por ela encarnados: soberania, liberdade e progresso. É também a expressão da sua crença de que tais valores são essenciais, por serem a expressão do próprio porvir histórico. O entrelaçamento de valores é tal que chega a ser impossível distinguir plenamente na obra de Amunátegui as vozes do historiador e a do político. Por isso, para entender suas proposições, tivemos sempre que relacionar sua obra intelectual como um todo à sua vida política e aos argumentos apresentados em *Los Precursores de la Independencia de Chile*.

CAPÍTULO 3: LA CRÓNICA DE 1810

Quatro anos após publicar o último volume de *Los Precursores de la Independencia de Chile*, Miguel Luís Amunátegui apresentou os dois primeiros tomos de *La Crónica de 1810* à Comissão Universitária da *Universidad de Chile*, no ano de 1876, para concorrer ao prêmio anual de memória histórica. Segundo determinava a Lei Orgânica da instituição, o texto apresentado deveria versar “sobre algum dos fatos mais importantes da história do Chile, apoiando os pormenores históricos em documentos autênticos e desenvolvendo seu caráter e consequências com imparcialidade e verdade”¹. O tema escolhido por Amunátegui foi o da administração do governador Francisco Antônio García Carrasco, última do período colonial e cujos eventos e consequências precipitaram a declaração da Junta de Governo no Chile em 1810. No terceiro volume, publicado postumamente em 1899, o autor relata os eventos deflagradores da proclamação, ocorridos no ano de 1810.

É importante ressaltar que a obra veio a público alguns meses após seu autor ser derrotado, durante as prévias do Partido Liberal, na candidatura à presidência da república. Naquela ocasião, sabemos que pelo menos dois textos foram produzidos para apresentar os pré-candidatos aos votantes. Um deles é a versão inicial do que mais tarde se tornou a biografia de Amunátegui, escrita em 1899 por Diego Barros Arana como obituário do amigo. O outro é igualmente uma biografia e foi escrita pelo jornalista e advogado liberal Justo Arteaga Alemparte. Nessa biografia, o autor imputava a Miguel Luís Amunátegui o que chamava de uma “indecisão liberal”², ou seja, uma oscilação entre posturas liberais e conservadoras.. Nesse sentido, propomos como hipótese que Amunátegui utiliza sua obra também como resposta a essa suposição, demarcando suas posições intelectuais mais liberais e defendendo seu legado político.

Logo, seu verdadeiro intuito seria reforçar os pontos mais importantes do seu pensamento liberal, tais como liberdades individuais, educação popular, liberdade política e outros. Preocupou-se em mostrar permanente a coincidência de suas próprias ideias com os principais ideais que orientaram e permitiram o advento da independência e a fundação da república. Defendemos nesta dissertação a hipótese de que a força argumentativa do autor, ao defender o liberalismo, está no questionamento histórico realizado contra a submissão e a

¹ A lei orgânica pode ser encontrada em: *Anales de la Universidad de Chile*, 1843-44, p. 9.

² ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos en candelerero*. Santiago: Imprenta de la Librería del Mercurio, 1875.

exploração imposta pela metrópole à América. Desse contexto teria emergido a liberdade política como um valor primordial, oriundo da própria história e expresso no advento do Chile independente e republicano.

Se analisarmos atentamente a estrutura da obra, podemos dividi-la em três partes. A primeira delas, o capítulo de introdução, pode ser classificada como uma contextualização, pois nela encontramos um resumo da interpretação de Miguel Luís Amunátegui sobre o período colonial, já exposto detalhadamente em *Los Precursores*. O capítulo serve para orientar o leitor dentro da narrativa, fazendo-o perceber que os eventos ocorridos entre os anos 1808 e 1810 são resultado lógico e direto dos séculos de colonização e insatisfação dos *criollos* quanto ao funcionamento do regime espanhol na América. A segunda parte compreende todos os demais capítulos dos tomos um e dois da obra. Temporalmente, abarca desde a nomeação do último governador-presidente do Chile, Francisco Antonio García Carrasco, até a deposição deste mesmo governador, em julho de 1810. A terceira parte compreende o último volume da obra. Nela, Amunátegui narra – com o apoio de grande quantidade de documentos históricos – os eventos ocorridos durante os poucos meses que durou o governo de don Mateo de Toro Zambrano, sucessor de García Carrasco eleito por *cabildo abierto* pelos *vecinos* de Santiago.

3.1 O período colonial como a antessala da revolução hispano-americana

Em *La Crónica de 1810*, Amunátegui se vincula às ideias apresentadas em *Los Precursores* retomando suas principais interpretações sobre o período colonial. Inicialmente, reafirma que a Revolução de Independência da América foi um projeto gestado pelos *criollos* indignados com o fato de que a maior parte do continente “fosse uma simples dependência ou feitoria de uma pequena comarca da Europa”³. Portanto, o historiador considera aquele evento uma luta entre espanhóis, membros de uma mesma família, para o qual os indígenas e mestiços contribuíram apenas secundariamente, tal como havia concluído no volume dois e três de *Los Precursores*⁴.

³ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol I., p. 117.

⁴ Remetemos o leitor à seção 2.3 desta dissertação, pois Amunátegui em *La Crónica de 1810* se limita a resumir a relação de fatos e interpretações sobre a condição social dos índios e mestiços durante a colônia, bem como sobre o papel de cada grupo no processo de emancipação do Chile, expostas no volume dois de *Los Precursores* sem acrescentar ou alterar em sustância sua opinião.

Sendo assim, Amunátegui revela que a rivalidade entre espanhóis residentes na Europa e dos espanhóis residentes na América remonta ao século XVI. Aponta o autor que a primeira causa de discórdia ocorreu no Peru, em 1542, quando Gonzalo Pizarro se indispôs com o vice-rei contra as cédulas reais “Leis Novas” que aboliam a servidão indígena⁵. Os primeiros conquistadores acreditavam que tinham direito a explorar a mão-de-obra dos índios como recompensa pelos esforços empreendidos na conquista da América. Afinal, a colonização havia sido desde o começo um negócio privado, financiado pelos próprios súditos, que aceitavam vir para o Novo Mundo descobrir e conquistar as novas terras em troca de riqueza e ascensão social. Em face das Leis Novas, os *criollos* teriam pensado, pela primeira vez, em constituir um poder autônomo em relação à Espanha por terem seus interesses ameaçados pela Coroa. Embora possamos perceber que, para o autor, há uma continuidade na discordância de interesses entre súditos e Coroa nos acontecimentos de 1542 e 1810, também fica claro que o sentido dos dois empreendimentos era oposto. Segundo ele

se os primeiros haviam sido indignos de ver realizadas suas insustentáveis exigências [servidão indígena], os segundos mereciam e muito alcançar a completa e esplêndida vitória que obtiveram [posto que] quanto havia de infundado nas queixas dos conquistadores contra os que lhes impediam de oprimir e exterminar os indígenas, [também] havia de razoável nas queixas de seus descendentes e demais *criollos* contra os que lucravam à custa deles, e os tratavam como inferiores nascidos para viver sujeitos a eles⁶.

Vale observar que a interpretação de Miguel Luís Amunátegui sobre esses dois eventos está pautada em critérios morais. Por um lado, as leis contra servidão foram uma “nobre decisão”, pois a liberdade e a vida dos indígenas deveriam estar acima da riqueza ou da gratidão do rei para com os conquistadores. Ou seja, houve justiça na ação da Coroa em 1542. Por outro lado, a independência de 1810 justifica-se pelo fato de que o sistema colonial foi construído com base na desconfiança, na desigualdade e na exploração dos espanhóis estabelecidos na América pelos espanhóis peninsulares. Amunátegui conclui que as desigualdades impostas aos americanos não gozavam da mesma credibilidade moral que as Leis Novas, porque eram excessivas, geravam ódios ou dissensões e alimentavam o descontentamento dos súditos.

⁵ Se levarmos em conta que os primeiros sinais de descontentamento datam de meados do século XVIII em *Los Precursores*, perceberemos haver um retrocesso na datação.

⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 116.

Em particular, as políticas econômicas da Coroa espanhola baseadas no princípio do *exclusivismo comercial*⁷ nos intercâmbios com as colônias americanas foram responsáveis por aguçar as tensões.

Assim, com o intuito de revelar os motivos morais implicados no processo de independência, o historiador destaca o tema do contrabando – realizado em grande escala no início do século XVII – por meio do qual os americanos remediavam como podiam a miséria resultante da escassez do comércio oficial. Amunátegui, além de descrever os erros da política comercial colonial, justifica a desobediência dos súditos e, com isso, abre espaço para o advento da independência. Em sua arguição, os súditos desobedeciam o rei, não porque eram infiéis ou desleais; se o faziam era em nome da sobrevivência, porque só ilicitamente podiam satisfazer suas necessidades, comprando as mercadorias mais básicas “a preços moderados e em abundância”⁸. Por outro lado, “as vantagens palpáveis que lhes reportava o comércio ilícito lhe davam a conhecer experimentalmente as iniquidades do regime adotado”⁹.

Em vista disso pode-se compreender que a própria injustiça do sistema e sua insensibilidade à condição dos súditos justificavam a rebeldia. A ganância da metrópole e a defesa dos lucros dos peninsulares sobrepujavam os interesses justos e razoáveis dos súditos americanos de maneira não apenas excessiva, mas contrária à própria natureza. Por isso, Miguel Luís Amunátegui acredita que a exploração desenfreada avalizava a infração da lei e que o despotismo desautorizava um rei que continuava se negando a ouvir as queixas dos seus súditos. Logo, as regulações restritivas e a desobediência eram apenas faces de um mesmo processo, a exploração colonial.

Pretendendo agregar novas provas das injustiças coloniais, Amunátegui explica que as restrições também afetavam a produção agrícola e a indústria fabril, posto que em uma atitude “tão contrária à natureza”, os reis impediam o “cultivo das plantas utilíssimas, para as quais a terra e o clima eram sumamente propícios”¹⁰. Sobre isso sua conclusão é essencialmente a mesma: “com flagrante desobediência das reais ordens se propagaram os olivedos, as amoreiras, cultivo da linhaça e, especialmente as vinícolas”¹¹. Aproveita, então,

⁷ O exclusivismo comercial exigia o isolamento total da América de comunicação com países e pessoas estrangeiros. O isolamento desde o entendimento dos *criollos* era uma das principais causas do seu atraso e miséria (AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 92), pois, a liberdade de comércio e de comunicação eram os únicos meios de aliviar a escassez de mercadorias e os altos preços com que eram vendidas. Para mais informações, ver: VILLALOBOS, S.. *El comercio y la crisis colonial*. 3ª edicao. Santiago: Ediciones Akhilleus, 2009.

⁸ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 73.

⁹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 73.

¹⁰ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 83.

¹¹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 83.

para lançar outra denúncia: quando a metrópole permitia tais cultivos, depois de muitas reclamações e da insistência veemente dos *criollos*, era apenas para cobrar impostos. Provava, assim, ser o único interesse em relação às colônias, a exploração gananciosa das riquezas por meio de uma política comercial desigual e restritiva, implantada desde o processo produtivo.

Amunátegui, completando o quadro das injustiças coloniais relata que a metrópole, desconfiada da lealdade dos seus súditos na América, também hesitava em educar os *criollos*. Estes solicitavam em vão¹² a difusão da educação como método adequado para alcançar “a prosperidade e grandeza a que acreditavam estar destinadas” as colônias do Novo Mundo, algo para o benefício do próprio monarca, pois sabiam que por falta de conhecimento não podiam aproveitar as riquezas naturais para a “glória da nação e utilidade deles mesmos”¹³. Vale recordar que neste ponto da narrativa ecoam os argumentos apresentados no primeiro volume de *Los Precursores*, no qual se defende ser a ignorância um dos pilares de sustentação do sistema colonial. Por isso, as reivindicações por melhores condições socioeconômicas na América também significavam questionar a situação educacional na colônia, ou seja, contrariavam um dos pressupostos do próprio regime vigente. Buscava evidenciar, novamente, as injustiças do governo metropolitano, mais do que reafirmar sua lógica de funcionamento.

A questão da educação não era um problema apenas econômico, visto que se tratava igualmente de um problema de equidade e justiça. Amunátegui, com perspicácia, observou que os americanos argumentaram possuírem as mesmas faculdades intelectuais dos europeus e, portanto, deveriam receber o mesmo cultivo da inteligência que recebiam os peninsulares. Por sua vez, o autor acrescenta que tal qualidade era ainda, um dom dado por Deus e que estava sendo despoticamente cerceado pela Coroa. Assim, ao concluir sua exposição sobre o tema, afirma que a justiça só pôde ser reestabelecida após a Independência. Em suas palavras: “a proteção decidida da instrução pública era uma das exigências mais imperiosas que os hispano-americanos formulavam. Por isso, tão pronto puderam intervir no governo do seu país, uma das primeiras coisas a que atenderam foi a fundação de escolas e colégios”¹⁴.

Fica claro que o autor mobiliza o argumento da instrução pública para mostrar quão opressivo e contrário às verdades do mundo (e de Deus) era o governo espanhol, especialmente ao negar-se até mesmo a favorecer um dom divino e natural inerente aos seus

¹² Para a análise de Amunátegui sobre a educação, no período colonial, ver a seção 2.5 desta dissertação.

¹³ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 110.

¹⁴ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 110.

súditos americanos. Mais tarde, as melhorias educacionais da república retificariam e justificariam a necessidade da emancipação.

Não obstante a enumeração dos problemas na administração coloniais, Amunátegui considera as nomeações da Coroa para cargos públicos na América, compostas quase exclusivamente de peninsulares, o que havia de pior na relação colônia-metrópole¹⁵. Segundo ele, “foi um dos agravos que ofenderam mais intensamente os espanhóis-americanos e que encrudesceu mais sua rivalidade com os espanhóis-europeus”¹⁶. A situação acentua-se quando os *criollos* tomaram ciência das consequências negativas das restrições comerciais, da condição social de inferioridade, das limitações às produções agrícolas e industriais e do abuso das tributações. Em consequência, começaram a idealizar medidas para amenizar alguns desses problemas e, para tentar realizá-las, reclamavam com empenho “participação no manejo dos negócios públicos”¹⁷. Eles estavam convencidos de que conduziriam melhor a administração pública por conhecer a realidade local e ter a possibilidade de transformar seu território na civilização destinada a ser.

Entretanto, como alerta Miguel Luís Amunátegui, os projetos de reforma no *status quo* das colônias não vingaram nem com apoio do rei nem durante as Juntas de Governo instituídas, na península, após a invasão napoleônica. Nesse caso percebemos que dois argumentos essenciais de Amunátegui se conectam: a relevância da opinião popular e as injustiças do regime colonial. A opinião comum começava a indicar que a América (por suas condições naturais e pela qualidade dos seus habitantes), em vez de se tornar uma “pujante civilização”, estava condenada pela Espanha à miséria, ao atraso, à fome, aos campos incultivados e ao comércio desajustado. Estava, portanto, condenada a uma situação não natural, puramente criada pela própria má administração da Espanha.

Ao realizar essas críticas, Amunátegui projetava sobre a monarquia espanhola a premissa política de que os governantes devem ouvir o clamor do povo, premissa esta, no nosso entender, anacrônica. Desse modo, para o autor, as injustiças e a conduta despótica do governo espanhol conferiam legitimidade ao movimento de ruptura entre as partes do reino e, por isso, a decisão pela independência era só uma questão de tempo. Cedo ou tarde os *criollos*

¹⁵ De acordo com Amunátegui: “as leis não impediam expressamente os hispano-americanos para que desempenhassem os altos cargos; e teria sido demasiado impolítico que o tivesse declarado assim; mas, sem dúvida alguma o espírito do sistema colonial os excluía deles, e muito especialmente dos que teriam podido exercer nas províncias de seu nascimento, ou naquelas onde estivessem arraigados por suas amizades ou negócios. A designação dos hispano-americanos para os empregos de primeira categoria teria obrigado, galando em geral, a infringir as leis que impunham aos governantes das colônias um isolamento rigoroso”, cf.: AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p.111.

¹⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 112.

¹⁷ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 118.

se rebelariam, pois estavam no direito de fazê-lo e o próprio tempo se ocupou de mostrar que a razão (e a justiça) estava ao lado dos patriotas já que “ao final de meio século de independência” haviam conseguido alterar a realidade americana. Percebemos, então, que a emancipação chilena era uma necessidade histórica na medida em que a história se encarregou de devolver a América ao rumo normal de seu desenvolvimento.

Mas se era questão de tempo que a inevitável independência ocorresse, então, porque demorou tanto (de 1542 até 1810) para que os *criollos* voltassem a idealizar a separação? A resposta do autor é simples: a dependência se deu graças à obediência religiosa que professavam os súditos pelo monarca mas, esse sentimento, por mais forte que fosse, lentamente foi derrotado pelo peso da dominação colonial. E, com base nesse princípio, ressalva que os colonos, antes de se converterem em rebeldes, tiveram que combater os sentimentos desencontrados dentro de si mesmo.

Amunátegui propõe – como já havia feito em *Los Precursores* – que as críticas à administração colonial eram também uma questão moral e que desobedecer ao rei implicava questionar e afrontar o dogma da majestade real, ou seja, equivalia a uma heresia e “a qualidade de traidor do rei os horrorizava tanto quanto a de herege”¹⁸. Retomando também a hipótese de que a emancipação ocorreu lenta e gradualmente à medida que os *criollos* percebiam que a única via para a realização das melhorias em favor do Chile era libertando-se da dominação da Espanha.

No início, tentaram convencer as autoridades que a administração colonial mantinha a América em uma situação de prostração e pobreza, sem favorecer realmente a Espanha ou fortalecer sua dominação, pois o sentimento de amor ao rei era tão sincero que “por meio da mais estranha das ilusões, converteram o nome de Fernando VII no símbolo da liberdade e da prosperidade que tão ardentemente desejavam. ‘Viva o rei e, baixo o mau governo’ foi seu grito de guerra”¹⁹. Foi somente, aos poucos, que os *criollos* adotaram outra estratégia. Começando a restringir sua filiação ao rei com a garantia de uma constituição que assegurasse leis mais justas aos americanos. Em suas palavras: “a generalização do pensamento de independência foi o resultado da má vontade com que o governo peninsular se negou a fazer concessões necessárias” bem como “da irritação produzida pela encarniçada e sangrenta luta que se travou entre os atacantes e defensores do sistema colonial”²⁰.

¹⁸ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 119.

¹⁹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 120.

²⁰ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 121.

Apesar dessa afirmação e dos argumentos de Amunátegui sobre as “incertezas” do desenvolvimento da ideia da independência, devemos levar em conta que os súditos americanos, ao identificarem problemas na administração colonial, estavam realizando uma atividade política de contestação. E, embora o autor afirme que os *criollos* faziam tais críticas “sem intenção” de romper com a metrópole, reconhece o papel que as novas ideias tiveram no processo emancipacionista mesmo que indireto e a longo prazo. É importante reforçar que os projetos reformistas já eram expressão da crise colonial e anunciavam os eventos de 1810. Mesmo que as queixas dos súditos estivessem dissimuladas pelos discursos de adesão ao rei (que podiam ser mais ou menos exatos, o que é difícil de avaliar) representavam uma fissura dentro do Antigo Regime como um todo, ao permitir aos *criollos* julgar a política (apontar as falhas) e, ao mesmo tempo, afrontar ao Estado (propor as correções). Ademais, como o poder estava concentrado nas mãos do rei e este tinha direito de repreender, assumir abertamente tal posição política era um risco político, daí a necessidade do ocultamento e das linguagens apaziguadoras. Enquanto não se abriu um espaço de discussão pública em que o exercício da crítica era lícito, como haveria de acontecer na república, os *criollos* deveriam expressar suas críticas contra a Espanha de forma velada e, por isso, também preferiram muitas vezes a via indireta de ação, primeiro através da cooptação²¹ das autoridades reais na América, depois, ocupando eles mesmo os cargos aos quais podiam ter acesso. Só ao final, quando as circunstâncias exigiram uma ação dos atores históricos, é que agiram diretamente assumindo eles mesmos o poder através da Junta de Governo. Possivelmente, o fato explica porque Miguel Luís Amunátegui entende as críticas *criollas* de forma tão passiva e desnudada de intencionalidade política. Sem nos esquecer que aceitar essa grande dose de “acaso” como explicação para a revolução, tem a ver com o fato de que, para ele, as mudanças aconteceriam de qualquer maneira. A Filosofia da História, com sua força inexorável, arrastaria consigo os personagens e os eventos em direção à sua realização, ou seja, rumo ao progresso, à liberdade, à soberania, ao desenvolvimento das faculdades naturais, intelectuais e outras.

²¹ O processo de cooptação e participação dos *criollos* diretamente nos *cabildos* são descritos de forma interessante por BARBIER, J. A.. “Elite and Cadres in Bourbon Chile”. In: *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 52, n.º. 3, Aug., 1972, p. 416-435.

3.2 O desenvolvimento gradual da ideia de Independência no Chile entre 1808 e 1810

Sobre a independência do Chile, Amunátegui faz o seguinte comentário:

nos primeiros meses de 1808, a imensa maioria [...] dos chilenos era sincera e profundamente adepta do rei e da metrópole, [mas] seria temerário supor que tivesse neste país alguns indivíduos que lá nos mais recôndito de seu pensamento concebessem a *possibilidade teórica da independência*. Tampouco se poderia pretender que ninguém, absolutamente, ninguém, alimentara a remotíssima esperança de alcançar a vê-la cumprida. Sabe-se que sempre, e em todas as partes, há indivíduos capazes de acariciar em segredo ideias que deveriam ser classificadas entre as quimeras mais estupendas²².

O excerto apresenta como hipótese o fato de que a pressão da opinião popular, até 1808, estava majoritariamente ao lado do rei. A independência, nesse sentido, afigurava-se como um desejo íntimo e secreto de alguns pouquíssimos indivíduos. Depois de apresentar esse ponto de vista, Amunátegui afirma que deseja explicar o movimento progressivo da ideia de independência²³.

A interpretação do historiador admite algumas nuances na medida em que busca reconciliar duas ideias: a fidelidade ao rei e a “possibilidade teórica da independência”. Para ele, apesar da adesão ao rei, nem todos os chilenos estavam contentes com sua condição social e política. Em geral, havia um ambiente de descontentamento “disperso e silencioso” que podia ser apreendido por meio dos projetos reformistas daqueles *criollos* mais ilustrados. Embora a ideia da independência ainda não fosse um projeto político, existia como crítica ao sistema colonial (projeto reformista) projetos esses, que em si mesmos eram expressões da crise que se avizinhava, pois constituíam uma forma de contestação ao poder real.

Amunátegui, então, declara que sua interpretação histórica é resultado de um olhar retrospectivo em relação aos eventos e, por isso, poderá aportar uma perspectiva privilegiada do passado. Acredita, assim, que só dessa forma pode-se narrar os sinais de crise que explicaram *a posteriori* a ruptura com a Espanha. Com tal posicionamento, desvela a existência de uma segunda visão sobre a independência, a colonial, resgatada por meio de fontes, da qual poderia depreender que os colonos, no início do ano de 1808, ainda permaneciam na mais pura obediência e devoção ao rei, aceitando que estes não sabiam o que

²² AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 169 e 170.

²³ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 170.

viria a acontecer. Contudo, na visão do autor, os colonos teriam apenas demorado a entender os sinais anunciadores da independência e, sem prever os resultados de suas próprias ações, vivenciaram as consequências dos eventos na medida em que os foram promovendo. Nesse sentido, a Independência constitui o ponto central da narrativa. Isso porque tanto põe fim à história colonial (que encontra nela sua razão de ser), quanto inaugura um tempo histórico radicalmente novo e incerto, cujo sentido se encontra no projeto de futuro elaborado a partir das premissas ideológicas contidas no movimento de ruptura e surgimento do novo Estado. Além disso, Miguel Luís Amunátegui se posiciona dentro da premissa historiográfica recém-inaugurada da Filosofia da história²⁴, na qual somente o olhar retrospectivo do historiador poderia reconstituir o passado e explicar a história. Assim, guiando-se por tais ideias, objetiva mostrar como a emancipação passou da teoria à prática, atuação na qual os *criollos* construíram um cenário fecundo à concepção de um novo Estado.

O primeiro evento relevante desse contexto foi a resposta das autoridades de Buenos Aires ao ataque da marinha inglesa, em 1806, acontecimento em que se forneceram armas aos naturais da comarca, permitindo-lhes fazer grandes intervenções nos negócios públicos, incluindo a deposição do vice-rei no *cabildo abierto*. Na interpretação de Amunátegui, os *vecinos* do Plata haviam assumido a soberania popular ao formarem uma “verdadeira assembleia deliberante” e, no exercício desse poder, operaram a “derrogação prática do regime colonial”²⁵. Não obstante, avalia que os colonos do Chile interpretaram tais eventos não como a dissolução da dominação colonial, mas como prova dos benefícios que a maior participação dos *criollos* no âmbito público podia trazer para a proteção e o desenvolvimento das colônias. “A única coisa que queriam [os colonos] era conciliar seus deveres de súditos leais e submissos com seus interesses de pais de família e de membros de uma nação”, uma vez que estavam “fatigados de viver miseráveis” e “viver ignorados”²⁶.

Em nome desse intuito e a exemplo do *cabildo* de Buenos Aires, alguns *criollos* trabalharam para fortalecer o *cabildo* de Santiago, órgão que “havia perdido seu antigo

²⁴ Desde a perspectiva da história conceitual – FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales e Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 551-579. – o advento da modernidade, do final do século XVIII ao século XIX, criou um novo discurso historiográfico. Isso porque incorporou um conceito de temporalidade que diferenciava o presente do passado. É dentro desse novo marco que Amunátegui se vê inserido e é a partir dele que enuncia suas premissas analíticas. Escrever a história no século XIX, portanto, correspondia a aceitar o futuro como um campo de experiências novas, inéditas, melhores e descoladas de qualquer influência normativa do passado. Assim, “aparição de um tempo especificamente moderno implica na criação de um novo espaço para desenvolver experiências fundadas menos na emulação do presente e mais em futuros projetados” (c.f.: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN. *Diccionario...*, p. 554). Esta é uma das vertentes mais importantes do trabalho de Miguel Luís Amunátegui: projetar um futuro para a república do Chile.

²⁵ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 174.

²⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 174.

esplendor e caído no mais completo abatimento”²⁷. Nessa época, o Chile era governado por Francisco Antonio García Carrasco (1808-1810), político que havia sido convencido por seu secretário pessoal, Juan Martínez de Rózas²⁸, a permitir a eleição de doze novos regedores auxiliares. A partir dessa decisão, Amunátegui assegura que, em número de membros, aquele órgão passou a ser uma verdadeira assembleia deliberante, tal qual a de Buenos Aires, o que implicaria iniciar a fundação de uma nova nação. Percebemos então que, pela primeira vez, o *cabildo* pretendia impor-se politicamente como uma fonte de poder e cuja legitimidade resultava do fato de representar a soberania popular, sendo contrapeso do poder da *audiencia* (da Coroa). Para tanto, exigia a ampliação dos membros da instituição como forma de atrair para si uma base de apoio social capaz de sustentar o peso das decisões vindouras.

Ao esforço do *cabildo* em consolidar um poder concorrente ao das autoridades reais somam-se outros eventos que, segundo a proposta de Amunátegui, contribuíram para enfraquecer e minar a legitimidade do poder do rei: a crise moral da família real, durante o governo de Carlos VI; a destituição de Manuel Godoy; a abdicação ao trono de Carlos VI em favor de Felipe VII. De acordo com Amunátegui, por um lado, os *criollos* que professavam culto religioso e devotado ao rei²⁹ desculpavam todas as debilidades e, por isso, inicialmente,

²⁷ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 175. O fato de que o *cabildo* tenha decaído em importância precisa ser ponderada. A elite colonial operava por uma lógica de “camaradagem” cuja força estava em cooptar financeira e socialmente as autoridades reais formando alianças conjunturais (às vezes com a *audiencia*, às vezes com o governador) para defender suas prerrogativas jurídicas. Por isso, nem sempre operava coerente e uniformemente em relação às esferas de poder e dentro do próprio círculo social. Em consequência, em determinados momentos tiveram um desempenho em relação ao *cabildo* mais ou menos ativo. Em suma, o desinteresse da elite local em relação ao *cabildo* oscilava tanto quanto o uso do órgão a serviço dos próprios interesses. (JOCELYN-HOLT, A., *La independencia de Chile: tradición, modernización y mito*. Santiago: DeBolsillo, 2009.) Nesse sentido, é preciso considerar que, durante o século XVII e XVIII, a elite chilena em vias de expansão econômica estava mais interessada em administrar diretamente as redes comerciais vice-reais e locais do que influenciar a política, preferindo ocupar os cargos da administração financeira em vez dos cargos deliberativos do *cabildo*. “Semelhante tendência conduzia [...] de um lado a monopolizar cada vez mais os Ofícios Imperiais enfocados em território vice-reais ou do governo local [...], e por outro, a desvalorizar e despovoar cada vez mais os ofícios de conselho (do *cabildo*)”. Contudo, com o tempo e pesando as restrições comerciais coloniais, perceberam que tal estratégia era insuficiente para garantir a defesa de seus novos e crescentes interesses comerciais. Aproveitando-se da venda de cargos e de sua influência social, foram aos poucos migrando para o *cabildo*, principalmente ocupando o cargo de regedor. “Deste modo, os motivos de rebelião passaram da apaixonada defesa das possibilidades de melhoramento social à ativa defesa das possibilidades expansivas do capital comercial de um “patriciado mercantil que pugnava por transformar em poder político seu já adquirido poder comercial”. (SALAZAR, Gabriel. *Construcción de Estado en Chile (1810-1837): Democracia de los “pueblos”, militarismo ciudadano, gopismo oligárquico*. 2ª edição. Santiago: Editorial Sudamericana. 2007, p.81-84)

²⁸ Juan Martínez de Rozas nasceu em Mendoza no ano 1759, passou a maior parte da sua vida no Chile e morreu em sua cidade natal no ano de 1813. Era descendente direto dos primeiros conquistadores e governadores do Chile. Em sua juventude se dedicou aos estudos de literatura, leis, filosofia e física e na fase adulta dedicou-se ao serviço público, em especial, ao cargo de tenente assessor letrado da província de Concepción, criada em 1787. Também foi secretário pessoal de Carrasco por alguns meses e se afastou quando iniciaram os primeiros sinais de crise. Em 1810, retornou à política quando se empenhou na defesa da construção de uma nação livre da dominação espanhola. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 125-148.

²⁹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 178.

em vez de criticar os monarcas, enterneceram-se com a nomeação de Fernando VII, acreditando que o monarca inauguraria uma era de probidade e glória. Por outro lado, “uma indulgência tão sem motivos e tão cega ameaçava ser pouco duradoura”, pois “se precipitavam certos acontecimentos e se se desenvolvessem certas ideias” os *criollos* podiam ser arrancados de seu estupor secular³⁰. Enquanto isto não acontecia (ou não se tornava consciente), as notícias vindas da Espanha sobre a invasão napoleônica aumentavam o amor ao rei.

Segundo a ótica de Miguel Luís Amunátegui, embora os súditos estivessem determinados a apoiar os direitos do rei e rechaçar a invasão napoleônica, as medidas subsequentes revelam que o impulso dado nessa direção se desdobrou em consequências indesejáveis. Ao criar um mecanismo arrecadatário para enviar apoio financeiro à Espanha, reivindicavam também a criação de uma assembleia nacional³¹ por meio da qual pudessem interferir e gerir os negócios públicos, como por exemplo, na cobrança e aplicação das arrecadações. Tal decisão era importante porque poderia representar um grande passo para a criação de um “regime constitucional”, abrindo espaço para que o *cabildo* legislasse para si mesmo; e porque “tacitamente, mas de um modo muito significativo e até acerto ponto espontâneo e irreflexivo, [os súditos] impunham uma condição à sua fidelidade”³². Contudo, o significado real das reivindicações permaneceu “inconsciente” para os chilenos que continuavam a exibir sua fidelidade ao rei.

Assim, entre início de 1808 e setembro deste ano, o quadro de crise aguda do Antigo Regime estava completo diante dos súditos espanhóis, tendo as primeiras perturbações na autoridade real seu primeiro resultado imediato sobre a mentalidade colonial. Miguel Luís Amunátegui observa que os *criollos*, ao gerir os problemas resultantes da acefalia do reino, despertaram seu espírito público³³ e abriram um novo horizonte de expectativas cuja marca principal era a esperança no advento de “grandes acontecimentos”³⁴. A imprecisão contida nessa expressão revela as incertezas do futuro que se aproximava e sobre o qual muito pouco

³⁰ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 180.

³¹ Utilizaremos o termo “nacional”, nesta e nas próximas seções, não de acordo com o significado atual que recebe a palavra, mas como um sinônimo de “local”, seguindo o uso dado a este termo durante os séculos XVIII e XIX, e em concordância, portanto, com o emprego semântico atribuído pela própria fonte.

³² AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 209.

³³ O problema da acefalia do reino advém da maneira como os súditos entendiam o poder real: em que a perda da cabeça era um problema grave para a manutenção da ordem na medida em que poderiam aparecer várias outras cabeças – ou seja, outros poderes locais fragmentados, por exemplo, as Juntas de Governo. Situação que aconteceu de fato ao aparecer juntas locais na América e a formação da Junta Suprema. Tal surgimento também deu oportunidade para que novas formas de decisão política e administrativa surgissem e criassem novas relações de poder, por isto, Miguel Luís Amunátegui aponta o advento do espírito público no Chile, algo que nada mais era do que uma forma de mobilização local para fazer frente à vacância do poder real.

³⁴ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 182.

se sabia, pois era visto como radicalmente distinto do passado e do presente. Essa incerteza é a marca das revoluções que não se mostravam claramente, mas podem ser aprendidas por meio das sensações – ou como acredita Amunátegui, por meio do conhecimento histórico estabelecido *a posteriori*.

No início de 1809, chegaram notícias sobre a recuperação militar da Espanha criando um contexto geral de felicidade e orgulho pelas vitórias, que serviu para aumentar a adesão a Fernando VII e à própria Espanha. Contudo, à luz da possibilidade de retorno do rei, surgiu no Chile também uma divisão sobre o balanço político do período vivido desde seu cativeiro. Por um lado, os “conservadores” acreditavam que o melhor era o retorno da ordem ao seu devido lugar, esquecendo as alterações realizadas para superar a crise. Por outro lado, os “reformistas” desejavam (e exigiam) que a experiência de poder local servisse para melhorar o sistema vigente, pois estavam bastante descontentes com a realidade colonial. Essa postura emerge porque, como bem avalia Amunátegui, os *criollos* já haviam dado vários passos em direção a uma ruptura com a Espanha, mesmo sem ter clara noção disso. Especialmente quando eles passaram a compreender a desmoralização da monarquia, a criticar abertamente o governo das autoridades peninsulares na América e, com os últimos correios, também a se inteirar da deslealdade de alguns membros do Conselho de Castilla – o que resultou na dissolução do órgão e na formação da Suprema Junta. É preciso explicar que a existência da Suprema Junta era um problema político para Amunátegui visto que concentrava algumas deficiências inerentes ao regime espanhol. A Junta surgiu da crise moral que afetou toda a monarquia dos Bourbon, abalando ainda mais a confiança dos espanhóis em seus representantes políticos, militares e eclesiásticos, de modo a colocar os *criollos* em posição de apreciar a conduta dos governantes peninsulares e ponderar que não eram confiáveis à distância. Esses últimos, aproveitando-se do cenário, trataram de ampliar (mais ou menos dissimuladamente) os sentimentos de desconfiança para apoiar suas reivindicações de que os cargos públicos fossem destinados aos próprios chilenos, cuja adesão ao soberano era insuspeita.

Além disso, a Suprema Junta, mesmo percebendo a delicada situação do reino, negou-se a desistir da exploração da América, de tal modo que o anúncio da igualdade entre americanos e peninsulares, feito por meio de várias cédulas reais – e cujo único objetivo era suscitar a adesão e a fidelidade dos americanos à Espanha – que caíram no vazio das palavras e na inocuidade das ações. O vazio comunicacional das cédulas contribuiu para que, definitivamente, os *criollos* tomassem consciência sobre as injustiças e desigualdades vividas e consolidassem o juízo de que a única solução era uma mudança radical no regime vigente.

Para tanto, somaram suas demandas sobre a nomeação dos cargos públicos às queixas sobre as diferenças de representatividade dos deputados americanos na Junta, o que serviu apenas para agitar os ânimos e preparar a revolução de independência.

Ademais, ao tentar justificar sua existência “sem querer e contra todos seus propósitos”, a Junta Suprema propagou a existência de “um desgoverno de vinte anos”, assumindo toda a crise pré-existente às invasões napoleônicas e, ao mesmo tempo, atribuindo a si o papel de “corretora” da política espanhola³⁵. Fez parecer “legítimo que os *criollos* patriotas e ilustrados solicitassem ser ouvidos acerca de uma reforma cuja urgência confessava o mesmo governo peninsular e que insistiam para que se levasse a cabo o quanto antes”³⁶.

Em suma, com base no sucesso alcançado na gerência dos próprios interesses durante os primeiros tempos da crise da Espanha, nas injustiças do sistema político vigente e nos escândalos políticos da península, os reformistas passaram a exigir mais participação e representação nas decisões do Estado. Para Miguel Luís Amunátegui, tais exigências eram justas e lógicas, mas também eram radicais, posto que implicavam em modificações violentas do regime político. Contudo, tal implicação não era completamente visível aos *criollos*, como bem observa o historiador, porque eles só ansiavam pela igualdade de direitos apregoada pela própria Junta Suprema e pela solução dos problemas administrativos da Coroa espanhola apontados por ela.

3.3 A crise de autoridade: *audiencia* e *cabildo* contra o governador

Com a morte do governador Luis Muñoz de Guzmán (1802-1808), de acordo com a lei colonial, o militar mais graduado residente no Chile deveria assumir interinamente o cargo: o então brigadeiro Francisco Antonio García Carrasco³⁷. Entretanto, a escolha era

³⁵ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 300. Essa opinião revela que a junta de governo espanhola era apenas um “prolongamento” da autoridade real cativa, deixando de lado o fato que a península vivia seu próprio processo revolucionário que resultou na formação da Corte de Cádiz e na elaboração de um projeto de monarquia constitucionalista que exigia do rei levar em consideração a vontade dos indivíduos e buscava restringir seu poder. Nesse contexto se insere a própria independência hispano-americana e, ao considerarmos este dado, desaparece o estranhamento diante às críticas feitas pela Suprema Junta ao governo dos Bourbon.

³⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 301.

³⁷ As descrições biográficas de Carrasco podem ser vistas em: AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 143-8; 165-169 e 360-383. Vale ressaltar que a opinião das fontes, principalmente as reformistas, acaba sendo retificada ao longo da narrativa, ou seja, prevalece para Miguel Luís o mau caráter e o despotismo de Carrasco. Não

desagradável aos membros da aristocracia, que consideravam Carrasco incapaz de ocupar o cargo, pois nem sequer era um militar de alto lustre, não era considerado idôneo, não possuía origens nobres, era discriminado porque havia nascido na África e tinha poucos méritos pessoais. Também pesava contra ele sua pouca instrução, o fato de que se rodeava de pessoas comuns do povo, possuía hábitos que não se enquadravam na etiqueta social das classes altas e, além de tudo, era amancebado como uma negra. Já a *audiencia* de Santiago era composta por pessoas da mais alta aristocracia espanhola que esperavam ser governadas por alguém à altura de sua classe. Por tais razões, Amunátegui afirma que a nomeação de Carrasco ocorreu à revelia dos membros da *audiencia*, pois o desejo desta corporação era impor como governador-presidente interino o regedor Juan Rodríguez Ballesteros. Porém, como não tinham respaldo legal para tanto, tiveram que retroceder e aceitar a escolha do brigadeiro.

As condições da nomeação de Carrasco teriam sido, então, determinantes para a má vontade entre governador e *audiencia*, a qual tentou constantemente impor sobre a autoridade do governador sua própria vontade³⁸. Essa é, portanto, a origem da crise de autoridade da *audiencia* contra o governador e que envolverá também o *cabildo*.

Para Amunátegui, Francisco Antonio García Carrasco teria definitivamente conquistado a inimizade dos conservadores radicados na *audiencia* e dos reformistas presentes no *cabildo*, quando substituiu o assessor-letrado Pedro Díaz de Valdés por outro funcionário de sua confiança. Isso porque, na ocasião, a *audiencia* optou por manifestar sua estima pelo assessor e se opor à decisão do governador.

O afastamento de Díaz foi igualmente mal visto pelo *cabildo*, pois Carrasco exigiu que o novo assessor presidisse as sessões daquele órgão sem ter sido autorizado por lei para fazê-lo. Além disso, como não pôde concretizar sua ordem pacificamente, recorreu à força militar para que os *cabildantes* a acatassem. Segundo Amunátegui, a principal motivação do governador era agir contra a crescente participação política do *cabildo*, o que significava a ameaça e a ruína do regime vigente. Entretanto, a medida serviu para que o *cabildo* e *audiencia*, descontentes com o despotismo de Carrasco, se unissem para enviar à Corte um

poderia ser diferente, este que foi o último governo colonial serve à narrativa como uma espécie de resumo da má administração espanhola.

³⁸ Outra hipótese pode ser retirada da narração de Amunátegui para explicar a indisposição contra Carrasco. Para tanto, é preciso saber que Concepción disputava com Santiago a influência na política colonial. A primeira era o centro militar do reino do Chile, enquanto a segunda era capital do reino, responsável pela produção agropecuária do vale central e viviam ali as principais famílias do Chile. Portanto, a nomeação de Carrasco – militar da fronteira do Bio-Bio – pode ser vista como expressão da querela entre o sul e o centro. Os oficiais militares apoiaram o brigadeiro, ao passo que Santiago tentou impor a interpretação de que o sucessor deveria ser o militar mais graduado, porém, que residisse na capital. Sem apoio legal para tal leitura, tiveram que aceitar como governador interino o próprio Francisco Antonio García Carrasco.

pedido de afastamento do governador. Fragilidade que, segundo o julgamento de Amunátegui, tanto demonstrava a incapacidade política de Carrasco quanto favorecia o advento da independência.

Assim, entendemos que o episódio do assessor-letrado exemplifica o mal estar entre as autoridades do reino e, conseqüentemente, demonstra como essa situação minava a capacidade de uma reação conjunta da *audiencia* e do governador contra os reformistas.

Não obstante, observamos que, em relação ao *cabildo*, o problema principal narrado por Amunátegui era a tensão entre poder local e o poder monárquico, do qual Carrasco era o principal representante. A elite *criolla* mercantil começava a atuar politicamente dentro do *cabildo*, interessada em gerir diretamente os negócios públicos do reino com o desejo de reformar o sistema de restrições econômicas e sociais da colônia. Desse modo, migrou dos cargos da administração financeira para os cargos deliberativos, pois necessitava ocupar os cargos “colegiados e representativos” a partir dos quais pudesse “falar, discutir e lançar propostas políticas em nome da soberania popular”³⁹. Mas, ao se apoderar do *cabildo*, a elite constituiu-se em uma espécie de poder político coeso e paralelo ao da autoridade real. Não por menos, quando Carrasco percebeu a ameaça⁴⁰, reagiu para controlar e disciplinar o *cabildo*.

3.4 A deposição do governador Francisco Antonio García Carrasco

Além dos problemas com o *cabildo* e a *audiencia*, o governador teve de prestar atenção às opiniões sediciosas de alguns *criollos* e, diante das primeiras denúncias, “o presidente Carrasco determinou perseguir, como se fosse um delito, a mera enunciação de ideias desfavoráveis ao regime vigente”⁴¹.

Mas as ações repressivas do governador do Chile, segundo Amunátegui, teriam apenas agravado a crise colonial e levado o Chile à emancipação, em vez de equilibrar os

³⁹ SALAZAR, *Construcción...*, p. 84-85.

⁴⁰ Prova da referida coesão surge quando Amunátegui, ao narrar um episódio de grosseria de Carrasco contra o alcaide Agustín de Eyzaguirre – membro da família otomana –, diz que o evento “acabou de persuadir a todos que o presidente havia proposto a ideia de provocar o *cabildo* até o extremo de fazer-lhe delinquente”, por isso, “se armaram todos de sofrimento” contra o governador. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 122.

⁴¹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 393.

ânimos⁴². Isso porque o povo de Santiago, ao involucrar-se em um conflito com o governador, promovendo a deposição de Carrasco, precipitou a crise da autoridade real.

O pivô da questão foi a acusação de que o procurador da cidade, Juan Antonio Ovalle, havia defendido publicamente a conveniência de se pensar na independência, no caso de uma derrota irremediável da metrópole. As investigações levaram as autoridades também a José Antonio Rojas⁴³ e Bernardo Vera y Pintado, amigos de tertúlia de Ovalle.

Favorecido pelo contexto e amparado pela cédula real de 1809 – a qual previa a expatriação para os casos de lesa-majestade –, Carrasco convenceu os ouvidores a aplicar tal punição aos três réus, sem oferecer-lhes condição de defesa. No entanto, as investigações não apontaram motivos para levar adiante o processo judicial. Por essa razão, os parentes dos acusados rapidamente se mobilizaram por meio de suas redes sociais e do *cabildo* para exigir que a *audiencia* revisse a sentença. O tribunal, com medo de que a mobilização popular (enorme por seu número, energia e qualidade) chegasse a resultados indesejáveis (como uma sublevação), aceitou o pedido. Por isso, Francisco Carrasco teve que recuar, suspendendo a deportação para Lima, até que a *audiencia* realizasse as devidas investigações e propusesse nova sentença.

No entanto, as circunstâncias envolvendo o julgamento causaram muita indignação popular, levando os *vecinos* a perceber que o governador havia atuado equivocadamente. Diante dessa constatação, a solução foi realizar um *cabildo abierto*. No dia 11 de junho de 1810, aproximadamente trezentas pessoas – entre elas as mais eminentes personalidades chilenas – participaram do ato público que contou também com o apoio da *audiencia*. Nessa ocasião, conseguiram que o governador retrocedesse definitivamente em relação à expatriação dos réus⁴⁴ e aceitasse a substituição do assessor letrado, do secretário geral do reino e do escrivão público – ou seja, os cargos de confiança da administração real –, pelas pessoas indicadas pelo *cabildo abierto*.

⁴² AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 109.

⁴³ O caso de José Antonio Rojas é ilustrativo da transição da elite entre os cargos da administração comercial aos cargos políticos do *cabildo*. Segundo essa proposta, Rojas – após enriquecer-se por meio das atividades comerciais que o cargo de corregedor de índios no Peru lhe oferecia – começou a criticar fortemente “o monopólio comercial dos reis, viajou à Europa para absorver as ideias da Ilustração e se converteu em um ativo propagador do pensamento liberal e independentista, pelo que foi preso e deportado” e, por isso, é considerado um dos precursores “ideológicos” da independência. SALAZAR, *Construcción...*, p. 83-84.

⁴⁴ Mas os réus já haviam partido para Lima e nada poderia ser feito até que chegassem a esta cidade e pudessem retornar ao Chile. O único a não ser expatriado foi o poeta Bernardo Vera y Pintado que, alegando enfermidade, foi retido no porto, após o médico recomendar sua estadia no reino.

Desse modo as ações do governador tiveram resultado diferente do pretendido⁴⁵. Os *vecinos*, em vez de se assustar, denunciavam a repressão como um ato de despotismo e usavam-na para desautorizar ainda mais o governo de Carrasco, de modo que o episódio acabou se tornado uma questão também de amor próprio para o governador. Para Amunátegui, este devia se sentir humilhado com as dificuldades encontradas para dar cumprimento às suas resoluções⁴⁶.

Por isso, logo os *vecinos* começaram a especular que o governador desejava empreender um golpe contra seus detratores e, foram às ruas defender a cidade de uma possível reação militar. Os *criollos* mais eminentes, então, começaram a se articular tomando a dianteira dos eventos, reunindo e liderando a população. “Era aquela uma verdadeira insurreição que não atacava o presidente, embora estivesse resolvida a resistir-lhe”⁴⁷ e, por isso, a situação da capital era realmente de tensão, medo e propícia para uma alteração da ordem.

Ao mesmo tempo, cresceu também o receio de que o descontentamento se alastrasse pelo país. Para tentar amenizar a situação, o *cabildo* pediu a Carrasco e aos demais oficiais militares que declarassem a inexistência da intenção de um golpe ou de qualquer outra vingança. Diante da resistência em dar tais garantias, firmou-se a opinião de que a única solução era “destituir a um chefe tão inepto e perigoso”⁴⁸ e proclamar uma Junta. A partir daí, muitos *criollos* eminentes aceitaram a instalação de um novo governo, celebrando um acordo definitivo em que concordavam com a deposição do governador. Coube, à *audiencia* o papel de convencer García Carrasco a renunciar antes que qualquer ação golpista fosse empreendida pelo *cabildo*. O governador aceitou a decisão política imposta e cedeu o mando para o brigadeiro Conde de La Conquista, Mateo de Toro Zambrano, o militar mais graduado residente no país⁴⁹.

A partir do exposto, enfatizamos a coerência de Miguel Luís Amunátegui ao mostrar – por meio da comprovada inocência dos réus – que não houve projetos independentistas reais no Chile anteriores a 1810. Os eventos por si mesmo foram progredindo em tensão até que a

⁴⁵ O grande erro do governador, segundo avaliação de Amunátegui, foi ter perseguido os réus sem que as denúncias tivessem algum embasamento real. Desse modo, o autor acusa Carrasco de despotismo, enfatiza as injustiças e a tirania cometidas durante aquele governo, e endossa os argumentos sobre as poucas habilidades políticas do personagem e de seu caráter mesquinho, imperioso, vulgar, vingativo, vaidoso. Mas, vale notar que, ao elaborar tais críticas, o historiador, na verdade, está personificando os próprios males da própria colônia: vaidades, tirania, paixões, arbitrariedade, etc.

⁴⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 257.

⁴⁷ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 317.

⁴⁸ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 318.

⁴⁹ Essa condição seguiu a determinação da legislação espanhola, comprovando, do ponto de vista do autor, que a intenção dos *criollos*, ainda, não era uma ruptura radical com a Espanha.

única solução fosse a deposição do presidente ou uma sublevação geral da população de Santiago e, talvez, do reino⁵⁰.

Com um sentido politicamente demarcado, o historiador declara que o terror engendrado pela perseguição promovida por Carrasco era contrário a qualquer “razão de Estado” e destinado mais a fomentar que a conter uma revolução. Assim, Amunátegui projeta em sua crítica ao Antigo Regime uma posição política baseada no império das leis e da opinião popular, esquecendo-se que, para o bem ou para o mal, a postura do governador era também uma questão de defesa da autoridade real e, por isso, a maior autoridade do Chile, ao ver suas resoluções serem questionadas tratava de evitar sua desautorização da forma como o Antigo Regime lhe permitia: pela força.

Consideramos que Amunátegui privilegia a repressão de Carrasco, com a clara intenção de comparar a censura colonial à liberdade de expressão da república, expondo tal avanço como um dos fatores positivos alcançados pela independência e, estabelecendo o regime republicano como superior ao Antigo Regime. Isso fica claro quando Amunátegui compara o cerceamento do direito de expressão na época colonial – prática que ele considera “tão repugnante às doutrinas liberais” de seu tempo – com a censura às leis de imprensa existente até poucos anos antes, no próprio período republicano. A respeito do paralelo, Miguel Luís escreve: “no tempo antigo, se aplicava a toda manifestação do pensamento a rigorosa lei a que os impressos estavam sujeitos com maior ou menor estreiteza [...] e que foi abolida faz só alguns anos”⁵¹. Desvelando, assim, que embora a república tenha alcançado muitos êxitos em sua curta vida, ainda precisava defrontar-se com os resquícios do longo período colonial. Essa comparação não é casual, pois Miguel Luís Amunátegui foi um dos responsáveis pela aprovação da lei de imprensa do ano de 1872, que ampliava a liberdade de expressão no país⁵². Nesse sentido, seus comentários históricos servem também como uma forma de justificar e valorizar sua própria atuação política⁵³.

⁵⁰ Inicialmente, a comoção popular não atingiu toda a sociedade chilena. Na narrativa, fica claro que a prisão dos três chilenos repercutiu em Santiago e Valparaíso, cidades que viveram daqueles eventos. Mas, dentro do que propõe o autor, Santiago deve ser tomada como epicentro da vontade coletiva do Chile. Consideração que pode ser vista como um exagero argumentativo, muito embora seja muito recorrente tendo em vista que, nesse período, o Chile contava apenas com três cidades importantes, La Serena, Concepción e Santiago e, esta última, decididamente tinha enorme peso, pois era a capital do reino.

⁵¹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, p. 393.

⁵² Em 1867, Amunátegui junto com o deputado Francisco Vargas Fontecilla apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei de imprensa que visava substituir a lei de 1846 e cujo principal objetivo era reprimir e punir expressões desconformes à posição política oficial do governo. No mesmo ano, José Victorino Lastarria apresentou também uma proposta (em 1849 havia elaborado uma primeira versão que, sem receber apoio no Congresso Nacional, não foi discutida). Então, em 1868, Amunátegui foi elevado, por Joaquín Pérez a Ministro do Interior, lançando como plataforma política a aprovação da lei de imprensa e, em 1869, o projeto foi discutido. Em julho de 1872 foi aprovada uma versão final que era uma mescla entre os projetos de Amunátegui

Para concluir este tópico, gostaríamos de analisar com atenção os recursos discursivos utilizados por Amunátegui para narrar em detalhes todos os eventos políticos acontecidos entre 1808 e 1810⁵⁴. O primeiro é o suspense. Os fatos estão dispostos e são narrados para tornar o leitor cúmplice da ansiedade que experimentaram os *vecinos* de Santiago. Nesse sentido, a linearidade narrativa ajuda a criar este efeito, ao mostrar que os eventos em si mesmos estavam envoltos de dramaticidade, tanto por causa da “crueldade” dos atos do governador, quanto pela forma misteriosa com que os acontecimentos foram se sucedendo – os segredos, mentiras e intrigas. A tensão aumenta, gerando dúvidas que prendem a atenção: qual será a sorte dos três réus? Serão libertados? Serão expatriados? Seus parentes conseguirão fazer algo por ele? Como reagirá Carrasco? Como responderá o *cabildo*?

Para dar veracidade à narrativa, o autor recorre ao segundo recurso: o uso de diálogos elaborados imaginativamente, a partir das informações retiradas da documentação. As qualidades específicas das fontes compõe o último recurso. Por exemplo, Amunátegui aproveita o estilo hiperbólico e emotivo do poeta Bernardo para realçar os aspectos dramáticos e cruéis da história e, para tanto, cita as cartas pessoais deste personagem que são, em alguns pontos, bastante comoventes⁵⁵. Cita também as cartas de Ovalle remetidas ao *cabildo* de Santiago em que, ponderadamente, analisa as acusações e as rebate corroborando a própria interpretação de Miguel Luís: a independência que os *criollos* desejavam, até julho de 1810, dependia fundamentalmente dos eventos ocorridos na Espanha e da boa vontade do rei Fernando VII em aceitar ou não a formação (justa e desejada) de um governo nacional que remediase os antigos males do regime.

e Fontecilla com o de Lastarria. A nova lei previa a punição legal para apenas quatro casos de abusos: ultraje à moral pública, ultraje à religião oficial, menoscabo de funcionários público e menoscabo de pessoas privadas. Além disso, estipulava a forma como deviam ocorrer as acusações, os julgamentos e as punições. cf.: DONOSO, R.. *Las ideas políticas en Chile*. México: FCE, 1946.

⁵³ É importante ter isso claro porque a obra, como dissemos, foi escrita no ano de 1876, apenas um ano após Miguel Luís ter sido derrotado nas prévias eleitorais do partido Liberal para a candidatura à presidência do Chile. Ademais, como explicaremos mais adiante, pesava contra ele e, possivelmente ocasionando sua derrota, a acusação de não ter convicção liberal suficiente para assumir aquele cargo. Portanto, percebemos que entremeado ao texto existem menções pontuais a temas tidos como agenda política do partido com os quais ele procura dialogar e expor sua posição, como por exemplo, a educação, a meritocracia e outros.

⁵⁴ Alguns destes recursos discursivos já haviam sido utilizados por Amunátegui em outras oportunidades. Para ver mais sobre este tema, remetemos o leitor ao capítulo 1 dessa dissertação.

⁵⁵ Bernardo escreve o seguinte sobre sua situação: “Nesse cruel momento de amargura, voa a minha alma ao seio da minha cara esposa, que nada sabe de mim; e a terna imagem de uma filha, que ainda não conta um ano de idade, parece que ocupa o vazio que havia em meu espírito. Apenas posso dar ao papel a memória dessa triste noite... Essa desgraçada família cifra sua subsistência em meu ofício e estas cessaram com minha separação. Que dor para um esposo e pai ver entregues essas vítimas inocentes”. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 208-9.

A carga emocional que Amunátegui pretende reproduzir em seu texto faz parte da própria explicação dos eventos, sendo eficaz em mostrar as dimensões que o medo da independência, a repressão, a indignação e a comoção foram ganhando terreno a ponto de se tornar um conflito aberto entre o governador e a sociedade colonial.

3.5 A fragmentação política no Chile colonial e o 18 de setembro

Nas seções anteriores, os dois primeiros volumes de *La Crónica de 1810* foram analisados em conjunto porque acreditamos que, por terem sido publicados ao mesmo tempo, encerram uma interpretação coerente sobre “as causas que produziram no Chile a formação do primeiro governo nacional em 18 de setembro de 1810”⁵⁶. Mas a distância temporal entre a primeira publicação e a última, datada de 1889, deve ser considerada, pois sua presença altera a interpretação do conjunto da obra.

Se consideramos apenas os textos publicados em 1876, a deposição de Carrasco figura como ponto de inflexão decisiva entre a concepção política colonial e o surgimento de uma nova tendência política pautada no exercício de soberania popular empreendido pelo *cabildo abierto* de Santiago. Contudo, com o terceiro tomo, a deposição de Carrasco deixa de ser esse ponto final. Para Amunátegui, a verdadeira inflexão histórica teria ocorrido quando o poder do Estado, desprendido da total submissão às autoridades reais, tornou-se mais próximo à opinião pública e à soberania popular e, isto ocorreu apenas com a proclamação da Junta de Governo em 1810. Nesse sentido, embora a deposição tenha servido para mostrar aos reformistas que a vontade popular funcionava como um contrapeso eficiente à autoridade real, mas não foi capaz por si mesma de propiciar todas as condições – de consciência e política – necessárias à declaração da Junta. Foram os eventos ocorridos entre julho e setembro de 1810 que, de fato, conduziram os *criollos* à independência.

Mas como a obra foi publicada postumamente e, possivelmente, inacabada⁵⁷, o autor não apresenta o quadro histórico completo desde a deposição de Carrasco até o dia 18 de

⁵⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. I, Advertencia.

⁵⁷ Nesse sentido, a obra tem um caráter visivelmente inacabado, posto que não nos dá a conhecer como se deu este importante episódio que, para o autor, inaugurará uma nova visão de mundo para os *criollos*, a partir da consolidação de um novo conceito de poder e que, consequentemente, resultará na independência e na formação da república chilena. Ademais, os capítulos VI, VII e VIII – que narram sobre querelas internas ocorridas entre os membros do *cabildo eclesiástico* – são apenas uma recopilação de documentos sem que entres eles exista qualquer tipo de comentário do autor sobre o significado de seu conteúdo. Neste ponto existe uma discrepância

setembro, informando o leitor somente até os últimos dias agosto. Assim, não conhecemos, por meio de sua escrita, como os reformistas abandonaram definitivamente a posição defensiva para promover o derradeiro ato de força contra a existência do poder real no Chile, eliminando o cargo de presidente-governador, instituindo a Junta de Governo e, por consequência, desconhecendo a autoridade do Conselho Real⁵⁸.

No terceiro volume de *La Crónica de 1810*, Miguel Luís Amunátegui retoma a destituição do governador Garcia Carrasco, para narrar sobre as causas da dissolução do pacto político entre reformistas e conservadores a favor da deposição de Garcia Carrasco e da eleição de Don Mateo de Toro Zambrano.

a) As primeiras dificuldades políticas após a deposição de Carrasco

Para Miguel Luís Amunátegui, os atritos entre reformistas e conservadores, ocorridos durante o governo de Don Mateo de Tozo Zambrano, precipitaram a formação da Junta de Governo em setembro de 1810. Isso porque o Conde da Conquista teria, em vão, tentado conciliar a demanda dos dois grupos.

Com esse intuito, o governador retificou os principais regulamentos coloniais promulgados em governos anteriores, consagrando a ordem vigente e dando a entender sua conexão para com os conservadores, os quais se sentiram bastante conformes com essa demonstração considerada prova de adesão. Para contentar aos reformistas, Don Mateo, convidou alguns de seus membros para os cargos de confiança do reino⁵⁹. Embora as

de estilo e argumentação que destoa do restante da obra e, principalmente, falta nexo argumentativo que conecte os problemas eclesiásticos com a questão central, a da formação ou não de uma junta de governo. Apesar desses dados, a obra continua atenta à preocupação de narrar as explicações e episódios que levaram ao advento do dia 18.

⁵⁸ De acordo com a posição do historiador, de um lado temos a ambição, a prepotência do poder e o caos da administração americana promovida pelos próprios peninsulares que, cegos por este contexto, deixaram de ver e entender o que para os americanos era um consenso: a necessidade da reforma do regime colonial. De outro lado, a reforma do regime que o autor considera, mesmo que anacronicamente, como sendo o único “remédio” para evitar a independência da América e que, para os *criollos* era uma questão de justiça e de alívio dos problemas socioeconômicos da colônia. Portanto, nenhum dos grupos teria percebido a tempo o real alcance que podiam ter as reformas. Vemos, assim, Amunátegui lançar mão do privilégio da sua posição temporal para esclarecer as causas e o sentido dos eventos que progressivamente conduziram o Chile à independência. A partir deste ponto de vista, ele estabelece seus juízos históricos e produz sua interpretação dos últimos meses da história colonial chilena. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p.353. Para falar sobre o plano de reforma colonial, Amunátegui recupera a opinião que já havia estabelecido em *Los Precursores* e, por isso, remetemos o leitor à seção 2.5 desta dissertação.

⁵⁹ Gaspar Marin para ocupar o cargo de assessor letrado e, sob a orientação dele, escolheu para secretário de governo Jose Gregorio Argomedo. Com a ascensão deste, Jose Miguel Infante (outro reformista da elite *criolla*) foi elevado à função de procurador da cidade, enquanto Gabriel Tocornal foi eleito para o cargo de assessor. Segundo o autor, esses personagens eram membros da elite, receberam boa educação, desempenhavam suas profissões e/ou cargos públicos com honradez. Ao narrar os passos dessa geração, Amunátegui comenta sobre a

nomeações precisassem ser confirmadas pelas autoridades metropolitanas, elas coincidiam com o esforço do *cabildo* de Santiago em “assumir o papel de uma verdadeira representação nacional, a fim de ativar a reforma do regime vigente em um sentido vantajoso para os espanhóis-americanos”⁶⁰.

Essas medidas teriam apenas aumentado as agitações e feito com que os partidos claramente percebessem que o acordo alcançado pela deposição de Carrasco seria efêmero e, por isso, precisariam se preparar para defender suas posições.

Além disso, o *cabildo* começou, incisivamente, a agir como verdadeira fonte de representação⁶¹ dos interesses nacionais e assumiu a voz da pátria⁶². Ao desempenhar essa função, discutiu a formação da Junta de Buenos Aires e a reconheceu como legítima.

Segundo avaliação do historiador, essa última ação do *cabildo*⁶³ mostra que a causa reformista em pouco tempo havia ganhado muito espaço na sociedade chilena. O apoio de

Universidad de San Felipe. Embora afirme que a instrução ali oferecida “estava expressamente calculada para afiançar a veneração ao soberano [...] e a adesão ao regime existente”, ainda assim foi importante porque: “proporcionou uma falange formidável de promotores e de aderentes a revolução iniciada no ano de 1810”. Portanto, o exemplo daqueles seis jovens ajuda a explicar como foi possível existir uma geração disposta a mudar as condições sociais e política do país; a descrever essa geração; e, ao mesmo tempo, para defender o valor positivo (e republicano) da educação estatal e da cidadania. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 86-89.

⁶⁰ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 306.

⁶¹ Com o intuito de aumentar sua ingerência sobre os negócios públicos, os reformistas do *cabildo* tentaram aumentar o número de regedores. Ofereciam, para tanto, nomear “três europeus e três patricios, com a qualidade de proprietários, e por só o tempo de um ano”, pretendendo, assim, evitar conflitos e facilitar a aprovação. Contudo, o Conde antes de aceitar a mudança enviou o projeto ao fiscal real, Jose Teodoro Sanchez “um declarado defensor do regime estabelecido”, quem opinou em consonância com os conservadores que a alteração era apenas a primeira de muitas outras contra a ordem colonial. Contudo, “os acontecimentos se precipitaram de tal modo que este tema de acalorada controvérsia foi entregue logo ao esquecimento sem que se chegasse a resolver”, c.f.: AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 305-318.

⁶² Os reformistas de Santiago demonstraram, desde o início, a intenção de estender sua vontade para o restante do Chile, centralizando e controlando a decisão deste órgão e, posteriormente, do Congresso Nacional. Para tanto, empreenderam duas medidas: a) aumentaram o número de deputados na capital de seis para doze – passando a ter quase um terço dos votos – sem consultar aos deputados regionais; b) nomearam os membros da nova Junta, que ocupariam o lugar de poder executivo de todo território, em uma votação na qual só havia 19 (dos 42 totais) deputados; destes, dez eram de Santiago e os outros nove estavam familiarmente ligados a eles. Portanto, era evidente que a capital se movia para controlar as decisões do Congresso e do emergente poder executivo. Mas o esforço de Santiago para assumir o protagonismo político nos assuntos públicos data de muito antes. Para citar um exemplo, logo após a morte do governador Pedro de Valdivia, o *cabildo* da capital recusou-se a aceitar a sucessão prevista pelo testamento daquele, levando o reino a uma disputa de poder que só se resolveu com nomeação, pelo rei, de Don Garcia Hurtado de Mendoza. Com o tempo, esse esforço tornou-se mais sistemático. Como resume Gabriel Salazar: “Santiago havia centralizado não só a maior riqueza mercantil e os eixos chave do comércio exterior, senão também o respeito para com os *vecinos* que haviam desempenhado altos cargos nos vice-reinados do Peru ou do Plata, o sentimento aristocrático associado aos títulos e *mayorazgos* comprados da Coroa, o magistério ideológico dos membros da *Universidad de San Felipe* e, não menos, o poder administrativo e militar que derivava do fato de ser a sede de governo do “reino”. SALAZAR, G.. *Construcción...*, p. 106. Mas, estes antecedentes não eram suficientes para arrogar-se um poder diferente dos outros *cabildos abiertos* regionais que argumentavam a equidade da soberania dos *cabildos*. Fato que resultou vários embates entre as províncias (principalmente, Concepción) com Santiago nos anos de formação da República.

⁶³ Ainda no espírito de ampliar as atividades daquela corporação, ficou estabelecido que os membros do *cabildo* deveriam reunir-se diariamente para tratar dos assuntos relevantes para a pátria. Ademais, pediam que dentro da instituição se passasse a separar para arremate público os ofícios de escrivão e secretário, pois isso significaria

alguns *criollos* à formação de governos regionais durante a ausência do rei reforçava o interesse em criar um governo similar no Chile. Isso equivalia a alinhar-se ideologicamente ao que acontecia no restante das colônias hispânicas e dar um passo significativo rumo à desobediência ao rei.

Assim, entendemos que Amunátegui, ao narrar o apoio dado a Buenos Aires, avança na narrativa das causas que teriam se somado para culminar no advento da Junta de 1810, expondo mais um tema de calorosa discussão entre os partidos políticos da época e revelando o impasse ideológico para o qual estavam se dirigindo.

b) O fim do acordo político que possibilitou a deposição de Carrasco

Nos últimos dias de julho, chegaram a Santiago notícias sobre a formação do Conselho de Regência instituído na Espanha diante da grande indignação popular dos peninsulares com os escândalos políticos relativos à Suprema Junta.

Amunátegui, então, evidencia a coincidência de que tanto a Suprema Junta quanto o Conselho surgiram da infidelidade das autoridades peninsulares, bem como fizeram uso da estratégia de retificar os erros de administração colonial dos seus antecessores e prometer igualdade jurídica entre os súditos americanos e peninsulares. Contudo, pondera que os *criollos* continuaram desconfiados e descontentes porque não havia garantias legais que assegurassem a eficaz e pronta correção do regime vigente. Ademais, diante de tantas promessas inócuas do passado, não depositaram no advento do Conselho as novas esperanças que tal instituição poderia suscitar. Por isso, maioria dos espanhóis-americanos continuou a acreditar que a melhor solução era a criação de uma Junta de Governo, análoga às da Espanha⁶⁴. Assim, podemos ver que o historiador finalmente concede aos *criollos* a consciência de que trabalhavam pela formação de uma Junta, embora isso não significasse independência em relação à metrópole. Mas, como ele próprio admite, era o último passo em direção a tal finalidade.

O Conselho de Regência foi prontamente aceito pelo Conde da Conquista, que tentou cumprir as ordens recebidas do Conselho na justa medida em que conseguiu impor-se. Entretanto, a maioria (onze dentre os quatorze) dos *cabildantes* acreditava que o melhor era

atrair mais uma pessoa – *criollos* ilustrados – que pudesse apoiar e participar das decisões a serem tomadas. Além disso, concordaram em realizar um processo de acusação contra Francisco Antonio Garcia Carrasco – registrando ao todo 33 denúncias – que, embora não tenha seguido a diante por falta de vontade do próprio Conde da Conquista, revelava “o espírito bastante agressivo do *cabildo* contra o regime existente”. AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 324-336.

⁶⁴ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 349-352.

aguardar novas notícias, sem jurar obediência, mas cumprindo as ordens e enviando os auxílios solicitados.

Dado o nível de incertezas, no dia 13 de agosto de 1810, o Conde pessoalmente assistiu à sessão na esperança de que sua presença evitasse um resultado diferente da aceitação, pois sabia que qualquer resultado diferente seria uma grande alteração nas relações coloniais, consolidando a desobediência à metrópole. Em um primeiro momento, o *cabildo* conseguiu aprovar a decisão da maioria, reconhecendo o Conselho, mas sem que se fizesse o juramento, como das outras vezes. Posteriormente, a ata foi modificada e foi jurada obediência ao Conselho⁶⁵.

Segundo pondera Amunátegui, os *criollos* desejavam não reconhecer absolutamente o Conselho, mas isso não significava romper definitivamente com a metrópole. Contudo, ele também encontra nos discursos apresentados na ocasião alusões “vagas e tímidas à conveniência de se estabelecer uma junta nacional” e que o principal argumento em defesa desse tímido projeto era a própria infidelidade dos peninsulares para com o rei. Assim, podemos afirmar que tais alusões revelam, dentro da narrativa, a convicção do historiador de que no mês de agosto o projeto juntista já existia entre os próprios atores históricos e que a discussão sobre o reconhecimento do Conselho era um esforço público – porém tímido –, pela realização das reformas políticas no Chile colonial que assumirá a forma da Junta de 1810.

Para justificar a sua interpretação contrária ao sentido das fontes, Amunátegui afirma que “muitos daqueles que julgavam detestável [o regime colonial] não se atreviam a arcar com a responsabilidade da demolição” e “a correr os imensos riscos de um fracasso”, mas ao mesmo tempo “estavam prontos a aplaudir aos que tentassem e, sobretudo, aos que realizassem a empresa e se aproveitassem dos resultados; mas não a expor-se pessoalmente”⁶⁶. Sob a proteção da coletividade teriam, então, aceitado opor-se ao Conde.

Portanto, estão em questão duas leituras do comportamento e intenções dos *criollos*-reformistas: a timidez das alusões públicas que contrastam com a certeza já internalizada em favor do estabelecimento de uma junta de governo. Nesse aspecto, o historiador caracteriza os reformistas como “verdadeiros conspiradores que maquinavam contra a ordem estabelecida” e, por isso, eram “forçados a proceder como tais”, porque “enquanto não estivessem bem preparados” para enfrentar o desafio auto-imposto era indispensável “dissimular ou negar seus planos” que sabiam não ser “tão lícitos como pretendiam” a princípio⁶⁷. A estratégia era

⁶⁵ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 377.

⁶⁶ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 379-380.

⁶⁷ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 380.

válida, pois aos olhos do historiador: “deve-se ter presente que à época não havia nada que se assemelhasse a um sistema de garantias individuais. A liberdade de discussão teria sido reputada uma monstrosidade” e “qualquer palavra qualificada, como razão ou sem, como adversa ao regime existente, podia ter para seu autor consequências muito desagradáveis”⁶⁸.

Para efeitos de interpretação do pensamento de Amunátegui, esse ponto da narrativa é importantíssimo, pois se estabelece que a proclamação da Junta de Governo já era amplamente aceita pelos chilenos, os quais entendiam com precisão que tal inovação não era apenas para ajustar o governo colonial à justiça e equidade de tratamento entre americanos e peninsulares ou para melhorar as condições socioeconômicas da colônia. Já não podiam mais ocultar que estavam caminhando para uma reforma substancial na constituição da monarquia, embora ainda não se objetivasse a ruptura total com a metrópole. Por isso a necessidade da dissimulação. Além disso, os argumentos do autor comprovam que o decisivo ponto de inflexão histórica para o projeto de formação da Junta de Governo havia sido propiciado pelos acontecimentos e discussões ocorridas no âmbito do *cabildo* durante o governo de Toro Zambrano.

Para agravar o quadro de crise vivido durante este governo, nos primeiros dias de agosto de 1810, chegaram a Santiago ordens do Conselho de Regência para que o brigadeiro Javier de Elio ocupasse o cargo de Toro Zambrano e a nomeação de Antonio Garfias y Patiño para o cargo de assessor letrado. Como ambos eram reconhecidos realistas, a medida causou grande descontentamento entre os reformistas. Já os conservadores, descontentes com a postura conciliatória de Don Mateo, aproveitaram para vociferar publicamente contra o Conde. Alguns chegaram a propor que Don Garcia Carrasco fosse restituído ao cargo de presidente e, chegaram a esboçar alguns movimentos militares, ao ameaçar impor a decisão com a força de 200 homens reunidos ao redor de Santiago. Então, Don Mateo se viu obrigado a colocar as tropas reais em alerta para patrulhar a cidade e evitar qualquer perigo de desordem pública. Diante dessa decisão, os conservadores aumentaram sua indignação e despeito contra o governador. Embora, o resultado desses intentos tenham sido nulos, serviram para indispor o governador com o partido conservador e para que os juntistas se vissem favorecidos perante o Conde.

Para Amunátegui, as disputas partidárias teriam chegado a um ponto que, em Santiago, “os habitantes se despertavam pela manhã, e deitavam pela noite, temendo alvoroços e revoltas, talvez saques e mortes”⁶⁹. Assim, ele estabelece que os níveis de

⁶⁸ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 380.

⁶⁹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. III, p. 406.

exaltação entre os partidos tornaram-se altos a ponto de nenhum dos dois poder retroceder diante das ameaças militares. Com este argumento, o autor justifica os eventos do dia 18 de setembro de 1810 quando os reformistas, aproveitando-se do circunstancial apoio do Conde, forçou-o a renunciar e proclamaram a primeira Junta de Governo⁷⁰.

Os eventos deflagradores da formação da Junta de Governo, do modo como foi narrada pelo autor, foram mais drásticos para o Chile colonial do que a deposição de Carrasco. Isso porque a formação de uma junta resultou da divisão da sociedade em dois bandos radicalmente díspares em posicionamentos políticos, enquanto que a deposição só havia sido possível por um acordo tácito entre *cabildo* e *audiencia*.

Desse modo, Amunátegui encerra sua obra retomando a tese inicial de que foi a exacerbação das posições políticas em pugna evidenciada pelas hostilidades militares abertas entre os grupos políticos, o que realmente levou os reformistas a tomarem, decisivamente, a direção dos eventos para evitar um conflito popular armado de dimensões maiores e incontroláveis.

Embora os eventos decisivos do dia 18 de setembro de 1810 não tenham sido narrados e, por isso, não seja possível descobrir, pela pluma de Miguel Luís Amunátegui, como a declaração da Junta de Governo mudou a mentalidade dos chilenos, sendo decisiva para o advento da Guerra de Reconquista e para a concretização da independência. Veremos, na sessão seguinte, que existiu um conjunto de fatores que compõe a explicação do historiador sobre como foi possível derrubar os séculos de colonização e dominação espanhola e construir uma república no Chile, permitindo-nos vislumbrar a mudança de mentalidade operada entre os *criollos* e que propiciou a criação da primeira Junta.

3.6 As teses de Amunátegui sobre a Independência do Chile

Podemos resumir as causas do surgimento das condições éticas e políticas para o advento da Junta de Governo em 1810 no Chile, segundo a perspectiva de Miguel Luís Amunátegui, em três, a saber:

⁷⁰ Mas sabemos por meio da historiografia que Don Mateo de Toro Zambrano, para evitar um confronto armado entre os dois partidos, cedeu espontaneamente o poder, para a realização de um *cabildo abierto* que nomeou os primeiros componentes da primeira junta. Logo em seguida, um documento foi enviado a todos os *cabildos* do país para que reconhecessem – como o fizeram – a nova autoridade constituída pela primeira Junta de Governo. Daí em diante, se estabeleceu o primeiro Congresso Nacional e deu-se início aos trabalhos de construção da primeira Constituição do Chile.

1) As injustiças intrínsecas ao próprio regime colonial que engendraram insatisfação e movimentos de reformas dentro da própria ordem.

2) A desmoralização da monarquia espanhola, principalmente durante e após a regência de Carlos VI, motivada pelos escândalos sexuais da rainha Maria Luiza, as acusações de corrupção contra Manuel Godoy, as acusações de possível aliança de membros da família real – inclusive Fernando VII – com Napoleão, as sucessivas denúncias de infidelidade dos peninsulares que assumiram a direção do reino após o cativeiro do rei, entre outros;

3) Os momentos agudos de conflitos internos da sociedade colonial, quando das ameaças de guerra civil antes da deposição de Carrasco e antes da proclamação da Junta de Governo;

As demais causas devem ser associadas à própria conjuntura, como o exemplo bem sucedido da formação da Junta de Governo em Buenos Aires, as desavenças políticas entre *cabildo*, *audiencia* e governador, ocorridas entre 1808 e 1810, as notícias sobre a possibilidade de derrota da Espanha que levaram os súditos a propor concretamente a independência, a própria deposição de Carrasco, as debilidades de opinião do Conde da Conquista e outras.

Dos elementos apontados acima podemos tirar algumas conclusões sobre o pensamento histórico de Miguel Luís Amunátegui.

Devemos, inicialmente, ter em mente que a decisão de formar um governo local (contra as orientações das autoridades reais, baseada na soberania popular e que inaugurou uma nova experiência de poder diferente do Antigo Regime) foi entendida pelo historiador como um processo político e social gradual, para o qual todos os fatores listados nas sessões anteriores corroboraram em maior ou menor grau. Podemos propor também que a instalação da primeira Junta figura como ponto de chegada da narrativa de Amunátegui e, por isso, deve ser considerada como um tópico de inflexão histórica, porque desde aquele momento se inauguram as condições políticas e ideológicas para a independência em 1818. Esse acontecimento, ao fundar o estado do Chile como uma nação independente da Espanha, estabelece também a possibilidade de pensar uma história nacional, tal como ele se propõe a fazer. Portanto, a história do Chile surge já marcada pela independência como momento de transformação e fundação, de modo que o passado nacional aparece dividido em duas partes: a colonial, caracterizada pela exploração e submissão à Espanha, e a independente, marcada pelo surgimento e constituição da república.

Nessa explicação está implícito que há um movimento histórico que vai do período colonial ao independente que é de progressão, melhoria, avanço. Isso porque, o autor descreve

o passado colonial como sendo intrinsecamente negativo, tendo em vista os séculos de exploração, dominação, ignorância, superstições, hábitos rotineiros e outras características negativas que foram questionados (e alguns superados) pelo advento da independência. Exemplo desses avanços é a melhor difusão da educação popular, ampliação de liberdades individuais e um espaço público mais aberto ao debate e à opinião, em especial, a liberdade política

Por causa desse movimento de ascensão e progressão, na obra, existe a convicção de que qualquer que seja a tarefa civilizatória a ser realizada para a concretização total dos ideários fundacionais do Chile independente, ela é possível. Contudo, só quando se reconhece a herança colonial e sabe-se que sua transformação é gradual.

Por acreditar nessa primeira premissa, Miguel Luís Amunátegui volta-se à descrição detalhada dos processos históricos, para entender como a sociedade chilena se constituiu a partir do funcionamento do regime colonial e, como gradualmente, foi sendo possível derrubá-lo. Sendo assim, propomos que há um paralelismo entre a derrubada do sistema colonial enquanto tal e as mudanças definitivas de costumes e hábitos da sociedade chilena em direção às liberdades civis, cidadania, democracia – ou seja, o desenvolvimento pleno da república tal como se passou a entender no século XIX. Ademais, nessa visão, há um otimismo escondido: se foi possível superar o regime colonial tão solidamente estabelecido durante séculos, as próximas alterações sociais em direção ao avanço republicano também têm plenas condições de se realizarem. Quiçá essa proposição seja uma das mais conservadoras de Amunátegui, pois reconhece que a melhor via para criar uma sociedade republicana não é por meio de uma revolução radical, mas partir da cultura e costumes que existem, para então, mudar.

É Conservadora porque constituiu uma posição mais moderada em relação, por exemplo à visão histórica do historiador e político, contemporâneo à Amunátegui, José Victorino Lastarria, quem convidava em suas reflexões intelectuais a demolição sistemática do passado que, segundo sua percepção, seguia condenando os chilenos a manter os hábitos mentais e políticos herdados da colônia. Via-se o presente como um campo de batalha contra os elementos obsoletos da cultura nacional para fazer surgir uma nova civilização. Nesse sentido, era necessário promover uma nova revolução – de mentalidades, hábitos e política – que por fim operasse a transformação completa que a independência por si mesma não havia conseguido⁷¹. Para ele, bem como para muitos intelectuais da sua época, o surgimento e

⁷¹ Para uma leitura do pensamento de Lastarria ver: COLMENARES, Germán. *Las convenciones contra la cultura. Ensayos sobre historiografía hispano americana del siglo XIX*. 4ª Edição. Santafé de Bogotá:

manutenção da ordem portaliana, instituída em 1830, era prova cabal desse processo “regenerador” inacabado. Posto que as instituições autoritárias ainda eram possíveis, principalmente porque eram mantidas pelos maus hábitos sociais que cerceavam uma verdadeira participação dos indivíduos nas esferas públicas.

A partir do que foi exposto acima, gostaríamos de frisar um último aspecto que compõe a explicação de Miguel Luís Amunátegui sobre como foi possível derrubar os séculos de colonização e dominação espanhola para construir uma república no Chile, a saber: o sentido imanente da história.

Conforme discutimos, a decisão de formar um governo local havia sido entendida pelo historiador como um processo político e social gradual, repleto de dificuldades morais e políticas. Em razão disso, a narrativa inclui as oscilações de ânimo, os medos, as concessões entre projeto e realidade, ou seja, as hesitações que retardaram mais do que ajudaram o desenvolvimento da ideia de independência. Não obstante tais oscilações, o autor identifica uma crescente conscientização entre os *criollos* das verdadeiras consequências que as propostas de mudanças no *status quo* colonial engendravam. Sendo assim, inicialmente, Amunátegui aceita o argumento presente nas fontes coloniais de que, mesmo criticando o regime colonial, os primeiros intentos dos *criollos* caminhavam apenas para uma reforma consensual do sistema. Mas, posteriormente, ele percebe um avanço na mentalidade colonial, ao entender que tendo sido esgotadas as negociações, tendo precipitado a crise da monarquia espanhola e tendo ficado claros os vícios e as injustiças do governo colonial, os *criollos* começaram a entender que o único caminho possível a ser seguido para a satisfação de seus anseios era o da emancipação. Mas, convém observar, esse passo só foi dado nos dois últimos meses antes da formação da primeira Junta de Governo do Chile, quando, então, passa a existir uma retórica de prudência mais do que uma verdadeira convicção de fidelidade ao rei. A partir daí, bastava que houvesse tempo e condições políticas adequadas para que os acontecimentos mostrassem sua verdadeira faceta emancipadora.

Assim, fica claro para o leitor que a ruptura total com a Espanha não foi idealizada como o ponto de chegada desde o início e que só se tornou o objetivo central dos *criollos* ao mesmo tempo em que foi sendo concretizada. Então, se os agentes históricos não estavam

Universidad del Valle: Banco de la República, 1997. Também: FUENZALIDA GRANDÓN, Alejandro. *Lastarria i su tiempo: su vida, obras e influencia en el desarrollo político e intelectual de Chile*. Santiago: Imprenta Cervantes, 1983. Para consultar ao próprio Lastarria, ver: LASTARRIA, J. V.. “Investigaciones sobre la influencia social de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile”. In: LASTARRIA, J.V.. *Miscelánea Histórica i Literaria*. Tomo III: Historia. Valparaíso: [?], 1868 e, também LASTARRIA, J. V.. *Bosquejo histórico de la Constitución del gobierno de Chile: durante el primer período de la revolución, desde 1810 hasta 1814*. Santiago: Imprenta Chilena, 1847.

realizando todos aqueles atos plenamente conscientes do fim ao qual se dirigiam, como foi possível que o sólido regime colonial fosse derrubado e em seu lugar surgisse a república? A resposta é uma só: a força imanente da história somada à capacidade de realização dos homens.

Os *criollos* – vivenciando cotidianamente os abusos, erros e injustiças do regime colonial – operaram a favor de melhorias e de alívio para suas condições. Diretamente, pretendiam suavizar a exploração da Espanha. Contudo, ao tentarem realizar tal objetivo imediato e mais óbvio acabaram promovendo a independência e formando uma república. O resultado aconteceu por acaso? Não, porque nesse processo atuou a história que, invariavelmente, arrasta os homens em direção ao progresso, ao incremento civilizacional e à ampliação da liberdade⁷². Esse é o sentido universal da história da humanidade, a qual o Chile está conectado e contra o qual mesmo o mais sólidos dos regimes retrógrados e opressores não podem resistir⁷³.

Portanto, é o conhecimento preciso das leis promotoras dos acontecimentos a matéria que o historiador tratava de explicitar em sua narrativa, sobretudo ao desenvolver a crônica detalhada dos eventos políticos e sociais entre os anos 1808 e 1810. A sequência temporal completa e exaustiva permitia reconfigurar as condições do desenvolvimento histórico.

Assim, para ele, a independência tornou-se realidade porque, para além das intenções e ações humanas (expressas nas causas político-contingentes), estava também em jogo a história, com sua força inexorável que sempre dirige as sociedades rumo ao progresso e à liberdade. Ficando implícito o movimento histórico de ascensão entre o período colonial até o período independente. Nesse ponto, é necessário salientar a noção de liberdade⁷⁴ que emerge do pensamento histórico de Miguel Luís Amunátegui⁷⁵, pois tal conceito é importante por dois motivos: primeiro, por colocar em movimento a história – tal como acabamos de analisar; segundo, porque por meio dessa noção o autor revela a faceta mais liberal do seu pensamento. Este ponto é o principal objetivo de *La Crónica*, para além de narrar em detalhes

⁷² Lembremos que desde a Antiguidade Clássica, preferencialmente, é o desequilíbrio entre justiça e política que move as revoluções nas formas de governo, em que a república é apenas uma dessas formas, embora filosoficamente seja a mais preferível.

⁷³ É por essa razão que em muitos momentos Amunátegui até propõe uma solução para evitar a ruptura definitiva entre metrópole e colônia, mas sempre pondera que é uma solução temporária, porque seria inevitável que os domínios hispano-americanos em algum ponto de sua história deixassem de submeter-se a um regime estrangeiro e, mais ou menos, exploratório.

⁷⁴ Sobre o conceito de liberdade no Chile, ver: CASTILLO, Vasco. *La creación de la República: la filosofía pública en Chile 1810-1830*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

⁷⁵ A noção de liberdade de Miguel Luís Amunátegui existe tanto a influencia do liberalismo europeu quanto do republicanismo humanista. Para essa discussão remetemos o leitor à: SKINNER, Quentin. "The idea of negative liberty: Philosophical and historical perspectives". In: R. Rorty, J.B. Schneewind e Q. Skinner (comps.). *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

as causas da formação da junta de governo em 1810. Devemos, pois, considerar que um ano antes de publicar os tomos um e dois da obra, em 1875, Amunátegui havia sido derrotado nas eleições internas do Partido Liberal para ser candidato à presidência. Naquela ocasião, pesava contra ele a acusação de que suas posições políticas e intelectuais revelavam “indecisão liberal”. Em um momento em que o Chile estava enfrentando as principais reformas na Constituição conservadora de 1833, tratava-se de uma acusação bastante grave. Em especial, para um político que há mais de onze anos (em 1864, ocupou pela primeira vez um cargo político, como deputado), vinha participando dos debates políticos do seu país e havia construído um legado político e intelectual a ser defendido dos pares que o acusavam de timidez em suas convicções partidárias.

Vale também observar que a carreira pública e intelectual eram para Amunátegui as únicas formas de mérito, reconhecimento e ascensão social. Como vimos no capítulo de introdução, ele era um jovem que, embora tivesse relações familiares muito importantes – principalmente por parte materna –, não havia herdado, na ocasião da morte do seu pai, nenhuma herança significativa que lhe assegurasse uma posição social favorável. Seu lugar no seio da sociedade chilena teve que ser construído do início. Primeiro foi como professor, depois escritor e historiador e, posteriormente, como político. Não é, portanto, infundado supor que Amunátegui desejasse com a carreira política alcançar um lugar de prestígio social que seu nascimento e condição financeira não haviam lhe proporcionado. A derrota para Aníbal Pinto⁷⁶, seguramente, representou um duro golpe nas suas pretensões sociais e políticas e, provavelmente até mesmo em seu orgulho pessoal. Por isso a acusação de ser “indeciso” precisava ser rebatida como a melhor oportunidade de assegurar seu lugar na política chilena daquele momento. Percebendo a situação, Amunátegui utilizou a escrita da história nacional para narrar (e estabelecer sua própria identidade ideológica), com um dos períodos mais revolucionários do Chile.

Estabelecido esse nexo, acreditamos que a partir da análise feita pelo historiador sobre as condições ideológicas envolvidas no advento da Independência, podemos também resgatar seu posicionamento sobre o futuro republicano do Chile.

Por esse motivo, em sua narrativa, a república origina-se no próprio movimento emancipacionista iniciado em 1810 e figura como única forma de organização do Estado capaz de garantir a liberdade frente à dominação, à escravidão e ao despotismo, na medida em

⁷⁶ Aníbal Pinto era membro da elite política, econômica e cultural do Chile. De família tradicional, rica, filho do ex-presidente Francisco Antonio Pinto (1827-1829), era um personagem muito bem relacionado com intelectuais europeus, o que lhe conferia ainda mais prestígio social entre seus pares. E, provavelmente, esse lastro social tenha pesado a seu favor no momento de escolher o candidato liberal às eleições.

que permite a participação dos indivíduos nas decisões públicas do governo – daí a relevância dos *cabildos abiertos*, da opinião popular e da questão dos cargos públicos, representatividade dos deputados americanos em Cádiz e a exigência de maior participação dos agentes locais nas decisões do poder, questões que enunciam esse princípio na perspectiva histórica. Ademais, propõe que a ruptura com a Espanha ocorreu tanto para garantir que o governo local correspondesse às necessidades e aos anseios de seus habitantes, quanto para romper com um governo estrangeiro que explorava, dominava e condicionava as capacidades de desenvolvimento da sociedade, então, nomeada de chilena. Assim, a Independência teria ocorrido precisamente para garantir a liberdade e a participação dos *vecinos* e, na sequência, a república teria sido fundada para assegurar a sobrevivência desses elementos, então considerados centrais para a vida social em liberdade. Portanto, há uma relação interna na origem da república no Chile entre liberdade, república e soberania popular.

Em suma, podemos dizer que a liberdade no pensamento de Amunátegui pressupõe garantir a independência frente à dominação estrangeira, bem como a liberdade dos seus membros no interior do próprio Estado, sob o império da lei⁷⁷. E, segundo a perspectiva da liberdade interna, torna-se necessário ao historiador discutir os costumes, os hábitos e a herança colonial, pois eliminar todas as condições que viabilizassem o despotismo ou o retorno de qualquer outro traço negativamente associado ao período colonial era fundamental para o projeto de futuro do Estado. Além do mais, está ciente que a participação cívica demanda cidadãos virtuosos preparados para sacrificar seu bem individual em prol do bem comum – daí a importância de Carrasco como o anti-herói, da demorada descrição do caráter e qualidade de Don Mateo, das críticas ao regime educacional colonial.

Ao recordar esses princípios, Amunátegui cria para si um lastro histórico para suas próprias ideias e projetos políticos. Essa estratégia não é de relevância menor, pois remontar-se às origens ideológicas da Independência equivalia a resgatar o aspecto mais radical da empresa emancipatória – iniciada no dia 18 de setembro, consolidada em 1818 com a declaração da Independência e que tem como pedra de toque a formação da república – porque rompe com as formas de legitimidade políticas herdadas do período colonial e abraça,

⁷⁷ A preocupação em ter uma constituição surge desde cedo entre os *criollos* emancipacionistas, tanto é assim que logo após a formação da Junta se deu início a eleição dos membros do Congresso Nacional e da eleição de uma Assembleia Constituinte. Por essa razão, algumas vezes, Amunátegui refere-se ao movimento hispano-americano pelo termo “constitucionalista”, pois, ao final, o que desejavam era impor um sistema legal que pudesse garantir a participação dos súditos nos negócios públicos e limitar o poder do rei, causas estas que estarão na base dos argumentos de justificativa da Independência e remontam aos novos valores a serem protegidos pela república.

definitivamente, uma tradição de pensamento político que é essencialmente antimonárquica – o republicanismo⁷⁸.

Ademais, pretende revigorar na memória dos seus concidadãos a missão do Chile enquanto nação independente: manutenção e ampliação da liberdade conquistada em 1810. Nesse sentido, é importante ter em mente que as décadas de 1870 e 1880 – durante as quais Amunátegui escreveu suas principais obras, *Los Precursores* e *La Crónica* – foram fundamentais para, a partir da esfera política, se repensar os novos limites e definições da república em Chile⁷⁹, tendo como base o legado da Constituição de 1833. Processo no qual Miguel Luís Amunátegui esteve completamente imiscuído, algumas vezes como deputado e como ministro de Justiça, Culto e Instrução Pública, em 1876.

A Carta de 33 surgiu após a vitória militar dos conservadores sobre o bando liberal, em 1830, e sua principal característica foi ter substituído o equilíbrio do executivo e legislativo pela primazia da função executiva, restringido a participação política dos cidadãos, instituído privilégios ao presidente – considerado o único capaz de garantir as liberdades e manter a ordem – e, também, possibilitado a existência de longos períodos em estado de sítio. Por essa razão, a Carta foi considerada por muitos intelectuais da época – entre eles Amunátegui – como sinal da vitória das forças autoritárias e coloniais ainda presentes na sociedade chilena, posto que nela expressava-se uma visão bastante conservadora do republicanismo.

Esse diagnóstico, em maior ou menor grau, estimulou a percepção sobre a necessidade de uma reformulação constitucional⁸⁰ que limitasse os poderes do executivo, ampliasse as liberdades individuais e permitisse a maior presença ativa do cidadão dentro da sociedade⁸¹. Essas questões suscitaram discussões, por exemplo, sobre a formação de

⁷⁸ Segundo explica o filósofo Vasco Castillo a tradição republicana dos chilenos remonta, principalmente, à tradição de pensamento europeia dos humanistas cívicos (e, nesse aspecto, a principal figura é Maquiavel) dos séculos XV e XVI até os filósofos da Ilustração, no século XVIII, como Montesquieu e Rousseau. CASTILLO, *La creación...*, capítulo 2.

⁷⁹ Sobre as constantes mudanças na definição e condução prática da república no Chile, recomendamos a leitura de: CRISTI; RUIZ-TAGLE. *La República en Chile: teoría y práctica del Constitucionalismo republicano*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

⁸⁰ Sobre esse tema o livro de Julio Heise é referência fundamental: HEISE, J. *150 años de evolución institucional*. Santiago: Editora Andrés Bello, 2007.

⁸¹ Autores como Renato Cristi propõem que as reformas constitucionais das décadas de 1870 e 1880 são um retorno aos princípios constitucionais já estabelecidos em 1828 na Carta Constitucional adotada naquele ano e cuja autoria é atribuída ao liberal espanhol José Joaquín de Mora. Ideais que haviam sido ofuscados pelos dispositivos legais conservadores da Carta de 1833. Nas palavras de Cristi: “a Constituição de 33 não pode ser classificada de presidencialista ou parlamentarista, senão mais bem se trata de um governo aristocrático e autocrático, fundado em algumas disposições da Constituição de 1823 e uma reforma da Constituição de 1828. O regime que surge a partir de 1830 favorece os interesses econômicos das classes altas, as demandas dos capitalistas estrangeiros e para isso impõe uma ordem interna. A restauração do centralismo hispânico autoritário mantém a estratificação social da colônia, mas ao mesmo tempo protege a propriedade e libera o comércio”. Isso

cidadãos aptos à participação política, aos vícios e virtudes públicas e outros temas correlatos⁸². Também foram discutidas e aprovadas no Congresso Nacional a lei de imprensa, lei eleitoral, lei do direito à associação, entre outras e, ademais, nessa mesma época iniciou-se também o processo de secularização do Estado.

Em termos teóricos, a discussão constitucional referia-se, fundamentalmente, à definição da representatividade política dentro da república⁸³. A pergunta dos políticos chilenos da segunda metade do século XIX é “quando” e “quem” estaria apto a viver sob o regime de leis liberais e até que ponto seria possível abandonar a vigência segura e experimentada das leis autoritárias⁸⁴ para adotar um regime democrático. Claro está, por detrás dessa dúvida, a opinião de que a liberdade resultante da Independência não estava plenamente instituída entre as classes populares. Isso porque se distinguia entre alcançar a independência política – movimento resultante da dominação espanhola contra o qual se reagiu mediante a consciência plena da opressão – e chegar à liberdade – entendida como

porque existem dois argumentos por detrás do funcionamento político e social do Chile, imersos nos temas correlatos da cidadania, democracia, liberdade e outros que são, primeiro, a ignorância das massas que as impede de viver um regime plenamente livre e, segundo, o perigo das facções políticas que agitam os ânimos populares e ameaçam a ordem. Tal mudança Renato Cristi acredita que se inaugura no Chile uma nova república entre 1871-1924 que o leitor poderá ver melhor delineada em: CRISTI; RUIZ-TAGLE, *La República...*, p. 106-114.

⁸² Para essa segunda discussão, Miguel Luís Amunátegui escreveu em coautoria com seu irmão Gregório Víctor, na década de 1850, *De la instrucción primaria en Chile: lo que es, lo que debería ser* na qual discute justamente sobre como um sistema público de educação primária financiada e gerida pelo Estado deveria fazer-se responsável pela formação de uma massa cidadã apta a influir na vida pública, preenchendo com sua participação e efetiva participação política os sentidos da república.

⁸³ Sobre este tema, Cristi e Ruiz-Tagle explicam que a partir da experiência romana da república surge a necessidade de anular a dominação exercida pelas maiorias democráticas – norma na república ateniense. Formando o que chamam de constitucionalismo republicano, em que a cidadania política e social deve se submeter ao controle público e permitir que suas decisões sejam debatidas. Daí a necessidade de se estabelecer canais por onde os indivíduos possam se expressar e dissentir, fragmentando a participação direta em poderes constituídos por meio de diversas assembleias representativas. Com base nessa explicação, os autores afirmam que o republicanismo que surge no Chile, a partir de 1823, é mais liberal que democrático, mais representativo do que participativo. Mas, nós observamos que essa “decisão” política continuará sendo um problema, em especial após a Carta de 1833, porque a tensão democracia-república não será eliminada dos debates, tendo em vista que apesar das inúmeras restrições participativas ainda se seguia definindo juridicamente ao Chile como uma república popular e representativa - definição herdada da Carta de Mora, de 1828. Portanto, pode-se dizer que as discussões reformistas das décadas de 70 e 80, ao final, seguem tentando dar contornos mais precisos ao projeto político iniciado em 1810 à luz das experiências adquirida desde aquele ano. CRISTI; RUIZ-TAGLE, *La República...*, Introducción.

⁸⁴ Amunátegui responde à dúvida se os chilenos estariam pronto à liberdade política ou se ainda seguiam necessitando da tutela política de um Estado fortemente presidencialista, na introdução à *Descubrimiento i Conquista de Chile* (1864), ao defender a espontaneidade do coletivo sobre a atuação individual dos poderes soberanos – sejam reis, ditadores ou presidentes –, chegando a propor até mesmo uma reforma legal que propiciasse esse aspecto mais participativo dentro do modelo republicano. A crítica, então, se dirigia ao governo de Manuel Montt, sucessor ideológico fiel do modelo político portaliano consolidado pela Constituição de 1833. Mas, pela reiteração dos argumentos de Amunátegui, vemos que a crítica ao regime portaliano (tomado aqui como continuação da colônia) e a resposta ao problema da república-democracia continuam as mesmas desde 1810: apontam para uma reforma legal que limitasse o presidencialismo, desse mais participação dos cidadãos e estimulasse a criação de um espaço público propício à vida em liberdade.

produto cultural conformado a partir das leis e do enraizamento de novos costumes cívicos e sociais⁸⁵.

Embora houvesse certo consenso de que não havia bastado a criação da república para que as condições de exercício da cidadania estivessem igualmente disponíveis, os intelectuais tendiam a se dividir entre os *liberais* que defendiam a visão de que as qualidades republicanas surgem da vivência da liberdade e, por isso, confiam em um regime mais democrático, e os *conservadores* (e até alguns liberais moderados), os quais apresentam restrições a tal participação, por receio das paixões e espontaneidade das forças populares. “Nessa bifurcação se formam os modelos de república que se projetam e se enfrentam polemicamente”⁸⁶. Em termos, teóricos poderíamos dizer que se trata de uma controvérsia entre diferentes formas de liberdade.

Nossa interpretação é que Amunátegui concorda com a importância da abertura de um espaço público para o exercício da cidadania ativa, que permita a defesa da liberdade e manutenção da república e, politicamente, se coloca favoravelmente às reformas constitucionais na direção da ampliação democrática. A partir dessa posição, discutir-se-á a importância da educação na formação de cidadãos aptos à vida política, os vícios sociais herdados da colônia que precisam ser eliminados, as virtudes públicas a serem adquiridas, e, ainda, a substituição da soberania monárquica pela soberania popular a partir da existência dos *cabildos abiertos*, e relatar as participações populares na história e outros temas relativos à criação da república.

Em suma, podemos afirmar que, para afiançar suas posições políticas, Amunátegui volta ao passado tentando resgatar e compreender as origens da república, pois acredita que estas deveriam orientar as soluções para os problemas republicanos do Chile na segunda metade do século XIX. Ao operar deste modo, ele estabelece similitudes entre os aspectos da discussão constitucional ocorrida nas décadas de 1870 e 1880 e as origens da república chilena⁸⁷. Isso porque, como vimos, todo o processo de transformação política da colônia para a república está pautada na soberania popular desprendida da ação direta dos *vecinos* de Santiago unidos em torno do *cabildo abierto* no ano de 1810, quando os principais avanços em direção à Independência e à república são formulados.

⁸⁵ A distinção teórica entre liberdade e independência nos remete aos escritos de Benjamin Constant, ver: CONSTANT, B.. *Escritos de Política*. Trad.: Eduardo Brandão. Intr.: Celia Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁸⁶ CASTILLO, *La creación...*, p. 77-78.

⁸⁷ Muitos autores entendem que o Chile, apesar das reformas constitucionais em favor da ampliação eleitoral das camadas populares, seguiu sendo uma república fortemente excludente. Essa visão pode ser melhor apreciada em *Contrucción de un Estado* de Gabriel Salazar quanto em *La República en Chile* de Cristi e Ruiz-Tagle, ambas obras já citas.

Na maioria dos casos, os argumentos políticos de Amunátegui funcionam por meio do contraste entre república e colônia. Por exemplo, a ignorância imposta pelo regime colonial e os sistemas de ensino legados pela Espanha, quando somados, resultam em letargia social, embrutecimento, superstição e fanatismo, ou seja, mazelas coloniais desveladas historicamente quando o autor lança mãos das descrições das características dos acadêmicos formados em San Felipe e do estilo de ensino empregado nessa universidade. Tais narrações são uma ferrenha crítica ao sistema de formação dos indivíduos dentro de um regime que corresponde às exigências de sua manutenção e durabilidade. O objetivo é certamente causar uma espécie de repúdio que possa transformar em justificativa para a ação política de combate à realidade retrógrada, ação baseada no uso de das armas da Ilustração, o conhecimento e a razão. Assim, o historiador também se mostra ciente da necessidade de formar algo inexistente: cidadãos aptos a viver em liberdade. Apesar das limitações temporais do próprio relato, fica evidente a proposta ao criticar a educação e a repressão colonial. Ao leitor da sua época, esse relato é mais eficiente porque pode contrastar aqueles atrasos com os avanços da república. Nesse contexto, faz todo o sentido a defesa política que no início da década de 70, Miguel Luís Amunátegui faz da educação pública estatal, a importância que atribuiu ao Instituto Nacional⁸⁸ e, em sua narrativa, ficam justificadas suas menções ao liberalismo, às garantias individuais, a liberdade de expressão e outros logros da república que procura se distanciar de suas origens autoritárias e centralistas na era colonial.

Em atenção às últimas consequências do pensamento de Miguel Luís Amunátegui, revelamos a imbricação problemática entre república e democracia e, por isso, é preciso analisar como o elemento popular aparece na narrativa. Inicialmente, pode-se dizer que Amunátegui não faz mais do que duas referências diretas ao povo (em outras palavras, às classes subalternas), muitas vezes confundido com os *vecinos* e que são, na maior parte do tempo, a elite *criolla* de Santiago. A primeira referência é quando fala da deposição de Carrasco e da tensão que o debate público sobre as arbitrariedades do governador geraram no ânimo dos moradores da capital, levando-os às ruas com medo de que a qualquer momento uma insurgência dos rebeldes ou contrarreação das autoridades oficiais pudesse acontecer

⁸⁸ Cabe refletir que essas transformações nascem por meio das leis e da direção do Estado em executá-las, criando as condições necessárias para vida republicana. Por isso, é possível pensar em uma república que assuma como dever social a educação – entendida como formação do cidadão e, como condição *sine qua non* para uma sociedade meritocrática. Embora pareça ser esse um pensamento ingênuo, não o é porque a transformação não advém somente das leis, mas da sua prática correta, da construção lenta e paulatina de uma nova geração que, ao ser educada adequadamente, se torna capaz de formar esse bastião da liberdade que tanto necessita a república. Essa é a visão, por exemplo, de Amunátegui em sua obra *De la instrucción primaria en Chile*.

ameaçando sua segurança. A segunda é uma das cenas finais de *La Crónica* quando se narra a agitação popular antecipadora da formação da Junta.

A narrativa revela como o medo de um enfrentamento bélico entre os bandos políticos desencadeia, nas duas ocasiões, uma série de agitações populares que é respondida com a realização de um *cabildo abierto* e uma reação política contundente. O coletivo populacional de Santiago aparece para construir um clima de tensão social. Se por um lado, sua participação aparece desprovida de vontade própria, pois atua movido pelo clima de instabilidade e insegurança instaurado pelas disputas políticas dos partidos compostos pela elite *criolla* do Chile, por outro lado, a tensão social criada por sua presença tem a missão de criar, dentro do relato, um clima dramático que eleva a importância dos eventos e dota os impulsos setorizados da elite de um sentido coletivo e urgente. Tornando-se, por fim, o estopim para os dois eventos mais radicais de *La Crónica*: a deposição do governador e a formação da junta.

Também é verdade a participação cidadã nas decisões do Estado ainda que em época colonial revele o medo das paixões, arroubos e espontaneidade das atuações coletivas. Quando da deposição de Carrasco, Amunátegui escreve:

Ao cabo de pouco tempo, se acharam congregadas na praça umas oitocentas pessoas. Os alcaides Cerda e Eizaguirre e alguns dos magnatas mais condecorados deliberaram sobre o que convinha fazer, e acertaram um plano. Por sua ordem, a gente reunida se distribuiu em destacamentos mais ou menos numerosos (...). A cabeça de cada um deles, colocou-se uma pessoa de respeito. [Esse estado de coisas] não podia prolongar-se por mais tempo a situação angustiosa em que se achava o vecindario da capital, e que, por pouco que durasse, haveria de se fazer extensiva ao reino inteiro⁸⁹.

Para conter a imprevisibilidade de uma agitação popular nacional que não pudesse ser controlada pelas “pessoas de respeito”, “muitos que antes tinham medo da instalação de um governo nacional se persuadiram que era o único recurso a que se podia apelar”⁹⁰. Portanto, surge (desde esse momento) entre os *criollos* uma visão de que a participação do povo precisava ser contida, por uma ação necessariamente vinda da elite e que assumisse a representação da vontade popular de maneira mais moderada. Essa visão é a mesma que persiste décadas depois entre aqueles políticos defensores da representatividade em detrimento da participação direta.

Apesar de haver certa ambiguidade na discussão de Amunátegui sobre esse tema, acreditamos que a melhor leitura do seu pensamento é reconhecer que a principal função da

⁸⁹ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 316-317.

⁹⁰ AMUNÁTEGUI, *La Crónica...*, vol. II, p. 317- 319.

participação popular é dotar os movimentos políticos e sociais de dinamismo. Posição idêntica à do período colonial, na qual obrigaram os *criollos* a sair da esfera de conforto das lutas retóricas para ação política concreta. Deixando, assim, entrever que a sociedade colonial em seu estado natural permanecia em repouso da ordem e na concórdia da vida rotineira de obediência ao rei, todavia, apesar disso, o povo poderia ser mobilizado politicamente caso se sentisse afetado pelo contexto (fosse pela questão da insegurança ou pela indignação que a má sorte dos membros da elite despertavam no povo dada a empatia que tinham para alguns desses personagens). Portanto, não é arriscado propor que por causa da herança colonial, dos hábitos de obediência e da tendência ao repouso adquiridos nos largos séculos de dominação, o povo seja visto pelo autor como desprovido de uma ação política espontânea que caberia, justamente, à república (principalmente, por meio da educação) desenvolver por meio da formação de hábitos novos e mais compatíveis com um espírito público republicano⁹¹.

Se considerarmos que existe um real esforço do autor em traçar afinidades de suas ideias com o pensamento político de 1810, novamente, corroboramos de nossa leitura que Miguel Luís Amunátegui se inclina pela participação ativa dos cidadãos. Pois, ao reconhecer que foi a existência da vontade popular expressa claramente no âmbito público – ou seja, a existência dos conceitos de soberania popular e opinião pública – que orientaram as demandas por reformas políticas em 1810 – então entenderemos estar a soberania popular na origem da verdadeira legitimidade política da república independente e, portanto, negar a participação democrática seria o mesmo que negar as origens da própria república. Assim, insistimos que existe uma correspondência entre os conceitos que articulam o pensamento político e histórico de Amunátegui.

A possibilidade da democracia, portanto, estava dada no pensamento de Amunátegui. Mas, ele se mostrava ciente de que as forças progressistas e liberalizantes da história, para atuar de maneira mais eficiente sobre a realidade precisava trabalhar em cumplicidade com as ações humanas. Para que isso ocorresse, o autor acreditava ser preciso conhecer o período colonial, para entender a formação da sociedade chilena e descobrir aí suas qualidades e

⁹¹ Se pensarmos nas descrições sociais de *Los Precursores* o argumento parece ganhar relevância. Nessa obra, Amunátegui descreve como indígenas e diversos tipos de mestiços não contribuíram diretamente para o desenvolvimento da ideia de independência. Participando, apenas no limite de seus interesses mais imediatos, sem se imiscuir nos problemas de poder, submissão e liberdade. Em última instância, deduz que a emancipação foi um processo levado à cabo pelos próprios *criollos*, constituindo-se em uma guerra civil. Mas, se há argumentos para se advogar pela inexistência de uma identificação completa com a ideologia emancipacionista, isso não significa que a presença das camadas populares tenha sido nula, mesmo porque sem sua presença física a guerra de reconquista teria sido inviável. Ainda arriscamos a propor que sem a presença das classes subalternas o próprio processo de independência teria retardado, porque como veremos, a participação popular agrega dinamismo aos movimentos políticos.

fraquezas e, assim, desenvolver uma vida republicana e independente para o Chile. Só a partir desse conhecimento, segundo entendia o autor, seria possível saber em que sentido os homens e seu sistema jurídico poderiam contribuir para a consolidação das transformações iniciadas em 1810 e para o avanço dos ideais republicanos.

Também é verdade que o pensamento de Miguel Luís Amunátegui, na obra analisada, não resolve as ambiguidades que resultam de suas interpretações históricas e dos desdobramentos políticos e teóricos que elas admitem, muito embora, pelos argumentos expostos anteriormente, seja possível perceber a franca aceitação de uma república mais democrática. De forma contundente e coerente, encontramos em *La Crónica* uma interpretação sobre o passado a partir da explicação de como a história acontece, qual o sentido por detrás dos eventos e, por conseguinte, como os homens deveriam atuar para favorecer sua melhor existência enquanto sociedade. Assim, o pensamento de Amunátegui pode ser resumido na forma de narração de um percurso histórico inevitável de libertação e progresso que une e dá sentido aos eventos conjunturais (e mais óbvios) da vida humana. O passado existe porque a história se realiza apesar das intenções humanas mais imediatas e das ações humanas, revelando, em seu desenrolar, o seu sentido transcendente. Em outras palavras, a existência do Chile é uma decorrência tanto necessária quanto natural de seu próprio passado. Surgindo como resultado de um percurso em que a sociedade chilena moveu-se entre formas de governo e sociabilidade que foram da servidão até um maior grau de liberdade, a república. Abandonando, assim, uma condição negativa de dominação para alcançar outra superior e melhor, de não-dominação. Por tanto, por detrás da ação da história está a liberdade como valor e força suprema que conduz a humanidade em direção ao progresso e é deste raciocínio que Miguel Luís Amunátegui retira a estrutura do seu pensamento historiográfico e político sobre a formação e consolidação da república no Chile. Por fim, vemos o historiador colocar-se como um guia que conecta o passado ao futuro e que mostra o caminho percorrido e aponta a direção ainda a percorrer rumo à liberdade. Desse modo, a história nacional em seu processo de criação encontra sua própria justificativa.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

AMUNÁTEGUI, Miguel Luís; AMUNÁTEGUI, Gregorio Victor. *La Reconquista Española: apuntes para la Historia de Chile (1814-1817)*. Santiago: Imprenta Chilena: dezembro de 1851.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Títulos de la República de Chile a la soberanía i dominio de la Estremidad Austral del Continente Americano*. Santiago: Impr. de Julio Belin, 1853.

AMUNÁTEGUI, M.L. e AMUNÁTEGUI, G.V.. *Biografías de Americanos*. Santiago: Imprenta Nacional, 1854.

AMUNÁTEGUI, M. L.; AMUNÁTEGUI, G. V.. *De la instrucción primaria en Chile: lo que es, lo que debería ser*. Santiago: Imprenta del Ferrocarril, 1856.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Juicio crítico de algunos poetas hispano-americanos*. Santiago: Imprenta del Ferrocarril, 1861.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Descubrimiento i Conquista de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 1862.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *La cuestión entre Chile y Bolivia*. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1863.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Compendio de la Historia Política y Eclesiástica de Chile*. 6a. Edição. Valparaíso: Imprenta del Universo de Guillermo Helfmann, 1867.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Los Precursores de La Independencia de Chile*. Vol. I, II, III. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1870-72.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Crónica de 1810*. Vol I e II. Santiago: Imprenta de la Republica de Jacinto Nuñez: 1876.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Vida de Don Andrés Bello*. Santiago: Pedro G. Ramírez, 1882.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Obras Completas de Don Andrés Bello: Opúsculos literario i Críticos II*. Volume VII. Santiago: Imprenta de Pedro G. Ramirez: 1884.

AMUNÁTEGUI, M. L.. *Cuadros antiguos*. Santiago: Nacional, 1896.

- AMUNÁTEGUI, M.L.. *Don Manuel de Salas*. 2 tomos. Santiago: Imprenta Naciona, 1895.
- AMUNÁTEGUI, M. L.. *La Crónica de 1810*. Vol III. Santiago: Imprenta Elzeviriana de J. T. Medina: 1899.
- AMUNÁTEGUI, M. L.. *Obras Completas*. Santiago: Imprenta Litografía i Encuadernacion Barcelona, 1906.
- AMUNÁTEGUI, M. L.; AMUNÁTEGUI, G. V.. *La Dictadura de O'Higgins*. Santiago de Chile: Imprenta, Litografla i Encuadernacido Barcelona. 1914.
- ARANA, Diego Barros. *Don Miguel Luis Amunátegui*. Editado por C. Morla Vicuña. Paris: Imprenta de A. Lahure, [1889?].
- ARTEAGA ALEMPARTE, Justo. *Los candidatos en candelero*. Santiago: Imprenta de la Librería del Mercurio, 1875.
- BILBAO, Francisco. "Sociabilidad Chilena". In: *El Crepúsculo*. Santiago: [s.n.], 1843-1844. Tomo 2, n° 2, 1 jun. 1844, p. 57-90.
- CHIAPPA, Victor M.. *Noticias bibliográficas sobre la Colección de historiadores de Chile y documentos relativos a la historia nacional*. Santiago: Imprenta de Enrique Blanchard-Chessi, 1905.
- COLECCIÓN de documentos inéditos para la historia de Chile: informaciones de méritos y servicios (índice: 1526-1618). Santiago: Fondo Histórico y Bibliográfico J.T. Medina, 1963.
- ERRÁZURIZ, Crescente. *Los Orígenes de la Iglesia chilena*. Santiago: Imprenta de El Correo: 1873.
- GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile: História*. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2007.
- GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile: Documentos*. Volumes I, II, III. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2009.
- GAY, Claudio. *Historia física y política de Chile - Atlas de la República de Chile*. Volumes I e II. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2010.

LASTARRIA, José Victorino. "Investigaciones sobre la influencia social de la conquista y del sistema colonial de los españoles en Chile". In: LASTARRIA, J. V.. *Miscelánea Histórica i Literaria*. Tomo III: Historia. Valparaíso: [?], 1868.

LASTARRIA, José Victorino. *Bosquejo histórico de la Constitución del gobierno de Chile: durante el primer período de la revolución, desde 1810 hasta 1814*. Santiago: Imprenta Chilena, 1847.

LASTARRIA, José Victorino. *Recuerdos Literarios: datos para la historia literaria de la América española i del progreso intelectual en Chile*. Segunda Edição revista. Santiago: Librería de M. Servat. 1855.

MACKENNA, Benjamín Vicuña. *Los girondinos chilenos*. Prólogo de Cristián Gazmuri. Santiago: Universitaria, 1989.

Revista de Santiago. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 1848-1855.

ROSALES, Justo Abel. *Bibliografía del literato D. Miguel Luis Amunátegui*. Santiago: Imprenta de la Libertad Electoral, 1888.

SALAS, José Hipólito. *El servicio personal de los indígenas y su abolición*. Santiago: Imprenta de La Sociedad: 1848.

Sud-América: revista científica i literaria. Vol. I e II. Santiago: Imprenta del Sud-América, 1873-1874.

VICUÑA MACKENNA, Benjamín. *Historia General de la República de Chile desde su Independencia hasta nuestros días*. Santiago: Imprenta Nacional, 1866-1882.

2. Fontes Secundárias

- ALVA, Joseph D. “El debate al método historiográfico en el Chile del siglo XIX”. In: *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 28, p. 97-128, 2002.
- ANNINO, Antonio; Guerra, Francois-Xavier. *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX*. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- BADER, Thomas. “Early Positivistic Thought and Ideological Conflict in Chile Early Positivistic Thought and Ideological Conflict in Chile”. In: *The Americas*, vol. 26, n. 4, p. 376-393, 1970.
- BAEZA, R. S.. “De la Historia Natural a la Historia Nacional - La *Historia física y política* de Claudio Gay y la nación chilena”. In: GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile: História*. Volumes I. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago de Chile: Cámara Chilena de la Construcción: Pontificia Universidad Católica de Chile: Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2007.
- BAEZA, Rafael Sagredo. “Geografía y nación. Claudio Gay y la primera representación cartográfica de Chile”. In: *Estudios Geográficos*. Santaigo, vol. LXX. janeiro-junho, 2009.
- BAEZA, Rafael Sagredo. “Ciencia, Historia y Arte como Política: El Estado y la Historia Física Y Política de Chile de Claudio Gay”. In: BAEZA, Rafael Sagredo (editor). *Ciencia-Mundo. Orden republicano, arte y nación en América*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, Editorial Universitaria, 2010.
- BAEZA, Rafael Sagredo. “El Atlas de Gay - La Representación de una Nación. In: GAY, Claudio. *Atlas de la historia física y política de Chile*”. Editor: Rafael Sagredo Baeza. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción, Pontificia Universidad Católica de Chile, Dirección de Bibliotecas Archivos y Museos, 2010.
- BAEZA, Rafael Sagredo. *Vapor al norte, Tren al sur: El viaje presidencial como práctica política en Chile, siglo XIX*. 1ª Edição. Santiago: DIBAM, 2001.
- BEIRED, J. L., CAPELATO, M. H. e PRADO, M. L. (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas (séculos XIX e XX)*. Assis: FCL-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de Histórias das Américas, 2010.
- BARBIER, J. A.. “Elite and Cadres in Bourbon Chile”. In: *The Hispanic American Historical Review*. vol. 52, n. 3, aug., p. 416-435, 1972.
- BENGOA, José. *Historia de los antiguos mapuches del sur: desde antes de la llegada de los españoles hasta las paces de Quilín: siglos XVI y XVII*. Santiago: Catalonia, 2003.
- BENGOA, José. *Historia del pueblo mapuche: siglo XIX y XX*. Santiago: LOM Editorial, 2000.

- BERNEDO, Patricio. "Prensa e Iglesia en el Chile del siglo XIX". In: *Cuadernos de Información*, vol.12, 2006.
- BETHELL, LESLIE (org). *Historia da America Latina, Da Independência a 1870*. Vol. III. São Paulo: Edusp, 2001.
- BURKHOLDER, M.A. e CHANDLER, D. S.. "Creole Appointments and the Sale of Audiencia Positions in the Spanish Empire under the Early Bourbons, 1701-1750". In: *Journal of Latin American Studies*. vol. 4, n. 2, Nov., p. 187-206, 1972.
- BURNS, Bradford. "Ideology in Nineteenth-Century Latin American History". In: *Hispanic American Historical Review*. vol. 58, n.3, p. 409-431, 1978.
- CAMPBELL, Margareth V.. "Education in Chile (1810-1842)". In: *Journal of Inter-American Studies*. vol. 1, n.. 3, Jul., p-353-375, 1959.
- CAMPBELL, Margareth. "The Chilean Press: 1823-1842". In: *Journal of Inter-American Studies*. vol. 4, n. 4, p. 545-555, Out., 1962.
- CASTILLO, Vasco. *La creación de la República: la filosofía pública en Chile 1810-1830*. Santiago: LOM Ediciones, 2009.
- CERDA-HEGERL, Patricia. *Fronteras del Sur: la región del Bío Bío y la Araucanía chilena, 1604-1883*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1997.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado em Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- CID, Gabriel e SAN FRANCISCO, Alejandro (ed.). *Nación y nacionalismo en Chile: Siglo XIX*. Santiago: Ediciones Centro de Estudios bicentenarios, 2009.
- COLLIER, S.. *Chile, la construcción de una república (1830-1865): política e ideas*. Trad.: Fernández Purcell. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2008.
- COLLIER, S.; SATER, William F. *Historia de Chile: 1808-1994*. Trad. Milena Grass. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- COLLIER, Simon. *Ideas and politics of Chilean independence (1808-1833)*. London: Cambridge U.P., 1967.
- COLMENARES, Germán. *Las convenciones contra la cultura. Ensayos sobre historiografía hispanoamericana del siglo XIX*. 4ª Edição. Santafé de Bogotá: Universidad del Valle, Banco de la República, 1997.
- CONSTANT, B.. *Escritos de Política*. Trad.: Eduardo Brandão. Introd.: Celia Quirino. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CRISTI, Renato e RUIZ-TAGLE, Pablo. *La República en Chile: teoría y práctica del Constitucionalismo republicano*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

- DONOSO, R.. *Las ideas políticas en Chile*. México: FCE, 1946.
- EGAÑA, Loreto. *La educación primaria popular en el siglo XIX en Chile: una práctica de política estatal*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos; Editorial LOM, 2000.
- ENCINA, FRANCISCO A.. “Breve bosquejo de la literatura histórica chilena”. In: *Revista Atenea*. Concepción, vol.291-292, año 26, p. 27- 68, sep.-oct. 1949.
- ENCINA, F. A.. *La Literatura histórica chilena y el concepto actual de la historia*. Santiago: Nascimento, 1954.
- FELIÚ CRUZ, Guillermo. *La fundación del Instituto Nacional*. Santiago: Imprenta Cultura, 1950.
- FÉLIU CRUZ, G.. “Andrés Bello y la historiografía chilena”. In: *Revista Mapocho*. vol. 12, n. 3, 1965.
- FELSTINER, Mary L.. “Kinship Politics in the Chilean Independence Movement”. In: *The Hispanic American Historical Review*. vol. 56, n. 1, fev., p. 58-80, 1976.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales e Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- FERNANDEZ, Javier. “Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos”. In: CHARTIER, Robert (ed.). *La Revolución francesa: ¿matriz de las revoluciones?*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.
- FREITAS NETO, José Alves de . “As Histórias de Mitre: a Argentina e seus outros”. In: Marcia Naxara; Izabel Andrade Marson. (Org.). *Figurações do Outro na História. Figurações do Outro na História*. Uberlândia: EDUFU, 2009, v. 1, p. 389-410.
- FREITAS NETO, José Alves de . “Bárbaros e civilizados: representações de uma América em construção”. In: MIYOSHI, Alex. (Org.). *O selvagem e o civilizado nas artes, fotografia e literatura do Brasil. O selvagem e o civilizado nas artes, fotografia e literatura do Brasil*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2010, v. , p. 9-23.
- FUENZALIDA GRANDÓN, Alejandro. *Lastarria i su tiempo: su vida, obras e influencia en el desarrollo político e intelectual de Chile*. Santiago: Imprenta Cervantes, 1983.
- GALDAMES, Luis. *Historia de Chile*. Santiago de Chile: Zig-Zag, 1952.
- GARDINER, P., *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GAZMURI, C. e KREBS, R. (eds.). *La Revolución Francesa y Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 1990.
- GAZMURI, C. R. *El 48 chileno: Igualitários, Reformistas, Radicales, Masones y Bomberos*. Santiago: Editorial Universitária, 1999.

- GAZMURI, C. R. *La Historiografía Chilena (1842-1920)*. Santiago: Aguilar Chilena de Ediciones S.A., 2006.
- GÓNGORA, Mario. *Origen de los inquilinos de Chile Central*. Santiago: ICIRA, 1974.
- GONZÁLES, José Ignacio; SAGREDO BAEZA, Rafael. *La expedición Malaspina en la frontera austral del imperio español*. Santiago: Editorial Universitaria, Centro de Investigaciones Barros Arana, Dirección De Bibliotecas, Archivos y Museos, 2004.
- GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. *De empresarios a empleados: clase media y estado docente en Chile, 1810-1920*. Santiago: LOM Ediciones, 2011.
- GUARDA, G. *Flandes indiano: Las fortificaciones del reino de Chile 1541-1826*. Santiago: Universidad Católica de Chile, 1990. In: *Revista de estudios políticos*, nº 81, p. 169-196, 1955.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 184-200.
- GUIMARÃES, M. L.S.. “Nacao e Civilizacao nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUTIÉRREZ, HORACIO. “Exaltación del mestizo: la invención del roto chileno”. In: *Universum*. Talca, v. 25, p. 122-139, 2010.
- GUTIÉRREZ, HORACIO. “Fronteira indígena, nação e identidades: Chile no século XIX”. In: Horacio Gutiérrez; Márcia R. C. Naxara; Maria Aparecida de S. Lopes. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades. Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 115-132.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era do Capital 1848-1875*. Trad.: Luciano Costa Neto. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HEISE, Julio. *Historia de Chile: Período Parlamentario*. Tomo I. Santiago: Editora Andrés Bello, 1974-1982.
- HEISE, Julio. *150 años de evolución institucional*. Santiago: Editora Andrés Bello, 2007.
- JAKSIC, Ivan. *Academic rebels in Chile: the role of philosophy in higher education and politics*. Albany: State University of New York Press, 1989.
- JAKSIC, Ivan. *Andres Bello: scholarship and nation-building in nineteenth-century Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- JAKSIC, Ivan. *Andrés Bello: La pasión por el orden*. Santiago: Editorial Universitaria, 2010.
- JAKSIC, Ivan; POSADA-CARBÓ, Eduardo (orgs.). *Liberalismo y poder: Latinoamérica en el siglo XIX*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2011.

- JOCELYN-HOLT L., Alfredo. *El peso de la noche: nuestra frágil fortaleza histórica*. Argentina: Ariel, 1997.
- JOCELYN-HOLT L., Alfredo. “¿Un Proyecto Nacional Exitoso? La supuesta excepcionalidad chilena”. In: GONZÁLEZ, Francisco Colom (ed.). *Relatos de Nación: La construcción de las identidades nacionales en el mundo hispánico*. 2 vols., Editorial Iberoamericana, Madrid-Frankfurt a M., Verveuert, 2005, Tomo I, p. 417-438.
- JOCELYN-HOLT, A. *La Independencia de Chile: tradición, modernización y mito*. Santiago: DeBolsillo, 2009.
- KAEMPFER, Alvaro. “Lastarria, Bello y Sarmiento en 1844: Genocidio, historiografía y proyecto nacional”. In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año 32, No. 63/64, 2006, p. 9-24.
- KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 134-146, 1992.
- KOSELLECK, R.. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora UERJ, 1999.
- KOSELLECK, R.. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KREBS, Ricardo. “La idea de nacion en el pensamiento de Andrés Bello”. In: *Revista de Historia de América*, n. 67/68, Jan. - Dec., 1969, p. 152-174.
- LABARCA, Amanda. *Historia de la enseñanza en Chile*. Santiago: Editorial Universitária, 1939.
- MARTEL, Alamiro de Avila. “Los estudios históricos en los primeros años de Chile Independiente”. In: *Boletín de la Academia Nacional de Historia*, vols. XX-XXI, Buenos Aires, 1947-8, p. 366-99.
- MATTE LARRAÍN, Arturo. *La Alianza Liberal de 1875*. Santiago: Imprenta Universitaria, 1916.
- MEJÍA, Sérgio. “¿Qué hacer con las historias latinoamericanas del siglo XIX? (A la memoria del historiador Germán Colmenares)”. In: *Anuario Colombiana de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá, n° 34, 2007, p. 425-458.
- MEJÍA, Sérgio. “La noción de historicismo americano y el estudio de las culturas escritas americanas”. In: *Historia Crítica*. Bogotá, Edición Especial, p. 246-260, Nov. 2009.
- MÉJIA, Sérgio. “La república, más allá de la vieja práctica y de la nación posible. Incitación a la discusión republicana”. In: *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, n. 38, p. 88-107, Jan. 2011.

- MEURS, Marijke van (org). *Los Navegantes holandeses en las Costas de Chiloé (1600 y 1643)*. Ancud: Museo Regional de Ancud, 2007.
- MIGNOLO, Walter. “Herencias coloniales y teorías postcoloniales”. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Mignolo.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2010.
- MILANICH, Nara B.. *The children of fate: families, class, and the state in Chile, 1857-1930*. Durham: Duke University Press, 2009.
- MONEGAL, E. R.. *El Otro Andres Bello*. Caracas: Monte Avila Editores C.A, 1969.
- O’HIGGINS, Bernado et alii. *Declaración de la Independencia de Chile*. Disponível em: < <http://www.auroradechile.cl/newtenberg/681/article-2536.html>. Acesso em: 03 de março de 2011.
- PALTI, Elias. “Lugares y no lugares de la ideas en América Latina”. In: PALTI, E.. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2007.
- PALTI, Elias. “The ‘return of subject’ as a Historico-Intellectual problema”. In: *History and Theory*, v.43, n. 1, p. 366-99, fev. 2004.
- PALTI, Elias. “The nation as a problem: historians and the ‘national question’”. In: *History and Theory*, vol.40, n. 3, p. 324-346, out. 2001.
- PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. Tese de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.
- PÉREZ, José Muñoz. “Los proyectos sobre España e Indias en el siglo XVIII: el proyectismo como género”. In: *Revista de Estudios Políticos*. Madrid, vol. LIV, n. 81, p. 169-195, maio-junho 1955.
- PIMENTEL, Juan. *Ciencia y política en el pensamiento colonial de Alejandro Malaspina (1754-1794)*. Tese de doutorado apresentada à Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Complutense de Madrid: Madrid, 1994. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/tesis/19911996/H/0/H0021701.pdf>, acessado em 05-04-2012.
- PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. “Frontera, misiones y misioneros en Chile, La Araucanía: 1600-1900”. In: PINTO RODRÍGUEZ, Jorge e outros (ed.). In: *Misioneros en la Araucanía, 1600-1900*. Temuco: Universidad de la Frontera, 1988.
- PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. *La formación del estado, la nación y el pueblo Mapuche: De la inclusión a la exclusión*. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados e Universidad de Santiago de Chile, 2000.

- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RAMA, Carlo. “Utopismo socialista en America Latina”. In: *Utopismo socialista (1830-1893)*. Biblioteca Aycucho, Disponível em: <http://www.bibliotecayacucho.gob.ve/fba/index.php?id=97&no_cache=1&download=Utopismo_socialista.pdf&catalogUid=26&filetype=ayaDigit>. Acessado em 06-03-2011.
- SALAZAR, G. *Labradores, peones y proletarios: formación y crisis de la sociedad popular chilena del siglo XIX*. Santiago: LOM Ediciones, 2000.
- SALAZAR, Gabriel. *Construcción de estado en Chile (1800-1837): democracia de los “pueblos”, militarismo ciudadano, golpismo oligárquico*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2011.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo ou Civilização e Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SERRANO, Sol; JAKSIC, Ivan. “In the Service of the nation: The Establishment and Consolidation of the Universidad de Chile (1842-79)”. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v. 70, n.1, p. 140-171, fev.1990.
- SERRANO, Sol; JAKSIC, Ivan. “El Poder de las palabras: la Iglesia y el Estado liberal ante la difusión de la escritura en el Chile del siglo XIX”. In: *História*, vol.33, p.435-460, 2000.
- SERRANO, Sol. *Universidad y Nacion: Chile en Siglo XIX*. Santiago: Editorial Universitaria, 1994.
- SERRANO, S. *¿Qué hacer con Dios en la República? Política e Secularización en Chile (1845-1885)*. Chile: FCE, 2008.
- SKINNER, Quentin. “The idea of negative liberty: Philosophical and historical perspectives”. In: R. Rorty, J.B. Schneewind e Q. Skinner (comps.). *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. “História das Ideias e Mediações Culturais: breves apontamentos”. In: JUNQUEIRA, Mary A. e FRANCO, Stella Maris S. (Orgs.). *Cadernos de Seminário Pesquisa II Cultura e Política nas Américas (vol. II)*. São Paulo: Humanitas/USP, 2011.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad.: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- STEWART STOKES, Hamish. *Del mar del norte al mar del sur :navegantes británicos y holandeses en el Pacífico suroriental 1570-1807*. Valparaíso: Centro de Estudios de la Cuenca del Pacífico, Universidad de Playa Ancha, 2000.

- STUVEN, Ana Maria. *La seducción de un orden – las elites y la construcción de Chile en las polémicas culturales y políticas del siglo XIX*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2000.
- STUVEN, Ana Maria. “El primer catolicismo social ante la cuestión social: un momento en el proceso de consolidación nacional”. In: *Teología y Vida*, vol. XLIX, p. 483-497, 2008.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. “Filosofía de la Historia, Novela y sistema expresivo en Chile (1840-1850)”. In: *Cuadernos Americanos*, vol. XXXVIII, p. 99-122, julio-Agosto, 1979.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. “Liberalismo positivista y naturalismo en Chile (1865-1875)”. In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, año 6, n. 11, p. 7-27, 1980.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las Ideas y de la Cultura en Chile, Sociedad y Cultura liberal en el siglo XIX: J. V. Lastarria*. Santiago: Editorial Universitaria, 1997.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. “Matriz ilustrada e particularismo romántico: exclusión o conveniencia?”. In: *Estudios Públicos*, n.97, p. 1-12, jan-2005.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM Ediciones, 2010.
- URBINA CARRASCO, MARÍA XMEÑA. *La Frontera de arriba en Chile colonial. Interacción hispano-indígena en el territorio entre Valdivia y Chiloé e imaginario de sus bordes geográficos, 1600-1800*. Valparaíso: Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.
- URZÚA VALENZUELA, Germán. *Los partidos políticos chilenos: las fuerzas políticas*. Santiago: Jurídica Ediar-ConoSur, 1988.
- VALENZUELA, Germán. *Historia política de Chile y su evolución electoral, desde 1810 a 1992*. Santiago: Jurídica de Chile, 1992.
- VÁZQUEZ DE ACUÑA, Isidoro. *Las incursiones corsarias holandesas en Chiloé: Simón de Cordes (1600) y Enrique Brouwer (1646)*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, Instituto de Investigaciones del Patrimonio Territorial de Chile, 1992.
- VICUÑA, Manuel. *Um juez en los infiernos: Benjamín Vicuña Mackenna*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2009.
- VILLALOBOS, S. *La Historia del Pueblo Chileno*. Santiago: Instituto Chileno de Estudios Humanísticos, 1980.
- VILLALOBOS, Sergio R.. *Vida Fronteriza en la Araucanía: el mito de la Guerra de Arauco*. Santiago: Editora Andrés Bello, 1995.
- VILLALOBOS, Sérgio. *Historia de los Chilenos*. Tomo 3. Santiago: Taurus editorial. 2008.

- VILLALOBOS, Sergio R., *El comercio y la crisis colonial*. 3ª edição. Santiago: Ediciones Akhilleus, 2009.
- WASSERMAN, Fabio. “Estado e instituciones culturales en el desarrollo de la historiografía chilena y rioplatense (1840-1860)”. In: *Revista de Estudios Trasandinos*. Asociación Argentino Chilena de Estudios Históricos e Integración Cultural, San Juan, n.12, p. 17-46, 2000.
- WASSERMAN, Fabio. “Las prendas jeniales de nuestra sociedad: representaciones del pasado e identidad nacional en el discurso de las elites político-letradas chilenas(1840-1860)”. In: *Iberoamericana*, vol. III, nº 9, p. 7-26, 2003.
- WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Teseo, 2008.
- WOLL, Allen. The Philosophy of History in Nineteenth-Century Chile: The Lastarria-Bello Controversy. *History and Theory*. vol. 13, n. 3, p. 273-290 Out., 1974.
- WOLL, Allen. “For God or Country: History Textbooks and the Secularization of Chilean Society, 1840-1890”. In: *Journal of Latin American Studies*. vol. 7, n. 1, p. 23-43 Maio, 1975.
- WOLL, A.. “The Catholic Historian in Nineteenth Century Chile”. In: *The Americas*. vol. 33, n. 3, p. 470-489, jan., 1977.
- WOLL, Allen. *A functional Past: The uses of History in nineteenth-century Chile*. Lousiana: Lousiana State University Press, 1982.
- WOOD, James A. “The Burden of Citizenship: Artisans, Elections, and the Fuero Militar in Santiago de Chile, 1822-1851”. In: *The Americas*. vol. 58, nN. 3, p. 443-469, Jan. 2002.
- YEAGER, Gertrude Matyoka. “Barros Arana, Vicuna Mackenna, Amunategui: The Historian as National Educator”. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Center for Latin American Studies at the University of Miami. vol. 19, n. 2, p. 173-200, Maio 1977.
- ZAPATER, Horacio. *La búsqueda de la paz en la guerra de Arauco: Padre Luis de Valdivia*. Santiago: Andrés Bello, 1992.
- ZERMEÑO PADILLA, G. “Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México”. In: Guillermo Palacios (Coord.). *La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México: El Colegio de México, 2009, p. 81-112.
- ZERMEÑO PADILLA, G. “História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850”. In: *Revista Almanack Braziliense*, nº7, 2008. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/7/07_Forum-01.pdf> Acesso em 03 jun. 2011.